

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação



Tese de Doutorado

**Movimento Tradicionalista Gaúcho: a educação como estratégia de atuação no
seu processo de institucionalização (décadas de 1950 a 1960)**

Bruno Carvalho Vieira

Pelotas-RS, 2023

Bruno Carvalho Vieira

**Movimento Tradicionalista Gaúcho: a educação como estratégia de atuação no
seu processo de institucionalização (décadas de 1950 a 1960)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Giana Lange do Amaral

Pelotas, 2023

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas Catalogação na Publicação

V657m Vieira, Bruno Carvalho

Movimento tradicionalista gaúcho : a educação como estratégia de atuação no seu processo de institucionalização (décadas de 1950 a 1960) / Bruno Carvalho Vieira ; Giana Lange do Amaral, orientadora. — Pelotas, 2023.

189 f. : il.

Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, 2023.

1. Tradicionalismo gaúcho e educação. 2. Congressos tradicionalistas. 3. História da educação. 4. Burocratização. 5. Poder simbólico. I. Amaral, Giana Lange do, orient. II. Título.

CDD ; 370.98165

Bruno Carvalho Vieira

Movimento Tradicionalista Gaúcho: a educação como estratégia de atuação no seu processo de institucionalização (décadas de 1950 a 1960)

Tese aprovada, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 28 de agosto de 2023

Banca examinadora:

Profa. Dra. Giana Lange do Amaral (Orientadora)
Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. Dr. Elomar Antonio Callegaro Tambara
Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. Dr. Fernando Cezar Ripe da Cruz
Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)

Prof. Dr. Jocelito Zalla
Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof. Dr. José Edimar de Souza
Doutor em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

AGRADECIMENTOS

Equipes diretivas da Escola Estadual de Ensino Médio Coronel Pedro Osório, em suas gestões 2019-2021 e 2022-2024.

Todas e todos os colegas de todos os educandários por onde passei, especialmente os recentes amigos/colegas Júlio, Patrícia e Ângela (thank you!).

A todas e a todos que foram minhas alunas e alunos ao longo destes meus quase doze anos de docência.

Aos amigos que fiz ao longo da vida.

De uma forma ou de outra vocês ajudaram a compor o que sou, portanto, um pouco de cada um está neste trabalho.

Aos colegas de tutoria da Faculdade Anhanguera e aos chefes Murilo, Rosana, Michele e Betânia, agradeço a parceria, o apoio e a confiança.

Sou profundamente grato ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) por ter me acolhido no mestrado e agora no doutorado e, especialmente, sou grato aos professores Elomar Tambara, Eduardo Arriada e Fernando Ripe, bem como às professoras Patrícia Weiduschadt e Giana Amaral pelos ensinamentos que o convívio mais próximo permitiu.

De fora do PPGE, porém imensamente importantes em minha trajetória acadêmica, são os professores José Edimar de Souza e Jocelito Zalla, que juntamente com os professores Fernando Ripe e Elomar Tambara, compuseram a banca avaliadora de minha tese. Tenho os quatro em alta estima – pelo carinho e atenção que deram ao meu trabalho – e como referência de profissionalismo. Espero que possamos manter contato.

Para que esta pesquisa pudesse se desenvolver, foi indispensável a contribuição do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) e da Fundação Cultural Gaúcha (FCG), aos quais agradeço nominando a senhora Vilma Paese, que não medi esforços para me ajudar. Da mesma forma, nas pessoas do professor Elomar e da Débora, quero agradecer ao Centro de Documentação (CEDOC) do Centro de Estudos e Investigações em História da Educação (CEIHE) da UFPel, que também ofereceu contribuições importantes ao meu trabalho, assim como o Repositório Tatu

da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), a quem agradeço na pessoa do professor Alessandro Bica. Gratidão, igualmente, ao meu novo e querido amigo Mário Mattos, com quem tenho aprendido muito e sobre tantas coisas.

Como minha orientadora tem me dito há quase 5 anos, esta pesquisa dá sentido à minha vida. Sendo assim, preciso agradecer à centenária União Gaúcha J. Simões Lopes Neto por ter sido uma espécie de “segunda casa” por 15 anos e estendo esse agradecimento a todos e todas as colegas de invernada e de grupo musical; obrigado por terem estado comigo nesse capítulo tão importante da minha história.

Tive muita sorte de integrar o Centro de Estudos e Investigações em História da Educação (CEIHE), que é muito mais que um grupo de pesquisa. As trocas de textos, conhecimentos, experiências, etc. que contribuem tanto para nosso crescimento intelectual não superam as trocas de apoio, carinho e afeto que configuraram nossas amizades. Sou grato a todos e todas vocês, colegas do CEIHE.

E por falar em amizade... não há como citar todos, mas alguns amigos muito especiais eu preciso destacar: Orlando lá do Chile, Fabio e Adriano lá das Missões, Hélcio, Gustavo e Mana aqui mais de perto. Não importa a distância, o tempo ou qualquer outro obstáculo! Sei que podemos contar um com o outro em qualquer situação!

Ainda tem outras amizades que preciso salientar: Fernando, Jê, Lis e Taninha. Vocês são a melhor coisa que o doutorado me deu! Mesmo que nada disso tivesse dado certo, ter conhecido vocês e tê-los em minha vida já teria valido a pena!

Os tempos têm sido difíceis e manter a mente sã diante desse contexto é tarefa complexa. Por isso, agradeço à minha psicóloga Gabriela que me manteve firme diante de tantas adversidades.

Professora Giana Amaral, minha orientadora querida, obrigado pelo carinho, pela confiança, pela compreensão e por ter me guiado. Durante muito tempo pensei que nunca conseguiria fazer um doutorado, mas a senhora me abriu as portas e fez acreditar que era possível. Mesmo que o final não tenha sido o melhor, o processo foi maravilhoso. E me fizeste enxergar para além da tese... me ajudaste a me

conhecer melhor, o que tem sido essencial em minhas tomadas de decisão. Serei eternamente grato!

Aos meus familiares, que são tantos, e que sempre me apoiam e me incentivam em todos os meus projetos. Obrigado por valorizarem a educação! E muito obrigado por terem apoiado a minha decisão de ser educador. Em tempos em que o professor sofre com tanto desprestígio, vocês me valorizaram e me ajudaram a persistir. Espero orgulhá-los sempre! Todos vocês, seja da família do meu pai, da minha mãe ou da “família do coração” são especiais, mas quero destacar alguns nomes que estiveram mais próximos no incentivo e até na ajuda com o doutorado: Titia, tia Jô, Letícia, Wagner, Dani, Dudu, Miltinho, Carito, Nanda, Bica (gracias mil!), Fran, Alemão e Laura.

Nem mesmo que um sonho fosse,	Junto a ti sou bem mais forte
Nem que fossem só ilusões,	E pra tudo estou preparado,
Voltei à terra do doce	Porque seja qual for o meu “norte”,
Com um presente lá das Missões.	Sei que estarás ao meu lado.

Não é necessário riqueza.
Pode ser na simplicidade.
Contigo deixei a tristeza
E encontrei a felicidade.

E como vai ser o futuro?
Deixo que a vida me ensine.
Mas amor eu não mais procuro,
Pois já encontrei em você, Tine.

Meu staff emocional ainda é composto pelos caras mais sensacionais que existem: meus irmãos Gab e Gê. Estão sempre cuidando de mim... Eu admiro tanto esses dois e os amo tanto que, realmente, não consigo traduzir em palavras. Obrigado por estarem comigo desde sempre em todas as situações. Agradeço também por trazerem para nosso convívio as queridas Gi (gracias mil) e Lê e o querido sobrinho Renan, mais três pessoas com amplo espaço no meu coração.

Por fim... nem arrisco escrever muito sobre eles, pois só de tentar já encho os olhos de lágrimas. Pai (Jorge) e mãe (Angela), tudo que tento fazer de bom na minha vida é pensando em vocês. Espero orgulhá-los sempre! Vou precisar de muitas reencarnações para poder retribuir o amor e o que fizeram e ainda fazem por mim. Eu amo muito vocês! Vocês são tudo pra mim! Tudo!

Por que não posso falhar a aula, minha mãe?

Por que é que tem que estudar?

Porque senão tu fica burro, meu filho.

Então não posso falhar!

(Lápi Pitoco – Mano Lima, 1992)

RESUMO

VIEIRA, Bruno Carvalho. **Movimento Tradicionalista Gaúcho: a educação como estratégia de atuação no seu processo de institucionalização (décadas de 1950 a 1960)**. Orientadora: Giana Lange do Amaral. 2023. 190 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2023.

Este trabalho constitui-se em uma tese de doutoramento apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas. O tema da pesquisa é o Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) e tem como principal objetivo verificar se a educação foi uma estratégia de atuação do MTG durante suas primeiras duas décadas de atividade. A tese sugere, portanto, que o Movimento Tradicionalista Gaúcho usou a educação como estratégia de manutenção e disseminação de suas representações e práticas de tradicionalismo nas décadas de 1950 e 1960. A referência epistemológica da investigação é a História Cultural (BURKE, 1991, 1997, 2011; PESAVENTO, 2003, BARROS, 2011) e promove, através da análise documental (LE GOFF, 1990; CELLARD, 2008; CORSETTI, 2006; SAMARA e TUPY, 2010) e de uma entrevista semiestruturada (LÜDKE e ANDRÉ, 1986), uma operação historiográfica (CERTEAU, 2015) com fontes escritas e orais. As iconografias servem, apenas, como ilustrações. O corpus documental é composto por três principais elementos: 1) livros de historiadores tradicionalistas; 2) livros de Glaucus Saraiva, João Carlos Paixão Côrtes e Luiz Carlos Barbosa Lessa, considerados os principais intelectuais do tradicionalismo gaúcho; 3) entrevista com Mário Mattos, fundador do 35 CTG; 4) Anais dos Congressos Tradicionalistas ocorridos dentro do recorte temporal (décadas de 1950-1960); 5) números da Revista do Ensino do Rio Grande do Sul que foram publicados respeitando a delimitação temporal (décadas de 1950-1960). O debate acadêmico leva em consideração, principalmente, os escritos de autores como Tau Golin (1983, 1987, 1989, 2004) Zalla (2010, 2012, 2015, 2018), Nedel (2005), Brum (2005, 2008, 2009a, 2009b, 2013) e Freitas (2004, 2006, 2007a, 2007b, 2009, 2011), sendo estes identificados como contribuintes à temática do tradicionalismo gaúcho. Partindo da ideia das tradições inventadas (HOBSWAM, 2012), as análises foram centradas, principalmente, nas seguintes categorias: burocratização (WEBER, 1999); poder simbólico (BOURDIEU, 2000); produção de cultura e estratégia (CERTEAU, 1998); representação (CHARTIER, 2002; PESAVENTO, 1993); apropriação e práticas (CHARTIER, 1995; 2002). A tese evidencia a ideia de que o MTG surge em um contexto em que seus fundadores eram receptores de cultura e que adotaram como tática o culto a elementos que julgavam próprios da cultura gaúcha. Assim surgiu o Movimento Tradicionalista Gaúcho, que por meio de um aparato burocrático complexo, se institucionalizou e garantiu para si o poder simbólico que o permitiu construir e disseminar representações de tradicionalismo. Transformado em produtor de cultura, o MTG investiu na educação como uma estratégia de atuação nas suas duas primeiras décadas de atividade.

Palavras-Chave: Tradicionalismo Gaúcho e educação; Congressos Tradicionalistas; História da Educação; Burocratização; Poder Simbólico.

ABSTRACT

VIEIRA, Bruno Carvalho. **Gaucho Traditionalist Movement: the education as a strategy of action in its institutionalization process (decades of 1950 to 1960)**

Advisor: Giana Lange do Amaral. 2023. 190 f. Thesis (Doctors in Education) – Faculty of Education, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2023.

This work is the result of a doctoral research which was carried out at the Graduate Program in Education at the Federal University of Pelotas. The thesis to be defended is that the Gaucho Traditionalist Movement (MTG) used education as a strategy for maintaining and disseminating its representations and practices of traditionalism in its first decades of activity, in the 1950s and the 1960s. The epistemological reference of the investigation is Cultural History (BURKE, 1991, 1997, 2011; PESAVENTO, 2003, BARROS, 2011) and it promotes, through document analysis (LE GOFF, 1990; CELLARD, 2008; CORSETTI, 2006; SAMARA and TUPY, 2010) and a semi-structured interview (LÜDKE and ANDRÉ, 1986), a historiographical operation (CERTEAU, 2015) with written and oral sources. The iconographies only serve as illustrations, not being problematized here. The documentary corpus is composed of five main elements: 1) books by traditionalist historians; 2) books by Glaucus Saraiva, João Carlos Paixão Côrtes and Luiz Carlos Barbosa Lessa, considered the main intellectuals of gaucho traditionalism; 3) interview with Mário Mattos, founder of 35 CTG; 4) Annals of Traditionalist Congresses that took place within the time period (1950s-1960s); 5) issues of Revista do Ensino do Rio Grande do Sul that were published within the time period (1950s-1960s). The academic debate takes into account the writings of authors such as Tau Golin (1983, 1987, 1989, 2004) Zalla (2010, 2012, 2015, 2018), Nedel (2005), Brum (2005, 2008, 2009a, 2009b, 2013) and Freitas (2004, 2006, 2007a, 2007b, 2009, 2011), these being identified as contributors to the theme of gaucho traditionalism. Based on the idea of invented traditions (HOBSTWAM, 2012), the analyzes were mainly centered on the following categories: bureaucratization (WEBER, 1999); symbolic power (BOURDIEU, 2000); production of culture and strategy (CERTEAU, 1998); representation (CHARTIER, 2002; PESAVENTO, 1993); appropriation and practices (CHARTIER, 1995; 2002). The present study highlights the idea that the MTG arises in a context in which its founders were recipients of culture and adopted, as a tactic, the cult of elements that they considered to be part of the gaucho culture. This is how the Gaucho Traditionalist Movement emerged, which, through a complex bureaucratic apparatus, became institutionalized and guaranteed for itself the symbolic power that allowed it to build and disseminate representations of traditionalism. Transformed into a producer of culture, MTG invested in education as an operating strategy in its first two decades of activity.

Keywords: Gaucho traditionalism and education; Traditionalist Congresses; History of Education; Bureaucratization; Symbolic power.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Colagem: biblioteca/museu de Mário Mattos	90
Figura 2 – Grupo dos Oito ou Piquete da Tradição	96
Figura 3 – Caixas com documentos relativos a Congressos Tradicionalistas	102
Figura 4 – Revistas do Ensino (1951-1966) no CEDOC	116
Figura 5 – Colagem: Revista do Ensino Nº 62	147
Figura 6 – Credencial do 71º Congresso Tradicionalista	156

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1 – Evolução da população dentro do recorte temporal	48
Tabela 2 – Evolução do Ensino Primário dentro do recorte temporal	48
Tabela 3 – Evolução do Ensino Secundário dentro do recorte temporal	49
Tabela 4 – Evolução do Ensino Superior dentro do recorte temporal	49
Quadro 1 – Congressos Tradicionalistas (1954-1970)	104
Quadro 2 – Materiais dos Congressos Tradicionalistas (1º ao 15º) selecionados para análise	106
Quadro 3 – Ocorrências do tema “educação” nos Congressos Tradicionalistas (1º ao 15º)	112
Quadro 4 – Exemplares da Revista do Ensino entre 1951 e 1964 analisados no CEDOC ou no Tatu	117
Quadro 5 – Exemplares da Revista do Ensino entre 1964 e 1966 analisados no CEDOC	118
Quadro 6 – Exemplares da Revista do Ensino entre 1964 e 1966 analisados no Tatu	118

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ALERGS - Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul
ASPHE - Associação Sul-Riograndense de Pesquisadores em História da Educação
BNCC - Base Nacional Comum Curricular
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAVG - Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça
CBTG - Confederação Brasileira de Tradição Gaúcha
CEDOC - Centro de Documentação
CEF - Comissão Estadual de Folclore
CEIHE - Centro de Estudos e Investigações em História da Educação
CFOR - Curso de Formação Tradicionalista
CNFL - Comissão Nacional de Folclore
CPOE/RS - Centro de Pesquisas e Orientações Educacionais
CTG - Centro de Tradições Gaúchas
CTG's - Centros de Tradições Gaúchas
DTG - Departamento de Tradições Gaúchas
DTGs - Departamentos de Tradições Gaúchas
EaD - Educação a Distância
ENART - Encontro de Arte e Tradição
ESF - Escola Superior de Folclore
FaE - Faculdade de Educação
FCG - Fundação Cultural Gaúcha
FURG - Universidade Federal do Rio Grande
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFSUL - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Riograndense
IGTF - Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore
IHGRS - Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul
ITF - Instituto de Tradição e Folclore
LDB - Lei de Diretrizes e Bases
LDBN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MTG - Movimento Tradicionalista Gaúcho
PRM - Partido Republicano Mineiro
PRP - Partido Republicano Paulista

PRR - Partido Republicano Rio-Grandense

RE - Revista do Ensino (referente à Revista do Ensino do Rio Grande do Sul)

RT - Região Tradicionalista

RTs - Regiões Tradicionalistas

SEC/RS - Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

TDIC - Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação

TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação

UFFS - Universidade Federal da Fronteira Sul

UFPel - Universidade Federal de Pelotas

UNIPAMPA - Universidade Federal do Pampa

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. DEFINIÇÃO DO OBJETO: O MTG, O CONTEXTO E A EDUCAÇÃO	32
2.1 O que é o Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG)	32
2.2 O MTG visto de dentro e de fora: os tradicionalistas e os pesquisadores	35
2.3 O MTG no contexto histórico	38
3. REFERENCIAL TEÓRICO/METODOLÓGICO	52
3.1 Aportes teóricos	52
3.2 A proposta da educação como contribuição	60
3.3 Aportes metodológicos	71
4. FONTES DA PESQUISA: INDICADORES QUE SUSTENTAM A TESE	77
4.1 Textos produzidos por historiadores tradicionalistas	77
4.2 A Obra dos fundadores do tradicionalismo	80
4.3 O último fundador vivo do 35 CTG: entrevista com Mário Mattos	86
4.4 Os Congressos Tradicionalistas	92
4.5 A Revista do Ensino do Rio Grande do Sul	113
5. ANÁLISES - O TRADICIONALISMO INSTITUCIONALIZADO: BUROCRATIZAÇÃO E PODER SIMBÓLICO PARA A PRODUÇÃO DE CULTURA	124
5.1 A intelectualidade palanqueando a tradição: engajamento e sociabilidade	127
5.2 Tradicionalismo e novas gerações: educando a gauchada	142
5.3 – Modos de ser gaúcho: o que e como ensinar	161
CONSIDERAÇÕES FINAIS	171
REFERÊNCIAS	178

1. INTRODUÇÃO

Acredito que um dos méritos de uma pesquisa no âmbito das Ciências Humanas, que sinalize a boa qualidade do trabalho do pesquisador, seja conseguir transformar em argumentação científica as suas inquietações pessoais. Se não houver inquietação pessoal, talvez possa haver uma pesquisa, mas provavelmente o sabor¹, o sentimento e a satisfação de dever cumprido não sejam os mesmos. Atender somente aos modismos e expectativas da academia no que se refere às temáticas estudadas é como almoçar em um bom restaurante: você se alimenta de comida muito boa, de qualidade. Contudo, ir atrás de um objetivo pessoal, de um questionamento próprio, partir de uma premissa particular tem gosto de comida caseira, aquela que, às vezes, se chama de “comida de mãe” e que tem um sabor incomparável. Devo destacar, inicialmente, que minha trajetória como pesquisador não começou com esse “tempero especial”.

Nessas primeiras páginas do trabalho, é muito importante para mim me colocar de forma mais direta no texto, justamente porque este estudo se ancora em capítulos importantes da minha história pessoal. Isso não significa que se trate de um trabalho referenciado na “Ego-história” (NORA, 1989). Apenas, inicialmente, apresentarei uma narrativa biográfica, mobilizando memórias pessoais que penso que dão conta de explicitar minha aproximação e interesse no objeto desta pesquisa: o Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) e, em especial, a sua dimensão educativa. Portanto, conforme o texto se desenvolve, esse estilo de narração dará lugar a uma abordagem mais específica sobre o objeto.

Ressalto que é provável que algum interlocutor se identifique com tais memórias, pois de acordo com Halbwachs (2013), a memória, mesmo que pessoal, é também coletiva². Portanto, acredito que ao falar de experiências pessoais, estarei

¹ O sabor, que aqui proponho, é uma analogia ao termo utilizado por Arlette Farge na obra “O sabor do arquivo”. Publicada inicialmente em 2009, a autora discute a produção do conhecimento historiográfico sem abandonar sua atenção para os comportamentos e identidades dos sujeitos e suas relações entre homens e mulheres e a escrita da História. Algo que me parece ter variadas interlocuções com este Projeto de Qualificação de doutoramento. Ver: Farge (2009).

² “O sociólogo Maurice Halbwachs, na primeira metade do século XX, realizou estudos sobre a memória coletiva, que até hoje são uma referência aos historiadores que se utilizam da memória como um instrumento de suas pesquisas, especialmente os que trabalham com História Oral. Esse autor enfatiza o caráter social da memória, considerando-a um dos suportes essenciais na busca dos sujeitos coletivos e na definição dos laços de identidade. Ele nos diz que a memória é individual mas também social, pois depende do relacionamento do indivíduo com os grupos com os quais travou conhecimento e manteve contato” (AMARAL, 2003, p. 36).

também mobilizando lembranças e sentimentos alheios possíveis de serem partilhados por conta da pertença ao tradicionalismo gaúcho ou, de maneira mais geral, a uma cultura dita “gauchesca”. Mesmo aqueles que não se consideram tradicionalistas poderão, de alguma forma, se familiarizar com o que será exposto. Isso porque acredito que o tradicionalismo gaúcho tem um poder simbólico (BOURDIEU, 1989) muito grande na sociedade do Rio Grande do Sul. E esse poder eu pretendo tensionar nesta pesquisa como fruto de um processo de burocratização (WEBER, 1999) de uma instituição, o MTG, entendido aqui como um produtor de cultura (CERTEAU, 1998) que pautou estratégias (CERTEAU, 1998) de atuação baseadas em práticas educacionais.

Então, para iniciar esse “levante memorial”, retomo o início de minha vida como pesquisador. Não que tenha sido um começo ruim, mas confesso que fui “levado pelas ocasiões”. Finalizei do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) em 2007 e ingressei no mestrado em Educação da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), em 2008. Naquela ocasião, ainda sem qualquer experiência com pesquisa, elaborei o projeto que foi possível: transformei algumas situações vivenciadas no estágio curricular obrigatório da graduação em tema de investigação.

Fui acolhido na UFPel pela professora Rosária Ilgenfritz Sperotto, que à época despontava no Brasil como uma das principais pesquisadoras de temas que alavam educação e tecnologia. Era um momento de grande debate sobre as Tecnologias de Informação e Comunicação³ (TIC) e seus usos em ambientes educacionais. Apresentei, em 2010, a dissertação “Experiência Ficcional Virtual: uma ‘manha’ para jogar e ensinar História”, que consistia, basicamente, na utilização do Game *“Age of Empires II”* como suporte às aulas de História Medieval. Foi uma pesquisa muito interessante, porém, o tema não era algo que me tocasse mais profundamente no sentido pessoal.

Logo após, situações da vida pessoal me levaram à região das Missões⁴ do Rio Grande do Sul, onde vivi por quase sete anos. Lá as condições acadêmicas são bastante distintas das de Pelotas ou de outras cidades do estado. Mesmo assim,

³ Essa expressão que vem sendo atualizada sob a sigla TDIC (Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação), incluindo o termo “digitais”. Boas referências a respeito do tema são Pierre Lévy, José Manuel Moran, Vani Moreira Kenski, Lynn Alves, entre outros.

⁴ Inicialmente morei em Guarani das Missões-RS durante quatro anos e meio e depois em São Pedro do Butiá-RS por mais dois anos.

procurei não me distanciar da pesquisa. Então, em 2011, ingressei no curso de especialização (lato sensu) em “Interdisciplinaridade e Práticas Pedagógicas na Educação Básica”, na incipiente Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) no Campus de Cerro Largo-RS. Era o primeiro curso de pós-graduação daquele campus. Lá, orientado pela professora Bedati Aparecida Finokiet, fiz uma mudança muito significativa na minha trajetória como pesquisador. Foi quando comecei a “temperar” a pesquisa do meu jeito, ao meu gosto.

Não estou assim desdenhando de minhas pesquisas anteriores, mas realmente, para mim, elas não tinham o “melhor sabor”. Nunca fui uma pessoa muito afeita a *games* e tecnologia, apesar de ter tido acesso e conhecer um pouco desse meio. Pesquisar sobre isso não era ruim, mas minhas verdadeiras e mais íntimas inquietações estavam em um lado oposto a essa temática. Elas vinham da percepção de pertencimento desde o berço à cultura gauchesca e, mais ainda, da prática tradicionalista, por mais de quinze anos, em um Centro de Tradições Gaúchas (CTG). Portanto, anuncio que, em linhas gerais, é do tradicionalismo gaúcho que trata esta tese, o qual é entendido aqui como o movimento iniciado em 1947 por alguns estudantes do Colégio Júlio de Castilhos e que culminou com a fundação, em 1966, do Movimento Tradicionalista Gaúcho, vigente até os dias atuais no Rio Grande do Sul. Há outros conceitos que, eventualmente, são confundidos com o tradicionalismo gaúcho, como por exemplo: gauchismo, nativismo, folclore gaúcho, cultura gaúcha, etc. Uma boa sugestão para diferenciá-los é o texto de Maria Eunice Maciel intitulado “Patrimônio, Tradição e Tradicionalismo: o caso do gauchismo, no Rio Grande do Sul”⁵.

É fato que o ser humano é um ser social. Consequentemente, é influenciado pelo meio em que vive. Quem nasce no Rio Grande do Sul, estado mais meridional do Brasil, não foge a esta regra. Esse é um dos principais pontos a ser debatido nesta tese, qual seja, o fato de que parte do povo gaúcho se apropria de determinadas representações e práticas de tradicionalismo, as quais vem sendo construídas pelo MTG. O que quero dizer com essas afirmações é que a gente desta unidade federativa tem suas peculiaridades culturais assim como outros grupos

⁵ MACIEL, Maria Eunice. Patrimônio, Tradição e Tradicionalismo: o caso do gauchismo, no Rio Grande do Sul. IN: **Revista de Humanidades**. Publicação do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó. V. 07. N. 18, out./nov. de 2005 – Semestral ISSN ----1518---3394. Disponível em <<https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/331>>.

sociais pertencentes a diferentes espaços e distintas culturas em nosso país. Entretanto, no referido estado existe uma singularidade interessante: há uma instituição específica que produz e dissemina tais representações e práticas. E é essa disseminação do tradicionalismo gaúcho que pretendo problematizar nesta pesquisa.

Falar da tradição gaúcha é falar de mim. Portanto, esta é uma pesquisa que parte da empiria. Recordo que desde a mais distante infância já estava em contato com elementos da cultura gauchesca. Aos doze anos de idade, no ano de 1994, fui ao meu primeiro fandango⁶, na União Gaúcha J. Simões Lopes Neto⁷. E durante a festa, um membro da diretoria daquele CTG foi até a mesa de meus pais e me convidou para integrar a invernada artística⁸ juvenil da entidade.

Dancei por quatro anos na invernada juvenil, depois por cinco anos no grupo adulto. Em 2003 me desliguei, voltando em 2004, dessa vez tocando instrumentos para o conjunto musical que acompanha os dançarinos, condição em que me mantive até 2007. Em 2008 voltei a ser dançarino e encerrei minhas atividades na União Gaúcha J. Simões Lopes Neto em 2009. Foram quinze anos de muita convivência com um mesmo grupo (que se renovava constantemente, mas sempre mantinha um núcleo comum por vários anos) de adolescentes e jovens adultos. Ali vivenciamos muitas experiências, compartilhadas pela proximidade das idades. Viajamos muito, inclusive para fora do país. Por isso, quero afirmar aqui que foram tempos de muito aprendizado com e para a vida em um grupo de sociabilidade que carregava uma marca muito significativa: o engajamento no tradicionalismo gaúcho.

Como esta tese tem a intenção de tensionar a questão da educação dentro do tradicionalismo gaúcho, ainda no âmbito pessoal destaco algumas aprendizagens que adquiri nesse meio. No CTG aprendi a dançar as chamadas Danças Tradicionais do Rio Grande do Sul. Aprendi sobre a história deste estado, sobre o folclore e a tradição dos gaúchos, assim como sobre os “heróis farroupilhas” que

⁶ Termo que, vulgarmente, designa os bailes gauchescos. No entanto, há considerações a respeito do tema que remontam à pesquisa folclórica. Sugiro a leitura do livro “Danças e Andanças da Tradição Gaúcha” de autoria de Paixão Côrtes e Barbosa Lessa.

⁷ Entidade tradicionalista da cidade de Pelotas, sobre a qual tecerei maiores comentários ao longo do texto.

⁸ Invernada é o termo pelo qual são chamados os diferentes departamentos dentro de um CTG. A expressão costuma ser acompanhada de outra que designa o setor em que atua. Exemplos: Invernada Artística, Invernada Campeira, Invernada Cultural, etc. De maneira mais corriqueira, os grupos de danças tradicionais são chamados de invernadas, trazendo consigo a expressão que designa a categoria que representam (mirim, juvenil, etc.).

povoam as referências históricas e o imaginário gaúcho. Tempos depois, constato que estas questões podem, facilmente, ser enquadradas no que Hobsbawm (2017) chama de “tradição inventada” e carregam consigo um forte teor da dita História Tradicional, preocupada em evidenciar determinados fatos políticos como “grandes feitos”, a atuação de personagens considerados ilustres, tendo como fontes, principalmente, documentos oficiais utilizados de maneira mais descritiva, dentre outras características.

Nesse sentido, é notável a marginalização de grupos considerados minoritários dentro das representações tradicionalistas. Os elementos de origem africana e indígena não possuem o mesmo destaque dado às etnias europeias consideradas formadoras do povo gaúcho. Se isso for pensado à luz da pedagogia, posso afirmar, com base na empiria, que negros e índios são temas pouco celebrados dentro dos CTGs. E ainda nesse aspecto, algo que também chama a atenção é que os tradicionalistas, quando querem definir o gaúcho, recorrem à história da povoação europeia do Rio Grande do Sul. Aí reconhecem a importância dos nativos na miscigenação com portugueses e espanhóis que disputavam as terras que hoje habitam. Portanto, pensando em sua gênese, é da mistura de elementos nativos e europeus (portugueses e espanhóis) que nasceu o gaúcho.

Definir o gaúcho é uma tarefa difícil. Existem conceituações nos mais diversos campos, em especial na História, com as contribuições de autores como Sandra Pesavento, Tau Golin, Ieda Gutfreind, Moacyr Flores, Mário Maestri Filho, entre outros. Excelentes referências na área da Antropologia são Ruben Oliven e Ondina Fachel Leal. Na Literatura há inúmeras obras que tratam de identificar o típico habitante das terras sulinas do país, das quais destaco Erico Veríssimo e João Simões Lopes Neto. Folcloristas diversos dedicaram-se a essa temática, em especial se pode citar João Carlos Paixão Côrtes e Luiz Carlos Barbosa Lessa, responsáveis também pela institucionalização do tradicionalismo gaúcho. Por fim, há uma vertente potente que surge, justamente, da própria ode ao gaúcho: os tradicionalistas. Estes compõem uma gama enorme de escritos, com destaque para escritores como Antônio Augusto Fagundes (Nico Fagundes) e Manoelito Savaris. Alguns destes aparecerão mais detalhadamente ao longo deste estudo na condição de referência ou de fonte, compondo diálogos necessários à construção da argumentação que resultou nesta tese.

Importa aqui perceber que o MTG foi uma instituição que disputou e reivindicou para si a definição de gaúcho, criando a sua representação de gaúcho tradicionalista. Na sua concepção ele é brasileiro, com similitudes, mas principalmente, com diferenças em relação ao *gaucho* platino. Historicamente, esse típico habitante do pampa⁹ reunia elementos étnicos europeus (portugueses e espanhóis) e nativos, sem reconhecer as fronteiras hoje delimitadas. Contudo, especialmente a partir da década de 1930, a própria historiografia foi cooptada no sentido de promover maior integração do Rio Grande do Sul (região marcada por disputas entre Portugal e Espanha e por querelas internas, como as Revoluções Farroupilha e Federalista) ao Brasil, conforme sinalizam Gutfriend (1992) e Alves (2000; 2005). Nesse sentido, começou a tomar forma o gaúcho brasileiro, o qual foi apropriado pelos tradicionalistas, que vêm desde fins da década de 1940 atribuindo características que definem a sua representação desse tipo social.

No âmbito do cultivo de suas tradições e cultura artística, os gaúchos e os *gauchos* platinos têm muitas semelhanças, como por exemplo, as roupas, os ritmos musicais e as danças coreografadas. No entanto, o tradicionalismo gaúcho brasileiro, por muitos anos, recusou alguns elementos platinos. Um exemplo que pode ser citado na área da dança são os sapateios, os quais estão presentes nas duas regiões e se parecem em muitos aspectos. Porém, os passos que se assemelham aos do malambo costumavam¹⁰ ser vedados nas competições artísticas oficiais do MTG. O mesmo fenômeno era observado em relação a ritmos, como a chacarera e a zamba, os quais passaram a ser aceitos, apenas, recentemente¹¹.

⁹ Bioma que atinge a porção meridional do estado brasileiro do Rio Grande do Sul, o Uruguai e algumas províncias da Argentina, uma região de intensas disputas entre as coroas portuguesa e espanhola na época colonial (séculos XVI a XIX).

¹⁰ O malambo é uma dança *gaucha* tipicamente argentina, contudo, guarda significativas semelhanças com a chula que é uma dança gaúcha brasileira. Algumas similitudes são: as vestimentas, a música, a execução exclusiva por homens, a regra de “ida e volta”, dentre outras. Apesar disso, características específicas dos *zapateos* (sapateios) do malambo, como as dobras ou torções dos pés, costumavam ser proibidas nas competições artísticas tradicionais gaúchas. O Regulamento Artístico do MTG de 2019, em sua Seção III – Do Concurso de Chula, trazia em seu Art. 26 algumas ponderações a respeito da pontuação. De acordo com o § 1º, alínea b, deve perder a totalidade dos pontos o dançarino que “executar passos com características de malambo”. Contudo, essa orientação foi retirada da atualização feita para o documento no ano de 2022. Ou seja, apenas recentemente esse tipo de sapateio passou a ser aceito pelo MTG.

¹¹ Até o ano de 2019, o Regulamento do Encontro de Arte e Tradição (ENART), que é o maior evento artístico do MTG, previa no Capítulo VI – Das Apresentações e Critérios de Avaliação, Art. 21 que “Para todos os concursos, inclusive entradas e saídas dos grupos de danças tradicionais, os gêneros musicais permitidos serão: valsa, vaneirão, rancheira, polca, chote, bugio, chamamé, mazurca, toada

Ainda caberia aqui mais uma problematização sobre o que se pode aprender no ambiente tradicionalista: a relação entre o homem, peão, e a mulher, a prenda. Pelo que nos é passado nas histórias contadas nos CTG's, e cantado em músicas e versos de poesia: a prenda é um presente de Deus para os gaúchos. Enquanto os homens se ocupam de seus afazeres tradicionais (trabalhar, guerrear, fazer política, etc.), as mulheres zelam por eles, pela família e pela casa, por isso, devem ser, por eles, amadas e respeitadas. Nestas narrativas, o gaúcho tem muita sorte de contar com a parceria de sua prenda, sempre disposta a agradá-lo, sendo alegremente receptiva às suas vontades. Mesmo com os significativos avanços sociais adquiridos pelas mulheres nas últimas décadas, apesar de negado, esse papel de subserviência feminina continua a ser propagado pelo MTG. Em especial, cito o conhecido “Concurso de Primeira Prenda”, tema que explorei em comunicação publicada sob o título “Ciranda Cultural de Prendas: educação feminina no tradicionalismo gaúcho desde 1970” nos anais do 25º encontro da Associação Sul-Riograndense de Pesquisadores em História da Educação (ASPHE). Nesse sentido, é perceptível a representação da mulher ideal bem ao gosto de uma idealização positivista, que continua a enaltecer a mulher em seu papel de mãe e formadora de futuras gerações. Este é um tópico que eu gostaria de explorar mais¹², contudo, sairia um pouco do foco da tese aqui desenvolvida.

Outro aprendizado marcante de meus tempos de CTG foi sobre os heróis do passado, principalmente os ligados ao movimento farroupilha¹³. No âmbito do tradicionalismo, estes representam a mais pura e verdadeira estirpe do gaúcho. Seus ideais de liberdade, igualdade e humanidade, de acordo com os tradicionalistas, teriam mostrado ao império brasileiro o valor do homem sulino, este “centauro dos pampas” que não cedeu à opressão e que com seu espírito guerreiro,

e canção”. Já a atualização sofrida pelo mesmo documento em 2022 incluiu, no mesmo tópico, a “chacareira” e a “zamba”, mantendo o texto anterior e, apenas, inserindo os ritmos citados.

¹² Como sugestão para aprofundamento no tópico, recomendo a leitura do Capítulo 4 do livro “O Centauro e a Pena: Barbosa Lessa e a invenção das tradições gaúchas”, mais especificamente do item 4.1 – Da “Grande Revolução” ao folclore regional: o “militar” e o “campesino” na simbologia tradicionalista. Nele, o autor Jocelito Zalla explicita como, a partir das pesquisas sobre as danças tradicionais gaúchas, os incipientes tradicionalistas do final dos anos 1940 inseriram a mulher, chamada de “prenda”, no movimento.

¹³ Mais conhecida como Revolução Farroupilha (1835-1845), essa revolta envolveu o Rio Grande do Sul em um processo de separação do Brasil, o que gerou uma guerra civil entre os farroupilhas (rebeldes) e o governo central. O episódio tem destaque na historiografia, sendo encontradas importantes referências em Pesavento (1985) e Flores (1990), entre outras. Além disso, há que se considerar que este acontecimento é muito celebrado no meio tradicionalista, ajudando a configurar as representações de gauchismo.

fez do Rio Grande do Sul um país e uma república com justiça social. Cabe destacar que os farroupilhas instalaram a República Rio-Grandense com um governo autônomo, independente do império brasileiro, durante os anos de 1835 a 1845.

Nos parágrafos anteriores, apresentei algumas aprendizagens que tive na época em que era dançarino de invernada de um Centro de Tradições Gaúchas e membro do MTG. É importante destacar que tais lições se deram no dia a dia, no convívio com outros tradicionalistas, como uma prática ligada às tradições orais. Assim, se analisado de forma um pouco mais criteriosa, é possível compreender os CTGs como espaços de sociabilidade e, como tais, são também espaços de educação. Nesse sentido, considerei valioso elencar aprendizados relativos a temas sensíveis à sociedade atual, que perpassam questões étnicas (os negros, os índios, os platinos) e de gênero (homens e mulheres). Também sinalizo outro tema importante para a historiografia do Rio Grande do Sul: o gaúcho e sua relação com seu par platino (BARCELOS, 1981, GUTFREIND, 1992, ALVES, 2000), o *gaucho* uruguai e argentino. Importa abordar neste estudo questões espaço/temporais que envolvem sua cultura, ligada a suas identidades, nacionalidades, territorialidades, dentre outras. Assim buscarei também neste trabalho tratar da reverência aos antepassados (outra característica marcante do tradicionalismo gaúcho) e da exaltação de fatos históricos idealizados, tendo como norte aspectos de uma influência intelectual positivista no interior do Movimento.

Em vista do que apresentei até aqui, parto do princípio de que existe uma dimensão educativa dentro do tradicionalismo gaúcho institucionalizado, especialmente na época desta institucionalização e nos primeiros anos de atividade do MTG. Esta é tese a ser defendida. Sendo assim, a partir daqui, proponho uma delimitação do tema e decorrentes tensionamentos possíveis sobre ele.

O tema deste estudo é a dimensão educativa do Movimento Tradicionalista Gaúcho. Para iniciar sua delimitação, elencarei a seguir algumas informações e problematizações que julgo importantes para apresentar minha proposta de tese.

O tradicionalismo gaúcho não é algo espontâneo, mas sim, o resultado da ação de intelectuais que fundaram uma instituição que vem atuando junto à sociedade do Rio Grande do Sul no sentido de promover os valores, entendidos aqui como representações e práticas, que ela professa. A institucionalização do Movimento Tradicionalista Gaúcho se deu no ano de 1966, porém, sua gênese está na fundação (1947) do Departamento de Tradições Gaúchas – ligado ao Grêmio

Estudantil do Colégio Júlio de Castilhos da cidade de Porto Alegre – e do 35 CTG (1948). Essa informação é importante para a discussão que proponho, já que é evidente que o início do MTG se dá no meio educacional. Os membros de tal departamento eram estudantes secundaristas do Julinho¹⁴, juntamente com João Carlos D'Ávila Paixão Côrtes (também egresso do Julinho), que pode ser considerado o grande idealizador do tradicionalismo gaúcho. Além destes, Luiz Carlos Barbosa Lessa (engajado desde cedo no movimento estudantil da cidade de Pelotas – onde foi aluno do Colégio Gonzaga – e da capital gaúcha – realizando seus estudos secundários no Colégio Júlio de Castilhos) também se integrou ao grupo posteriormente e atuou como mentor intelectual do MTG. Dedicarei mais atenção a este grupo em outras seções do texto.

Aqui começo a abrir a discussão que proponho neste trabalho. Os precursores do tradicionalismo institucionalizado eram jovens secundaristas integrantes do Grêmio estudantil de uma importante escola pública da cidade de Porto Alegre. Tratava-se de membros do que se pode considerar uma elite intelectual, já que nesse período o ensino secundário no Brasil era para poucos. Nas décadas seguintes, aqueles estudantes alcançaram grande destaque na sociedade gaúcha e brasileira, principalmente no que se refere ao folclore, em especial, ao folclore gaúcho. Isso ocorreu na segunda metade dos anos de 1940, mas desde a década anterior, o país já vinha passando por uma série de reformas no âmbito educacional.

É importante destacar que a partir de 1930 o país passou a ter a atuação de governantes federais orientados pelo nacional desenvolvimentismo¹⁵ (BIELSCHOWSKY, 2004), os quais tiveram a educação como uma importante estratégia política. No campo educacional se pôde observar o aumento de investimentos e uma série de reformas que ampliaram o número de escolas e de

¹⁴ Apelido do Colégio Júlio de Castilhos.

¹⁵ Há um amplo debate intelectual a respeito do nacional desenvolvimentismo. Uma boa referência para o acompanhamento dessa questão é o artigo “As origens do desenvolvimentismo brasileiro e suas controvérsias: notas sobre o debate historiográfico”, de autoria de Ivan Colangelo Salomão, disponível em <https://www.scielo.br/j/neco/a/gPKz3M9FmnvKwtqBtXks8Rd/?lang=pt&format=pdf>. Contudo, o conceito de nacional desenvolvimentismo que está sendo utilizado como referência neste trabalho é o oferecido por Bielschowsky (2004, p. 127-129), que afirma que esta corrente surgiu no Brasil entre 1930 e 1945 e que preconizou a ideia de investimentos estatais para a “constituição de um capitalismo industrial moderno no país”, integrado a investimentos em setores básicos. O autor não explica quais seriam tais setores básicos, porém, se pode inferir que a educação tenha sido um deles.

alunos, popularizando um pouco mais o acesso à escolarização¹⁶. Os jovens fundadores do tradicionalismo gaúcho institucionalizado a que me refiro são frutos daquele Brasil que passou a investir mais em educação como uma política de Estado para tentar atingir melhores níveis de desenvolvimento.

Essa abordagem inicial salienta a importância da ação intelectual para a invenção do tradicionalismo gaúcho (NEDEL, 2005; ZALLA, 2010). E foram alguns destes intelectuais – especialmente aqui evidencio as figuras de João Carlos Paixão Côrtes, Luiz Carlos Barbosa Lessa e Glaucus Saraiva – que, em 1948, fundaram o 35 CTG, o qual serviu de modelo para várias outras entidades que foram sendo criadas nos anos seguintes.

Entre a criação do primeiro Centro de Tradições Gaúchas, em 1948 e a edição do 1º Congresso Tradicionalista, em 1954, foram fundadas ou reorientadas aos moldes do 35 CTG, pelo menos, 41 entidades com o mesmo fim (FRAGA CIRNE, 2017, p. 49-51). A ocorrência do evento citado está ligada, justamente, a essa grande proliferação de CTGs. Diante disso, alguns relatos apontam que, em 1952, os tradicionalistas já se reconheciam como tal e desejavam integrar-se mais, daí a ideia de um Congresso e da criação de uma federação.

Entendendo, portanto, que a agitação tradicionalista começa no final dos anos 1940 e se intensifica no início dos 1950 – com a fundação de muitos CTGs e as ideias de realizar um congresso e montar uma federação – é que proponho o princípio do recorte temporal na década de 1950. Talvez o acontecimento mais relevante dessa época para a pesquisa que apresento seja o 1º Congresso Tradicionalista de 1954. Porém, inicio a temporalidade nos primeiros anos dessa década, pois nela, e até mesmo um pouco antes, ocorreram movimentações importantes, como já mencionei.

O fim do recorte temporal é o término dos anos 1960. A escolha se deve ao fato de o Movimento Tradicionalista Gaúcho ter sido formalmente criado em 1966, no 12º Congresso Tradicionalista. Contudo, optei por não encerrar aí o recorte. Resolvi ampliá-lo um pouco, até o fim dessa década, para verificar os primeiros anos da atuação do MTG já institucionalizado.

¹⁶ De acordo com a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (1944, p. 23-24), os investimentos em educação no ano de 1932 eram de 8,42% (684 milhões de cruzeiros) do orçamento (incluindo todas as esferas), gradativamente aumentando e chegando a 15,86% (3,55 bilhões de Cruzeiros) em 1943. Estes investimentos aumentaram a estrutura educacional do Brasil como um todo: mais escolas, mais professores, mais alunos. Outros números deverão ser analisados com um pouco mais de profundidade em outras seções do texto.

Tendo em vista os relatos sobre as aprendizagens pessoais que adquiri nos tempos de CTG, bem como o que foi brevemente discorrido sobre a ação intelectual para a invenção do tradicionalismo gaúcho, retomo a centralidade da pesquisa: o MTG educa! E com que objetivo? Creio que seja, justamente, para manter e difundir suas representações e práticas tradicionalistas. Pensando nisso, uma série de questionamentos podem ser realizados. O principal deles e que tomo aqui como problema de pesquisa é o seguinte: a educação foi uma estratégia de atuação do Movimento Tradicionalista Gaúcho em sua fase de institucionalização e primeiros anos de atividade? Tentarei, no desenrolar da pesquisa, responder a estas e outras eventuais questões que surgirão.

Assim, cabe afirmar que o Movimento Tradicionalista Gaúcho possui uma dimensão educativa. A questão aqui é tensionar esse tema e ampliar o debate sobre a atuação desta entidade na História da Educação do Rio Grande do Sul. Ressalto a carência de pesquisas que versem sobre a educação no referido estado nas décadas de 1950 e 1960, principalmente se forem consideradas outras instituições que não só as escolas.

Reitero que minha experiência pessoal de quinze anos dentro do tradicionalismo e minha atual condição de pesquisador, permitem entender os Centros de Tradições Gaúchas como espaços educacionais, verdadeiras “escolas de tradicionalismo”. Se isso for considerado, temos um vasto número de pessoas recebendo e replicando os valores tradicionalistas que aprendem dentro dos CTGs (o próprio MTG, em seu site¹⁷, afirma que seu quadro social conta com quase um milhão de associados). É preciso também ter claro que o MTG é atuante há, praticamente, setenta anos¹⁸, ou seja, são muitas gerações aprendendo e se apropriando de representações de tradicionalismo, as quais refletem em suas práticas sociais.

É importante dizer que além dos Centros de Tradições Gaúchas, os valores tradicionalistas também são professados em instituições públicas e privadas de Educação Básica e de Ensino Superior. Não raro se encontram CTGs, DTGs (Departamentos de Tradições Gaúchas) e outras siglas – que têm o mesmo objetivo – dentro dos educandários. E nem é necessário que a escola ou a universidade

¹⁷ <https://www.mtg.org.br/historia-do-mtg/>

¹⁸ Considerando que, mesmo antes de sua formalização em 1966, já era atuante sob, por exemplo, a denominação de “Conselho Diretor”.

tenham associações tradicionalistas em seus espaços para disseminar este ideário. Isso por que o tradicionalismo gaúcho se insere de diversas formas na sociedade do Rio Grande do Sul, podendo ser observado em âmbito político, econômico, social, cultural, etc., exprimindo assim a tradicionalidade (GOLIN, 1989) do povo gaúcho.

Vale destacar que o tradicionalismo gaúcho é bastante debatido dentro do ambiente acadêmico. Em especial, a historiografia do Rio Grande do Sul se dedicou largamente ao assunto. Todavia, considero que algo ainda pouco explorado sobre o tema é sua relação com a educação e é nesse aspecto que quero manter o foco, como já venho sinalizando nos parágrafos anteriores. Julgo importante essa questão devido ao fato de que a chamada “cultura gaúcha” é ensinada ao povo do referido estado tanto nos CTGs quanto nas escolas e em outros espaços de sociabilidade.

Ao entrar em contato com alguns documentos norteadores da fundação do Movimento Tradicionalista Gaúcho, pude perceber que a educação foi usada como estratégia de manutenção e difusão dos valores tradicionalistas. Isso não se deu por coincidência, pois ao analisar o contexto gaúcho, brasileiro e internacional, é possível perceber uma trama de acontecimentos políticos, econômicos, sociais e culturais que reverberaram no campo educacional.

No período estudado, diante do cenário de reformas de legislação e organização, a educação passou a receber maiores investimentos, o que acarretou no aumento do número de escolas e de acesso da população a elas. Reitero que os jovens do DTG do Grêmio Estudantil do Colégio Julinho, bem como Paixão Côrtes, Barbosa Lessa e outros que participaram da fundação do 35 CTG e do MTG viveram naquele contexto e, provavelmente, perceberam esse cenário.

Entretanto, essa percepção contextual também aponta para outros elementos, especialmente para o fim do Estado Novo e da Segunda Guerra Mundial, em 1945. Esses acontecimentos flexibilizaram o que vou chamar aqui de “nacionalismo varguista”, o qual proibia o uso de símbolos regionais (hinos, bandeiras, brasões, etc.). Por essa perspectiva, quando ainda governava, Getúlio Vargas chegou a promover a “Campanha de Nacionalização”, que “garantiria o estabelecimento definitivo da unidade e homogeneidade étnico-cultural-religiosa no Brasil” (GERTZ, 1991, p.7). Nesse sentido, um episódio marcante da política nacionalista da Era Vargas foi a queima das bandeiras estaduais, ocorrida no Rio de Janeiro (capital nacional à época) a 27 de novembro de 1937. Simbolicamente, a aceitação, apenas,

da bandeira do Brasil, representava a unidade nacional prevista na Constituição aprovada naquele mesmo ano.

Em oposição a esse nacionalismo que marginalizava manifestações culturais regionais, os incipientes tradicionalistas de fins dos anos 1940 desejavam, justamente, poder dar vazão ao que julgavam ser típico de suas raízes gaúchas. Mas para não parecer contraditório, é preciso compreender que o nascente tradicionalismo gaúcho se opunha ao nacionalismo que chamei de varguista, porém ele era também nacionalista. Essa afirmação é possível porque suas representações e práticas foram erigidas no sentido de integrar o folclore sul-riograndense ao nacional, reforçando a brasiliadade¹⁹ dos gaúchos. Isso já leva ao segundo ponto: valorizar a regionalidade, integrada à nacionalidade, passou a ser uma tática (CERTEAU, 1998) tradicionalista de resistência à influência estadunidense imposta pela Guerra Fria.

Ancorado em Michel de Certeau (1998), sinalizo que de receptores de cultura, os tradicionalistas passaram a ser produtores dela a partir da institucionalização do Movimento Tradicionalista Gaúcho. Conforme o MTG foi acumulando maior poder sobre seus associados, foi deixando de usar táticas de resistência ao nacionalismo varguista e ao “American Way of Life” (imposto pelos EUA a muitos países durante a Guerra Fria) para estabelecer estratégias de disseminação dos valores tradicionalistas; dentre estas, destaco a educação.

Diante disso, reitero e explicito a tese que defendo: o Movimento Tradicionalista Gaúcho usou a educação como estratégia de manutenção e disseminação de suas representações e práticas de tradicionalismo nas décadas de 1950 e 1960. Entendo que foi nessa época que a entidade passou por seu processo de fundação, identificando a criação do 35 CTG, em 1948, como marco inicial, chegando a sua formalização, em 1966, quando passa a atuar sob essa sigla. E nestes primeiros cerca de vinte anos de atividade, o tradicionalismo gaúcho se expandiu notoriamente através de processos educacionais, tanto escolares – pois se nota a penetração do MTG nas escolas e outras instituições de seu entorno – quanto não escolares – nesses casos, principalmente dentro dos CTGs.

¹⁹ O tema da brasiliadade do povo gaúcho já foi bastante debatido no âmbito acadêmico. Nesse sentido, indico os seguintes trabalhos: Oliven (1992), que trata dessa questão à luz da Antropologia; Gutfreind (1992) e Neves (2000), que discutem o papel da historiografia nessa construção do gaúcho brasileiro; Nedel (2005), que inclui os intelectuais folcloristas no debate; e Zalla (2010), que a partir de seus estudos sobre Luiz Carlos Barbosa Lessa, amplia a discussão levando-a para o campo do tradicionalismo.

Penso que a grande questão que justifica esta investigação é a inserção do Movimento Tradicionalista Gaúcho nos debates sobre a História da Educação do Rio Grande do Sul. Há vários campos que oferecem contribuições com suas pesquisas sobre o tradicionalismo, tais como a História, a Antropologia, a Sociologia, etc. Ao longo desta tese estabeleci diálogos com tais trabalhos, especialmente com a historiografia, oferecendo maior ênfase ao tema da educação.

Para o que proponho em minha pesquisa, cinco autores vão merecer destaque. Começo citando Luiz Carlos Tau Golin, Jocelito Zalla e Letícia Borges Nedel, os quais considero historiadores do tradicionalismo gaúcho. Em seguida, com foco mais voltado à educação, menciono Ceres Karam Brum, que apesar de ter se dedicado mais à temática da região missioneira do Rio Grande do Sul em suas pesquisas de mestrado e doutorado, produziu alguns artigos e capítulos de livro destacando a dimensão educativa do tradicionalismo gaúcho. E por fim, Letícia Fonseca Richthofen de Freitas, cuja produção acadêmica, em parte, debate o que ela chama de “pedagogia do gauchismo”.

Em relação ao campo teórico-metodológico da pesquisa, tenho a História Cultural como referência epistemológica. Minhas análises revelam o MTG como uma “empresa burocrática” (WEBER, 1999) que foi construindo o “poder simbólico” (BOURDIEU, 1989) de produzir e perpetuar representações (CHARTIER, 2002, 2009; PESAVENTO, 1993) e práticas (CHARTIER, 2002) de tradicionalismo. E em seus primeiros anos de atividade, essa entidade “produtora de cultura” (CERTEAU, 1998) utilizou a educação como uma “estratégia” (CERTEAU, 1998) de ação.

Meu objetivo não é tratar aqui sobre o que o MTG ensina, mas sim, evidenciar que existe essa inclinação a utilizar a educação como suporte a suas práticas. Contudo creio que vale a pena reiterar o que acredito que seja uma das principais coisas que se aprende através do tradicionalismo institucionalizado: modos de ser gaúcho, o que chamarei neste trabalho de representações e práticas de tradicionalismo – tangenciando um debate com as teorias de Stuart Hall (1996; 2000) e Kathryn Woodward (2000) concernentes à questão da identidade e, mais especificamente, com as ideias de Ruben Oliven (1984; 1990; 1993a; 2003) a respeito da construção da identidade gaúcha.

O Movimento Tradicionalista Gaúcho, por ter a característica de ser institucionalizado, burocratiza e normatiza o gauchismo, cujas regras são apropriadas pela população do estado através de um processo educacional. Ser

gaúcho é algo que se aprende, seja na sociedade, no CTG ou na escola. É esse ato de educar que me interessa e sobre ele quero me debruçar, no sentido de tentar provar que isso foi uma estratégia de atuação da entidade nos seus primeiros anos de atividade.

Para falar de educação parto, portanto, de uma perspectiva próxima a do campo teórico dos Estudos Culturais, mesmo que este não seja o balizador da pesquisa que desenvolvi. Quando se fala em educação, inevitavelmente se pensa, inicialmente, na escola. Esta foi e continua sendo a instituição a quem foi delegada a tarefa de educar. Porém, a própria LDBEN nº 9394 de 1996 afirma em seu Art. 1º, que

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Percebe-se, a partir desse trecho, que o principal documento brasileiro que normatiza a educação, reconhece que ela não acontece unicamente nas escolas. E um problema que muitas vezes enfrentei ao longo de meus quatro anos de estudos de doutoramento foi, justamente, me desfiliar da ideia de educação escolarizada como modelo. Talvez isso se dê por conta de uma influência da pedagogia histórico-crítica, sobre a qual Saviani (2011, p. 84) advoga no sentido de pensar a escola como o lugar do “saber sistematizado”. E aí se colocou o meu dilema, porque durante muito tempo me preocupei em definir os CTGs como espaços de educação não-formal, tendo como referência Gohn (2006).

Por vários motivos essa definição não se sustentava, principalmente porque há diversas formalidades na educação tradicionalista. Inclusive, muitas são as similaridades com a escola, como por exemplo, as divisões por faixas etárias²⁰ das invernadas, as aulas com professores especializados, a adoção de bibliografia didática, etc. Sendo assim, o parâmetro parece sempre estar na escola. Percebo que o melhor caminho não é esse, porque indo por esse viés, acabo concordando com Saviani (2011, p. 84), quando afirma que

²⁰ De acordo com o Art. 5º do Regulamento Artístico do MTG de 2022, nos eventos artísticos da entidade pode haver as seguintes categorias: I - Pré-mirim - até nove (9) anos (não pode ter feito 10). II - Mirim - até treze (13) anos (não pode ter feito 14). III - Juvenil - até dezessete (17) anos (não pode ter feito 18). IV - Adulta – mínimo de quinze (15) anos. V - Veterano - mínimo de trinta (30) anos. VI - Xirú – mínimo de quarenta (40) anos.

A educação escolar é simplesmente a educação; já as outras modalidades são sempre definidas pela via negativa. Referimo-nos a elas através de denominações como educação não escolar, não formal, informal, extraescolar. Portanto, a referência de análise, isto é, o parâmetro para se considerarem as outras modalidades de educação, é a própria educação escolar. Esta é a situação com a qual nos defrontamos hoje.

O que o autor deseja com essa reflexão é recolocar as análises de sua corrente, a pedagogia histórico-crítica, concentradas na escola, que ele entende que seja, como já foi dito, a instituição responsável pela sistematização do saber. Minha tese também vai se ocupar de discutir o desejo do MTG de penetrar na rede escolar de ensino, entretanto, vai um pouco além. Por isso, novamente recorro ao referencial dos Estudos Culturais, principalmente no que concerne ao campo das pesquisas sobre educação.

Em Hall (1997), se pode encontrar uma definição muito interessante sobre a “centralidade da cultura”. Esse entendimento coloca a cultura em paralelo a outros elementos que, historicamente, foram considerados pelas ciências humanas como os que mais interferem na nossa vida, como por exemplo, a política e a economia. E no campo da educação, essa corrente vem investigando o que tem sido chamado de “Pedagogias Culturais”, justamente porque tem se ocupado de estudar as relações entre a educação e as práticas culturais habituais.

Foi nessa linha que Letícia Fonseca Richtofen de Freitas desenvolveu seus estudos de doutoramento, concluídos em 2006. Nesse trabalho a autora conceituou a “pedagogia do gauchismo”, destacando seu papel na construção identitária de gaúchos em situação de diáspora. Estudando populações de migrantes gaúchos que foram para o estado do Mato Grosso, a pesquisadora evidencia a educação em sentido mais dilatado, aceitando a produzida pela escola, mas considerando também “[...] práticas mais amplas forjadas na esfera social, as quais nos ensinam as mais variadas formas de nos constituirmos enquanto seres humanos [...]” (FREITAS, 2006, p. 20). Partindo dessa tese, Freitas publicou uma série de artigos discutindo esta “pedagogia do gauchismo”.

No mesmo sentido, porém pelo viés teórico da Antropologia, Ceres Karam Brum também identifica, em vários trabalhos, que o gauchismo se propaga através de processos educacionais. Em artigo publicado sob o título de “Educar para ser

gaúcho: breves apontamentos sobre as relações entre o Movimento Tradicionalista Gaúcho e a escola", a autora afirma que,

O *Educar para ser gaúcho*, que nomeia o texto [...]. Significa perceber tanto as atividades desenvolvidas em territórios do gauchismo (tais como os CTGs em suas festas e cotidiano, por exemplo) quanto os ensinamentos e atividades relativas ao tradicionalismo na escola, como atinentes à formação de jovens tradicionalistas e a aceitação da imposição da figura do gaúcho como imagem arquetípica preponderante a ser disseminada e cultuada no Rio Grande do Sul (BRUM, 2008, p. 3).

Diante dessas ponderações, quero aqui trazer o seguinte posicionamento: também acato a ideia de que a educação não ocorre, apenas, no ambiente escolar. Ela também se dá em diferentes esferas das relações humanas, em outros tipos de instituições e, até mesmo, fora delas. No caso de meu objeto de análise, o Movimento Tradicionalista Gaúcho, identifico que ele usou a educação como estratégia de atuação, seja penetrando na rede escolar ou utilizando os CTGs como escolas de tradicionalismo.

Sendo assim, elenco os objetivos deste projeto de pesquisa.

Objetivo Geral: identificar a educação como uma estratégia de atuação do MTG durante suas primeiras duas décadas de atividade.

Objetivos Específicos:

- conhecer o processo de institucionalização do MTG e perceber como a educação se inseriu nesse contexto;
- analisar fontes documentais que possam apontar indicadores de que a educação foi uma estratégia de atuação do MTG;
- identificar possíveis maneiras com as quais o MTG tenha operacionalizado a estratégia de uso da educação para atingir seus objetivos.

Foi buscando atingir tais objetivos que esta pesquisa se desenvolveu. A partir deles foram traçadas as diretrizes metodológicas que produziram os dados que sustentam a argumentação aqui defendida. E para melhor organizar as ideias, explicito a seguir a estruturação do texto apresentado.

O Capítulo 1 é este introdutório, no qual abri a discussão elencando os principais elementos motivadores do trabalho (tema, problema de pesquisa, tese,

objetivos, alguns tensionamentos teórico-metodológicos, etc.). O segundo capítulo é dedicado à definição do objeto de investigação, o Movimento Tradicionalista Gaúcho, expandindo sua compreensão levando em consideração o contexto em que foi gestado, incluindo neste a questão da educação por um viés histórico. As referências epistemológicas e teórico-metodológicas se encontram no Capítulo 3, seguido do Capítulo 4 que apresenta as cinco fontes mobilizadas na investigação: literatura histórica tradicionalista, relatos bibliográficos dos fundadores do tradicionalismo, entrevista com Mário Mattos, fundador do 35 CTG, Anais dos Congressos Tradicionalistas e Revista do Ensino do Rio Grande do Sul. O quinto capítulo é dedicado às análises produzidas neste estudo, seguido das Considerações Finais.

2. DEFINIÇÃO DO OBJETO: O MTG, O CONTEXTO E A EDUCAÇÃO

O que é o Movimento Tradicionalista Gaúcho? Como surgiu? Que eventos estavam acontecendo no Rio Grande do Sul, no Brasil e no mundo à época em que iniciou suas atividades? Quais possíveis reverberações esse contexto provocou na educação?

Estas questões foram elencadas com o intuito de tentar manter a objetividade do texto. Acredito que o que será apresentado é importante, principalmente, para eventuais leitores que não tiveram a mesma possibilidade que eu tive de experimentar o meio tradicionalista. No entanto, não é apenas a compreensão do que é o MTG que importa.

Creio que ao longo de todo este escrito tenho a intenção de tensionar o sentido do MTG, não apenas explicar seu funcionamento ou estrutura. Há pontos mais sensíveis a serem problematizados. No capítulo introdutório, elenquei, inclusive, aprendizagens que tive a partir de minhas experiências como tradicionalista. Operando conceitualmente a partir de Larrosa (2002), entendo que tais experiências podem ser produtoras de sentidos e de modos de agir. O que estou querendo dizer é que, talvez o desejo de manter uma escrita objetiva possa obstar uma compreensão mais significativa do que é o tradicionalismo gaúcho. Mas é melhor deixar as inseguranças de lado e ir adiante.

Este capítulo está dividido em três seções, sendo a primeira delas mais objetiva, com vistas a conceber o MTG como instituição. Importa dizer que boa parte do que será apresentado advém de informações prestadas pelo site da instituição (www.mtg.org.br). Na segunda parte, recorro ao recurso de busca de uma historicização da gênese do Movimento a partir da visão dos tradicionalistas. A última seção tentar articular o objeto MTG ao contexto histórico em que se insere, levando em consideração a historiografia do Rio Grande do Sul em diferentes campos, especialmente o da educação.

2.1 O que é o Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG)

Importa muito nesta tese evidenciar aspectos relativos à história da fundação do Movimento Tradicionalista Gaúcho. No entanto, penso que, por ora, é necessária uma definição e a elucidação de questões relacionadas ao seu funcionamento.

O MTG se autodefine como “[...] uma associação civil. Possui personalidade jurídica e se caracteriza como de direito privado, sem fins lucrativos, com circunscrição em todo o território nacional e com número ilimitado de associados indicados sob a denominação de filiados”²¹. Além disso, a instituição tem o objetivo de:

- 1º - congregar os Centros de Tradições Gaúchas e entidades afins para constituir uma associação que permite padronização de procedimentos e realização de atividades com abrangência estadual ou nacional das quais participam todos os filiados com interesse no tema;
- 2º - preservar o núcleo da formação gaúcha e a ideologia consubstanciada nos estudos da história, da tradição e do folclore, além do que constam nos documentos fundamentais, como as teses aprovadas em congressos e a Carta de Princípios que define os objetivos do tradicionalismo gaúcho desde o ano de 1961.²²

A institucionalização do MTG parte da necessidade de alinhar discursos e ações das inúmeras entidades tradicionalistas que estavam sendo fundadas no Rio Grande do Sul nos anos de 1950 e 1960. Algumas já existiam desde fins do século XIX, como a União Gaúcha J. Simões Lopes Neto em Pelotas, até hoje em funcionamento. Outras deixaram de existir. Entretanto, muitas não tiveram o mesmo poder de difusão de ideias que os Centros de Tradições Gaúchas (CTGs) fundados na época citada. Este é um fenômeno que causa curiosidade e estranhamento e que será devidamente estudado no decorrer da elaboração desta tese.

Pode-se afirmar que o 35 CTG, fundado em 1948, foi o pioneiro do ânimo tradicionalista do fim da década de 1940, sendo acompanhado por uma ampla disseminação de entidades com o mesmo fim nos anos seguintes. Ao longo das décadas de 1950 e 1960 aconteceu uma série de encontros entre lideranças de tais instituições, os quais foram chamados de Congressos Tradicionalistas. Nestas ocasiões, os participantes realizaram debates, defesas de teses, aprovaram proposições e moções e definiram estratégias de atuação dos CTGs e outras entidades que se organizam da mesma forma, porém, com nomenclaturas e siglas diferentes. O resultado depois de doze Congressos Tradicionalistas foi a fundação do Movimento Tradicionalista Gaúcho.

O MTG, portanto, surgiu a partir da vontade dos incipientes tradicionalistas de organizar uma instituição com grau hierárquico superior, à qual os CTGs ficariam

²¹ Disponível em: <<http://www.mtg.org.br/historico/210>> acesso em 23 de maio de 2021.

²² Disponível em: <<http://www.mtg.org.br/historico/210>> acesso em 23 de maio de 2021.

subordinados se a ele desejassem se filiar. Sendo assim, a referida instituição é responsável pela congregação das entidades tradicionalistas e através dela são definidas as representações e as práticas de tradicionalismo. De acordo com o site do movimento, atualmente são quase 1700 entidades filiadas ao MTG no Rio Grande do Sul, no Brasil e no exterior, somando cerca de um milhão de associados.

A partir do processo de institucionalização do MTG, o tradicionalismo gaúcho passou a adotar a burocracia dentro de sua esfera de dominação. Seus adeptos garantem esse poder simbólico da instituição na medida em que, para dele participar, orientam suas atividades pelos estatutos, regulamentos, notas de instrução e outros documentos normativos. Essa burocratização passou a normatizar o “ser gaúcho”, uma vez que impôs regras, normas de conduta, valores e princípios que devem ser seguidos pelos associados sob pena de sofrerem sanções administrativas e até a expulsão (ou exclusão) do Movimento – conforme o inciso III do Art. 9º do Código de Ética Tradicionalista²³. Tais regras definiram uma representação do gaúcho típico, a qual tem sido sistematicamente apropriada pelos frequentadores dos CTGs e disseminadas em suas práticas sociais, não só dentro do ambiente tradicionalista, mas também no cotidiano.

A organização institucional do MTG se dá sobre quatro elementos: normativos, eletivos, administrativos e de assessoramento. Os órgãos normativos são o Congresso Tradicionalista e a Convenção Tradicionalista. O primeiro é responsável por traçar diretrizes doutrinárias, já o segundo define as normas político-administrativas da entidade. A Assembleia Geral Eletiva é o órgão que elege os membros do Conselho Diretor, este que juntamente com as Coordenadorias Regionais (31 ao total), compõem os órgãos administrativos executivos; complementando a área administrativa, existe também a Junta Fiscal. Por fim, o Conselho de Vaqueanos (ex-presidentes do Conselho Diretor) e o Conselho de Ética são os órgãos de assessoramento e que zelam pelos valores tradicionalistas.

Dentre as dimensões citadas, importa nesse projeto os órgãos normativos, mais especialmente os Congressos Tradicionalistas. Neles são definidas as questões ideológicas da entidade, bem como as suas estratégias de atuação. Portanto, os anais de tais eventos são importantes fontes para esta investigação. Alguns destes anais foram publicados em forma de livro e outros estão digitalizados,

²³ Disponível em: <http://www.mtg.org.br/legislacao/298>.

porém, a maioria se encontra arquivada na sede do MTG, na cidade de Porto Alegre. Já tive a oportunidade de pesquisar nos arquivos da instituição e acessei tais documentos. No capítulo 4 darei mais evidência a esta e as outras fontes mobilizadas na pesquisa.

2.2 O MTG visto pela ótica tradicionalista

Diversos tradicionalistas se dedicaram a abordar sobre o surgimento do Movimento Tradicionalista Gaúcho. Alguns, tais como Fraga Cirne (2017), Savaris (2016) e Bastos (2016), tratam da questão ainda no século XIX, relatando iniciativas como a Sociedade Riograndense Beneficente e Humanitária, localizada na capital do Império Brasileiro, a Sociedade Partenon Literário em Porto Alegre, o Grêmio Gaúcho, também em Porto Alegre e a União Gaúcha J. Simões Lopes Neto em Pelotas. Ao longo da primeira metade do século XX, muitas outras associações foram criadas, algumas delas com características que podem revelar alguma espécie de caráter regionalista.

Por essa perspectiva, Fraga Cirne (2017, p. 33-34) relaciona 24 instituições que chamou de “Entidades Precursoras”, as quais foram inauguradas entre 1854 e 1947. Mas não é prudente identificá-las como pioneiras do tradicionalismo. Frente a tais equívocos, a recente historiografia do Rio Grande do Sul já deu conta de resolver essa confusão que é epistemológica. No entanto, há um ponto em que se pode concordar com esse historiador tradicionalista: a mais recente instituição de sua lista pode ser considerada o ponto de partida que culminou na fundação do Movimento Tradicionalista Gaúcho quase vinte anos depois em 1966. A entidade em questão é o Departamento de Tradições Gaúchas do Grêmio Estudantil do Colégio Júlio de Castilhos.

É a partir da criação, em 1947, do DTG do Grêmio do colégio Julinho que o tradicionalismo começou a se institucionalizar, pois seus fundadores agiram de forma a propagar suas representações e práticas de tradicionalismo. Um episódio emblemático dos primórdios da atuação da entidade foi a formação do “Piquete da Tradição”, que composto por oito cavaleiros liderados por Paixão Côrtes, escoltaram o desfile de traslado dos restos mortais²⁴ do General Farroupilha Davi Canabarro em

²⁴ O culto cemiterial pode ser considerada uma característica do Positivismo, corrente teórica de grande influência sobre o MTG. Uma boa referência para entender esse culto é o historiador português Fernando Catroga.

um percurso dentro da cidade de Porto Alegre durante as comemorações da Semana da Pátria de 1947. Mais tarde, por ocasião do 1º Congresso Tradicionalista, esse agrupamento de cavalarianos foi batizado de “Grupo dos Oito”²⁵.

Na noite do dia 7 de setembro de 1947, ao final dos festejos da Semana da Pátria na capital dos gaúchos, três integrantes do Grupo dos Oito retiraram uma centelha da Pira da Pátria e levaram até o Colégio Júlio de Castilhos, onde acenderam um candeeiro que deu origem à expressão “Chama Crioula”. A partir dessa ocasião, surgiu a “Ronda Crioula”, uma guarda ao fogo simbólico que durou até o dia 20 de setembro daquele ano. Esse foi o berço da chamada “Semana Farroupilha”, criada oficialmente por meio de uma lei estadual (nº 4.850) no ano de 1964. Durante a realização da Ronda Crioula, uma série de atividades de cunho tradicionalista aconteceu (bailes, concursos de dança, saraus literários, etc.), dando início às práticas tradicionalistas das pessoas que dela participaram.

O próximo passo importante na institucionalização do tradicionalismo gaúcho foi a fundação do 35 CTG, em 1948. Já com apoio de Luiz Carlos Barbosa Lessa, também ex-aluno do Colégio Júlio de Castilhos, aqueles incipientes tradicionalistas se acercaram de outras pessoas que manifestaram o mesmo intuito de criar uma espécie de clube gauchesco. Barbosa Lessa coletou assinaturas e ganhou o apoio de Glaucus Saraiva, que à época fazia parte de um grupo de escotismo que tinha um interesse semelhante ao dos alunos do Julinho. Dessa forma, já estavam reunidos aqueles que, provavelmente, foram os três principais intelectuais do tradicionalismo gaúcho: Paixão Côrtes, Barbosa Lessa e Glaucus Saraiva. A obra²⁶ destes terá maior destaque nesse trabalho pois será uma das fontes com as quais trabalharei com o intuito de identificar/provar que a educação esteve no centro dos debates que definiram estratégias de atuação do Movimento Tradicionalista Gaúcho.

A partir da fundação do 35 CTG, muitos outros Centros de Tradições Gaúchas foram surgindo no Rio Grande do Sul. Segundo Côrtes e Lessa (1975, p. 95), “a grande força divulgadora” teria sido o jornalista Sady Escalante e sua coluna semanal, depois transformada em página inteira dominical no jornal Diário de

²⁵ Composto, de acordo com Fraga Cirne (2017, p. 41) por “Cyro Dutra Ferreira, Antônio João Sá de Siqueira (Siqueirinha), Orlando Jorge Degrazia, Fernando Machado Vieira, João Carlos D’Ávila Paixão Côrtes, Cyro Dias da Costa (Pelego), Cilço Araújo Campos e João Machado Vieira (Galo Velho)”.

²⁶ A palavra obra está sendo aqui utilizada como uma expressão, no sentido de conjunto da produção, e não de, apenas, uma produção específica. A mesma palavra vai aparecer em vários momentos do texto e seu sentido estará condicionado à compreensão do contexto em que se insere.

Notícias. De acordo com Fraga Cirne, (2017, p. 48), houve, portanto, uma “Assembleia Tradicionalista” em 1952 na cidade de Pelotas, quando ficou definido que haveria um Congresso Tradicionalista, onde dentre outras discussões, entraria em pauta a ideia de criar uma federação de entidades tradicionalistas. Esta foi a gênese da idealização do Movimento Tradicionalista Gaúcho. Porém, a instituição só foi fundada, efetivamente, em 1966, durante a realização do 12º Congresso Tradicionalista, na cidade de Tramandaí. Os Congressos Tradicionalistas foram importantes não apenas para a fundação do MTG, mas também para a definição das diretrizes e estratégias de atuação do mesmo (BASTOS, 2016; SAVARIS, 2016; FRAGA CIRNE, 2017).

O Movimento Tradicionalista Gaúcho surgiu como uma instituição que une as diferentes entidades tradicionalistas. Como estas se proliferaram rapidamente pelo estado, seus membros julgaram importante criar uma federação que coordenasse as práticas tradicionalistas através de um aparato burocrático que garantisse legitimidade às representações de gauchismo. O MTG possui esse poder simbólico e, de acordo com Mariante (1976, p. 13), “É o legítimo porta-voz do tradicionalismo gaúcho. [...]”, opinião partilhada e plagiada por Savaris (2016, p. 128-129) que identifica a entidade como “Verdadeiro clube-de-serviços que presta à sociedade sul-rio-grandense as mais qualificadas atividades culturais referentes à identidade cultural regional, além de funcionar como uma grande rede de educação cívica e preservação dos valores familiares”.

É notável a inclinação de alguns importantes intelectuais do MTG de colocá-lo mesmo na condição de autoridade legítima sobre o discurso tradicionalista. Daí, provavelmente, a necessidade de institucionalização, para através da burocratização garantir a dominação (WEBER, 1999) sobre seus afiliados. E é provável que, de alguma forma, aqueles primeiros ideólogos do tradicionalismo já estivessem identificando algum tipo de desvio do que julgassem ser o verdadeiro sentido ou objetivo do movimento.

Glaucus Saraiva já em 1968 – apenas dois anos após a fundação do MTG – denunciava que, depois de vinte anos do “nôvo surto nativista no Estado” (SARAIVA, 1968, p. 7), com o ingresso de muitos integrantes ao Movimento, “[...] surgiram os individualismos, os aproveitamentos pessoais, os interesses inconfessáveis e subterrâneos, as vaidades, as pseudo-lideranças, os irresponsáveis, as cachaçadas, os fandangos, as palhaçadas e ... a decadência, que há muito vem se esboçando”

(SARAIVA, 1968, p. 7). O texto em que tais palavras foram proferidas é o “Manual do Tradicionalista”, obra que compõe o corpus documental e que foi analisado neste trabalho. Cabe salientar que os manuais são tipos de escrita peculiares que visam à instrumentalização de modos de agir. E essa característica orientação à ação desenvolvida pelo MTG, para ter legitimidade, é baseada na burocratização e no discurso científico positivista, típico das sociedades modernas. Todavia, no caso da entidade em questão, há que se considerar também a ode à tradição com base em um passado idealizado, o que corrobora para a tese da tradição inventada (HOBSBAWN, 2017).

Por fim, ainda se pode ressaltar o desejo dos tradicionalistas de estarem mais próximos às instâncias políticas. Paixão Côrtes e Lessa (1975, p. 97) anunciam que o “Tradicionalismo é o movimento popular que visa auxiliar o Estado na consecução do bem coletivo, através de ações que o povo pratica – mesmo que não se aperceba de tal finalidade – no sentido de reforçar o núcleo de sua cultura [...].” Essa estratégia de inserção no âmbito político – baseada na Tese “O Sentido e o Valor do Tradicionalismo”, defendida por Barbosa Lessa no 1º Congresso do Movimento e que é uma das principais bases ideológicas do mesmo – prosperou. Já em 1954 foi criado o Instituto de Tradição e Folclore (ITF) dentro da Divisão de Cultura da Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul. Não me foi possível até o momento precisar se a criação de tal instituto se deu antes ou depois do 1º Congresso (ocorrido entre 02 e 04 de julho de 1954), contudo, é evidente que a movimentação política dos tradicionalistas já frutificava. Essa relação entre o MTG e o Governo do Estado é flagrante e fecunda para a compreensão do sucesso do Movimento Tradicionalista, porém, neste trabalho, importou mais analisar, apenas, as imbricações entre os dois órgãos no que tange à questão educacional.

2.3 O MTG no contexto histórico

Uma boa parte da historiografia do Rio Grande do Sul se dedicou especificamente ao tema do Movimento Tradicionalista Gaúcho. Algumas destas contribuições serão trazidas para o debate que proponho, não sem antes recorrer a outros autores que oferecem subsídios teóricos de compreensão contextual. Importa agora, portanto, apresentar alguns breves elementos do contexto político, econômico e social do estado, articulando, de certa forma, ao cenário nacional e internacional, para ilustrar as tramas históricas que levaram ao surgimento do

gauchismo institucionalizado, considerando também a questão educacional dentro dessa trama.

Boa parte da historiografia do Brasil e do Rio Grande do Sul apontam que, durante a República Velha (1889-1930), o Rio Grande do Sul ainda era um estado periférico em termos econômicos. Vivia do abastecimento do mercado interno brasileiro com produtos agrícolas de menor valor que o café, grande item da balança comercial brasileira à época e cujo centro produtivo era a região sudeste do país. Nem mesmo a ascensão do grupo político que dominou o estado no período, o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), marcado por nomes importantes, conseguiu tirar a província da condição de coadjuvante na economia nacional. Segundo Pesavento (2014, p. 68), “A República veio confirmar a posição gaúcha de tradicional fornecedor do mercado interno do país, com sua economia subsidiária de base fundamentalmente agropecuária”.

Principalmente em relação à economia, essa visão tem sido contestada por trabalhos mais recentes. Herrlein Jr. (2000) construiu uma tese que aponta que o Rio Grande do Sul já fazia sua transição para o capitalismo durante a República Velha. De acordo com ele, isso se deu devido ao apoio do “Estado regional”, já que

As políticas públicas das administrações republicanas estaduais visaram, entre outros propósitos, a integração do mercado regional, a organização corporativa e a diversificação dos setores produtivos, buscando a auto-suficiência e a redução da dependência da economia estadual [...] (HERRLEIN JR, 2000, p. 13).

Apesar de considerar as questões econômicas importantes para a elaboração de um contexto histórico e nele situar meu objeto, não julgo pertinente aprofundar mais esse debate. Mas é importante destacar que, mesmo já havendo pesquisas mais recentes a respeito da história econômica do Rio Grande do Sul, percebe-se que as análises se centram em um mesmo elemento: a atividade agropecuária como motor econômico da região. Esse ponto é relevante para a construção que proponho, pois essa relação da sociedade gaúcha com o campo é um dos pilares fundamentais do tradicionalismo gaúcho.

Mesmo que meu objeto de análise esteja mais centrado nas décadas de 1950 e 1960, resolvi retroceder um pouco mais ao passado nesta seção porque acredito que há questões que precisam ser pontuadas. Assim como a questão econômica,

articulada com questões sociais, teve influência na construção das representações tradicionalistas, a política também teve.

Em termos políticos, a região sudeste do Brasil, por conta de uma série de fatores (economia mais pujante, maiores colégios eleitorais, domínio da máquina pública, etc.), dominava o cenário político nacional. Porém, o Rio Grande do Sul ajudou a compor quadros políticos importantes durante a República Velha e, principalmente, após a chamada “Revolução de 1930”. Nas primeiras décadas republicanas, o estado gaúcho foi dominado pelo PRR através de governadores como Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros, Carlos Barbosa Gonçalves e Getúlio Vargas, que viria a ser presidente do país em 1930.

É interessante, mesmo que de forma muito superficial, fazer algumas ponderações a respeito da atuação do PRR no Rio Grande do Sul durante a Primeira República, o que permite comprehendê-la como importante para desdobramentos posteriores na política nacional. Proponho que algumas bases ideológicas do partido atravessaram a esfera estadual, repercutindo na política nacional. Targa (2004), por exemplo, argumenta que os fundamentos do projeto de Estado desenvolvimentista do Brasil – que teriam orientado as relações Estado-sociedade desde o início da Era Vargas, em 1930, até o início dos anos 1990 – estão assentadas na experiência do PRR naquela unidade federativa. Getúlio Vargas era herdeiro dessa corrente e dela extraiu alguns elementos que pautaram sua plataforma de governo nacional.

A crise mundial do fim dos anos 1920, cujo episódio mais conhecido é a quebra da Bolsa de Valores de Nova York em 1929, teve grande repercussão no Brasil. Ainda pouco industrializado, nosso país dependia das exportações de produtos agrícolas, em especial do café. Diante do cenário de recessão, os lucros com as exportações caíram drasticamente, o que provocou consequências também no âmbito político. Durante a República Velha a política nacional era dominada, em especial, pelas oligarquias cafeeiras dos estados de São Paulo e Minas Gerais, através dos Partidos Republicanos Paulista (PRP) e Mineiro (PRM). Este momento de depressão econômica cindiu o grupo de cafeicultores que controlava o país, viabilizando a candidatura e uma possível eleição de Getúlio Vargas à presidência da república em 1930.

Mesmo derrotado nas eleições, Vargas conseguiu o apoio de importantes setores da sociedade, em especial, dos militares, promovendo um Golpe de Estado

que lhe garantiu a presidência. Finalmente um representante do Partido Republicano Rio-grandense chegava ao poder federal, contudo, frustraram-se as pretensões gaúchas de um governo mais orientado em favor do Rio Grande do Sul (PESAVENTO, 2014, p. 104).

É a partir dos anos 1930 que o contexto histórico do Brasil e do Rio Grande do Sul começa a interessar mais a este trabalho (cujo recorte temporal é entre as décadas de 1930 e 1960), em especial porque identifico que foi nesse período que começou a escolarização, e consequente formação intelectual, daqueles que viriam a institucionalizar o tradicionalismo gaúcho na década seguinte. Dessa forma, uma série de elementos poderiam estar presentes nesta contextualização, mas vou escolher apenas alguns que considero mais relevantes para tratar de forma breve. São eles: a manutenção do RS na condição de estado periférico à política e economia nacionais; o nacionalismo varguista, que fez recrudescer o regionalismo; a influência estadunidense no país no contexto da 2ª Guerra Mundial e do pós-guerra; a educação como importante item do projeto de desenvolvimento brasileiro à época.

Ao assumir a presidência, Vargas foi adotando uma postura nacionalista e buscou superar a crise incentivando a industrialização. Nesse contexto, a região sudeste do país foi a principal promotora da mudança econômica, permanecendo o Rio Grande do Sul na condição de estado periférico. De acordo com Gertz (2005, p. 11-12), o novo presidente nomeou vários políticos gaúchos para cargos importantes no governo, porém a visão centrada no Estado Nacional não garantiu benefícios ao RS. Cortés (2007, p. 64) também advoga nessa perspectiva ao afirmar que “Os gaúchos esperavam que a vitória militar de 1930 traria fundos federais em abundância e benefícios econômicos para o Rio Grande do Sul, mas ficaram amargamente decepcionados”. Magalhães (1980) definiu de maneira interessante essa posição gaúcha após 1930, afirmando que a referida unidade federativa deixou de ser protagonista para ser coadjuvante.

Enquanto o Sudeste ganhava mais incentivos para sua industrialização, o Rio Grande do Sul permanecia com a economia voltada à produção de gêneros de subsistência para o abastecimento do mercado interno (PESAVENTO, 2014, p. 105). Contudo, era um momento em que, de fato, o Brasil estava crescendo economicamente, acompanhado de um crescimento urbano e consequente êxodo rural. No RS não foi diferente, já que a baixa remuneração dos trabalhadores do campo, associada à mecanização da produção, bem como à industrialização

agropecuária (frigoríficos e outras empresas no setor alimentício), além de iniciativas industriais na capital Porto Alegre e nas regiões metropolitana e serrana, mudavam o cenário econômico-social do estado. Estas mudanças foram sentidas por parte da população gaúcha, em especial por aqueles que viriam a ser os fundadores do tradicionalismo gaúcho no fim da década de 1940. Nesse sentido, Leal (2021, p. 70) argumenta que

É sugestivo que, como um movimento cultural, esse renascimento de tradições gaúchas nos meios urbanos foi organizado por intelectuais e folcloristas oriundos de uma classe média de cidades do interior do estado; no entanto, não se trata de indivíduos descendentes de uma população rural diretamente envolvida com a produção de gado. Esse movimento coincide com a intensificação da urbanização no Rio Grande do Sul, com mudanças no sistema de propriedade da terra e com certa tensão entre formas tradicionais e extensivas da produção de gado e pastoreio e formas mais modernas de pecuária, integradas com a produção agrícola e com intensiva exploração do solo.

Por mais que persistisse, portanto, o caráter agropecuário da economia gaúcha, essa característica ganhava novas nuances devido à inserção brasileira no capitalismo industrial. Essas mudanças políticas e econômicas foram, dessa forma, importantes elementos que contribuíram para o sentimento de “estado coadjuvante”, percebido também no âmbito social, refletindo naqueles que iriam fundar o tradicionalismo. Oliven (1991, p. 42) indica que a maioria dos fundadores do MTG era oriunda de áreas pastoris, alguns descendentes de pequenos proprietários em regiões onde predominava o latifúndio ou provenientes de famílias estancieiras em decadência. Isso explica por que o CTG pode ser considerado uma representação de uma estância, ou como sinaliza Maestri (2010, p. 361), um “espaço de encenação romântizada das práticas sociais e produtivas da fazenda pastoril”.

O incipiente movimento tradicionalista do final dos anos 1940 foi, portanto, fortemente inspirado pelo caráter rural da história econômica do Rio Grande do Sul. Mesmo em um contexto em que a população urbana já começava a superar a do campo e de intensificação da atividade industrial, que passou a movimentar ainda mais o desempenho do terceiro setor, o episódio do êxodo rural foi apropriado pelas representações tradicionalistas. Essa ideia de “desterro”²⁷, que já era musa em

²⁷ Uma análise muito interessante dessa ideia está em Zalla (2018), mais especificamente na seção 6.2 de sua tese (ver referência completa no final deste escrito). Nela, a partir da canção “Negrinho do Pastoreio”, de autoria de Luiz Carlos Barbosa Lessa, o pesquisador discute o sentimento de desajuste do homem do campo à cidade, que é tão presente no meio tradicionalista.

outras manifestações como a arte e a literatura, ocupou também o centro do ideário do tradicionalismo.

Essa questão precisa ser pensada à luz do contexto em que se inseria. No projeto desenvolvimentista dos governos pós 1930, o Rio Grande do Sul era visto como o “celeiro” que garantiria a subsistência do país que crescia economicamente com a industrialização, em especial, da região Sudeste, a mais privilegiada, mesmo por governantes de origem gaúcha como Getúlio Vargas. Esta constatação remete ao ideal nacionalista inaugurado por este presidente, tópico que também precisa ser explorado para que se entenda o tradicionalismo gaúcho.

É fácil encontrar relatos dos fundadores do tradicionalismo fazendo alusão à falta de prestígio à cultura riograndense dentro do próprio estado gaúcho na década de 1940. Paixão Côrtes (1990, p. 45), por exemplo, afirma que “A própria sociedade urbana interiorana hostilizava nosso campesino, chamando-o de baicuera, caipira e de outras expressões de menosprezo. Assim estava a situação no Rio Grande do Sul na década de 40”. Em entrevista²⁸ a Luís Augusto Fischer em 1999, Barbosa Lessa vai ao encontro dessa ideia ao afirmar que, em Porto Alegre, ele e outros jovens de raízes interioranas eram malvistos e tratados como “grossos do interior”. Ambos os folcloristas identificam que a política nacionalista imposta por Vargas – especialmente a partir do Estado novo (1937-1945) – bem como a influência cultural externa – mais especificamente a estadunidense – eram as responsáveis por esse fenômeno discriminatório em relação aos hábitos regionais.

O golpe imposto por Getúlio Vargas em 1937 instaurou uma ditadura que durou até 1945. É saliente nesse período a intensificação do discurso e de práticas nacionalistas, em consonância com o cenário mundial, já que

Em uma situação mundial de crise econômica, de avanço das ideologias nacionalistas e de acirramento dos conflitos internacionais, marcada pela drástica redução dos fluxos de capitais, com os países buscando, de maneira geral, saídas nacionais para a crise, deveria parecer plausível e possível uma alternativa nacionalista para o desenvolvimento do Brasil (CORSI, 2000, p. 78).

Essa questão do nacionalismo no Brasil durante os anos 1930 e 1940 é complexa no contexto da minha investigação, mas ao mesmo tempo bastante

²⁸ Publicada no ano 2000 pelo Instituto Estadual do Livro em uma edição da Secretaria de Estado da Cultura intitulada “Autores Gaúchos”, cujo volume 5 é sobre Luiz Carlos Barbosa Lessa. O trecho referido encontra-se na página 18 da publicação.

importante. Tentando simplificar, reitero que, a resistência que os fundadores do tradicionalismo impuseram ao nacionalismo precisa ser entendida no âmbito de seu modelo, o qual denomino como “varguista”.

Em linhas gerais, entendo que o nacionalismo varguista, em especial durante o Estado Novo, promoveu uma série de ações no sentido de eliminar manifestações culturais regionais em prol da valorização da “brasilidade”. Aqui está um ponto a destacar: o incipiente movimento tradicionalista também era nacionalista, mas em oposição ao modelo de Vargas. Visto aqui como uma tática de um grupo de receptores de cultura (CERTEAU, 1998), o tradicionalismo gaúcho passou a disputar espaço no âmbito da construção da identidade nacional. Esse objetivo era inspirado pelas correntes historiográficas “lusitanistas”²⁹ da época, bem como pelo incipiente movimento folclórico³⁰ que despontou no final dos anos 1940.

Nessa mesma esfera, havia também a percepção de influência cultural externa, em especial estadunidense, devido ao alinhamento brasileiro às “Potências Aliadas” durante a 2ª Guerra Mundial e ao bloco capitalista liderado pelos EUA durante a Guerra Fria. Ou seja, no campo cultural, os anos 1940 foram, por um lado, de influência externa pelo *American Way of Life* (Estilo de Vida Americano) e por outro de intensa campanha política nacionalista varguista de construção de uma identidade brasileira. O movimento tradicionalista nasce, como já foi afirmado, em oposição a isso.

A percepção de um contexto, ou compreensão de uma conjuntura, pode não ser uma tarefa fácil. Implica em uma série de questões, dentre as quais podem estar a falta de acesso à informação ou ao conhecimento, um problema que era muito mais evidente na época em que o tradicionalismo gaúcho começou a se estruturar. Digo isso porque acredito que o contexto educacional do Brasil e do Rio Grande do

²⁹ A historiografia do Rio Grande do Sul, que ganhou força a partir da década de 1920, após a fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS), apresentou durante muitos anos (especialmente entre os anos 1920 e 1950) um embate entre duas correntes distintas: lusitanistas – mais interessada em inserir o estado à identidade nacional brasileira – e platinistas – que exaltavam mais as relações do estado com os países vizinhos. Boas referências para entender essa questão são Gutfreind (1992) e Alves (2000), ambas arroladas nas referências ao final deste escrito.

³⁰ No final da década de 1940 foi criada a Comissão Nacional de Folclore (CNFL), que no Rio Grande do Sul deu origem à Comissão Estadual de Folclore (CEF). Paralelamente a isso, houve o início do movimento tradicionalista, que teve suas bases assentadas também sobre as pesquisas folclóricas. A relação entre a CEF e o MTG está muito bem discutida no trabalho de Nedel (2005), cuja referência completa está no final deste escrito.

Sul tiveram alguma influência na construção do Movimento Tradicionalista, mas principalmente em suas estratégias de atuação nas décadas de 1950 e 1960.

O tradicionalismo gaúcho, tal como o concebemos, nasceu em uma escola, o colégio Júlio de Castilhos, em Porto Alegre, no ano de 1947. Há pesquisadores, como Tau Golin e Rubem Oliven, que se destacaram em investigações sobre o fenômeno e que oferecem a percepção de que a gênese do movimento é ainda mais antiga e remonta a instituições da Primeira República ou até antes dela. Não me filio a estas vertentes, apesar de reconhecer a importância dos trabalhos que os citados produziram e de também utilizá-los como referência eventualmente.

No tocante a essa questão, me associo mais a Letícia Nedel e Jocelito Zalla, em especial a suas respectivas tese de doutorado e dissertação de mestrado. Nelas encontrei eco à questão levantada de que o movimento tradicionalista surgiu no ambiente escolar. E a escola em que isso aconteceu é um educandário muito conhecido, estudado e celebrado, que curiosamente se chama Colégio Júlio de Castilhos, o que me faz, novamente, voltar a tratar do período da República Velha.

Retomo o tempo da República Velha para falar de Júlio de Castilhos, este que foi governador do estado do Rio Grande do Sul (à época chamado de presidente de estado) por dois mandatos: entre julho e novembro de 1891 e, posteriormente, de janeiro de 1893 a janeiro de 1898. Dentre vários aspectos que poderiam ser tratados a respeito dessa figura, vou extrair a que espero que consiga encadear os elementos que venho narrando: o positivismo.

No final do século XIX o positivismo chegava com força ao Brasil, especialmente no Rio Grande do Sul. Diversos setores da sociedade aderiram à corrente filosófica, a qual foi adotada e adaptada por Júlio de Castilhos. Seu governo é considerado como a “única experiência de implantação de uma constituição positivista, no Brasil do final do século XIX, inspirada na concepção da ditadura republicana de Comte” (TRINDADE, 1999, p. 85). E essa adaptação que Castilhos imprimiu ao positivismo foi tão peculiar que criou a expressão “castilhismo”, a qual foi muito bem discutida por Boeira (1980).

Júlio de Castilhos foi um dos maiores expoentes do PRR. Mesmo após sua morte, em 1903, seus sucessores mantiveram a orientação positivista de seu grande ícone. Essa inspiração, de acordo com Tambara (1995, p. 11) foi o que “garantiu o caráter relativamente monolítico do Partido Republicano Rio-grandense (PRR) nos cerca de 40 anos em que esse partido exerceu o poder no Rio Grande do Sul (1890-

1930)". Essa característica é tão marcante na história política do estado que Pesavento (2014, p. 63) chega a nomear o período de “República Positivista”.

Algumas características desse republicanismo positivista no Rio Grande do Sul são apresentadas por Flores (2003). Segundo o autor (2003, p. 139-140), havia a determinação de que o progresso só seria atingido mediante a manutenção da ordem social, a qual deveria ser garantida por um governo autoritário guiado pela ciência e chefiado por um líder carismático. Nesse sentido, a educação, também orientada por princípios positivistas, ganhou destaque nas preocupações governamentais do estado, oferecendo subsídios à bancada gaúcha na esfera federal, responsável – com pouca interferência da União – pela implantação de uma efetiva política educacional, a qual resultou no “atual ‘modelo de educação brasileiro’” (TAMBARA, 1995, p. 465).

Não é apenas uma coincidência, portanto, que o Colégio Júlio de Castilhos, historicamente, tenha oferecido uma educação com orientação positivista. Em uma época em que, cada vez mais, o Estado ia se responsabilizando pela educação, inclusive em meio a disputas ideológicas³¹ no campo educacional, o positivismo se espalhava pelas escolas do Rio Grande do Sul e do Brasil.

Mas não era apenas o positivismo que se espalhava; a rede escolar também se expandia. A partir dos anos 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas à presidência, o Brasil intensificou suas políticas educacionais promovendo uma série de reformas. Algumas destas parecem até elementares, como por exemplo, a criação, em 1930, do Ministério da Educação e da Saúde Pública, ou do reconhecimento do Estado como maior responsável pela educação, medida implantada pela Constituição de 1934.

Foi nesse cenário de mudanças políticas, de modernização das estruturas econômicas, de ode ao nacionalismo, de expansão da rede escolar, etc. que os fundadores do tradicionalismo nasceram e desenvolveram seus estudos. E mais do que isso, foi reagindo a esse contexto que deram início a um Movimento que nas

³¹ Estas disputas ideológicas a que me refiro podem ser melhor compreendidas a partir das pesquisas de Giana Lange do Amaral, das quais eu destaco sua dissertação de mestrado, a qual foi publicada em forma de livro sob o título “Gymnasio Pelotense e a Maçonaria: uma face da História da Educação em Pelotas”. No trabalho, para apresentar a história da fundação do “Gymnasio Pelotense”, Amaral (2005) expõe as disputas entre a Maçonaria – defensora de uma educação laica e que na época adotava o positivismo como referência – e a Igreja Católica, instituição que dominava o cenário educacional à época.

décadas seguintes (1950 e 1960) ganhou força e mais adesão porque usou a educação como estratégia de ação.

Não é possível afirmar que os incipientes tradicionalistas agiram por meio da educação porque perceberam a expansão dela no Brasil e no Rio Grande do Sul. Contudo, é plausível pensar que sim. A rede escolar aparecia como um espaço que poderia ofertar o trânsito de ideias a cada vez mais pessoas, principalmente aos jovens. Os CTGs, que foram se proliferando no período de interesse desta tese, não precisavam ser os únicos centros irradiadores do tradicionalismo. Antes mesmo do MTG se institucionalizar formalmente, em 1966, as reuniões dos Congressos Tradicionalistas já previam a expansão do Movimento por intermédio das escolas. E estas estavam se tornando cada vez mais numerosas e frequentadas.

Se foi na escola que o movimento surgiu, esse ponto específico não pode ser ignorado. Busquei até aqui expor alguns elementos que ajudassem a construir uma argumentação que conecte o objeto da pesquisa, o MTG, ao contexto histórico do processo que o estruturou. Entendo que o início da agitação tradicionalista que deu origem à instituição está ligado a esse cenário que apresentei. E a contribuição que pretendo fazer com minha tese é inserir a questão educacional no debate. Primeiro, como já venho discorrendo, identificando que o contexto educacional das décadas de 1930 e 1940 contribuiu para formação intelectual dos fundadores do tradicionalismo, mas também indicando que a educação foi um dos meios pelos quais o Movimento se expandiu nas décadas de maior interesse desta pesquisa, as de 1950 e 1960.

Trazendo o foco mais perto do recorte temporal eleito para as análises, importa, principalmente, fazer algumas considerações a respeito da educação no período. Seguindo a herança política de Vargas nos anos 1950 e 1960, o projeto desenvolvimentista continuou vigente no Brasil. Com destaque para o “Plano de Metas” do presidente Juscelino Kubitschek, persistia a crença de que a planificação era necessária para acelerar a modernização do país. Naquele contexto, houve também um esforço da intelectualidade para garantir o sucesso do modelo, o qual relacionava a ideia de desenvolvimento à educação (XAVIER, 2012, p. 206).

A crescente urbanização e aumento do contingente trabalhador no setor industrial, exigiu esforços políticos também no setor educacional. Isso se deu porque, de acordo com Xavier (2012, p. 207)

A educação escolar foi tratada como mecanismo de promoção da mudança social, seja por seu potencial de formação da mão de obra qualificada, o que promoveria o aumento da produtividade e permitiria a elevação do padrão material da vida da população; seja por sua capacidade de difundir nova mentalidade social, que, com seu rol de consequências práticas, aceleraria o processo de construção da democracia e o ingresso do país no patamar das nações desenvolvidas.

Essa mentalidade do projeto desenvolvimentista que entendia a educação como essencial à sua execução e sucesso, em termos práticos, fez crescer os investimentos em educação. Dessa forma, alguns indicadores numéricos provam que, entre os anos de 1950 e 1970, o crescimento populacional – brasileiro e gaúcho – foi acompanhado pelo educacional, chegando este a superar aquele em termos percentuais, conforme se observa nas tabelas a seguir.

Tabela 1 – Evolução da população dentro do recorte temporal

POPULAÇÃO				
	1950	1960	1970	% CRESCIMENTO
BRASIL	51944397	70191370	93139037	79,31%
RS	4164821	5448823	6755458	62,2%

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro, 2000. p. 221³²; ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL³³. Cálculo de percentual de crescimento e elaboração da tabela realizados pelo autor.

Tabela 2 – Evolução do Ensino Primário dentro do recorte temporal

ENSINO PRIMÁRIO				
	1950	1960	1970	% CRESCIMENTO
BRASIL	Unidades escolares	78340	95938	148136
	Corpo docente	112499	225569	457406
	Matrícula Geral	5175887	6403991	12812029**
RS*	Unidades escolares	8911	11018	14922
	Corpo docente	15038	29848	47735
	Matrícula geral	484545	760793	1146214**

Fonte: IBGE³⁴. Cálculo de percentual de crescimento e elaboração da tabela realizados pelo autor.

*Dados do ano de 1948

**Matrícula no início do ano

³² Disponível em:

<https://celp.fflch.usp.br/sites/celp.fflch.usp.br/files/Brasil%20500%20anos%20de%20povoamento.pdf>.

³³ Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/demografia-1872-a-1980>.

³⁴ Disponível em: <https://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-temas/educacao/>.

Tabela 3 – Evolução do Ensino Secundário dentro do recorte temporal

		ENSINO SECUNDÁRIO			
		1950	1960	1970	% CRESCIMENTO
BRASIL	Unidades Escolares	2072	6767	14779	613,27%
	Corpo docente	28610	35590	112205	292,19%
	Matrícula Geral	406920	1.177.427	4086073**	904,15%
RS*	Unidades Escolares	131	594	1245	850,38%
	Corpo docente	1787	9441	31634	1670,23%
	Matrícula Geral	27018	109324	308001**	1039,98%

Fonte: IBGE³⁵. Cálculo de percentual de crescimento e elaboração da tabela realizados pelo autor.

*Dados do ano de 1948

**Matrícula no início do ano

Tabela 4 – Evolução do Ensino Superior dentro do recorte temporal

		ENSINO SUPERIOR			
		1950	1960	1970	% CRESCIMENTO
BRASIL	Unidades escolares	437	1115	1336**	205,72%
	Corpo docente	7097	21064	54089	662,14%
	Matrícula Geral	43958	93202	430473	879,28%
RS*	Unidades Escolares	46	158	175**	280,43%
	Corpo docente	617	3097	3929	536,79%
	Matrícula Geral	2477	10060	29652	1097,09%

Fonte: IBGE³⁶. Cálculo de percentual de crescimento e elaboração da tabela realizados pelo autor.

*Dados do ano de 1948

**Universidades e estabelecimentos isolados

1950 sempre Matrícula Geral

1960 sempre Matrícula Geral

1970 Matrícula no início do ano

³⁵ Disponível em: <https://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-temas/educacao/>.

³⁶ Disponível em: <https://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-temas/educacao/>.

As tabelas apresentadas ilustram a argumentação que vinha sendo construída de que nas décadas de 1950 e 1960 houve um significativo aumento dos índices relacionados à educação no Brasil. E como este trabalho tem o foco voltado à educação no do Rio Grande do Sul, foram também listados dados relacionados ao estado. O ano de 1950 foi escolhido como marco temporal inicial, mas como o IBGE não apresenta esses dados para o RS, foram utilizados os números que o instituto oferece para o ano de 1948.

Com base na Tabela 1 é possível perceber que no intervalo de, aproximadamente, vinte anos, a população cresceu significativamente, tanto no Brasil (79,31%) quanto no Rio Grande do Sul (62,2%). Contudo, os números são ainda mais impressionantes quando se avaliam os índices relacionados à educação nesse período. Para as Tabelas 2, 3 e 4, foram escolhidos como indicadores os números de educandários (unidades escolares), professores (corpo docente) e alunos (matrículas, estas com algumas especificidades sinalizadas nas legendas) nos três níveis de ensino (primário, secundário e superior). Em todos os quesitos os aumentos foram expressivos, superando com facilidade os percentuais de crescimento populacional da mesma época.

Obviamente que uma análise mais aprofundada e qualitativa de tais dados poderia revelar outras problematizações. Todavia o que foi apresentado nessas tabelas contribui para a tese que proponho. Se o incipiente movimento tradicionalista do início dos anos 1950 escolheu a educação como estratégia de atuação, utilizando para isso não apenas a proliferação de CTGs, mas também a rede escolar que se expandia no Rio Grande do Sul (acompanhando a tendência nacional), pode ter significado que suas representações e práticas tradicionalistas chegaram a mais pessoas, especialmente os jovens.

Talvez o número de CTGs tenha aumentado por conta disso. Inclusive, muitas escolas³⁷ também começaram a fundá-los dentro de suas repartições. É possível também que o número de associados ao MTG tenha crescido em razão de sua expansão pelas escolas. Mais provável ainda é que, mesmo sem aderir

³⁷ Não pude encontrar dados precisos a respeito de quando, efetivamente, começaram a surgir os primeiros CTGs dentro de escolas. A documentação que analisei não apresenta nenhuma informação a esse respeito. Postagens em redes sociais, bem como em alguns blogs e sites, parecem apontar na direção de que o 1º CTG a ser fundado dentro de uma escola foi o Rancho Grande, do antigo Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça (CAVG), atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Riograndense (IFSUL), de Pelotas. Entretanto, como não há informações precisas, não posso fazer tal afirmação.

associativamente ao Movimento, muitas pessoas tenham entrado em contato com as representações professadas pelos tradicionalistas e tenham delas se apropriado, incorporando-as às suas práticas cotidianas mesmo não frequentando CTGs.

Estas possibilidades poderiam ser alvo de questionamento. Talvez outras pesquisas possam se dedicar a elas a partir do que proponho. Contudo, minha intenção, por ora, é demonstrar como o Movimento Tradicionalista Gaúcho, especialmente durante seu processo de institucionalização (décadas de 1950 a 1960), fez uso de processos educacionais como estratégia de manutenção e disseminação de suas práticas e representações de tradicionalismo.

E para construir a argumentação necessária para comprovar esta tese, foi necessário recolher conceitos, buscar fontes e adotar procedimentos, os quais específico a seguir para, posteriormente, proceder às análises.

3. REFERENCIAL TEÓRICO/METODOLÓGICO

3.1 Aportes teóricos

O cartão de visitas de um trabalho acadêmico de tamanha magnitude como tem que ser uma tese de doutoramento deve ser a postura epistemológica do pesquisador. Este tem que deixar claro suas escolhas e seu entendimento sobre a ciência por ele operada. Não fugirei desta responsabilidade e, prontamente, apresento minhas credenciais: esta pesquisa está ancorada epistemologicamente nos pressupostos da História Cultural e, mais especificamente, no campo da História da Educação.

Abordando brevemente sobre a História Cultural, destaco que ela teve maior impulso a partir dos anos 1970, já na chamada “terceira geração” da Escola dos Annales. Alguns historiadores, como François Dosse, ainda preferem a ideia de que tais historiadores romperam com o ideal de história global ou total proposto pela primeira geração do movimento, acusando essa terceira de fragmentar demasiadamente esta ciência a ponto de transformar a “História em Migalhas” (DOSSE, 1992). Outros, como BURKE (1991), veem a “Nouvelle Histoire” (como também é chamada a História Cultural) como uma continuação do movimento dos Annales, iniciado por Febvre e Bloch no final da década de 1920 com a fundação da revista **“Annales d’Histoire Économique et Sociale”**.

O Movimento dos Annales ficou marcado pela tentativa de recolocar a História em lugar de prestígio junto às Ciências Sociais (através do slogan de “História problema”), já que em termos teóricos e metodológicos ainda parecia muito atrelada às referências tradicionais da escola metódica, bem como do marxismo. Não apenas com o intuito de romper com a historiografia tradicional, mas propondo novas abordagens centradas, principalmente, na questão das mentalidades, se atribui a tais historiadores a “Revolução Francesa da Historiografia” (BURKE, 1997), cuja primeira geração se manteve atuante até o final da década de 1940.

A segunda geração da Escola dos Annales está muito atrelada à figura de Fernand Braudel, sua principal referência. Braudel promoveu grandes contribuições teórico-metodológicas à ciência histórica, principalmente a partir do conceito de geo-história e do emprego de uma nova concepção de tempo histórico, a curta, a média e a longa duração. A “Era Braudel” durou até o final da década de 1960, não por acaso, pois foi um período de profundas transformações na sociedade, impactando

também a História e a Escola dos Annales, que passa a viver a sua terceira geração, a da Nova História ou História Cultural.

É mais difícil falar da terceira geração, a qual imprime personalidade ao que se denomina de História Cultural. Trata-se de um grupo de historiadores mais recentes, muitos deles ainda em atividade, os quais, dentre muitas características, ampliaram o espectro de análises possíveis a partir das contribuições de outras áreas de referência para os estudos culturais. Assim, conforme Barros (2011, p. 39),

Em linhas gerais, pode-se dizer que as diversas correntes identificáveis no âmbito da História Cultural relacionam-se a diálogos interdisciplinares mais específicos, envolvendo as relações da História com outros campos de saber, como a Antropologia, a linguística, a psicologia ou a ciência política.

Essa interdisciplinaridade abre espaço para uma compreensão mais ampla dos objetos de estudo, não ficando as análises restritas apenas ao campo da História. Em decorrência disso surgem novos temas, o que implica também em uma nova postura metodológica, a qual vai considerar a busca por novas fontes, antes negligenciadas pelas investigações históricas. Nas palavras de Sandra Pesavento (2003, p. 69),

Este, talvez, seja um dos aspectos que, contemporaneamente, mais dão visibilidade à História Cultural: a renovação das correntes da história e dos campos de pesquisa, multiplicando o universo temático e os objetos, bem como a utilização de uma multiplicidade de novas fontes. Figurando como recortes inusitados do real, produzidos por questões renovadoras, a descoberta de documentação até então não-visualizada como aproveitável pela História, ou então a revisita de velhas fontes iluminadas por novas perguntas.

Em Pesavento (2003) é que eu encontro melhores significados para a História Cultural. No campo da teoria da História, é muito importante que se compreenda o movimento revolucionário dos Annales, pois este abriu caminho para toda uma nova geração de historiadores que presenciou a crise dos paradigmas desta ciência. Entender a Nova História dentro desse contexto de renovação teórico-metodológica da historiografia é essencial para a construção da pesquisa que pretendo seguir desempenhando. Pesavento é, portanto, uma importante referência para este trabalho, não só por sua vasta e importante produção sobre a História do Rio Grande do Sul, mas, também por seu movimento teórico de migração para a História Cultural e suas percepções a respeito dessa tendência historiográfica.

É baseado nessas ideias de renovação teórico-metodológica e dos campos de pesquisa que possibilitam a escolha de novos temas, objetos e, consequentemente, novas fontes ou novas indagações sobre antigas fontes, que pretendo contribuir para os debates acerca do tradicionalismo gaúcho. Como já referi, intento trabalhar com este tema dentro da perspectiva da História Cultural e, mais especificamente, dentro do campo da História da Educação. Foi o que fizeram, por exemplo, Nedel (2005) e Zalla (2010; 2018) em seus trabalhos de mestrado e/ou doutorado, não no campo da História da Educação, mas dentro de uma outra esfera dos estudos culturais, a História Regional ou, talvez mais especificamente, a História do Folclore e do Tradicionalismo Gaúcho.

Ainda pontuando alguns tópicos teóricos pertinentes a respeito da História Cultural, continuo a me apoiar em Pesavento (2003) para colocar mais duas questões importantes: minhas análises estarão debruçadas também na ideia de que a História é produtora de narrativas construtoras de representações do passado e que houve uma reformulação da compreensão de política pela Nova História.

É importante ter claro que o real não pode ser apreendido em sua essência, em sua totalidade e, muito menos, apresenta um ordenamento inteligível a qualquer um. A intenção da Ciência é, justamente, dar ordem aos fenômenos de forma a torná-los comprehensíveis. A ciência histórica também faz isso, pois a partir de seus métodos investigativos, produz narrativas que funcionam como representações do passado, as quais são apreciadas por aqueles que, de uma forma ou de outra, têm acesso a tais narrativas. Nesse sentido, de acordo com Pesavento (2003, p. 70) o texto é o mediador de uma relação entre quem escreve e quem lê. Daí, talvez, decorra a importância que a História Cultural dedica ao método e ao referencial teórico.

Como tornar o passado inteligível às pessoas? Esse é o papel do historiador. E ele faz isso através de métodos e técnicas de coleta de dados em fontes, os quais são, posteriormente, transformados em narrativa. E para que esta se construa, o historiador, a partir de seu lugar social, opera com conceitos e categorias de análise que precisam estar bem definidos dentro de referências teóricas por ele estabelecidas. Essa é, talvez, a preocupação central de Michel de Certeau em sua obra “A Escrita da História”, mais especificamente no capítulo intitulado “A Operação Historiográfica”. Nas palavras do autor,

Encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), *procedimentos* de análise (uma disciplina) e a construção de um *texto* (uma literatura). É admitir que ela faz parte da “realidade” da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada “enquanto atividade humana”, “enquanto prática”. Nesta perspectiva, gostaria de mostrar que a operação histórica se refere à combinação de um *lugar* social, de *práticas* “científicas”, e de uma *escrita* (CERTEAU, 2015, p. 46-47).

O trecho citado evidencia a importância referencial de Certeau, tanto para este trabalho que ora escrevo, quanto para a História Cultural. Nas poucas palavras escolhidas para serem aqui apreciadas, é possível tomar o autor como uma referência epistemológica, uma vez que ele explicita sua compreensão do que é a História: uma operação que combina um lugar social, práticas científicas e uma narrativa. Contudo, neste momento, retomo o entendimento emprestado de Pesavento da História como narrativas construtoras de representações do passado para fazer uma relação com as postulações de Certeau.

Ao entender a História como uma narrativa, é importante levar em consideração quem narra e a partir de que lugar e procedimentos produz a narração. Penso que paradigmas mais tradicionais de ciência preferem pensar na exatidão dos dados que pode ser acessada sem a interferência do pesquisador. Nesses casos não é comum considerar o que Certeau chama de lugar social, pois há a crença na imparcialidade do pesquisador. Discordo da noção de neutralidade científica. Dados não são somente coletados, mas sim produzidos por alguém que deve trazer todas as suas intenções e os procedimentos adotados para chegar aos resultados que apresenta. Acredito em uma ciência de autoria, por isso também minha opção aqui pela escrita em primeira pessoa do singular. Além disso, principalmente no capítulo introdutório, busquei revelar minhas intenções com esta pesquisa, mas creio que ao longo de todo este texto estarei me revelando em diversas facetas afeitas ao tema, com destaque, obviamente, ao tratamento científico. Sendo assim, firmo meus alicerces epistemológicos na História Cultural, destacando a questão da História como uma narrativa que constrói representações do passado (PESAVENTO, 2003) a partir de um lugar social e de uma prática científica (CERTEAU, 2015).

Considero importante destacar como são construídas as narrativas históricas. Assim, faço um tensionamento a respeito do tema pesquisado, o qual será também retomado mais adiante quando estiver trabalhando com as fontes: boa parte da produção historiográfica do Rio Grande do Sul é diletante, inclusive, obra de

militantes do Movimento Tradicionalista Gaúcho. Isso não significa que tais escritos não tenham valor. Apenas reservo críticas a respeito da maneira com que tais narrativas são construídas, uma vez que também são produzidas desde um lugar social, podendo estar impregnadas de coisas “não-ditas” (CERTEAU, 2015), além de, em muitos casos, não se preocuparem com o rigor científico da “operação historiográfica” (CERTEAU, 2015). Essa questão se faz importante porque algumas das fontes a serem analisadas nesta pesquisa são, justamente, obras de tradicionalistas a respeito da história do Rio Grande do Sul e de algumas instituições, tais como o 35 CTG e o MTG.

É importante ter em mente a importância das fontes, dos documentos históricos para a História Cultural. O movimento dos Annales deu bastante destaque a essa questão, já que expandiu exponencialmente a classificação e a utilização de fontes para investigação. Importa também destacar que as antigas fontes tradicionais (documentos oficiais) não foram abandonadas, mas recebem novos tratamentos a partir de novos questionamentos. Nesse sentido, ressalto os escritos de historiadores diletantes, ainda mais nesta pesquisa, a qual lida diretamente com a cultura gaúcha e suas peculiaridades institucionalizadas pelo Movimento Tradicionalista Gaúcho.

A produção historiográfica diletante sobre o Rio Grande do Sul, em especial realizada pelos tradicionalistas, é fonte para este estudo porque é também fonte para as representações e práticas de gauchismo. Há uma gama enorme de textos sob autoria de membros do Movimento Tradicionalista Gaúcho que versam sobre a cultura, os costumes, os ritos, enfim, sobre diversos temas relacionados ao “ser gaúcho”. Por ser uma espécie de porta-voz legítimo do tradicionalismo, o MTG cria símbolos que são apropriados por seus membros, resultando em tais representações e práticas.

É possível afirmar, portanto, que a referida instituição é detentora de um poder simbólico (BOURDIEU, 1989), à medida que seus associados reconhecem esta autoridade e lhe dão legitimidade, já que “o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1989, p. 7-8). O tradicionalista se submete a essa autoridade simbólica do MTG. Há nesse meio uma natureza essencialista de compreensão do fenômeno “ser gaúcho”, que coloca o sujeito nessa condição por conta da hereditariedade e outros elementos

que derivam da produção de subjetividades. Contudo, há que se diferenciar uma questão: ser gaúcho é uma coisa e ser gaúcho tradicionalista é outra.

Não se pode ignorar o fato de que ser tradicionalista implica em outros códigos, os quais tensiono aqui que são ensinados/aprendidos, ou seja, há processos educacionais envolvidos. Para seguir construindo esta compreensão, recorro a Max Weber e a sua teoria da dominação, bastante celebrada pela Sociologia e que oferece alguns subsídios teóricos importantes para as afirmações que venho fazendo.

Buscando aprofundar a compreensão do poder simbólico que o MTG exerce sobre seus associados, estabeleci algumas relações com a teoria da dominação de Weber. Se para Bourdieu (1989) o poder simbólico é “invisível”, isso pode ser interpretado como algo impossível de ser percebido pelos sentidos. Não há uma figura física que refcrcie a emissão desse poder. Isso não significa que o tradicionalista não identifica os dirigentes do movimento como autoridades. Todavia, entendendo o tradicionalismo como um campo (BOURDIEU, 1989), se entende que quem transita por ele está sujeito a este poder simbólico, até mesmo os próprios dirigentes.

Pensando nisso é que tracei os paralelos com Weber, porque considero que o poder simbólico do MTG se sustenta pelo caráter altamente burocratizado da instituição. A teoria da dominação de Max Weber se encontra em "Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia comprensiva" (1999). Com ela, o autor explica os fundamentos que sustentam o poder do Estado nas sociedades da Modernidade, indicando a burocacia como um aparato necessário a essa questão.

O mesmo esquema é proposto para o âmbito das instituições fora da esfera estatal. Por esse viés, as instituições privadas da Modernidade também obedecem à lógica da dominação. Nesse sentido, emerge a questão das “empresas burocráticas” (WEBER, 1999, p. 199), porque da mesma forma que a crescente racionalidade técnica das sociedades modernas impactou a administração pública, o setor privado também foi atingido. Nesse contexto, então, a burocacia é entendida como elemento necessário à dominação.

O Movimento Tradicionalista Gaúcho é, portanto, uma empresa burocrática no sentido weberiano. Suas representações e práticas de tradicionalismo estão rigorosamente definidas por um conjunto de normas ao qual seus associados se

submetem. É ela, a burocracia, que garante o poder simbólico do MTG no campo que ele mesmo constrói: o do tradicionalismo.

Por deter esse poder simbólico aceito por seus associados, o MTG pode ser encarado como um “produtor de cultura” (CERTEAU, 1998) que utiliza estratégias para compor uma estrutura de dominação. A partir de um lugar de poder, a estratégia é planejada, calculada, diferentemente da tática, que é improvisada. A estratégia, de acordo com Certeau (1998, p. 46), é

[...] o cálculo das relações de força que se torna possível a partir de um momento que um sujeito de querer e poder é isolável de um ambiente. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um *próprio* e portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta.

O Movimento Tradicionalista Gaúcho, dessa forma, se utiliza de um aparato burocrático e intelectual como estratégia para se manter na condição dominante de produtor cultural. O faz a partir de um lugar de dominância, agindo de dentro dele em direção à exterioridade, para os CTGs, seus associados e também à sociedade em geral. O principal produto cultural do MTG é, justamente, o gaúcho. Ou melhor: as representações da figura do gaúcho, das quais os tradicionalistas se apropriam e referenciam suas práticas. Há, dessa forma, uma intencionalidade com vistas a manter-se na posição de poder, tutelando também as ações dos subordinados, pois conforme Chartier (2002, p. 17),

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.

Como já referi anteriormente, definir o gaúcho é uma tarefa complexa. Todavia, não é difícil perceber que se trata de uma representação, principalmente se for considerada a larga produção tradicionalista a respeito do tema. Portanto, é compreensível que a sociedade gaúcha, em especial os frequentadores dos CTGs, creiam naquilo que o MTG professa, uma vez que “As representações não são simples imagens, verdadeiras ou falsas, de uma realidade que lhes seria externa; elas possuem uma energia própria que leva a crer que o mundo ou o passado é, efetivamente, o que dizem que é” (CHARTIER, 2009, p. 51).

É notável que as representações de gauchismo professadas pelo MTG foram amplamente apropriadas pelo povo do Rio Grande do Sul. De acordo com Pesavento (1993, p. 383),

É por todos sabido que existe um estereótipo sobre o Rio Grande do Sul, sobre os gaúchos e sobre a região sulina como um todo e que se traduz em imagens mentais e objetais, em personagens-símbolos, em ritos, crenças, valores, práticas sociais e manifestações artísticas. Essa leitura do real — das condições históricas objetivas pretendemente vivenciadas pelos habitantes do Rio Grande do Sul — é relativamente consensual e encontrase socializada no Estado.

Não que seja uma exclusividade dos gaúchos essa questão da estereotipia. Isso se observa em diversas sociedades. Há outros exemplos dentro do próprio Brasil, como se pode ver em Albuquerque Jr. (1999) em seu livro “A invenção do Nordeste e outras artes”. O que importa nessa matéria é a ideia de construção de um imaginário social a partir de representações que orientam práticas sociais. Nas palavras de Pesavento (1993, p. 383),

Esse é, por assim dizer, um processo constituído historicamente: o da elaboração, em cada sociedade, de um sistema de ideias-imagens de representação coletiva. A isso dá-se o nome de imaginário social, através do qual as sociedades definem a sua identidade e atribuem sentido e significado às práticas sociais.

Entendo essa ideia de definição de identidade e atribuição de sentido e significado às práticas sociais como o processo de apropriação, que de acordo com Chartier (1995, p. 185), “[...] visa a elaboração de uma história social dos usos e das interpretações, relacionados às suas determinações fundamentais e inscritos nas práticas específicas que os constroem”. Trazendo essa noção para o debate que proponho, as representações professadas pelo MTG, por si só, não dão conta de definir o gaúcho. Careceram da apropriação de seus filiados, que as interpretam e as utilizam cotidianamente em suas práticas.

É esse processo de construção de representações e práticas de tradicionalismo que o MTG promove que me inquieta, especialmente como isso se mantém e se dissemina. Minha contribuição, nesse sentido, visa evidenciar que, para isso, a instituição utilizou-se de estratégias ancoradas em processos educacionais.

3.2 A proposta da educação como contribuição

Como já afirmei no capítulo anterior, meu projeto de pesquisa surgiu, inicialmente, motivado por questões pessoais. Meus quinze anos de prática tradicionalista, misturados aos meus mais de dezessete anos de estudos mais sistemáticos no campo da História, produziram em mim muitas inquietações relativas ao gauchismo e suas imbricações com a História da Educação.

A própria vivência e prática tradicionalista talvez já sinalizassem em mim algumas análises despretensiosas, sem o intuito de teorizar ou fazer qualquer exercício acadêmico. Inclusive, posso até considerar que minha primeira experiência docente foi como professor de danças tradicionais gaúchas. Desempenhei tal ofício algumas vezes dentro da União Gaúcha J. Simões Lopes Neto, fosse na “escolinha” (como era chamado o nível dos iniciantes antes de ingressarem nas invernadas que são os grupos de dança para quem já aprendeu, ao menos, o que seria considerado “básico”), em projetos sociais em que me voluntariei, ou em poucas oportunidades que tive como professor de danças substituto nas invernadas compostas por crianças e adolescentes (categorias mirim e juvenil). Mas com toda a certeza, desde que comecei a graduação em História (2003), os questionamentos envolvendo o tradicionalismo foram se tornando mais frequentes e complexos.

Atribuo essa consequência questionadora que a graduação me trouxe ao que Prost (2008) chama de criticidade em suas “Doze Lições sobre a História”. Um leigo nesta ciência talvez não reúna as mesmas habilidades que um douto nela possui para se aprofundar em determinadas questões, interpretar fatos, discursos, etc. No entendimento de Prost (2008, p. 57), por exemplo,

É necessário ser já historiador para criticar um documento porque, no essencial, trata-se de confrontá-lo com tudo o que já se sabe a respeito do assunto abordado, do lugar e do momento em questão; em determinado sentido, a crítica é a própria história e ela se afina à medida que a história se aprofunda e se amplia.

Aproveito as palavras deste autor para expressar a minha relação com o objeto de investigação. A partir do momento em que me dediquei mais aos estudos históricos, minha capacidade crítica acerca do gauchismo aumentou. O contato com leituras e debates acadêmicos a respeito da História e da Historiografia do Rio Grande do Sul me trouxe conhecimentos que, consequentemente, mudaram meu olhar sobre aquele universo do tradicionalismo, inclusive, me fazendo desistir da

condição de tradicionalista. Mesmo que o início da minha vida de pesquisador acadêmico tenha sido com uma temática totalmente diferente dessa que apresento, eram recorrentes os momentos em que me pegava pensando sobre o tradicionalismo. Contudo, eu notava que meus pensamentos, muitas vezes, eram indagações motivadas por reflexões baseadas em conhecimentos históricos.

Diante de tantas inquietações, optei por tentar levar adiante um projeto de pesquisa de doutorado que tivesse o Movimento Tradicionalista Gaúcho no centro da preocupação. Para iniciar os trabalhos, procedi a uma revisão da literatura, o que também é designado por alguns como estado da arte, estado do conhecimento, estado da questão, revisão bibliográfica e talvez outras nomenclaturas. Como afirma Barros (2009, p. 104),

Ninguém inicia uma reflexão científica ou acadêmica a partir do ponto zero. O mais comum é iniciar qualquer trabalho ou esforço de reflexão científica a partir de conquistas ou questionamentos que já foram levantados em trabalhos anteriores. Mesmo que para criticá-los.

São muito claras essas palavras. Elas expressam o que deve ser uma revisão de literatura. Trata-se de verificar o que já foi produzido por outros pesquisadores acerca do tema escolhido, pois sempre existem aproximações, recortes semelhantes, ideias já trabalhadas, etc. Portanto, como o autor destaca ainda,

[...] proceder a uma cuidadosa revisão da literatura já existente é evitar o constrangimento de repetir sem querer propostas já realizadas ou de acrescentar muito pouco ao conhecimento científico. A revisão da literatura já existente sobre determinado assunto poderá contribuir precisamente para apontar lacunas que o pesquisador poderá percorrer de maneira inovadora, além de funcionar como fonte de inspiração para o delineamento de um recorte temático original (BARROS, 2009, p. 104).

É sabido que uma tese de doutorado exige originalidade. Isso sempre me preocupou muito, a ponto até de pensar em desistir da temática que escolhi devido à larga produção acadêmica existente sobre o tradicionalismo gaúcho. No entanto, justamente após proceder à revisão da literatura, percebi que o enfoque que apresento ainda está aquém no debate acadêmico. Sendo assim, penso que esta tese contribuirá para a ampliação das discussões que envolvem o tradicionalismo gaúcho, principalmente porque proponho pensá-lo à luz da História da Educação.

Reitero que quando digo que o tema do tradicionalismo gaúcho é bastante debatido em âmbito acadêmico é porque, realmente, existem muitas obras a esse

respeito. Posso afirmar isso porque procedi a uma minuciosa busca em diferentes bases de dados (Catálogo de Dissertações e Teses da CAPES, Scielo e Google Acadêmico) e utilizando descritores diversos. Além disso, procurei também na historiografia e em produções diletantes (geralmente de tradicionalistas, muitos deles ligados ao MTG) encontrar referências, indícios e aproximações com a temática que escolhi.

Assim, insisto que existe muita produção acerca do tradicionalismo gaúcho, porém, quando se trata de sua aliança com a educação, as referências diminuem muito. E quando se buscam trabalhos sobre o tradicionalismo na História da Educação do Rio Grande do Sul, praticamente não se encontra nada. Esse é o foco desta pesquisa, porém, ressalto que muitos dos textos que encontrei, apesar de não serem diretamente ligados ao tema, servirão como referência e me ajudarão a construir a argumentação desse estudo.

Início por Luiz Carlos Golin, mais conhecido como Tau Golin. Historiador e também jornalista que ao longo de sua carreira publicou muitos livros e artigos (tanto acadêmicos quanto jornalísticos), sendo que alguns deles foram dedicados, especificamente, à temática do tradicionalismo gaúcho. É possível afirmar que se trata de um grande crítico do gauchismo institucionalizado devido ao conteúdo de suas publicações, o que motivou, inclusive, inimizades pessoais. A mais significativa delas, provavelmente, tenha sido com Antonio Augusto da Silva Fagundes (Nico Fagundes), reconhecido folclorista no Rio Grande do Sul, com quem travou acirrados debates, principalmente, através de publicações jornalísticas.

Quatro são as principais obras de Tau Golin acerca do tradicionalismo gaúcho. Começo destacando “A Ideologia do Gauchismo” (1983), livro em que o autor procede a uma análise da construção da ideia de gauchismo através da história. Com base no materialismo histórico-dialético, Tau Golin identifica uma relação das estruturas econômicas do Rio Grande do Sul com a criação de uma ideologia da classe dominante a que o autor chama de gauchismo. Em análise bastante sólida do contexto político e econômico do referido estado desde o final do século XIX e chegando até meados do século XX (época da fundação do Movimento Tradicionalista Gaúcho), o pesquisador identifica que a fundação da sociedade Partenon Literário (1868) é o berço do tradicionalismo, época em que a elite intelectual do estado era diretamente ligada à oligarquia rural. Mas a grande questão levantada pelo autor é que mesmo após profundas mudanças nas

estruturas políticas, econômicas e sociais sofridas pela referida unidade federativa, em especial ao processo urbano-industrial – ocorrido ao longo da primeira metade do século XX – ainda persistiu a tal ideologia do gauchismo saudosista do modelo rural-agropecuário, como afirma a seguir:

Na atualidade, as pessoas têm-se questionado como articulou-se a predominância desse mesmo “palco” numa sociedade marcada pelo modo de produção capitalista. E ainda: onde o capital industrial-urbano é hegemônico. Sem dúvida, a solução dessa questão cristaliza o papel incrivelmente fundamental que desempenha a ideologia numa sociedade de classes. Essa a preocupação de nosso trabalho: a importante capacidade da ideologia em fazer persistir ideias correspondentes a um tempo histórico pretérito, claramente delimitado e falseado historicamente, numa outra estrutura social (TAU GOLIN, 1983, p. 11).

Essa ideologia, segundo o autor, atravessou décadas de história chegando aos anos 1940 ganhando um novo impulso através dos incipientes Centros de Tradições Gaúchas. A nova configuração econômica do Rio Grande do Sul agregou novos elementos à elite intelectual: a burguesia industrial, em especial os descendentes de imigrantes europeus, principalmente alemães e italianos do Vale dos Sinos e região serrana. Estes acabaram também sendo aculturados e integrados ao gauchismo que se institucionalizava, adotando da mesma forma o ideal saudosista de um passado por eles nunca vivido. Nas palavras de Tau Golin (1983, p. 14) “Percebendo as vantagens do mito, as novas elites urbanas dele se apropriaram e o promoveram através de seus aparelhos ideológicos, o folclore, a literatura, a historiografia, a poesia”. Para não estender demais os comentários a respeito dessa obra, caberia por fim fazer emergir outra questão muito importante debatida nesse livro: o entendimento de que, a partir de sua institucionalização, o MTG se liga ao Estado, colocando-se “na mesma trincheira”, althusserianamente³⁸ funcionando como um aparato ideológico e atuando nas esferas do poder. Tau Golin discorreu bastante sobre esse tópico na obra em questão, entretanto, me agrada mais uma perspectiva diferente que o autor apresenta em outro livro e que parece um pouco mais pertinente à discussão que proponho porque, de certa forma, se nota uma inclinação maior à temática cultural.

Em 1987, Tau Golin publicou “Por Baixo do Poncho: contribuição à crítica da cultura gauchesca”. Este livro coleta alguns textos jornalísticos em que o autor, sem

³⁸ O termo refere-se a Louis Althusser, filósofo francês, e a sua obra “Aparelhos ideológicos de Estado”.

anunciar claramente uma perspectiva teórica diferente, continua sua crítica ao gauchismo dentro de uma análise que, eventualmente, privilegia mais a questão cultural, mesmo sem abandonar totalmente a noção de ideologia. Ponto interessante dessa obra é a retomada da questão da imigração, em que Golin critica os imigrantes (alemães, poloneses, italianos) por terem se integrado ao gauchismo em detrimento de sua relação com seus antepassados europeus. Contudo, em linhas gerais, permanece ainda a ideia da elite econômica e intelectual integrada ao Estado para a difusão da ideologia daquela através dos aparelhos deste.

Dos livros de Tau Golin a respeito do gauchismo, o que mais trago ao diálogo com minha pesquisa é “A Tradicionalidade na Cultura e na História do Rio Grande do Sul” (de 1989, novamente uma reorganização de textos publicados em jornais), apesar do texto enxuto e fortemente direcionado à crítica aos tradicionalistas (em especial Nico Fagundes). É interessante que neste escrito o autor não abandona a referência marxista, mas amplia um pouco a análise sobre o gauchismo envolvendo outras dimensões da vida social que não, apenas, a política e a economia. Muitos pesquisadores tomam esse livro como referência para a utilização do termo tradinativismo. No entanto, me parece que a principal contribuição conceitual desta obra está, justamente, no conceito de tradicionalidade exposto no título e trabalhado em suas primeiras páginas.

Até agora comentei três livros de Tau Golin que tratam especificamente do gauchismo, sendo que, em nenhum deles, eu tenha encontrado qualquer referência à questão da educação. O primeiro deles é mais elaborado identifica uma espécie de gênese e desenvolvimento do gauchismo até sua institucionalização, materializada na fundação do Movimento Tradicionalista Gaúcho. Os dois textos seguintes são muito semelhantes no objetivo de tecer críticas ao MTG e seus entusiastas, sendo que o terceiro possui uma particularidade conceitual que ainda pretendo dar mais ênfase no capítulo seguinte. Mas foi somente no quarto livro deste autor sobre o gauchismo que encontrei uma pequena menção à questão educacional, talvez porque se trate de um escrito que data já do início dos anos 2000. As obras anteriores eram todas da década de 1980, justamente quando o Movimento Tradicionalista ganhou impulso e popularidade. Tau Golin teve a perspicácia de perceber a importância da entidade dentro da sociedade gaúcha, porém, talvez ainda não fosse evidente a inclinação dela à questão educacional. Não é uma afirmação, mas se trata de uma possibilidade.

“Identidades: questões sobre as representações socioculturais no gauchismo” é mais um livro de Tau Golin sobre o tema do tradicionalismo. Escrito em 2003, segue o padrão da crítica, porém, não tão dedicada a denunciar a ideologia da classe dominante que é professada pelo Movimento Tradicionalista Gaúcho. O que se enxerga na obra é uma preocupação maior com a questão das representações, tema bastante caro à História Cultural, sendo então possível observar que houve uma mudança de postura ou de abordagem teórica, mesmo o texto sendo bastante curto. A questão da educação aparece em poucos momentos, porém, com o mesmo tom crítico característico do autor, conforme se observa no seguinte trecho:

Por exemplo, quando os tradicionalistas impõem modelos curriculares, estão fazendo uma violação do estudante, que, inferior e dominado por forças simbólicas muito superiores a ele, encontra um espelho que já reflete a sua imagem pilchada. A sua identidade, mesmo que ela seja descendente de negros supliciados pelos estancieiros senhores de escravos no passado, assim como todas as demais identificações culturais formativas do Rio Grande, será, na verdade, uma conversão conformada à “imaginação dos outros”. Somente “será” enquanto projeção da representação do “outro”. Esse estudante não suportará a exclusão e, especialmente, na Semana Farroupilha, assumirá o uniforme da pilcha. A escola o vigiará e... o compensará (TAU GOLIN, 2004, p. 23-24).

Nota-se, a partir do trecho, que o autor reconhece que há uma dimensão pedagógica no MTG que, inclusive, extrapola os limites dos CTGs e se expressa dentro das escolas. É interessante também analisar possível respaldo de categorias caras à História Cultural na análise do pesquisador, uma vez que faz referência ao simbólico, à identidade e às representações. Na citação a seguir, Tau Golin, de certa forma, retoma a questão da ideologia ao tratar desses casos de interferência do MTG na rede escolar, porém não mais dentro da mesma perspectiva teórica de outrora, como se pode notar na seguinte transcrição.

No Rio Grande do Sul, para auferir se uma escola está falida pedagogicamente, basta identificar a existência em sua estrutura de uma “invernada artística”, especialmente mirim. O educandário, o lugar ideal e constitucionalmente para “saber” e “compreender”, o espaço para aprender a “pensar”, quando se transforma em apêndice de CTG, manda a boa pedagogia (inclusive a conservadora erudita), que, para preservar a sanidade mental dos alunos, seja fechada. Essa escola deixou de ter função minimamente educativa, no sentido clássico do termo, e se converteu em instrumento ideológico, embretando o aluno de forma que veja difusamente o mundo a partir de uma estância simbólica (TAU GOLIN, 2004, p. 24-25).

Essas citações são importantes para atestar a pertinência do objeto de estudo que aqui apresento. Já que Tau Golin é um dos principais historiadores a se dedicar ao tema do tradicionalismo gaúcho, perceber que o mesmo reconhece a atuação pedagógica do MTG demonstra que minha intenção de pesquisa é academicamente oportuna, até porque o referido autor não se dedicou mais profundamente à questão. Ressalto que algumas das fontes por ele utilizadas em suas pesquisas são as mesmas que analiso.

Ainda procurando na obra de Tau Golin ancoragens para proceder com minha pesquisa, cheguei a uma situação peculiar. Acredito que já consegui demonstrar que sua crítica ao tradicionalismo gaúcho é severa, mas há ainda um elemento significativo para trazer à baila: ele é um dos principais idealizadores e signatários, em 2007, de um documento intitulado “Manifesto contra o Tradicionalismo”³⁹.

O Manifesto (2007, s.p.) conta com três tópicos:

- I – Em defesa de uma cultura e de uma estética correspondentes à memória e à história do Rio Grande do Sul.
- II – Em defesa de uma racionalidade sobre a história do Rio Grande do Sul, de equivalência para todos os construtores de nossa sociedade, de equiparação e direito para todas as manifestações culturais, de inclusão multicultural e respeito às heranças étnicas, sem que todas essas expressões sejam diluídas em um gauchismo pilchado de civismo ufanista, ideológico e manipulador dos mais sinceros sentimentos do povo.
- III – Em defesa de uma cultura que respeite os tempos de registro histórico-cultural e de representação contemporânea e sua densidade histórica.

É importante dizer que cada um destes tópicos é sucedido de argumentações que imputam ao Movimento Tradicionalista Gaúcho a responsabilidade pela criação e disseminação de uma história e de uma cultura gaúcha idealizadas, não condizentes com a realidade. Acusam ainda o MTG de estar inserido no poder público, de onde este obtém vantagens para sua atuação, inclusive financeiras. Neste documento também encontrei referência à dimensão educacional do MTG, conforme se observa nas argumentações de nº 5 sobre o tópico II e de nº 31 sobre o tópico III:

- 5. Somos contra o Tradicionalismo, porque ele é um movimento organizado na sociedade civil, de natureza privada, mas que desenvolveu uma hábil estratégia de ocupação dos órgãos do Estado, da Educação e de controle da programação da mídia, conseguindo produzir a ilusão de que o

³⁹ Disponível para download em
https://www.academia.edu/29729173/MANIFESTO_CONTRA_O_TRADICIONALISMO.pdf

Tradicionalismo é oficialmente a genuína cultura e a identidade do Rio Grande do Sul. A “representação” tomou o lugar da realidade.

31. Somos contra o MTG, porque, como entidade privada, ele tange, em sua arreada intolerante, grande parte das verbas públicas dos setores da cultura, da educação, do turismo, da publicidade e da Lei de Incentivo à Cultura das empresas estatais, fundações e autarquias, para o seu imenso calendário de eventos, onde, nem sempre, se distingue a cultura do turismo e do lazer.

Este é um documento esclarecedor quanto a sua intencionalidade. Por ora não tecerei maiores comentários a respeito de seu objetivo. Apenas quero salientar que nestes trechos encontro mais argumentos para atestar a pertinência de meu estudo, pois outros pesquisadores do tradicionalismo gaúcho reconhecem a atuação do MTG no âmbito educacional. Contudo, ainda falta explorar a questão, principalmente inserindo-a nos debates sobre a História da Educação no Rio Grande do Sul, já que, há uma interferência explícita do movimento nesse aspecto.

Continuo a revisão de literatura ainda para situar meu objeto no que tange à História da Educação. Para isso, vou traçar um breve caminho que passa também pela produção, em especial, de dois autores: Letícia Borges Nedel e Jocelito Zalla, os quais classifico, já afirmei, como historiadores do tradicionalismo.

Na minha coleta de material textual para verificação do que já foi produzido acerca do tema do tradicionalismo gaúcho, o enfoque que mais encontrei foi a questão da identidade desse povo. Um trabalho muito interessante sobre essa temática é o de José Augusto Fiorin (2009) intitulado “Do gaúcho ao tradicionalista: imagem, identidade e representação”. Nele o autor afirma que houve, por parte dos tradicionalistas, uma apropriação da identidade do gaúcho, mas que esta “é construída com significados distintos do significado histórico do gaúcho” (FIORIN, 2009, p. 121). É mais um pesquisador que advoga no sentido hobsbawmiano de invenção das tradições gauchescas. Ruben Oliven foi um dos grandes expoentes deste tema da identidade gaúcha no campo da Antropologia, tendo publicado vários escritos (inclusive em língua estrangeira e no exterior) sobre ele nas décadas de 1980 e 1990. Não é à toa que é uma das referências mais citadas quando se pesquisa sobre o gauchismo. É o caso de Nedel e Zalla, que beberam dessa fonte – com algumas ressalvas importantes – assim como se referenciaram na historiografia para produzir seus trabalhos.

Na historiografia do Rio Grande do Sul, como já sinalizei anteriormente, muitos autores, em algum momento, entraram na esfera do tradicionalismo e na

construção da identidade do gaúcho. Como este não é o foco da pesquisa que desenvolvi, mas em certos aspectos essa matéria se faz importante para que eu estruture meu raciocínio, apenas darei vistas a alguns caminhos já percorridos por estes pesquisadores que tomo como referência. Nesse sentido, a tese de doutorado de Letícia Nedel (2005), intitulada “Um Passado Novo para uma História em Crise: Regionalismo e Folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)” e a dissertação de mestrado de Jocelito Zalla (2010), sob o título “O Centauro e a Pena: Luiz Carlos Barbosa Lessa (1929-2002) e a invenção das tradições gaúchas”, são pontos de ancoragem das ideias que quero levantar.

Em Nedel (2005) se pode encontrar uma argumentação importante sobre a influência da produção intelectual dos folcloristas em pesquisas no âmbito das Ciências Sociais, bem como na formação identitária dos gaúchos. Segundo a autora (2005, p. 15), inclusive citando o importante trabalho de Gutfreind (1992), a historiografia do Rio Grande do Sul até os anos 1950 negligenciou essa questão, atendo-se mais às “matrizes ideológicas platinista e lusitanista” da construção da figura do gaúcho brasileiro. Sendo assim, de acordo com ela,

Se por enquanto é possível contar com uma produção consolidada sobre as correntes “ideológicas” reproduzidas na historiografia local, no que tange à adequação da memória regional a eventuais inovações metodológicas introduzidas na definição de um campo disciplinar para a pesquisa social de forma geral, parece que muito está por ser investigado. No estado, o interesse sobre o Folclore foi apenas mencionado - geralmente como prerrogativa dos tradicionalistas – enquanto que só recentemente foi incluído no acervo de pesquisas sobre os padrões “nacionais” de desenvolvimento das Ciências Sociais (NEDEL, 2005, p 15).

A tese de Nedel resolve essa problemática ao apontar a importância da produção do que ela chamou de dois grupos de folcloristas: os tradicionalistas e os polígrafos. Estes são identificados por ela como, em sua maioria, ligados à Comissão Estadual de Folclore (CEF) e já funcionando como importantes intelectuais na sociedade gaúcha desde a década de 1920, enquanto aqueles são os integrantes dos grupos que gestaram e fundaram o Movimento Tradicionalista Gaúcho. A pesquisadora procede a um longo caminho argumentativo para distinguir as duas facções, culminando com a diferenciação entre folclorismo e tradicionalismo chegando a dar destaque a ambos e identificando seus partícipes. Porém, não se dedica a falar sobre inclinações ao campo educacional dentro do MTG, justamente

porque seu foco passava longe disso; mas suas contribuições acerca da atuação dos intelectuais folcloristas na sociedade gaúcha contribuem para a elaboração e delimitação de meu objeto de pesquisa.

Da tese de Nedel, interessa aqui o grupo de folcloristas tradicionalistas, algo que também chamou a atenção de Jocelito Zalla (2010) em sua dissertação de mestrado. Neste trabalho o referido autor tece um interessante diálogo com a pesquisa daquela, em especial no tocante à facção ligada ao tradicionalismo, principalmente porque dela saiu um dos expoentes do folclore gaúcho, Luiz Carlos Barbosa Lessa. A brilhante dissertação de Zalla, inclusive publicada posteriormente (2018) em forma de livro, traz uma espécie de biografia, tanto da história quanto do pensamento do folclorista. E a escolha desse personagem não se deu por acaso.

Barbosa Lessa é um ícone do tradicionalismo, considerado popularmente como um dos principais artífices do Movimento Tradicionalista Gaúcho, ao lado de João Carlos Paixão Cortes e Glaucus Saraiva. A escolha de Lessa como objeto de pesquisa não é por acaso, uma vez que o mesmo é considerado o mentor intelectual do tradicionalismo gaúcho. Sendo assim, Zalla buscou examinar a produção de seu personagem a fim de identificar nela as bases para o “processo de (re)construção da figura do gaúcho, da identidade regional do Estado e da ritualística tradicionalista associada a esses elementos” (2010, p. 17).

O encontro intelectual com Zalla foi essencial para a construção do meu objeto de pesquisa, porque ao investigar a vida de Barbosa Lessa, o pesquisador identificou na obra de seu personagem algumas referências à questão educacional como uma estratégia de propagação do tradicionalismo. Entretanto, a análise que quero propor aqui investiga todo o contexto de idealização e fundação do Movimento Tradicionalista Gaúcho em sua relação com a educação. Entender o posicionamento de Lessa é apenas uma peça do quebra-cabeça que pretendo montar ao final desta pesquisa. Portanto, ao longo deste trabalho, tecerei muitos diálogos com a dissertação de Zalla. Ainda sobre este autor, cabe dizer que sua tese de doutorado também problematiza um pouco a questão da educação dentro do pensamento que estrutura o tradicionalismo. Mesmo que no trabalho em questão Zalla analise a biografia de João Simões Lopes Neto (outro intelectual gaúcho, mas que talvez se enquadre mais no adjetivo de regionalista por ter vivido e produzido no início do século XX), o pesquisador explora dimensões da produção de sua personagem que indicam relações com a educação, como por exemplo, a escrita de livros didáticos.

Não devo dialogar com a tese de Zalla porque o recorte temporal e o próprio contexto de vida do personagem dela são distintos dos que pretendo analisar. Também mais afastadas da linha que pretendo abordar acerca da dimensão educativa do Movimento Tradicionalista Gaúcho estão outras publicações⁴⁰ deste autor, mesmo que algumas delas – duas em especial – ainda versem, de certa forma, sobre questões pedagógicas.

Uma pesquisadora que tem uma produção interessante a respeito da inclinação do Movimento Tradicionalista Gaúcho à questão educacional é Ceres Karam Brum. Esta tem, pelo menos, cinco artigos publicados em periódicos e que versam, de certa forma, sobre o tema. Os trabalhos são muito interessantes e, em alguns aspectos, se aproximam da linha que segui. Brum tem um interesse mais específico sobre questões práticas relacionadas à pedagogia ou até curriculares no que tange à atuação do MTG, revelando, dentre tantas coisas, que há uma integração da entidade com a rede escolar e que suas ações também se prestam ao ensino de conteúdos ligados a questões de gênero, identidade, diversidade cultural, etc.

Provavelmente já encerrando a indicação de autores que, de uma forma ou de outra, têm produções que se aproximam da temática que pretendo desenvolver, elenco ainda Letícia Fonseca Richthofen de Freitas. Esta tem uma característica semelhante a de Brum: ocupou-se, em alguns escritos, a divulgar resultados de pesquisas que versam sobre o Movimento Tradicionalista Gaúcho e sua dimensão educativa. Foi observando isso que resolvi trazer à discussão os trabalhos destas pesquisadoras, pois os mesmos endossam a ideia de que há uma dimensão educativa dentro do tradicionalismo gaúcho institucionalizado, tese que também defendo, porém, situando a questão no interior dos debates sobre a História da Educação no Rio Grande do Sul.

Letícia Freitas tem uma série de artigos publicados a respeito da “pedagogia do gauchismo”, expressão constante, inclusive, no título de sua tese de doutorado. Nestes artigos a pesquisadora problematiza questões curriculares, da prática escolarizada e relativas à formação da identidade gaúcha, indicando as escolas, as

⁴⁰ ZALLA, Jocelito; ROSSATO, Maíra Suertegaray. Para repensar a região: uma proposta de ensino integrado de Geografia e História. In: **Cadernos do Aprendizagem**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, jul./dez. 2012.

ZALLA, Jocelito. Da Memória ao Ensino de História: uma abordagem crítica do regionalismo gaúcho na sala de aula. In: **Curriculum sem Fronteiras**, v. 15, n. 3, p. 903-919, set./dez. 2015.

salas de aula e os CTGs como espaços de atuação dessa pedagogia. Em seu trabalho de doutoramento, intitulado “A Pedagogia do Gauchismo: uma análise a partir da diáspora gaúcha” (2006), mostrou como a formação da identidade cultural gaúcha pode extrapolar os limites geográficos do Rio Grande do Sul e chegar aos mais longínquos rincões onde haja a presença de gaúchos, como é o caso das cidades de Tangará da Serra e Campo Novo do Parecis no estado do Mato Grosso, elencadas pela autora para sua pesquisa, onde, inclusive, existem CTGs há mais de trinta anos. Mesmo que alicerçada nos estudos culturais, mas mais preocupada com a questão do que o tradicionalismo ensina, Freitas acaba sendo uma referência de proximidade com o tema ao qual me dedico a pesquisar, contudo as contribuições desta estudiosa se dão mais para outras áreas que não a História da Educação.

Creio que os textos e autores que aqui citei dão conta de evidenciar o que já foi produzido sobre a dimensão educacional do Movimento Tradicionalista Gaúcho e demonstram, como já sinalizei, que o tema é bastante debatido em âmbito acadêmico. Todavia, penso que ainda há grande espaço para discuti-lo à luz da História da Educação. É o que pretendo fazer com base em fontes que explicito no capítulo 4.

De qualquer maneira, encerrando essa seção, apenas para fins de informação sobre outros trabalhos acadêmicos que versam, de alguma forma, sobre a questão gauchesca, deixo aqui algumas sugestões de teses de doutorado e dissertações de mestrado que examinei, porém não aproveitei para as discussões que proponho. Colocarei as especificações completas destas pesquisas ao final do texto, junto com as referências. São elas: Figueiredo (2006), Marrero (2006), Louro (1986), Luvizotto (2010), Ferreira (2014, 2018), Baptista (2017), Del Ré (2010), De Campos (1999), De Melo (2008), Konflanz (2013), Della Mea (2016), Almeida (2019), De Borba (2013), Görgen (2017), Arenhardt (2014), Cardoso (2016), Szekut (2014), Vargas (2018), Ferreira (2012), Gomes (2010), Pereira (2008), Salaini (2006).

3.3 Aportes metodológicos

Fontes são a base de toda a pesquisa historiográfica, podendo ser enquadradas, basicamente, em três categorias: escritas, orais e iconográficas. As referências epistemológicas do pesquisador, bem como seu objeto de estudo,

definem a metodologia mais adequada a ser empregada para cada tipo de investigação.

A pesquisa que desenvolvi está alicerçada na História Cultural, a qual tem promovido uma diversificação significativa em relação às fontes empregadas em trabalhos historiográficos mais recentes. Contudo, uma característica que pode soar “historiograficamente tradicional” neste trabalho é o uso de fontes documentais oficiais. O próprio Peter Burke denuncia os “problemas das fontes” para os historiadores da cultura. Mas à medida que elenca tais embaraços, afirma que “[...]. Também se provou possível reler alguns tipos de registros oficiais de outras maneiras. [...]” (BURKE, 2011, p. 25). Essa é, basicamente, a minha proposta metodológica para esta pesquisa: utilização de fontes documentais oficiais, porém, com um enfoque voltado à História Cultural, mais especificamente ao campo da História da Educação do Rio Grande do Sul.

As palavras iniciais dessa seção podem parecer justificativas para uma insegurança, mas não são. Na verdade, me parece que a questão das fontes documentais oficiais em História Cultural não é, necessariamente, um tabu. Com esse novo referencial epistemológico, muitos outros elementos da cultura humana se tornaram documentos, diversificando as possibilidades de análise. Outra característica importante desse movimento é o diálogo com outras ciências, costumeiramente chamado de interdisciplinaridade. Isso promoveu uma amplitude ainda maior nos estudos à medida em que diferentes conceitos e noções têm sido empregados nas discussões. Importa, na realidade, uma nova postura do historiador diante de seu objeto de investigação, mesmo que para estudá-lo, se recorra ainda a documentos oficiais.

A fonte documental escrita pode ser de extrema importância em um trabalho historiográfico. A partir dela o pesquisador encontra elementos necessários para construir sua narrativa. Dessa forma o documento é,

[...] evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente (CELLARD, 2008, p. 295).

A análise documental é uma metodologia conhecida e há muito utilizada, inclusive, por escolas teóricas assaz tradicionais. Todavia, à luz da História Cultural e da História da Educação, o documento histórico passa tanto por uma reclassificação quanto por um novo tratamento. Jaques Le Goff (1990, p. 535) tem um posicionamento muito interessante nesse sentido quando lança a ideia de “documento/monumento”. Para este autor a História é a forma científica da memória coletiva, por isso, há a necessidade de ampliar a noção de documento, o que exige um compromisso maior do historiador com a crítica documental. Com inspiração em Le Goff (1995), Corsetti (2006, p. 36) chama isso de “revolução documental”, pois quaisquer outros vestígios deixados por sociedades do passado podem ser considerados, não apenas as “fontes oficiais”. E até mesmo estas têm sido valorizadas na atualidade porque vêm sendo problematizadas a partir de novos enfoques. De acordo com Corsetti (2006, p. 36), “a ‘Revolução Documental’ que apontamos não pode ser considerada tão somente em relação à seleção das fontes a serem utilizadas, mas, sobretudo, ao tratamento dado a elas”. É isso que a História Cultural vem fazendo, através de novas metodologias ou de novos enfoques a métodos já consagrados. Conforme Samara e Tupy (2010, p. 50),

O que se vê, portanto, no campo da História na atualidade, é um reflexo de tudo isso, mas sobretudo, da mudança de enfoque do historiador e da forma de “olhar” o documento histórico, criando novas vertentes de interpretação, mas que não deixam de lado leituras fundantes do nosso pensamento intelectual e que ainda estão bastante presentes no debate historiográfico das últimas décadas.

Importa, nesse sentido, que se faça a “leitura crítica do documento” (SAMARA e TUPY, 2010, p. 117), aptidão que se espera do historiador, já que, nas considerações de Prost (2008, p. 57), “[...] a habilidade dos historiadores consiste, quase sempre, em tratar os testemunhos voluntários com o se fossem involuntários e questioná-los sobre algo diferente do que eles pretendiam exprimir”. Essa interrogação das fontes é complexa, já que deve considerar questões como:

O que é um documento histórico? Em que contexto ele está inserido? Qual o conteúdo que disponibiliza? Quem o elaborou? Em que época? Qual a sua forma? Qual a sua mensagem original? Qual o seu objetivo? Qual a sua veracidade? Qual a sua tipologia? Como classifica-lo? Como operacionalizar o trabalho? Qual o instrumental mais apropriado? Que tipo de análise permite? Que perguntas sugere? Que respostas encaminha? (SAMARA e TUPY, 2010, p. 143)

Sendo assim, não basta ter as fontes, pois estas “não falam *per se*” (RAGAZZINI, 2001, p. 14). É necessário conhecer o contexto em que elas foram produzidas e problematizá-las. Caso contrário, ainda em relação aos documentos, “não conhecer os valores, os interesses, os problemas, as técnicas e os olhares expressos por cada um deles implica uma leitura acrítica do documento, ou seja: o seu emprego como mera ilustração da análise produzida” (SAMARA & TUPY, 2010, p. 118). Esse é o papel do historiador, que faz essa “operação historiográfica” (CERTEAU, 2015) a partir do seu lugar social e seus procedimentos científicos, culminando com a construção de uma narrativa. E esta precisa de conceitos, ideias e noções advindas de referências teóricas bem definidas para que consiga expressar a argumentação e convencer quem a ela dedica a leitura.

O que proponho neste trabalho, portanto, é a construção de uma argumentação ancorada em uma análise, principalmente, de documentos escritos. Tendo como premissa inicial a hipótese de que a educação foi uma estratégia de atuação do MTG nos seus primeiros anos de atividade, verifiquei que há indicadores documentais que sustentam essa ideia. Contudo, ainda preciso pontuar algumas questões a respeito dos procedimentos metodológicos antes de apresentar as fontes desta pesquisa.

O trabalho de todo historiador é, basicamente, a análise documental. E como já venho tensionando, quem se orienta pela História Cultural precisa ter uma postura diferente da tradicional perante os documentos. Inclusive, a própria noção de documento se altera porque é o olhar e a ação do historiador que produzem a fonte. Essa problematização é relevante no contexto de minha pesquisa, já que algumas fontes escritas que irei considerar são de natureza bibliográfica. Mas por que, então, não as chamo de referências? Por conta do tratamento que dispenso a elas.

Aqui pontuo como diferencio referências e fontes: as primeiras me oferecem horizontes teórico-metodológicos, ou seja, concepções, conceitos, noções, ideias e procedimentos com os quais construo a narrativa histórica, portanto, não são passíveis de questionamentos. Já as últimas são os materiais que oferecem informações de onde se extraem ou se produzem os dados, os indicadores, as pistas que podem comprovar ou não as hipóteses levantadas, e por isso, ao contrário das referências, devem ser questionadas. Esta diferenciação me é

importante à medida em que parte da bibliografia utilizada nesta pesquisa recebe o tratamento de fonte e não de referência.

Uma metodologia já consagrada no âmbito das pesquisas qualitativas, inclusive muito utilizada no campo da História da Educação, é a chamada pesquisa bibliográfica. Praticamente toda investigação acadêmica, em maior ou menor medida, recorre a esse método, nem que seja na etapa de “estado da arte”, também chamada de “estado da questão”, “revisão da literatura”, “revisão bibliográfica” e talvez alguma outra nomenclatura. Todavia, o que quero justificar aqui, é que alguns livros trabalhados em minha pesquisa estão sendo encarados como documentos, recebendo, portanto, o tratamento de fonte.

E como foi feita a análise documental aqui proposta? Basicamente se deu a partir da busca por indicadores discursivos a respeito da educação nas fontes arroladas, as quais serão apresentadas na seção seguinte. A partir do encontro desses indícios, os conteúdos de seus textos foram apreciados e problematizados à luz de algumas categorias analíticas baseadas em conceitos advindos das referências teóricas.

Houve diversos cotejos entre as diferentes fontes, sem que existisse um ordenamento específico ao considerá-las. Conforme a argumentação foi sendo construída, os documentos foram sendo acionados e seus conteúdos problematizados, inclusive, com a contribuição de outra fonte também empregada nesta pesquisa: a entrevista com o senhor Mário Mattos – que também será apresentada a seguir.

Uma outra metodologia que vem sendo muito utilizada nas pesquisas orientadas pela História Cultural é a História Oral. Seu emprego tem trazido importantes contribuições a diversos campos, principalmente porque oferece possibilidades analíticas alternativas, sendo muito celebrada pelos entusiastas da *History from below*.

Apesar de conhecer a metodologia da História Oral, considero que seja um conhecimento muito superficial. Tenho assistido, recorrentemente, a apresentações de trabalho e defesas de teses e dissertações em que seus autores afirmam terem utilizado esse método. Porém, não raramente, os avaliadores de tais investigações têm pontuado a falta de rigor metodológico delas, considerando que se trata mais de pesquisas qualitativas com base em entrevistas do que trabalhos de História Oral.

Diante da minha falta de conhecimento de tal metodologia, bem como da falta de tempo para nela me aprofundar, ao receber a sugestão de entrevistar um sujeito com vistas à qualificação de minha tese, recorri, então, a outro método com o qual já havia trabalhado em minha pesquisa de mestrado: entrevistas semiestruturadas. A referência que utilizei foi a de Lüdke e André (1986), a qual não considero desatualizada, principalmente porque o método de entrevista semiestruturada, apesar de antigo, é reconhecido há muito tempo e continua consolidado.

A escolha pelo modelo semiestruturado se deve ao que Lüdke e André (1986, p. 34) chamam de “liberdade de percurso”. O pesquisador precisa estar muito ciente do que busca, por isso, elabora algumas questões prévias com o intuito de encontrar possibilidades de resposta. Mas é o próprio decorrer da fala do depoente que guia as próximas indagações, já que não há, por exemplo, o objetivo de comparar com as respostas de outrem.

Não sinto a necessidade de especificar muito as perguntas que dirigi a meu entrevistado. A fluidez dos encontros superou as expectativas. Muitas vezes nem foi necessário perguntar, pois o fluxo discursivo naturalmente se encaminhava rumo àquilo que eu queria saber. E em vários momentos a conversa seguia para um rumo inesperado, mas não menos importante e revelador. Na verdade, em certos aspectos, percebi que se fosse tentar me ater, unicamente, ao tema de minha tese (a educação como estratégia de atuação do MTG), a entrevista logo se encerraria porque o depoente não teria muito a contribuir. No entanto, o pesquisador não precisa, necessariamente, se encerrar em seu alvo, sob pena de perder a possibilidade de exploração de outros tópicos, os quais podem se transformar em novos elementos de interesse ou enriquecer a compreensão dos contextos em que seu objeto inicial se insere.

Por fim, saliento que as entrevistas foram excelentes elementos de cotejo. A fala do entrevistado possibilitou uma série de problematizações que produziram significativas reflexões. Em paralelo ao exame de documentos, as entrevistas ofereceram também relevantes subsídios às análises que proponho.

Dito isso, passo a apresentação das fontes utilizadas nesta pesquisa.

4. FONTES DA PESQUISA: INDICADORES QUE SUSTENTAM A TESE

De forma bem direta, questiono: onde eu poderia encontrar elementos que me permitissem uma argumentação convincente sobre a tese que defendo? Ao longo desses mais de quatro anos de pesquisa venho procurando indicadores em diversas fontes, as quais classifiquei em cinco grupos:

- 1) Textos produzidos por historiadores tradicionalistas;
- 2) Obras de tradicionalistas, especialmente de fundadores do Movimento, tais como João Carlos Paixão Côrtes, Luiz Carlos Barbosa Lessa e Glaucus Saraiva;
- 3) Entrevistas com Mário Mattos, considerado fundador do 35 CTG, dentre outras características que o constituem como uma importante fonte oral nesta pesquisa;
- 4) Anais dos Congressos Tradicionalistas ocorridos entre 1954 e 1970 (1º ao 15º), a principal fonte desta pesquisa;
- 5) Algumas edições da Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (décadas de 1950 e 1960).

Saliento que, apesar de as fontes estarem sendo apresentadas separadamente agora, elas serão movimentadas sem ordenamento específico posteriormente, seguindo o fluxo argumentativo. Então, as análises serão realizadas sob o intercâmbio de fontes, incluindo, eventualmente, outros elementos que não se enquadram nos grupos recém elencados.

4.1 Textos produzidos por historiadores tradicionalistas

Existem muitas obras na historiografia do Rio Grande do Sul que levam o Movimento Tradicionalista Gaúcho em consideração. No entanto, uma boa parte de seus autores são diletantes ou têm algum tipo de ligação com o MTG, no sentido em que Sirinelli define com a noção de “engajamento”. Classifico tais autores como historiadores tradicionalistas, pois entendo que, em alguns casos, seus escritos apresentam uma história mais factual, descritiva e pouco analítica, podendo ser considerados também como apologéticos ao Movimento. Isso não significa dizer que deixarei de apreciar estes textos, portanto, os insiro neste trabalho como fontes, não

como referências bibliográficas. Acredito que seja importante examinar tais fontes por se tratar de vozes internas do tradicionalismo, podendo oferecer indícios capazes de contribuir para a argumentação que vem sendo construída nesta pesquisa.

Dentre as obras com as quais tive contato, algumas delas têm conteúdos que contribuem bastante para as problematizações que venho levantando. Em especial, cito três livros, todos escritos por reconhecidos tradicionalistas que possuem formação acadêmica em História:

- **Manual de Tradicionalismo Gaúcho**, publicado pelo MTG em 2017, de autoria de Manoelito Carlos Savaris. Este foi presidente do MTG por nove mandatos (recordista), além de também ter sido presidente da Fundação Cultural Gaúcha (FCG), do Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore (IGTF), da Confederação Brasileira de Tradição Gaúcha (CBTG), dentre outros cargos que ocupou na estrutura administrativa do Movimento Tradicionalista Gaúcho. Falecido recentemente (17/06/2023), enquanto ainda ocupava o cargo de presidente do MTG, Savaris é uma figura de grande destaque dentro do Movimento, tendo seu nome incorporado à “Galeria dos Imortais do Tradicionalismo”⁴¹ no 71º Congresso Tradicionalista (Alegrete-RS, 2023).

- **Tradicionalismo Gaúcho Organizado: 70 anos de história (1947-2017)**, escrito por Paulo Roberto de Fraga Cirne e publicado em 2017. Este autor também ocupou diversos cargos, tanto no MTG quanto na FCG, além de outras instituições ligadas à cultura do estado do Rio Grande do Sul. Esse livro é uma importante fonte de informações a respeito da história do Movimento, sendo assim, a contribuição de Fraga Cirne aparecerá em diversas ocasiões dentro desta tese.

- **MTG 50 Anos de Preservação e Valorização da Cultura Gaúcha**, de autoria de Rogério Pereira Bastos e com colaboração de Manoelito Carlos Savaris, publicado pela Fundação Cultural Gaúcha em 2016. Bastos já ocupou os cargos de conselheiro e de secretário geral do MTG e de diretor executivo da FCG, dentre outras atuações dentro do Movimento Tradicionalista Gaúcho. Atualmente (2023)

⁴¹ Espaço dentro da sede do MTG, inicialmente chamado de “Recanto dos Imortais”. O projeto foi aprovado em 2006, durante o 52º Congresso Tradicionalista (Cachoeirinha). Até o presente momento, a galeria é composta por 13 nomes: João Machado Vieira, Cilço Araújo Campos, Antônio João de Sá Siqueira, Ciro Dias da Costa, Orlando Jorge Degrazia, Fernando Machado Vieira, Cyro Dutra Ferreira, João Carlos D’Avila Paixão Côrtes (todos membros do “Grupo dos 8” ou “Piquete da Tradição”), Wilmar Winck de Souza, Luiz Carlos Barbosa Lessa, Glaucus Saraiva, Manoelito Carlos Savaris (integrado em 2023) e Lilian Argentina Braga Marques (integrada em 2023, é a primeira e única mulher a ocupar espaço na galeria até o momento).

esse autor é o presidente da Comissão Gaúcha de Folclore, antiga Comissão Estadual de Folclore, a qual já foi citada aqui como um dos objetos de estudo de Nedel (2005).

As três obras elencadas são significativas no que diz respeito a aspectos da história do tradicionalismo gaúcho institucionalizado. São publicações atuais e, em certa medida, comemorativas - com destaque para a materialidade⁴² das mesmas. Nesse sentido, é importante considerar as postulações de Michel de Certeau (2015, p. 47) a respeito do “não dito”, já que o “lugar social” (CERTEAU, 2015, p. 47) é um dos três elementos que compõem a “operação historiográfica” (CERTEAU, 2015, p. 45). Por isso, no caso deste projeto, tais obras se enquadram na categoria de fontes, pois nelas se encontram aquilo que os tradicionalistas reconhecem como a história do Movimento Tradicionalista Gaúcho. Contudo, há que se ponderar que são publicações com o objetivo de enaltecer o MTG e comemorar seus feitos, já que o lugar social de seus autores é ideologicamente compatível com a instituição de que tratam. Apesar disso, nestes textos há informações e dados que remetem à fundação do MTG, todas identificando sua gênese na fundação do Departamento de Tradições Gaúchas do Grêmio Estudantil do Colégio Júlio de Castilhos, passando pela criação do 35 CTG e pelos Congressos Tradicionalistas que culminaram com a institucionalização do Movimento em 1966.

Uma análise prévia e ainda um tanto superficial desses livros já permite perceber que a questão da educação está diretamente ligada à gênese do tradicionalismo gaúcho institucionalizado, mesmo que seus autores não deem destaque a ela. Bastos (2016), sem apresentar fontes, mas provavelmente baseado em relatos já conhecidos – em especial de Paixão Côrtes e Barbosa Lessa – escreve em breves linhas, porém com bastante entusiasmo, como teria surgido a ideia de criar o Departamento de Tradições Gaúchas no Colégio Júlio de Castilhos. Fraga Cirne (2017, p. 37) indica que “o tradicionalismo organizado nasce na escola”, fazendo referência ao Departamento de Tradições Gaúchas do Grêmio Estudantil do Julinho, apesar de também adotar uma narrativa descriptiva e enaltecida do Movimento. Sem explorar mais profundamente, o autor faz alguma referência à atualidade, indicando que “muitos núcleos tradicionalistas são organizados em

⁴² Contam com elementos de alta qualidade, pois são livros que se apresentam com papel de alta gramatura, impressões coloridas, tanto na capa quanto no interior, diagramação com bastante espaçamento, aumentando o número de páginas, etc.

Escolas por todo o Estado, revelando o empenho de professores e professoras, que se dedicam ao tradicionalismo e passam aos alunos este amor às tradições do nosso Rio Grande do Sul” (FRAGA CIRNE, 2017, p. 42). Este trecho, mesmo tratando de uma situação que remete aos tempos mais atuais, é muito significativo para esta pesquisa, uma vez que manifesta o engajamento de profissionais da educação no tradicionalismo, o que pode sinalizar que algumas estratégias traçadas inicialmente pelo MTG para sua atuação estão sendo seguidas.

Para defender esse argumento, recorro a Savaris (2017, p. 125), que identifica a ocasião do 1º Congresso Tradicionalista ocorrido em Santa Maria-RS em 1954 como “Momento fundamental para dar sustentação às entidades tradicionalistas que brotavam às dezenas, de forma espontânea e surpreendente - inclusive fora das fronteiras do Rio Grande do Sul [...]. Esse evento teve importância substancial para a estruturação do MTG, em especial porque nele foi defendida a tese “O Sentido e o Valor do Tradicionalismo”, de autoria de Barbosa Lessa. Já citada neste projeto, a referida tese é considerada a principal referência teórica do Movimento. Aqui nesse ponto estabeleço uma conexão com o próximo grupo de fontes do corpus documental: os Congressos Tradicionalistas.

A análise da produção de historiadores tradicionalistas, portanto, se mostra promissora no que tange aos objetivos desta pesquisa. Um exame mais profundo das obras recém apresentadas, bem como de outras com as quais já tive contato, poderá revelar se tais historiadores também identificam a questão educacional como influente na gênese do gauchismo institucionalizado ou nas estratégias de atuação do MTG. Talvez isso não apareça de forma direta em seus escritos, mas como já pode ser observado nestas análises preliminares, há nestes trabalhos elementos potentes para pensar a respeito da temática.

4.2 A Obra dos fundadores do tradicionalismo

Os primórdios do Movimento Tradicionalista Gaúcho podem ser atribuídos a vários personagens que, de forma ou outra, atuaram em prol da institucionalização do gauchismo no Rio Grande do Sul. Se poderia falar naqueles que fundaram o Departamento de Tradições Gaúchas do Colégio Júlio de Castilhos, nos componentes do Grupo dos Oito, nos fundadores do 35 CTG ou até mesmo naqueles tantos que organizaram e participaram dos primeiros Congressos Tradicionalistas. Contudo, em especial, há que se considerar que alguns destes,

além de uma atuação intensa na estruturação do MTG, erigiram também uma obra literária significativa a respeito da temática. Penso que esta obra também precisa ser analisada, pois nela devem constar elementos importantes que podem contribuir para a sustentação da tese que proponho.

Sendo assim, pensando na aliança entre atuação dentro dos primórdios do MTG e obra literária sobre o gauchismo, já seria possível selecionar algumas pessoas mais especificamente. A seleção que proponho aqui leva em consideração também aqueles que o próprio Movimento Tradicionalista Gaúcho exalta como seus principais pilares. Dessa forma, elenco três nomes: João Carlos Paixão Côrtes, geralmente conhecido como o idealizador do tradicionalismo, Luiz Carlos Barbosa Lessa, identificado como mentor intelectual das origens do MTG e Glaucus Saraiva, um dos principais artífices da institucionalização do Movimento.

Em relação à obra literária dos três, há que se considerar alguns pontos. O primeiro deles se refere à diferença de volume, já que Saraiva não foi autor de muitos livros. De acordo com as biografias disponíveis na internet, este tem em seu nome apenas três publicações, contudo, uma delas merece destaque: o “Manual do Tradicionalista”. Esta precisa ser considerada neste trabalho. Já a bibliografia de Paixão Côrtes e Barbosa Lessa é bem mais ampla. Inclusive, é difícil precisar quantas obras ambos publicaram, sendo que muitas delas foram em parceria. Fato é que algumas podem conter elementos importantes que ajudem na construção da tese aqui proposta. Isso leva a um segundo ponto: a obra de Côrtes e Lessa é ampla e não é especificamente voltada ao tradicionalismo, o que exige que seja feita uma seleção de títulos que possam trazer contribuições para esta pesquisa. O terceiro e último ponto que quero discutir nesse momento é a respeito do tipo de escrita de alguns dos textos que pretendo analisar. Julgo isto como importante porque se tratam de escritos pedagógicos, tais como manuais e, até mesmo, livros didáticos ou paradidáticos. Este terceiro fator é bastante significativo, uma vez que identificado tal tipo de escrita, já se pode inferir que havia nestes autores a intenção de educar para o tradicionalismo.

Início com Glaucus Saraiva, poeta, folclorista e destacado fundador do Movimento Tradicionalista Gaúcho. Saraiva começou a frequentar as reuniões dos jovens tradicionalistas à época da fundação do 35 CTG (1948). De acordo com Nedel (2005) e Zalla (2010), este personagem destoava um pouco a respeito de como deveria ser o 35 CTG. Ex-escoteiro e membro da maçonaria, Glaucus Saraiva

imaginava um clube restrito a um grupo específico de membros, ao contrário do que pregavam Paixão Côrtes (com quem nutriu alguns desafetos) e Barbosa Lessa, empenhados em construir um movimento popular de longo alcance. Mesmo vencido neste embate, Saraiva se manteve muito ativo dentro do Movimento, mais até que os outros dois citados. Foi conselheiro do “Conselho Coordenador”, uma espécie de antecessor do MTG, presidiu três Congressos Tradicionalistas (1973, 1975, 1977) e teve distinta participação nos debates e ações que culminaram em 1966 com a fundação do Movimento Tradicionalista Gaúcho, com destaque pela elaboração que fez da “Carta de Princípios” (1961), um dos mais importantes documentos que regem o tradicionalismo.

O “Manual do Tradicionalista” (1968) é uma fonte muito fecunda para esta pesquisa. De autoria de Galucus Saraiva, é um livro bastante raro (apenas uma edição), mas consegui comprar um exemplar⁴³ em um sebo virtual. O título, por si só, já permite uma grande reflexão: um manual é um clássico da literatura pedagógica; tem o claro objetivo de ensinar algo, de educar. Nesse caso, o Movimento Tradicionalista Gaúcho recém havia sido fundado e havia uma grande proliferação do número de CTGs que a ele se filiavam. Participante ativo dos Congressos Tradicionalistas e identificando que “Grande parte dos tradicionalistas não sabe o que é tradicionalismo” (SARAIVA, 1968, p. 7), Saraiva investiu em uma escrita de cunho pedagógico, na qual expõe muitas ideias sobre o tradicionalismo, mas principalmente, de como devem se organizar pessoas e entidades tradicionalistas. Muito significativo é o item “CTGs como Aulas de Tradicionalismo”, cujo conteúdo será motivo de análise, assim como a obra como um todo. Considerando a autoria, o contexto, o tipo de escrita (pedagógica) e, principalmente, seu conteúdo, penso que este manual trará grandes contribuições para a pesquisa.

Outro fundador que merece ter sua obra analisada é João Carlos Paixão Côrtes. Considerado por muitos como responsável maior pela idealização do tradicionalismo institucionalizado, foi criador do Departamento de Tradições Gaúchas do Grêmio Estudantil do Colégio Júlio de Castilhos, organizou e participou do “Grupo dos Oito” e dos festejos que deram origem à “Semana Farroupilha”. Após sua saída do Colégio Julinho, fundou o 35 CTG, foi conselheiro e presidente do

⁴³ O exemplar que consegui tem uma dedicatória em nome do deputado Alexandre Machado da Silva, inclusive consta um carimbo do parlamentar. Este foi deputado estadual no Rio Grande do Sul por 3 legislaturas e deputado federal por mais duas sob a legenda da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido de sustentação do regime militar (1964-1985).

Conselho Coordenador (órgão anterior à fundação do MTG) e atuou em diversos Congressos Tradicionalistas, principalmente intelectualmente (oferecendo subsídio teórico, em especial às questões folclóricas), mas também apoiando as decisões políticas que culminaram com a institucionalização do Movimento Tradicionalista Gaúcho. A sua atuação no que se refere ao tradicionalismo gaúcho é ainda maior quando se consideram questões exteriores ao Movimento, já que desenvolveu pesquisas, ministrou cursos, participou de programas de rádio e televisão e mais uma série de atividades, inclusive em âmbito internacional, relacionadas ao tema do gauchismo.

A bibliografia atribuída a Paixão Côrtes é vasta e variada, sendo difícil precisar quantos livros produziu. Biografias disponíveis na internet listam mais de vinte títulos do autor entre os anos de 1954 e 2001, mas não são listas precisas. Em contato com Carlos Paixão Côrtes, seu filho, tive acesso a um documento (Anexo I) intitulado “J. C. Paixão Côrtes: passos e mangaços no tempo”, o qual contém, além de alguns textos a seu respeito, uma lista com o que deveria ser obra completa escrita pelo mesmo. Este inventário informal, de autoria de uma editora chamada Lorigraf (Caxias do Sul) e, aparentemente, não disponível ao grande público via internet aponta 87 publicações, considerando reedições e outros tipos de impresso, tais como projetos, folders, etc. Não consegui encontrar informações sobre essa publicação (se digital, impressa, etc.). Outro índice (Anexo II, sem autoria definida e provavelmente não publicado, pois se trata de um arquivo de Microsoft Word) com apenas livros e projetos de autoria do mesmo folclorista, que também me foi fornecido pelo senhor Carlos, lista 25 livros (contando algumas reedições) e 28 publicações que são ali chamados de “Projetos de Distribuição Gratuita”, totalizando 53 obras.

É interessante notar que, assim como Glaucus Saraiva, Côrtes também escreveu manuais e outros escritos que possuem teor pedagógico. E a maioria de seus textos versa sobre folclore gaúcho, frutos das muitas pesquisas que realizou nessa área. Como já posso algumas dessas obras, fiz uma análise prévia e pude observar que o autor faz relatos⁴⁴ a respeito dos primórdios de seu ímpeto

⁴⁴ Apesar de cada obra de Paixão Côrtes ter um conteúdo específico, há um ponto significativo que se pode notar: ao tratar do tema dos primórdios do tradicionalismo, quando das ações do grupo de estudantes do Departamento de Tradições Gaúchas do Grêmio Estudantil do Colégio Júlio de Castilhos, o autor, praticamente, repete o mesmo discurso, numa espécie de “autoplágio”. Talvez esse tópico seja mais explorado quando as obras do autor forem ser analisadas com mais critério.

tradicionalista, oferecendo subsídios importantes para esta pesquisa. É o caso, por exemplo, do livro “Origem da Semana Farroupilha e Primórdios do Movimento Tradicionalista” (1994), onde o folclorista conta sobre como a juventude estudantil do colégio Júlio de Castilhos deu início ao tradicionalismo, tema que também aborda em “Tradicionalismo Gauchesco: nascer, causas e momentos” (2001b). Outro tópico importante e que é discutido no livro “Danças e Andanças da Tradição Gaúcha” (1975) – escrito em parceria com Barbosa Lessa – é, justamente, a questão educacional, em especial quando afirmam a “finalidade didática” (CÔRTES e LESSA, 1975, p. 121) com que escreveram o “Manual de Danças Gaúchas”, cuja primeira edição é de 1955. A análise destas e de outras obras de Côrtes se faz necessária e, certamente, contribuirá na construção da argumentação de sustento à tese que proponho.

Igualmente pertinente é a análise da obra de Luiz Carlos Barbosa Lessa, também bastante dedicada ao tema do tradicionalismo, inclusive com alguns títulos em coautoria com Paixão Côrtes, como já foi aqui referido. Apesar de superficial, ainda é possível fazer uma pequena comparação entre ambos, apenas no sentido de demonstrar que, mesmo se dedicando à mesma causa, há uma diferença que vale a pena explicitar: enquanto Paixão Côrtes foi mais pragmático, se preocupando, principalmente, em oferecer subsídios específicos à prática tradicionalista (danças, costumes, vestimenta, etc.), Barbosa Lessa se dedicou a um trabalho mais intelectualizado do ponto de vista teórico, como se buscasse as justificativas para tais práticas gaúchas. Por isso, retomo a questão da escrita pedagógica, muito presente na obra de Lessa, assim como também é possível situar o autor no campo da historiografia do Rio Grande do Sul e da sociologia do povo deste estado.

A bibliografia de Barbosa Lessa também é vasta e variada e, assim como a de Paixão Côrtes, não está tão bem definida nas biografias disponíveis na internet. Para tentar buscar essa informação com mais precisão, entrei em contato com a Fundação Barbosa Lessa – entidade localizada no município de Camaquã-RS, fundada em 2005 e que se responsabiliza por preservar a obra e a memória do folclorista – através dos canais de comunicação indicados na página da instituição, mas não obtive êxito (o número telefônico constava como número inexistente). Sendo assim, telefonei para a Prefeitura Municipal de Camaquã, que me forneceu o contato do secretário municipal de cultura. Através dele consegui o telefone da museóloga da cidade, a qual entrou em contato com o atual responsável pela

Fundação e, por intermédio dele, consegui me dar acesso a um documento (Anexo III) que contém uma lista com, provavelmente, toda a obra escrita por Barbosa Lessa. De acordo com esse levantamento (Anexo III), existem 58 livros do autor, contando apenas as primeiras edições. Apesar de poder oferecer subsídios para meu trabalho, optei por não pesquisar nesta instituição, já que meu foco não está na produção de Barbosa Lessa especificamente.

A análise da obra de Barbosa Lessa e sua contribuição para a institucionalização do tradicionalismo já foi realizada, de maneira brilhante, por Jocelito Zalla em sua dissertação de mestrado intitulada “O Centauro e a Pena: Luiz Carlos Barbosa Lessa (1929-2002) e a invenção das tradições gaúchas”, defendida em 2010 no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Como já expliquei anteriormente, em seu trabalho Zalla dedicou algumas páginas a respeito da questão educacional, contudo, este não foi o seu foco principal. Dessa forma, o texto deste pesquisador foi uma inspiração e, de certa forma, foi também um ponto de partida para que eu começasse a pensar a problemática do meu trabalho, sendo uma importante referência para esta pesquisa. Através dele, fica evidente a importância de Barbosa Lessa para o tradicionalismo organizado, além de também podermos perceber o quanto a educação foi um tema relevante, não apenas na obra, mas também na atuação profissional deste folclorista. Isso exige que eu analise o mesmo por outro viés, buscando verificar como a questão educacional se apresenta na obra do autor, defendendo a ideia de que tal tema foi central para a fundação e para as estratégias de atuação do MTG.

Penso que o principal texto de Lessa a ser aqui analisado é a já mencionada tese “O Sentido e o Valor do Tradicionalismo”. Por ser considerada a maior referência teórica sobre o tradicionalismo, é muito citada e já foi publicada muitas vezes em diferentes formatos por diversos autores que a comentam. Além de ser icônica pela importância que tem dentro do Movimento, é preciso novamente considerar que esta tese foi defendida e aprovada no primeiro Congresso Tradicionalista, em 1954, ou seja, ela fundamenta os alicerces do gauchismo institucionalizado. E nela se encontram ideias muito pertinentes à discussão que proponho, pois Barbosa Lessa destaca a questão educacional como fundamental à disseminação do tradicionalismo gaúcho.

Outras obras de Barbosa Lessa também merecem atenção; não todas porque seria aqui inviável, além de que muitas delas são romances, biografias ou temas

muito específicos da história do Rio Grande do Sul (Chimarrão, Missões, Índios, etc.). De qualquer forma, há que se ressaltar o teor didático de muitos destes escritos que estão sendo preteridos neste momento. A escolha para esta pesquisa foi pautada pelos textos mais relacionados ao folclore, à história do Rio Grande do Sul e à Sociologia. Assim, adquiri as seguintes obras: “Rio Grande do Sul, Prazer Em Conhecê-lo” (1984), “Nova história do Brasil” (1967), “Problemas brasileiros: uma perspectiva histórica” (1980), “Nativismo: um fenômeno social gaúcho” (2023), além de outros dois que foram escritos em coautoria com João Carlos Paixão Côrtes, que são “Aspectos da Sociabilidade Gaúcha” (1985) e “Danças e Andanças da Tradição Gaúcha” (1975). Procedi à análise destes na expectativa de encontrar indicadores que contribuam para a argumentação que venho construindo.

Haveria ainda a possibilidade de, neste estudo, proceder à análise de muitas outras obras escritas por tradicionalistas. No entanto, não é esta a minha pretensão. Penso que outra tese seria necessária para dar conta de tamanho trabalho. Preferi operar com a bibliografia de Glaucus Saraiva, João Carlos Paixão Côrtes e Luiz Carlos Barbosa Lessa devido ao destaque que dispõem dentro da história do tradicionalismo gaúcho, além de entender que, para a tese que proponho, é mais pertinente entender a questão educacional na obra destes três por eles terem sido alguns dos principais esteios do ideário tradicionalista, em especial, por serem os precursores do MTG.

4.3 O último fundador vivo do 35 CTG: entrevista com Mário Mattos

Quisera eu chegar aos 98 anos de idade com a lucidez de Mário Mattos. Se for para “ir tão longe”, que seja assim!

Gostaria de poder aqui me desprender da norma culta para falar do importante e querido amigo que fiz no final de 2022, contudo o rigor acadêmico não permite. Manterei então o foco e a objetividade na apresentação dessa fonte da pesquisa.

Durante o exame de qualificação do projeto que originou esta tese que apresento, recebi a sugestão⁴⁵ de entrevistar o senhor Mário Barbosa de Mattos. Na ocasião, obtive apenas informações superficiais sobre ele, mas havia um indicativo de que era o último remanescente vivo que teria participado de alguma situação

⁴⁵ Essa sugestão foi feita pelo professor Elomar Antonio Tambara (UFPel), membro da comissão avaliadora de meu trabalho, a quem agradeço pelo importante conselho.

ligada aos primórdios do Movimento Tradicionalista Gaúcho. E um pouco mais intrigante: o sujeito fora militante do Partido Comunista Brasileiro. Um comunista no MTG? Muito curioso!

Buscando orientação em Lüdke e André, antes de elaborar perguntas para a entrevista, procurei me preparar, pois de acordo com as autoras (1986, p. 38), “Quanto mais preparado estiver ele [o entrevistador], quanto mais informado sobre o tema em estudo e o tipo de informante que irá abordar, maior será, certamente, o proveito obtido com a entrevista”. Meu problema nesse contexto era o tempo. Entrevistas são metodologias que demandam muito esforço. Sendo assim, logo nos dias seguintes à aprovação de meu projeto, desferi uma pesquisa no buscador Google para tentar achar informações sobre o potencial entrevistado.

Encontrei alguns sites que definiam Mário Mattos como engenheiro agrônomo, escritor e artista plástico. As mesmas páginas revelaram algumas outras informações que considerei relevantes, porém, não conseguia encontrar nada que ligasse esse senhor aos primórdios do MTG. Quando troquei as palavras-chave no buscador para “Mario Mattos 35 CTG”, imaginando que talvez esse fosse o elemento que o relacionaria ao início do Movimento, foi que a pesquisa surtiu efeito.

Um resultado⁴⁶ a essa busca ofereceu uma informação valiosa, a qual pude confirmar em outras duas fontes (FRAGA CIRNE, 2017, p. 44-45; BASTOS, 2016, p. 24-25): existe a ata de fundação do 35 CTG, datada de 24 de abril de 1948. De acordo com o site visitado e as outras fontes que mencionei, esse documento foi assinado por 23 homens que estavam na reunião, porém, João Carlos Paixão Côrtes e Cyro Dutra Ferreira, que não estavam presentes, também foram considerados fundadores da entidade. Em outra ocasião⁴⁷ mais tarde, outras 37 pessoas foram consideradas, da mesma forma, como fundadoras da entidade por terem participado das reuniões prévias de sua idealização. Dentre elas estava Mário Mattos.

Munido destas informações, consegui agendar uma primeira entrevista com esse sujeito para o dia 27 de dezembro de 2022 pela manhã, a qual durou em torno de uma hora e cinquenta minutos (1h50'). Outros dois encontros ocorreram nos dias

⁴⁶ <https://www.mgmt.com.br/charla-cultural/o-primeiro-ctg-centro-de-tradicoes-gauchas-200>. Contudo, hoje, 06 de agosto de 2023, esta página consta nos resultados do Google, mas quando clicamos para abri-la, ela aparece em branco. Isso não acontecia no final de dezembro de 2022, quando fiz a pesquisa no buscador Google.

⁴⁷ Não encontrei referências de quando e nem em que tipo de documento foi formalizado, mas acredito que o site que visitei tinha essas informações.

25 de janeiro e 15 de fevereiro de 2022, também no período diurno, cada um com, mais ou menos, uma hora e meia de duração (1h30'). Todas as conversas⁴⁸ foram gravadas⁴⁹ e, posteriormente, transcritas, com indicações de quem está falando e com constantes referências temporais.

Não vou descrever aqui muitos elementos dessas entrevistas. O que mais interessa às discussões da tese, será inserido no capítulo 5, no cotejo com as outras fontes da pesquisa. Todavia, preciso, mesmo que brevemente, evidenciar alguns tópicos tratados nas conversas.

Mário Mattos está bastante lúcido e, apesar de reclamar de sua memória, percebe-se que ela se encontra bastante ativa e acessível. Iniciei a conversa me apresentando e logo perguntei a ele nome completo (Mário Barboza Mattos), data de nascimento (12/12/1924), cidade natal (Pelotas) e profissão (agrônomo). Quando cheguei lá pela 4^a ou 5^a questão (com menos de 2 minutos de conversa), a fluidez tomou conta da entrevista. Perguntei se havia feito sua vida escolar toda em Pelotas e a partir daí ele iniciou um longo relato biográfico, mediado por meus eventuais questionamentos.

Minha principal intenção era tentar verificar se as memórias de seu Mário revelariam intenções educacionais nos primórdios do MTG, considerando a fundação do 35 CTG como um dos marcos iniciais do processo de institucionalização daquela entidade. Como, de acordo com as fontes que citei, esse senhor foi considerado um dos fundadores do primeiro CTG por ter participado das reuniões prévias que o idealizaram, pensei que poderiam apontar alguns indicadores que corroborassem com minha tese.

O problema é que, nesse quesito, meu entrevistado foi bastante vago. Percebi que dá pouca importância a isso, afirmando que mais contribuiu dando subsídio artístico a textos que seu primo Barbosa Lessa escrevia sobre temas regionais do Rio Grande do Sul. De acordo com ele, era fim dos anos 1940 e o Brasil estava se redemocratizando após a ditadura varguista do Estado Novo. Naquele contexto, o Partido Comunista havia voltado à legalidade em 1945 e Mario Mattos, que havia

⁴⁸ Pretendo, mediante autorização do entrevistado, após a conclusão dos procedimentos de defesa e entrega final da tese, disponibilizar o material destas entrevistas ao Centro de Documentação (CEDOC), ligado ao Centro de Estudos e Investigações em História da Educação (CEIHE) da Faculdade de Educação (FaE) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

⁴⁹ O aparelho utilizado para a gravação foi um smartphone de marca Xiaomi, modelo Redmi Note 8. Considero que a qualidade dos áudios ficou excelente.

sido convocado para o exército, foi morar em Porto Alegre e aderiu ao comunismo naquela época.

Como já afirmei, não quero me estender demais nos relatos das entrevistas. Portanto, resumo da seguinte maneira o primeiro encontro: Mário Mattos deu muito destaque a sua militância comunista de orientação marxista. Ele alega que isso era muito presente em sua vida e talvez tenha sido o que não o aproximou mais do tradicionalismo que se institucionalizava. No entanto, ele se considera um tradicionalista, mesmo que em uma perspectiva diferente da concepção que o MTG tem de si.

Mário Mattos é um crítico dos rumos que o MTG tomou. É a favor do Movimento e teve participação dentro dele. Chegou a frequentar Congressos Tradicionalistas, inclusive na condição de autor de tese, tendo uma sido aprovada no 36º evento (Júlio de Castilhos-RS, 1991), sobre a qual ainda tecerei maiores comentários. Ainda na primeira entrevista, Mattos levantou questões que foram retomadas e, de certa forma aprofundadas nos outros dois encontros, as quais possibilitam significativas reflexões para quem estuda o tradicionalismo.

O entrevistado questionou a visão de Manoelito Savaris de que o tradicionalismo é uma ideologia. Na sua concepção, é uma cultura. E oferecendo uma interpretação mais ampla⁵⁰, a relaciona ao tropeirismo⁵¹, reivindicando a historicidade como uma necessidade analítica ao MTG.

Nos três encontros, Mattos fez duras críticas a Manoelito Savaris e à inserção de representantes da Brigada Militar no Movimento. No seu entendimento, esta força policial, da qual Savaris era oficial aposentado, tem uma natureza repressiva e teria transmitido essa característica ao círculo tradicionalista em forma de sua excessiva burocratização. Em decorrência disso e de outros fatores, seu Mário alega que se formou um “Centrão” no MTG, mascarando seu caráter democrático, à medida em que este grupo tem maior poder de decisão nas instâncias deliberativas, especialmente nos Congressos.

Praticamente nas três entrevistas, seu Mário alegou ter sido “sabotado” dentro do MTG e afirma que o mesmo foi feito com Barbosa Lessa. Ele, por conta das ideias divergentes, mais progressistas e, também, pelo “estigma” que carregava por

⁵⁰ Influenciada, certamente, por sua vivência de muitos anos na cidade de Sorocaba, onde recebeu, em 2011, o título de “Cidadão Sorocabano”.

⁵¹ Tema sobre o qual é autor de um livro, o qual é intitulado “Contos Tropeiros e outras narrativas”, publicado pela Editora Fi em 2014.

ser comunista. Já sobre seu primo, ele não indica motivos da exclusão, apenas afirmou que ele sempre era muito respeitado e homenageado, mas que “nunca lhe davam a palavra”. É uma visão interessante, porque a análise dos documentos aponta, realmente, muito prestígio dos tradicionalistas às ideias de Barbosa Lessa. Quem sabe isso se restringia aos seus escritos, sendo outras dimensões de sua militância diminuídas. Esta é uma questão que suscita curiosidades.

Na segunda entrevista, seu Mário me levou até uma peça que possui na parte superior de sua casa. É uma espécie de biblioteca/museu, com um acervo grande e bem organizado, como se pode notar na Figura 1 a seguir.



Figura 1 – Colagem: biblioteca/museu de Mário Mattos
Fonte: fotografias e colagem produzidas pelo próprio autor

A segunda entrevista foi marcada por manifestações de seu Mário sobre a historiografia do Rio Grande do Sul e do Brasil. Nesse encontro eu tentei explorar um pouco mais a questão educacional, oferecendo ao entrevistado alguns questionamentos a esse respeito. Mais uma vez, não aprofundamos no tópico. Mattos até fez algumas ponderações interessantes; vou tratar delas no capítulo

seguinte, cotejando outras fontes mobilizadas. Contudo, sobre esse aspecto, realmente, não discorremos com mais atenção.

Um dos pontos altos de minha segunda visita foi a cedência de materiais. Recebi alguns livros – inclusive um de autoria de Savaris, muito criticado por Mattos – e, principalmente, uma cópia da tese que o entrevistado apresentou no 36º Congresso Tradicionalista. Sobre esta, apesar de tê-la analisado com profundidade, não vou fazer maiores considerações, principalmente porque escapa ao recorte temporal que delimitei. Somente destacarei dela dois pontos: a evocação da Carta de Princípios e da tese “O sentido e o valor do tradicionalismo” – sempre muito celebrada no Movimento – e questão educacional, sobre a qual Mattos se debruça bastante, fazendo críticas à uma falência dos “métodos de educação tradicionalista praticado por nossas direções” e, dentre outros elementos que problematiza na esfera educacional, propõe a criação de uma “universidade crioula”.

Para a última entrevista, me preparei bastante fazendo uma leitura minuciosa da tese de autoria de meu entrevistado. Nesse encontro, também ocorrido na biblioteca/museu, tentei já iniciar a entrevista retomando a questão educacional a partir do referido trabalho de Mattos. A resposta dele se encaminhou, novamente, à crítica à falta de democracia dentro do MTG, que segundo ele, se exacerbou por conta da inserção de elementos da Brigada Militar em seus quadros diretivos.

Novamente, nessa última ocasião, seu Mário evidenciou a necessidade de conceber o tradicionalismo aliado à sua historicidade para garantir o que ele chamou de “gauchidade” em sua tese. Nesse aspecto, debatemos como os dirigentes do MTG deturparam a história do Rio Grande do Sul. E por esse viés, o entrevistado prosseguiu discorrendo sobre a história, inserindo em contextos nacionais e internacionais. Em suma: a última entrevista reforçou a visão de Mário Mattos de deturpação do tradicionalismo, que ao se institucionalizar como MTG, investiu no dogmatismo exacerbado, em boa medida por influência de militares nos quadros do Movimento.

Encerrando a apresentação dessa fonte, a qual acredito que ainda poderá render muitas problematizações e consequentes produções, reitero o quanto foi interessante receber relatos orais sobre meu objeto de estudo. Acredito que as fontes documentais escritas que arrolei já seriam suficientes para oferecer subsídios que sustentem a tese que defendo. Todavia, o contato com Mário Mattos e a escuta

de seus relatos e pertinentes reflexões sobre o MTG, permitiram perceber que ainda há muito mais a ser explorado nesse campo.

4.4 Os Congressos Tradicionalistas

Empiricamente, eu diria que é fácil perceber que os CTGs podem ensinar muitas coisas. Talvez qualquer professor também tenha facilidade de captar que o tradicionalismo gaúcho se propaga através de relações de ensinamentos e aprendizagens que ocorrem nestes espaços. Contudo, quiçá somente um olhar mais apurado possa revelar que exista um projeto educacional dentro do MTG, o qual extrapola os limites dos CTGs e chega até a rede escolar. O que proponho, portanto, é buscar possíveis indicadores que comprovem que o Movimento Tradicionalista Gaúcho usou a educação como estratégia de disseminação de suas ideias. Mas onde se poderia encontrar tais indicadores?

Partindo da ideia de que o MTG passou por um processo de institucionalização aos moldes da Modernidade, transformando-se em uma “empresa burocrática” (WEBER, 1999, p. 199), investigar esse processo poderia revelar, dentre tantos outros elementos, como a questão educacional entrou no projeto tradicionalista. Nesse caso, os Congressos Tradicionalistas emergem como importante fonte desta pesquisa, pois foi neles que o tradicionalismo gaúcho se estruturou burocraticamente. Ao longo de, praticamente, sete décadas, estes eventos vêm acontecendo periodicamente, desde 1954, indicando os rumos da instituição.

Como já mencionei anteriormente, o Congresso Tradicionalista é um órgão normativo do MTG. Seu fundamento burocrático geral se encontra em dois documentos oficiais desta instituição: seus respectivos Regulamento Geral⁵² (Art. 51 – 94) e Estatuto (Art. 27 – 30). Cada Congresso tem também o seu regimento interno, versando sobre o seu funcionamento de forma mais específica. Se for feita uma análise mais aprofundada sobre a legislação tradicionalista, serão encontradas diferenças no regramento destes eventos. Eu mesmo consegui identificar algumas porque tive acesso aos regimentos internos de alguns Congressos cuja

⁵² O Regulamento Geral do MTG é atualizado eventualmente. Como não encontrei nenhuma referência sobre a periodicidade de tais atualizações, telefonei para a Secretaria do MTG e fui informado que as mudanças no regulamento ocorrem quando se percebe a necessidade. Contudo, as alterações deste documento se dão, somente, mediante a aprovação no Congresso Tradicionalista. O Regulamento Geral mais atual é o de 2022, referência que estou utilizando neste momento da pesquisa.

documentação ficou salva. Mas, de maneira genérica, é possível fazer certas afirmações sobre os procedimentos destes encontros.

Com base, portanto, no Regulamento Geral do MTG de 2022⁵³, documento mais atualizado da instituição e que dispõe mais especificamente sobre o funcionamento do Congresso Tradicionalista, este

[...] é a reunião, em Assembleia Geral, das entidades filiadas efetivas e tem por fim:

- I - traçar diretrizes, rumos e princípios para o Movimento Tradicionalista Gaúcho;
- II - ensejar o debate e a divulgação de ideias, trabalhos, pesquisas, sugestões, teses e temas de cunho tradicionalista;
- III - ampliar e enriquecer os conhecimentos específicos de todos interessados, dentro da verdade histórica do Rio Grande do Sul;
- IV - incrementar e popularizar as atividades tradicionalistas;
- V - proporcionar a mais ampla oportunidade de confraternização entre adeptos, simpatizantes e admiradores das tradições gaúchas;
- VI - valorizar o Movimento Tradicionalista Gaúcho - MTG, como entidade;
- VII - apreciar o relatório final do Conselho Diretor e votar o parecer do Conselho Fiscal sobre o movimento financeiro e mutações patrimoniais;
- VIII - decidir, em grau de recurso e na qualidade de última instância, sobre penas disciplinares aplicadas pelos escalões inferiores;
- IX - reformar o Estatuto do MTG;
- X - destituir, por decisão de 2/3 (dois terços) de seus membros, em sessão extraordinária convocada especialmente para este fim, o Presidente e os Vice-presidentes do Conselho Diretor, determinando realização de Assembleia Eletiva Extraordinária para eleição dos cargos vagos, com o fim de conclusão do mandato. Este procedimento poderá ocorrer diante de situação grave devidamente comprovada e que indique a necessidade de preservação institucional.
- XI - extinguir o MTG;
- XII - exercer as demais atribuições que lhe forem fixadas pelo Estatuto e por este Regulamento Geral”.

Nota-se, portanto, que o Congresso Tradicionalista é o mais poderoso dispositivo normativo do MTG. Daí a importância de estudar os Anais destes eventos, pois foram neles que o Movimento se estruturou e definiu os rumos que vem percorrendo até a atualidade.

O Regulamento Geral do MTG de 2022 traz ainda uma série de outras informações a respeito do Congresso Tradicionalista, inclusive fora do Capítulo II, que é específico sobre ele. Precisei fazer uma leitura mais minuciosa deste documento para entender melhor o funcionamento dos Congressos. Porém, percebi no cotejo com outras fontes, especialmente em alguns regimentos internos de edições destes encontros (recolhidos por estarem dentro do período do recorte

⁵³ Regulamento Geral do MTG de 2022, Capítulo II: DO CONGRESSO TRADICIONALISTA, Seção I: Do Congresso, suas finalidades e competência, Art. 51. Disponível em: <https://www.mtg.org.br/wp-content/uploads/2022/10/REgulamento-Geral-MTG-outubro-2022.pdf>.

temporal da pesquisa), que houve mudanças em suas operacionalizações. Um exemplo pertinente, é sobre o sistema de votação: atualmente, cada “entidade de participação plena” tem direito a ter até três delegados indicados para o Congresso com direito a voto – de acordo com o Art. 57, Inciso I, Alínea a. Em outros tempos eram apenas dois, como sinaliza Paixão (2004, p. 64) e como percebi em documentos que consegui analisar.

Procurei, de várias formas, encontrar regulamentos mais antigos dos Congressos Tradicionalistas, mas não obtive êxito. Entretanto, julguei importante ter um pouco mais de conhecimento sobre o funcionamento destes eventos. Sendo assim, recorri ao Regulamento Geral do MTG de 2022, e é com base nele que apresento, a seguir, algumas considerações.

Todo Congresso Tradicionalista tem uma Comissão Executiva responsável por organizar o evento, composta, de acordo com o Art. 54, “[...] por pessoas indicadas pela entidade ou entidades tradicionalistas anfitriãs, pelo MTG, pela municipalidade e autoridades locais”. Os congressistas são todos aqueles que cumprem requisitos e se credenciam para o encontro, sendo divididos entre os que têm e os que não têm poder de voto. Os trabalhos são guiados pela “Mesa Diretora”, constituída, segundo o Art. 58, por um presidente, dois vice-presidentes, um secretário geral e um relator geral. Podem ser montadas quantas comissões a Mesa julgar necessárias, sendo obrigatória a Comissão de Teses. Há quatro tipos de sessões: I – Preparatória; II – Solene de Abertura; III – Plenárias Ordinárias e Extraordinárias; IV – Solene de Encerramento. É nas sessões plenárias que ocorrem as apresentações e votações sobre os trabalhos apresentados, que podem ser Teses, Moções e Proposições, tendo atenção prioritária as que se enquadram no temário preestabelecido. Na fase dos debates, os relatores da Comissão de Teses são os responsáveis pela apresentação dos textos e podem ser sucedidos por seus autores. Por fim, o resultado das votações se dá por maioria simples dos delegados com direito a voto.

O primeiro Congresso Tradicionalista ocorreu em 1954, porém, começou a ser gestado tempos antes. Em 1952, de acordo com Fraga Cirne (2017, p. 48), Barbosa Lessa e outros tradicionalistas desejavam um maior entrosamento entre os CTGs que estavam surgindo. Sendo assim, em dezembro daquele ano,

[...] na cidade de Pelotas, Fernando Augusto Brockstedt, Ubirajara Timm e Oswaldo Lessa da Rosa convocaram uma Assembleia Tradicionalista [...]. Ficou, então, aprovada a ideia de realização de um Congresso e a proposta de Fernando Brockstedt da criação de uma federação de entidades tradicionalistas do Rio Grande do Sul. (FRAGA CIRNE, 2017, p. 48).

Percebe-se, portanto, que os tradicionalistas já se reconheciam como tal no início da década de 1950 e já vislumbravam a criação de uma instituição que congregasse as diferentes entidades que estavam sendo fundadas ou reorientadas aos moldes do 35 CTG. Dessa forma, em 1954 ocorreu, no CTG Ponche Verde, na cidade de Santa Maria-RS, o 1º Congresso Tradicionalista. De acordo com Barbosa Lessa (2023, p. 69-70), existia no início dos anos 1950 uma série de dúvidas sobre que rumos o tradicionalismo, que vinha surgindo com os CTGs, deveria seguir. De maneira geral, tais incógnitas poderiam ser resumidas, na concepção do autor, da seguinte forma: o tradicionalismo deveria ser um movimento de caráter intelectual – portanto mais restrito – ou mais popular? Sendo assim, segundo Lessa (2023, p. 70),

Para pôr em plenário tais assuntos foi que se convocou o 1º Congresso Tradicionalista do Rio Grande do Sul. Uma iniciativa de Emílio Rodrigues, do CTG Ponche Verde de Santa Maria, e de Fernando Brockstedt, da União Gaúcha de Pelotas. Com divulgação e coordenação de Sady Scalante, no *Diário de Notícias*. Esses três levaram o convite para que o escritor Manoelito de Ornellas, assumindo a presidência, desse maior “credibilidade” ao evento.

Instalado o Congresso, em Santa Maria, em julho de 1954, pairava no ar uma pergunta. Qual dos dois rumos a seguir? A qualificação cultural ou a massificação popular?

Na sequência do trecho citado, o autor, que é a maior referência intelectual do MTG, coloca seu posicionamento pessoal acerca de tal questão: a de que o rumo do movimento deveria ser o de sua popularização. Entretanto, o foco aqui ainda está em evidenciar a importância dos Congressos Tradicionalistas como construtores das representações e práticas de tradicionalismo gaúcho. E como se pode notar a partir da citação, estes eventos começaram a ocorrer, justamente, com o objetivo de orientar as ações dos CTGs. Savaris (2017, p. 125) ratifica essa ideia ao afirmar que

O grande mérito desse [1º Congresso Tradicionalista] e dos demais congressos foi a definição de rumos claros, de uma ideologia bem definida, de padrões homogêneos de procedimento e da possibilidade de efetiva participação de todos no movimento que se anunciava, desde logo, como uma força social impressionante.

Diante da compreensão da importância dos Congressos Tradicionalistas para a construção do tradicionalismo gaúcho e levando em consideração a problemática desta pesquisa, os Anais destes eventos se constituem como uma importante fonte, talvez a principal. Mas antes de continuar explorando essa questão, quero levantar outra ponderação: o questionável caráter democrático dos Congressos e do MTG.

No trecho recém citado, Savaris (2017, p. 125) evidencia a “[...] possibilidade de efetiva participação de todos no movimento [...]. Há, neste fragmento, manifesta opinião de que o Congresso Tradicionalista é uma instância democrática. Aliás, a ideia de democracia dentro MTG está presente em diversos documentos e manifestações de tradicionalistas. O próprio Paixão Côrtes faz questão de evidenciar isso em algumas situações, quando afirma, por exemplo, que

[...] se iniciou em Porto Alegre, em agosto de 1947, um movimento ginasiano de proselitismo **de todas as camadas sociais, de todos os segmentos étnicos** [grifo meu] em favor das tradições gaúchas, integradas à cultura brasileira. Esse movimento começou no Colégio Júlio de Castilhos, onde, com vinte anos, fundei, com um grupo de jovens companheiros, o Departamento de Tradições Gaúchas, junto ao Grêmio Estudantil (PAIXÃO CÔRTES, 1994, p. 42).

Os grifos colocados no trecho citado são para sinalizar os indicadores de minha ponderação. Nota-se que o autor faz uma declaração que tem a intenção de afirmar o caráter democrático do movimento que surgia. Mas será que era assim mesmo? Honestamente, creio que seja difícil confirmar tal asserção. Ao considerar, por exemplo, o “Grupo dos Oito”, também conhecido como “Piquete da Tradição”, não se observa tanta diversidade, conforme a fotografia (Figura 2) a seguir.



Figura 2 – Grupo dos Oito ou Piquete da Tradição

Fonte: <https://cantinhogauchinho.blogspot.com/2018/02/estuda-tche-o-grupo-dos-8.html>⁵⁴

⁵⁴ Também disponível em: <https://estudandonogalpao.wordpress.com/2021/09/07/juventude-tradicionalista-e-o-grupo-dos-8/> e publicada em “MTG: 50 anos de preservação e valorização da

Esta famosa fotografia do Grupo dos Oito revela que todos eram homens e brancos. Se for considerada também uma pequena biografia dos integrantes desta turma feita por Paixão Côrtes (2001b, p. 16-18), se percebe que sete deles, pelo menos, concluíram o Ensino Superior, ocuparam cargos em empresas e instituições, além de serem, alguns deles, proprietários rurais. Apreciando tais quesitos à luz do contexto histórico em que se inserem, é possível pensar que os cavaleiros do “Piquete da Tradição” integravam a elite. Talvez Paixão Côrtes não se referisse especificamente a este grupo quando fez a afirmação citada. Contudo, considerando estes e outros elementos, parece mesmo um pouco exagerado pensar que o MTG se estruturou de maneira amplamente democrática.

A própria fundação e atuação do 35 CTG, conforme destacarei mais em outra seção do texto, foi alvo de debates e discórdia, pois havia um grupo – mais ligado a Glaucus Saraiva – que pretendia que a entidade fosse restrita a um grupo seletivo. E o funcionamento dos Congressos Tradicionalistas tampouco favorece a ampla participação dos associados. Talvez qualquer filiado possa submeter trabalhos e inscrever-se como congressista neles. Todavia, as teses, moções, proposições, etc. são avaliadas por pareceristas e votadas por um número restrito de delegados nomeados pelos CTGs participantes. Não há, nestes eventos, vasta apreciação e poder de escolha.

Mário Mattos⁵⁵, em alguns trechos das entrevistas que me cedeu, corrobora para essa crítica, incluindo a influência da Brigada Militar⁵⁶ no MTG como um dos elementos que prejudicaram seu caráter democrático, especialmente nos Congressos Tradicionalistas. Um exemplo disso está na entrevista realizada no dia 15/02/2023, quando o arguido, logo no início do encontro⁵⁷, relatou o seguinte:

Eu acho que a hegemonia de elementos saídos da reforma da Brigada faz com que esses elementos criem um centrão dentro do Movimento. A democracia é uma farsa, não existe. A Brigada tem uma origem repressiva. E me parece que o que está em jogo é os brigadianos quererem limpar a imagem. É uma briga... é uma questão de imagem. O compadresco predomina. O compadresco. Fazem uma farsa nos Congressos e tudo, mas, no fim, quem manda é um grupo. [...]. Sempre há o Congresso, mas na hora

cultura gaúcha” (BASTOS, 2017, p. 21). Imagem bastante semelhante, da mesma forma, se encontra em “Origem da Semana Farroupilha e Primórdios do Movimento Tradicionalista” (PAIXÃO CÔRTEZ, 1994, P. 57).

⁵⁵ Sujeito entrevistado por mim e que apresentei na seção 4.3

⁵⁶ No estado do Rio Grande do Sul, o policiamento ostensivo realizado pelo Estado é feito pela Brigada Militar.

⁵⁷ Por volta do minuto 6.

H, a nova direção do Movimento já está escolhida por esse grupo. Isso é o que eu observei. Esse Movimento foge da democracia como o diabo da cruz. Eu tentei, tentei, com mil propostas para democratizar o Movimento.

Esse tensionamento que Mário Mattos faz a respeito do envolvimento da Brigada Militar com o MTG é algo significativo. Desde os primórdios do Movimento, até mesmo antes de sua fundação, a Brigada foi bastante atuante nele. A exemplo disso, Zalla (2010, p. 157) destaca o episódio da participação de oficiais brigadianos⁵⁸ para “integrar a comitiva oficial sul-riograndense nas comemorações uruguaias da grande ‘pátria gaúcha’”, em 1950, juntamente com membros do 35 CTG (dentre eles Paixão Côrtes e Barbosa Lessa). Muitos outros pontos a esse respeito poderiam ser evidenciados, inclusive, que um dos mais destacados presidentes do Movimento Tradicionalista Gaúcho foi Manoelito Carlos Savaris, coronel aposentado desta força policial.

Apesar de importante, não vou dedicar muita atenção a esse tópico da relação entre militares e o tradicionalismo no momento. Apenas evidenciei este tema para problematizar a questão da democracia dentro do MTG. Por isso trouxe também as afirmações de Mário Mattos. A partir de seus relatos, percebi que a preocupação com a democracia dentro do Movimento foi uma tônica da sua participação nele. Mattos chegou a apresentar uma tese no 36º Congresso Tradicionalista (Júlio de Castilhos-RS, 1991), trabalho em que defendeu uma maior participação das bases do tradicionalismo nas decisões da instituição. Conversamos sobre isso, principalmente na terceira e última entrevista que realizei com ele, ocasião em que também tratamos de sua proposta de criação de uma “Universidade Crioula”, outra inquietação do entrevistado e que se relaciona mais intrinsecamente com as problematizações desta tese. Dentre os vários elementos interessantes destas entrevistas, elas reforçaram a ideia do quanto os Congressos Tradicionalistas eram fontes essenciais na investigação.

A ideia de usar os Congressos Tradicionalistas como fonte de pesquisa provavelmente esteja ligada ao meu passado tradicionalista, pois sempre ouvi falar destes eventos e de sua importância para a orientação dos rumos do MTG. Talvez tenha alguma base também na ideia da “invenção das tradições”, mesmo que tal concepção só tenha sido conhecida por mim mais recentemente, quando em 2019

⁵⁸ Representando o Clube Farrapos, uma associação recreativa de oficiais da Brigada Militar da cidade de Porto Alegre-RS. Mais informações em <http://www.clubefarrapos.com.br/>.

minha orientadora sugeriu a leitura da obra de Hobsbawm. Digo isso porque, apesar de não conhecer esse conceito até pouco tempo atrás, já conseguia entender que muito do rito tradicionalista era baseado em representações convencionadas pelo Movimento.

Isso tudo me inquietava, principalmente, porque eu percebia quanta coisa eu aprendia dentro dos CTGs. Esse ambiente era, para mim, uma verdadeira escola. E como o engajamento é uma praxe de quem participa de movimentos sociais, eu mesmo cheguei a ser um reproduutor do ideário tradicionalista, dando aulas de danças, fazendo palestras, participando de eventos, inclusive internacionais, representando o que nesse meio se chama de “cultura gaúcha”. Mas como já mencionei, especialmente após ingressar no curso de graduação em História, alguns estranhamentos se potencializaram. Percebi, portanto, que durante muito tempo fui educado pelo viés tradicionalista.

Assim, o tópico da educação no tradicionalismo gaúcho ficou pulsante em minha mente durante muito tempo. E quando comecei a pensar nele de forma mais dedicada e focada em estudá-lo, foi que o transformei em questão problema em meu anteprojeto de doutoramento. Posteriormente, já formalizado como doutorando em Educação na Universidade Federal de Pelotas, é que alguns estudos preliminares me levaram, novamente, a pensar sobre os Congressos Tradicionalistas.

Estes estudos preliminares ainda eram, talvez, despretensiosos, uma vez que não segui nenhuma estratégia metodológica. No entanto, percebo que aquela busca incipiente já era carregada de estranhamentos. Eu queria entender se a educação para o tradicionalismo promovida pelos CTGs era algo “natural” ou se havia algum tipo de intenção determinada. Assim, comecei a pesquisar no buscador Google algumas referências que versassem sobre “educação e tradicionalismo gaúcho”. Em alguma destas “despretensiosas e incipientes” leituras, cheguei à tese “O Sentido e o Valor do Tradicionalismo”, de autoria de Luiz Carlos Barbosa Lessa, a qual apresenta conteúdo bastante significativo no que tange ao tema.

Buscando aprofundar o entendimento sobre esta tese, percebi que se tratava de um texto apresentado e aprovado no 1º Congresso Tradicionalista (Santa Maria-RS, 1954). Logo lembrei das tantas vezes que ouvi falar destes eventos e de sua importância para o MTG. Isso foi essencial para que eu cogitasse usar os Congressos Tradicionalistas como fonte em minha pesquisa. Porém, ainda preciso citar mais um ponto. Indaguei-me muito se a questão da educação seria, realmente,

uma preocupação do Movimento. Será que, antes de investir em uma análise documental, não seria interessante buscar mais algum indício de que a educação fora uma inquietação dos tradicionalistas?

Fui pelo caminho que achei mais plausível: se a tese de Barbosa Lessa demonstrava preocupação com a educação, provavelmente em suas obras eu poderia encontrar mais indicadores disso. Mas como ainda estava no que chamei aqui de “estudos preliminares despretensiosos”, não fui direto à bibliografia assinada por este autor; busquei estudos sobre Barbosa Lessa para neles procurar menções à questão educacional. Assim encontrei o primoroso trabalho de Jocelito Zalla “O centauro e a pena: Luiz Carlos Barbosa Lessa (1929-2002) e a invenção das tradições gaúchas”, no qual ele dedica alguns esforços para demonstrar que a educação teve destaque nas preocupações tradicionalistas de seu sujeito de pesquisa. Neste trabalho, Zalla também evidencia a tese “O sentido e o valor do tradicionalismo” e cita outros textos de mesma natureza que, igualmente, versam sobre tradicionalismo e educação. Ou seja, a leitura da dissertação de mestrado de Zalla, defendida em 2010, contribuiu muito para que eu cogitasse um estudo mais aprofundado dos Congressos Tradicionalistas para tentar provar a tese que vinha construindo, qual seja, de que a educação foi uma estratégia de atuação para que o MTG fosse levado adiante.

Toda essa construção foi sendo processada ao longo do ano de 2019, quando ingressei no doutorado. A ideia era, ao longo de 2020, construir o projeto para qualificação, entretanto, em março deste ano, foi decretada a pandemia de Covid-19, forçando o fechamento de estabelecimentos de todo o tipo para promoção do isolamento social como medida sanitária. Esse fato atrasou minha visita aos arquivos do MTG, onde eu esperava encontrar os Anais dos Congressos Tradicionalistas. Após o período que ficou popularmente conhecido como de *lockdown*, pude ir à sede da instituição e, felizmente, havia lá algumas caixas contendo documentação arquivada dos eventos que me interessavam (1º, em 1954 até o 15º, em 1970). Inicialmente pensei que os encontraria publicados em forma de livro, mas dentro do recorte temporal da pesquisa, apenas o 2º Congresso teve seus Anais editados dessa forma. Sendo assim, o trabalho com esta fonte foi bastante árduo.

Conforme já mencionei, os Congressos Tradicionalistas são reuniões anuais que ocorrem no Rio Grande do Sul desde 1954, antes mesmo da fundação do MTG.

Neles, alguns membros representantes dos CTGs e outras entidades de mesmo fim se reúnem para decidir rumos e estratégias para o tradicionalismo, através da aprovação de proposições, moções, teses e outros encaminhamentos. As decisões destas reuniões foram e continuam sendo as bases para as práticas do Movimento, conforme avalia Bastos (2016, p. 31):

Os Congressos Tradicionalistas proporcionaram condições de serem estabelecidos e mantidos padrões homogêneos, princípios comuns e fundamental troca de experiências e interação entre as entidades que surgiram, muitas vezes, sem saber exatamente o que fazer. Eles tiveram uma importância fundamental para a criação de um *sistema* organizado do tradicionalismo gaúcho. Se a criação do “35” CTG foi a grande largada para o Movimento Tradicionalista Gaúcho, gerando o aparecimento dos CTGs em todos os rincões, o primeiro encontro deles, em forma de congresso, foi o passo inicial para a formação de uma federação.

Este trecho ilustra a importância que os historiadores tradicionalistas dão aos Congressos para a estruturação do tradicionalismo. Mas aqui, em especial, destaco o reconhecimento de tais encontros como direcionadores dos rumos e das estratégias de atuação do MTG. É interessante perceber uma espécie de contradição no discurso tradicionalista: muitas vezes se concebe a ideia de que o Movimento Tradicionalista Gaúcho é o guardião do “verdadeiro” gauchismo, como se houvesse uma essência genuína e espontânea do “ser gaúcho”, porém, a ideia de realizar congressos para definir diretrizes parece colaborar com a ideia de fabricação ou invenção de tradições (HOBSBAWN, 2017). Por seu caráter intrigante, tal questão não é o foco neste momento, podendo vir a ser mais explorada em outra oportunidade. Retorno, portanto, a tratar dos Congressos Tradicionalistas como os norteadores das práticas do MTG e trazendo à discussão alguns elementos a respeito da questão educacional presentes em alguns destes eventos.

Voltando ao tópico do meu encontro com as fontes, mais especificamente com os Anais dos quinze primeiros Congressos Tradicionalistas (1954-1970). Após muitas tentativas frustradas⁵⁹ de aproximação àquelas que eu considerava como principais fontes a serem trazidas para esta pesquisa, consegui ter acesso aos arquivos do MTG. Isso se deu a partir da flexibilização de algumas medidas

⁵⁹ Em tentativas ao longo de 2019, a diretoria da época, em especial do setor cultural, não respondeu aos meus contatos. Quando houve a troca de gestão em 2020, estávamos em meio à pandemia, portanto, o MTG estava fechado, seguindo as orientações sanitárias. Assim que as normas foram flexibilizadas, pude visitar e acessar o acervo da Fundação Cultural Gaúcha, que é onde estão arquivadas as documentações referentes aos Congressos Tradicionalistas.

sanitárias que haviam sido impostas pela pandemia de Covid-19 ocorrida em meados de 2021. Depois de tratativas via aplicativos de chat, consegui, finalmente, a autorização para examinar documentos relativos aos Congressos Tradicionalistas. Estes se encontram no prédio da Fundação Cultural Gaúcha – praticamente anexo à sede do MTG – e estão em um bom estado de conservação, acredito que mais por alguma espécie de “sorte”. A construção está bem conservada, porém, a falta de manutenção nas calhas e no telhado e o fechamento durante a pandemia fez com que não fossem percebidas algumas infiltrações que acabaram danificando parte do acervo de documentos e livros. Felizmente, as caixas que contêm as documentações dos Congressos permaneceram ilesas. A seguir, apresento uma foto de como encontrei as caixas dos elementos analisados.



Figura 3 – Caixas com documentos relativos a Congressos Tradicionalistas
Fonte: fotografia realizada pelo próprio autor

Antes de abordar sobre as fontes compiladas, penso que seja cabível uma reflexão sobre o descaso com os arquivos históricos no Brasil. É um problema conhecido, em especial, em instituições que não dispõem de projetos e profissionais específicos para a organização e manutenção de tais espaços de memória. Este não parece ser o caso do MTG, uma entidade que reconhece essa importância e, ao que parece, se esforçou para assegurar que seus acervos estariam em boas condições

de salvaguarda. Contudo, o fechamento temporário de tais espaços por conta da pandemia, além de outras questões que por enquanto me furto de explicitar por terem sido informações coletadas informalmente, fizeram com que houvesse danos ao patrimônio material da instituição.

Minha primeira visita ao acervo do MTG se deu no início de outubro de 2021. Antes não foi possível, como já exposto, por conta da pandemia, mas também pelos festejos da Semana Farroupilha⁶⁰ (que então, em sua maioria, ocorreram online). Sendo muito bem recebido pelos responsáveis pelos arquivos da entidade, logo tive contato com as caixas contendo os documentos dos Congressos Tradicionalistas. Inicialmente pensei que acessaria tais fontes em livros dos anais destas reuniões. Porém, para minha surpresa, dentre os Congressos ocorridos no período do recorte temporal da pesquisa, só havia uma edição dos anais publicada em livro. Algumas apresentavam anais datilografados, outras continham documentação datilografada e/ou manuscrita e algumas poucas, em especial as primeiras edições, dispunham de pouquíssimos documentos. Sobre o 1º e o 3º Congresso Tradicionalista, ocorridos em 1954 e 1956, respectivamente, não restou documento algum (vide Figura 3). O 2º evento foi o único que teve os seus anais publicados em forma de livro (considerando o recorte temporal). A partir do 4º Congresso se encontram documentações, no entanto, a quantidade disponível varia proporcionalmente do mais antigo ao mais recente. Abri, apenas, as caixas que continham material de 1957 a 1970, respeitando o limite do recorte temporal da pesquisa (décadas de 1950 e 1960, sendo que os Congressos só começaram a ocorrer a partir de 1954).

A estratégia que utilizei para compilar o material foi fazer uma varredura geral nos arquivos de cada congresso para selecionar e fazer fotocópias de documentos que considerei importantes. Dessa forma, teria acesso ao conteúdo sem precisar ir ao local novamente. Como tais documentos estão minimamente organizados, não foi difícil identificar o que seria ou não pertinente de ser copiado para posterior análise. Exemplos: há muitas notificações de entidades acusando o recebimento de convite para participar dos eventos, geralmente todas agrupadas no arquivo. Da mesma forma estão dispostas algumas confirmações de participação. Há, em alguns casos,

⁶⁰ Evento anual que ocorre entre os dias 14 e 20 de setembro, em comemoração à Revolta Farroupilha (mais conhecida como Revolução Farroupilha ou Guerra dos Farrapos), cujo marco temporal remete ao dia 20 de setembro de 1835. Esta revolta é apreciada no Movimento Tradicionalista Gaúcho como um momento épico da história do Rio Grande do Sul, sendo celebrados seus episódios e as figuras que nela se destacaram.

balanços contábeis e mais outros tipos de documentos que, a meu ver, no primeiro momento, não contribuiriam para esclarecer os questionamentos propostos por esta pesquisa. Contudo, há também anais, atas, moções, teses e proposições que foram separadas por mim para cópia já na primeira visita ao acervo do MTG.

Ainda foi necessária uma segunda visita, realizada no final de novembro de 2021, para finalizar a seleção do material e fazer as photocópias, as quais foram encaminhadas pela senhora Vilma Conceição Paese (diretora do Departamento de Apoio em Acervo Bibliográfico e de Imagens Físicas e Virtuais, um órgão auxiliar da vice-presidência de cultura do Movimento Tradicionalista Gaúcho). O material copiado chegou a mim no início de março de 2022, quando novamente as responsáveis pelo setor estavam em atividade. Desde então, passei a me dedicar à organização da documentação de forma que ficasse mais acessível e inteligível aos exames que passei a fazer da mesma. Para isso, fiz também a digitalização⁶¹ da maior parte do material copiado, especialmente daquilo que julguei mais pertinente à pesquisa.

A seguir, identifico os Congressos Tradicionalistas ocorridos no recorte temporal da pesquisa bem como as cidades gaúchas e os CTGs que os sediaram.

ANO	EDIÇÃO	CIDADE	CTG ANFITRIÃO
1954	1 ^a	Santa Maria	Ponche Verde
1955	2 ^a	Rio Grande	Mate Amargo
1956	3 ^a	Ijuí	Clube Farroupilha
1957	4 ^a	Alegrete	Farroupilha
1958	5 ^a	Caxias do Sul	Rincão da Lealdade
1959	6 ^a	Cachoeira do Sul	Tropeiros da Lealdade
1960	7 ^a	Santo Ângelo	20 de Setembro
1961	8 ^a	Taquara	O Fogão Gaúcho
1963	9 ^a	Carazinho	Pedro Vargas e Rincão Serrano
1964	10 ^a	Uruguaiana	Patrulha do Oeste
1965	11 ^a	Porto Alegre	35 CTG
1966	12 ^a	Tramandaí	Potreiro Grande
1967	13 ^a	São Gabriel	Tarumã
1969	14 ^a	São Francisco de Paula	Rodeio Serrano
1970	15 ^a	Santiago	Coxilha de Ronda

Quadro 1 – Congressos Tradicionalistas (1954-1970)

Fonte: elaborado pelo próprio autor

⁶¹ Um ponto importante dos bastidores da pesquisa: todo o material digitalizado, bem como a escrita desta tese, foram salvos no meu computador pessoal e “sincronizados” com o Google Drive. Isso significa que configurei meu *notebook* para que, quando salvasse qualquer arquivo na pasta intitulada “Dr”, automaticamente seria realizada uma cópia “na nuvem”, ou seja, no espaço de armazenamento cedido pela empresa Google. Julguei que esse procedimento era importante para não correr o risco de perder os arquivos, caso ocorresse qualquer pane em meu computador, além de ter acesso remoto aos arquivos da pesquisa, sem a necessidade de ter este dispositivo em mãos.

O material recolhido no acervo do MTG e copiado se refere, como sinalizado no Quadro 1, às quinze primeiras edições dos Congressos Tradicionalistas. Prosseguindo, de forma mais específica, apresento o Quadro 2, formado com a seleção de conteúdos destes eventos que analisei com mais critério. A maior parte dos itens selecionados possuem indicadores que, de alguma forma, tem a ver com a questão educacional, que é o foco desta pesquisa.

O Quadro 2 foi elaborado para conter informações gerais sobre os itens selecionados. Para cada Congresso, consta o número da edição, ano e cidade em que ocorreu, bem como algumas especificações de como a documentação guardada se apresenta (datilografada, originais manuscritos, livro de anais, estado de conservação, legibilidade etc.). Logo em seguida aparecem os “Materiais Disponíveis Considerados”, que são os tipos de trabalho (teses, moções, proposições e “outros”⁶²). Estes foram numerados, para que quando deles se trate, seja possível identificar o seu referente. As teses são apresentadas com seus títulos, já as proposições, moções e outras manifestações trazem alguma informação que caracterize seu conteúdo. Cada um destes elementos está também acompanhado de seus respectivos autores e entidades que eles representam, quando estas foram indicadas.

Saliento que, para compor estas análises, foram selecionados apenas os elementos aos quais se consegue ter acesso ao texto. Em algumas situações, por exemplo, se conhece apenas o título (ou provável título) de uma tese, sem alcançar o seu conteúdo. Nesse caso, mesmo que se suponha uma relação com a questão educacional, o trabalho não será considerado, já que não se sabe, exatamente, sobre o que versava.

No capítulo 5, no qual, efetivamente, as análises serão apresentadas, os elementos considerados aparecerão numerados de acordo com o Quadro 2. Aí serão trazidos os indicadores que se relacionam com a educação e, a partir deles, os conteúdos desses trabalhos vão ser analisados.

Diante destas explicações, a seguir se encontra exposto o Quadro 2.

⁶² Refere-se a outros tipos de manifestação nos Congressos que não sejam teses, moções ou proposições, mas que, igualmente, tenham trazido a questão da educação em seus conteúdos. Por exemplo: discursos, comunicações, etc.

Edição	Ano	Cidade	Especificações
1 ^a	1954	Santa Maria-RS	Sem documentos disponíveis. Há, ao menos, duas teses difundidas digitalmente ou em publicações diversas.
Materiais Disponíveis Considerados			
Tese 1	“O sentido e o valor do tradicionalismo”.		Autoria: Luiz Carlos Barbosa Lessa.
Tese 2	“A experiência tradicionalista sul-rio-grandense e suas múltiplas vinculações com a educação”.		Autoria: Hugo Ramirez (professor).
Edição	Ano	Cidade	Especificações
2 ^a	1955	Rio Grande-RS	Livro de Anais; não aparecem moções e proposições.
Materiais Disponíveis Considerados			
Tese 3	“A função aculturadora dos CTG”.		Autoria: Carlos Galvão Krebs (professor).
Tese 4	“O Tradicionalismo e as novas gerações”.		Autoria: Tereza de Almeida (professora).
Edição	Ano	Cidade	Especificações
6 ^a	1959	Cachoeira do Sul-RS	Poucos documentos disponíveis. Copiadas apenas 2 páginas datilografadas.
Materiais Disponíveis Considerados			
Proposição 1	Voto de louvor feita por ex-alunos do Instituto União (Uruguaiana-RS) por considerarem a escola como importante na questão do tradicionalismo.		Autoria: Henio Nunes de Carvalho, J. C. Paixão Côrtes e José Paim Brites.
Edição	Ano	Cidade	Especificações
7 ^a	1960	Santo Ângelo-RS	Bastante documentação datilografada e/ou manuscrita; atas datilografadas (12 atas, sendo que faltam a 8 e a 9).
Materiais Disponíveis Considerados			
Tese 5 ⁶³	“O Tradicionalismo na Escola”.		Autoria: Maria

⁶³ O documento indica que a tese foi apresentada, anteriormente, no 2º Congresso Tradicionalista Estudantil, ocorrido em Caxias do Sul, em 1960. Tentei buscar mais informações sobre esses eventos, pois achei que seria interessante para o debate que proponho, mas infelizmente, pouco consegui. O MTG tampouco guardou qualquer registro deles. Há uma reportagem do Jornal Zero Hora, de 2017, que relata uma entrevista com um participante do 1º Congresso Tradicionalista Estudantil, o qual teria ocorrido em Viamão, em 1959, no CTG Vaqueanos da Cultura, sediado na

			Magdalena Burtet.
Proposição 2	Criação de CTGs Mirins.		Autoria: Jayme Caetano Braun e Niteroy Ribeiro.
Edição	Ano	Cidade	Especificações
8 ^a	1961	Taquara-RS	Atas onde constam proposições e moções (aprovadas e reprovadas).
Materiais Disponíveis Considerados			
Moção 1	Chama atenção para os “inúmeros erros existentes no tradicionalismo” e solicitam melhor orientação na prática do culto ao passado.		Autoria: Ramiro Frota Barcellos e Capitão Hugo da Cunha Alves, CTG Tio Lautério, São Leopoldo-RS.
Moção 2	Solicitação de que a moção 7 seja encaminhada à Secretaria de Educação e Cultura para que “designe elementos capacitados a orientar as atividades escolares em que esteja presente o tema tradicionalista”.		Autoria: delegação do CTG Tio Lautério, São Leopoldo-RS.
Proposição 3	Envio de ofício aos poderes Executivo e Legislativo do estado e a autoridades educacionais, solicitando que se criasse em caráter obrigatório uma cadeira de Folclore e Tradicionalismo nos cursos de formação de professores primários. Aprovada em caráter de urgência.		Autoria: Antonio Augusto Fagundes, Galpão Universitário.
Edição	Ano	Cidade	Especificações
9 ^a	1963	Carazinho-RS	Documentos datilografados. Atas onde constam proposições e moções (aprovadas e reprovadas).
Materiais Disponíveis Considerados			
Moção 3	Moção relatando a presença da União Tradicionalista Estudantil em um pedido de isenção de pagamentos para participar dos Congressos.		Autoria: Vitor Leite, Antonio Carlos Silveira, Amadeu Gomes Canellas, Iris do Espírito Santo, União Tradicionalista

Escola de Mestria Agrícola Canadá. Contatei a direção da escola e o patrão do referido CTG e só consegui contatos telefônicos de terceiros que poderiam ter informações. Fiz os contatos, mas nenhum deles havia participado do evento. Fraga Cirne (2017, p. 76) faz breves menções ao 1º e ao 3º Congresso, indicando, basicamente, ano e local onde foram realizados, e ainda afirma que não encontrou informações sobre o 2º evento. A reportagem do Jornal Zero Hora a que me referi está disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/almanaque/noticia/2017/03/leitor-relembra-momentos-do-1-congresso-tradicionalista-estudantil-realizado-em-1959-9741165.html>>.

		Estudantil, Vaqueanos da Cultura, Centauro dos Pampas e Saci Pererê, Porto Alegre e Viamão.	
Proposição 4	Criação de uma comissão para encaminhar à Assembleia Legislativa a solicitação da decretação de uma Lei para obrigatoriedade do ensino do Hino Riograndense.	Autoria: Hugo Silveira Lopes, Issa Jequitibá Lopes, Abilio Dalla Côrte e Aldoy Araujo, CPF Piá do Sul, CTG Ponche Verde e Cezimbra Jacques, Santa Maria-RS.	
Proposição 5	Encaminhamento ao governador do estado de uma solicitação para que, através da Secretaria de Educação e Cultura, se obrigue o ensino dos hinos nacional e riograndense nas aulas de educação moral e cívica.	Autoria: Alaor Penella Martins e Deolinda Diná Moncay. CTG Maragatos, Porto Alegre.	
Edição	Ano	Cidade	Especificações
10 ^a	1964	Uruguaiana-RS	Materiais originais (manuscritos ou datilografados, mas assinados). Há algumas teses (poucas), mas nenhuma que possa ser considerada relacionada à educação. A maioria das teses estão apenas citadas nas atas (nem todas estão disponíveis).
Materiais Disponíveis Considerados			
Moção 4	Culto sistemático de vida e obras exponenciais da cultura regional (sugere intervenções nas escolas).	Autoria: Hugo Ramirez (professor), Estância da Poesia Crioula, Porto Alegre-RS.	
Moção 5	Criação em todos os Ginásios do estado, públicos ou particulares, a cadeira de História do Rio Grande do Sul, ou, quando já existente, a inclusão, nessa cadeira, de aspectos da vida e literatura gauchescas.	Autoria: Hugo Ramirez (professor), Estância da Poesia Crioula, Porto Alegre-RS.	
Proposição 6	Inclusão da cadeira de Estudos Rio-Grandenses nas faculdades de Filosofia	Autoria: Hugo Ramirez (professor),	

	do poder público e particulares.	Estância da Poesia Crioula, Porto Alegre-RS.	
Proposição 7	Ciclo de estudos e divulgação da doutrina do Movimento Tradicionalista.	Autoria: Argeu Veiga, CTG Patrulha do Oeste, Uruguaiana-RS.	
Edição	Ano	Cidade	Especificações
11ª	1965	Porto Alegre	
Materiais Disponíveis Considerados			
Proposição 8	Que se dirija moção ao Secretário de Educação e Cultura pedindo “a inclusão nos programas educacionais, o ensino obrigatório de nosso folclore regionalista”, bem como a “Criação obrigatória em todos os Estabelecimentos de Ensino, de Museus e Centros de Tradições Gaúchas, obedecendo orientações do Conselheiro Coordenador do Movimento Tradicionalista do Estado”.	Autoria: Ney Duarte do Amaral, CTG Tropilha Crioula, São Borja-RS.	
Proposição 9	Dentre 5 proposições, coloca na proposição B que os congressos sejam realizados “sempre nos dois primeiros meses do ano, afim de permitir que, por serem férias colegiais, os tradicionalistas estudantes e professores dêles possam participar”.	Autoria: Toribio de Oliveira, Ely Alves de Souza e Paulo A. C. Feio (CTG Lenço Colorado, Porto Alegre-RS)	
Outros 1	Comunicação a respeito da fundação da Escola Gaúcha de Folclore (Porto Alegre), órgão oficial ligado ao Instituto de Tradição e Folclore da Divisão de Cultura da Secretaria de educação e Cultura do Rio Grande do Sul.	Autoria: José Alfredo C. Kuplich (P/ DAJCJ) e Lizete Alves;	
Edição	Ano	Cidade	Especificações
12ª	1966	Tramandaí-RS	Anais completos datilografados. Alguns documentos originais manuscritos e/ou datilografados e assinados.
Materiais Disponíveis Considerados			
Tese 6	“Integração do Movimento Tradicionalista na Opinião Pública Através de sua Promoção ou Participação em Campanhas Sociais”.	Autoria: Antonio Nelson Barcelos Saucedo, Estância da Liberdade – tradição e folclore, Porto Alegre-RS.	
Proposição 10	Que o órgão coordenador do Movimento Tradicionalista seja “fiscalizador junto aos Centros de Tradições Gaúchas para que	Autoria: Adão Pinheiro da Silva e Aldo Bueno de Lima,	

	nestes funcionem <u>INVERNADAS CULTURAIS</u> e que as mesmas tenham atividades pelo menos duas (2) vezes ao mês”.	CTG Estância da Saudade, Porto Alegre.	
Proposição 11	Voto de louvor ao CTG Vaqueanos da Fronteira (Alegrete-RS), pelos “serviços prestados às escolas de sua comunidade, mantendo uma ‘Invernada Escolar Volante’ que percorre a campanha dando assistência material às escolas municipais e estaduais, oferecendo material, dando livros, cadernos e propondo-se a consertar bancos e quadros negros”.	Autoria: João Martins Salles e Carlos Hausen, CTG Julio de Castilhos, Julio de Castilhos-RS.	
Proposição 12	Solicitação à Secretaria de Educação e Cultura para o funcionamento de um curso de alfabetização para adultos e que todos os CTGs administrem esses cursos em suas sedes e que as prefeituras municipais apoiem a iniciativa com o fornecimento de material escolar e divulgação.	Autoria: Othon Cezar Filho, CTGs que compunham a 10ª Zona Tradicionalista.	
Proposição 13	Diante da constatação da falta de respostas a algumas perguntas recebidas de crianças acompanhadas de professores nos festejos da Semana Farroupilha, proposta de que os locais dos festejos, durante um ou dois dias, sejam ocupados por “intelectuais do tradicionalismo” em “rondas” destinadas a receber escolas e outras entidades, sendo que a Secretaria de Educação seja oficiada para divulgação em sua rede.	Autoria: Hugo da Cunha Alves, CTG Tio Lautério, São Leopoldo-RS.	
Proposição 14	Que os Congressos sejam realizados durante as férias escolares.	Autoria: Amadeu Gomes Canellas e Ivo Woehlecke (não tenho certeza se está correta a grafia, pois o documento está um pouco apagado), CTG Centauro dos Pampas, Viamão-RS.	
Edição	Ano	Cidade	Especificações
13ª	1967	São Gabriel-RS	Anais completos datilografados. Muitas páginas ilegíveis porque as letras estão muito apagadas.
Materiais Disponíveis Considerados			

Tese 7	“Obrigatoriedade nos colégios primários e cursos ginásiais dos cânticos de hinos, em especial, o Nacional Brasileiro e o Riograndense”.			Autoria: Toríbio de Oliveira, CTG Lenço Colorado, Porto Alegre-RS.
Edição	Ano	Cidade	Especificações	
14 ^a	1969	São Francisco de Paula-RS	Anais completos datilografados. Muitas páginas ilegíveis porque as letras estão muito apagadas.	
Materiais Disponíveis Considerados				
Proposição 15	Recomendação do livro “Manual do Tradicionalista” de Glaucus Saraiva aos CTGs de todo o estado.		Autoria: Hélio Muniz e Silva, CTG Lanceiros da Tradição, Taquara-RS.	
Proposição 16	Que os CTGs devem entrar em contato com as escolas primárias de seus municípios para oferecerem aulas práticas de usos e costumes do RS.		Autoria: Henrique Dias de Freitas Lima, CTG Sinuelo do Pago, Uruguaiana-RS.	
Outros 2	Saudação oficial feita em nome do MTG na sessão solene de instalação do 14º Congresso Tradicionalista.		Autoria: Hugo Ramirez (professor).	
Edição	Ano	Cidade	Especificações	
15 ^a	1970	Santiago-RS	Anais completos datilografados. Muitas páginas ilegíveis porque as letras estão muito apagadas.	
Materiais Disponíveis Considerados				
Tese 8	“Dimensões Filosóficas e Sociais do Tradicionalismo”.		Autoria: Hugo Ramirez (professor).	
Proposição 17	Planejamento para Invernada Mirim.		Autoria: Lilian Argentina.	
Proposição 18	Criação de um “Departamento de Piazitos”, cujo item V apresenta um “Programa”, em clara inclinação à questão educacional.		Autoria: Airton Pimentel Silveira, CTG Estância do Chimarrão, Cachoeira do Sul-RS.	

Quadro 2 – Materiais dos Congressos Tradicionalistas (1º ao 15º) selecionados para análise
Fonte: elaborado pelo próprio autor

O Quadro 2, além de organizar o processo de pesquisa, demonstra que ao longo de quase duas décadas, desde o primeiro Congresso até o décimo quinto, os debates que permearam o meio tradicionalista, de uma forma ou de outra, tiveram a

educação como uma preocupação. O Quadro 3, de forma resumida, demonstra, a seguir, as ocorrências do tema ao longo dos eventos analisados, discriminando os tipos de trabalho, mas fazendo também uma contabilidade geral.

IDENTIFICAÇÃO		OCORRÊNCIA EDUCAÇÃO			
Edição	Ano / Cidade	Tese	Moção	Proposição	Outros
1 ^a	1954 / Santa Maria	2	-	-	-
2 ^a	1955 / Rio Grande	2	-	-	-
3 ^a	1956 / Ijuí	-	-	-	-
4 ^a	1957 / Alegrete	-	-	-	-
5 ^a	1958 / Caxias do Sul	-	-	-	-
6 ^a	1959 / Cachoeira do Sul	-	-	1	-
7 ^a	1960 / Santo Ângelo	1	-	1	-
8 ^a	1961 / Taquara	-	2	1	-
9 ^a	1963 / Carazinho	-	1	2	-
10 ^a	1964 / Uruguaiana	-	2	2	-
11 ^a	1965 / Porto Alegre	-	-	2	1
12 ^a	1966 / Tramandaí	1	-	5	-
13 ^a	1967 / São Gabriel	1	-	-	-
14 ^a	1969 / São Francisco de Paula	-	-	2	1
15 ^a	1970 / Santiago	1	-	3	-
TOTAL EM CADA QUESITO		8	5	19	2
TOTAL (GERAL)		34			

Quadro 3 – Ocorrências do tema “educação” nos Congressos Tradicionalistas (1º ao 15º)

Fonte: elaborado pelo próprio autor

Como se nota, ao longo de 15 Congressos Tradicionalistas, houve, pelo menos, 34 manifestações a respeito da questão educacional. Contudo, essa constatação ainda não responde à questão norteadora da pesquisa, a qual foi estruturada da seguinte maneira: a educação foi uma estratégia de atuação do Movimento Tradicionalista Gaúcho em sua fase de institucionalização e primeiros anos de atividade? Esse volume de ocorrências é um bom indício que sim, mas apenas uma análise mais detalhada do conteúdo dos documentos poderá dar uma resposta mais contundente. Isso será feito no capítulo seguinte.

E tomando a tese de que a educação foi uma estratégia de atuação do MTG nos seus primórdios, talvez um pequeno avanço possa ser interessante: de que forma esta estratégia se operacionalizou? Esta pergunta abre espaço para outras

pesquisas, talvez até uma nova tese. Tensionarei brevemente esse tema, oferecendo algumas possibilidades de resposta, inclusive, com base em fontes que apresento a seguir.

4.5 A Revista do Ensino do Rio Grande do Sul

No projeto de qualificação, apresentei, principalmente, a tese que pretendia defender e os suportes teórico-metodológicos que cogitava usar para sustentá-la. Mas ofereci a possibilidade de dar um passo a mais. Partindo do pressuposto de que a educação foi uma estratégia de atuação do MTG nos primórdios de sua atividade, seria, portanto, interessante verificar como essa estratégia pode ter sido operacionalizada.

Alguns membros da banca de avaliação sinalizaram positivamente nessa direção, daí, comecei a conjecturar sobre possibilidades a esse respeito. Como à época eu já havia realizado uma pré-análise de algumas fontes, principalmente dos Congressos Tradicionalistas ocorridos dentro do período do recorte temporal, pensei, inicialmente, em um caminho que não se potencializou, mas vou comentá-lo. Analisando o conteúdo de alguns documentos arrolados desses eventos, verifiquei que, em muitas manifestações relacionadas à questão educacional, os proponentes sugeriam ofícios endereçados a autoridades do poder público estadual para que estes agissem dentro do âmbito de suas atribuições em prol daquilo que propunham.

Muito frequente foram, então, as manifestações em Congressos Tradicionalistas que pediam ações do governo do estado, da Assembleia Legislativa (ALERGS) e da Secretaria Estadual da Educação e da Cultura⁶⁴. É possível inferir que essa espécie de “pressão” junto ao poder público estadual tenha bases no aumento do espaço que o tradicionalismo e o folclore ganhavam dentro dessas instituições. Em 1954, por exemplo, foi criada a “Divisão de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul” (ligada à Secretaria Estadual da Educação) e dentro dela criou-se o “Instituto de Tradição e Folclore” (ITF).

Diante destas constatações, pensei que, provavelmente, haveria leis, projetos, etc. relacionados ao tradicionalismo que tramitaram por estas instâncias à época do recorte temporal. Procedi, então, a pesquisas no buscador Google e nos

⁶⁴ Na época do recorte temporal da pesquisa, a educação e a cultura eram pastas unidas no governo estadual do Rio Grande do Sul. Essa situação só foi alterada em 1990, quando se separaram, passando a existir duas Secretarias, uma para cada pasta.

sites da ALERGS e da Secretaria da Educação do RS e não encontrei resultados que contribuíssem para as conjecturas que vinha fazendo. Cheguei a telefonar para a referida Secretaria também, pois achei seu website pouco organizado e muito carente de informações. Talvez tenha sido até pior. Os servidores com que conversei não faziam ideia de onde eu poderia encontrar documentos, tanto digitais quanto físicos e que pudessem ajudar. Transferiram minha ligação para diversos setores. Liguei para diferentes ramais e a resposta era sempre semelhante: não sabiam onde eu poderia encontrar documentos e me transferiam de ramal. Quiçá esta possibilidade ainda possa vir a ser explorada em pesquisas futuras.

Quase desistindo de levar adiante essa questão, lembrei de uma pista interessante que percebi durante a fase de pré-análise das fontes à qual procedi em meu projeto de qualificação. Recordei que uma tese aprovada no 1º Congresso Tradicionalista (1954) havia sido publicada na edição nº 62 (agosto de 1959) da Revista do Ensino do Rio Grande do Sul. Procurei mais informações⁶⁵ sobre esse periódico e descobri, em linhas gerais, que fora, durante uma época específica, uma publicação oficial do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, supervisionada pelo Centro de Pesquisas e Orientações Educacionais (CPOE/RS), e que teve ampla circulação no meio docente.

Pensando que, talvez, outras publicações relacionadas ao tradicionalismo gaúcho pudessem ter sido feitas na Revista do Ensino, cogitei pesquisar nesse periódico. Consultei minha orientadora, a professora Giana Lange do Amaral, a qual ofereceu o seu aval, indicando também algumas informações e referências de pesquisas já realizadas sobre a RE. A partir daí, comecei um novo processo de busca por documentos: fui atrás da Revista do Ensino do Rio Grande do Sul.

A RE já inspirou muitas pesquisas no campo da História da Educação e é considerada como um “dos mais incisivos veículos com que se utilizou o Estado para divulgar as políticas públicas em relação à educação” (QUADROS; TAMBARA; BASTOS, 2007, p. 325). Talvez um dos trabalhos mais significativos a respeito dela é a tese de doutorado de Maria Helena Câmara Bastos (1994), intitulada “O Novo e o Nacional em Revista: a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1939-1942)”.

⁶⁵ Contatei minha colega do CEIHE Simôni Costa Monteiro Gervásio, pesquisadora da Revista do Ensino, a qual me ofereceu informações e referências importantes sobre o periódico. Fica aqui meu agradecimento a ela e a todos os colegas que integram esse grupo. A rede de apoio e trocas intelectuais que temos ajuda muito a superar os desafios e as dificuldades das pesquisas que desenvolvemos.

Apesar de a temporalidade da tese remontar à chamada “1ª Fase”⁶⁶ do periódico, foi a partir desse trabalho que busquei as principais referências para apresentá-lo como fonte de minha pesquisa.

A história da Revista do Ensino é dividida em cinco fases, classificação assumida pela própria direção do periódico e explícito por ele na edição número 174, de 1992 – ano que aparece como marcador de uma “continuidade” de sua circulação, que se encerrou, definitivamente, em 1994. De acordo com essa divisão, as cinco fases foram:

- 1^{a)} de 1939 a 1942;
- 2^{a)} de 1951 a 1965 (percebe-se uma verdadeira “ruptura” e retomada, tendo como bom indício dessa questão o fato de os números das edições terem “zerado” e voltaram a ser contados a partir do número 01);
- 3^{a)} de 1965 a 1975;
- 4^{a)} de 1975 a 1978;
- 5^{a)} de 1978 a 1991.

É no Apêndice⁶⁷ da tese de Bastos (1994) que se encontram maiores considerações a respeito das fases 2 e 3 da Revista do Ensino. Estas interessam mais a meu trabalho porque se referem aos anos que melhor correspondem ao recorte temporal que delimitei para ele. De acordo com a autora (1994, p. 459), o periódico voltou a circular em 1951 por iniciativa de três professoras (Maria de Lourdes Gastal, Gilda Garcia Bastos e Abigail Teixeira), com o objetivo de auxiliar os professores primários a superarem as dificuldades que encontravam. Nas palavras dela, “A revista continua voltada, preponderantemente, a orientar o professor primário riograndense, divulgando diretrizes técnico-pedagógicas, material didático e legislação relativa ao ensino” (BASTOS, 1994, p. 459).

Percebe-se, portanto, que a Revista do Ensino se constituiu como um importante suporte pedagógico para a categoria docente do estado do Rio Grande do Sul. Essa característica chama a atenção, em especial, porque foi um periódico que circulou nos recortes espaço-temporais propostos para esta tese. Mas há,

⁶⁶ De acordo com Gervásio (2019, p. 43-44), há uma polêmica a respeito dessa temporalidade. Segundo ela, Fischer (2005), entrevistou a professora Maria de Lourdes Gastal – considerada a fundadora da Revista do Ensino em 1951 – que alegou que o período apontado por Bastos (1994) como 1^a Fase do periódico, na verdade, versa sobre uma revista diferente da editada por Maria Gastal a partir de 1951, quando iniciaria, de acordo com Bastos (1994), a 2^a Fase da Revista do Ensino.

⁶⁷ “As primaveras da Revista do Ensino” (BASTOS, 1994, p. 459).

ainda, outros elementos que aumentam a relevância da relação da RE com o meu trabalho.

Desde a sua reestruturação em 1951, a Revista do Ensino, como já foi relatado, contou com o apoio institucional da Secretaria de Educação e Cultura/RS, mas tratava-se de uma iniciativa particular. Esse caráter se alterou em 1956, quando ela passou a ser uma publicação oficial do estado do Rio Grande do Sul, supervisionada tecnicamente pelo CPOE/RS (BASTOS, 1994, p. 460).

Esse dado, qual seja, de que a Revista do Ensino passou, em 1956, a ser uma publicação oficial do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, fez crescer muito o meu interesse pelo periódico. Aliado a isso, eu tinha aquela outra pista que aumentou ainda mais minha curiosidade sobre a RE: eu sabia que a Tese “A experiência tradicionalista sul-rio-grandense e suas múltiplas vinculações com a educação”, aprovada no 1º Congresso Tradicionalista (1954), havia sido publicada na revista. Diante disso pensei que, talvez, o periódico pudesse ter sido veículo de publicações tradicionalistas. Resolvi investigar e o resultado foi surpreendente.

Qual a minha maior facilidade nessa empreitada? O Centro de Documentação (CEDOC) do Centro de Estudos e Investigações em História da Educação (CEIHE), ligado à Faculdade de Educação (FaE) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) possui exemplares de, praticamente, todas as edições da Revista do Ensino do período que abrange o recorte temporal de minha tese, conforme se observa a seguir na Figura 4.



Figura 4 – Revistas do Ensino (1951-1966) no CEDOC
Fonte: fotografia realizada pelo próprio autor

Também contribuindo para as pesquisas desse periódico, o Repositório Digital Tatu⁶⁸ da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) – campus Bagé, disponibiliza, digitalmente, muitos números da referida revista. Sendo assim, diante do fácil acesso a essa fonte, resolvi me dedicar a ela. A título de comunicação, chamarei, eventualmente, o CEDOC de “Base 1” e o Repositório Tatu de “Base 2”

Fui ao CEDOC⁶⁹ em três dias diferentes: 23 de maio de 2023 (manhã e tarde), 24 de maio de 2023 (manhã) e 04 de julho de 2023 (manhã e tarde). O procedimento lá foi, relativamente, simples: analisar o índice de cada publicação buscando encontrar indicadores relacionados ao tradicionalismo gaúcho. Em casos positivos, eu anotava os dados da publicação (Ano, mês, número) e o título e outras informações do indicador. Posteriormente a isso, eu digitalizava⁷⁰ capa, índice e páginas onde se encontrava o conteúdo que interessava.

Em posse do material recolhido, elaborei alguns quadros contendo informações quantitativas sobre essa pesquisa. Vou apresentá-los e, posteriormente, tecerei alguns comentários sobre eles.

ANO	Mês e Número da Edição									
	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	
1951							X	X		3
1952	4	5	6	X		8	X	10		X
1953	12	13	14	15		16	17	18		19
1954	20	21	22	23		24	25	26		27
1955	28	29	30	31		32	33	34		X
1956	36	37	38			39	40	41		
1957	42*	43*	44	45		46	47	48*		49
1958	50	51	52	X		54	55	56		57
1958	Janeiro: edição especial (sem número)*									
1959	58	59	60*	61*		62*	63	64		65
1960	66*	67	68	69		70*	71*	72*		73
1961	74	75*	76			77	78*	79		80
1962	81	82	83	84*	85	86	87*	88		89
1963	90*	91	92*	93	94*	95*	96*	97*		

⁶⁸ As digitalizações da Revista do Ensino estão disponíveis através do seguinte endereço eletrônico: <http://sistemas.bage.unipampa.edu.br/tatu/index.php/revistas-do-ensino-do-rio-grande-do-sul/>.

⁶⁹ Previamente eu já havia avisado ao professor Elomar Tambara, responsável pelo acervo, qual era o período que me interessava (décadas de 1950 e 1960). Quando cheguei ao CEDOC no primeiro dia, já estavam separadas para mim as edições mais antigas disponíveis até, mais ou menos, os números publicados no ano de 1964, sendo que havia muitos faltantes. Me dediquei aos volumes acessíveis nestas primeiras duas visitas. Quando voltei no terceiro dia (04/07/2023), o referido professor havia deixado separadas várias edições que não constavam na minha passagem anterior pelo Centro, bem como volumes mais recentes (até o ano de 1966). Procedi a um novo exame de toda a documentação disponível, deixando, ao final, toda a coleção cronologicamente organizada e disposta na prateleira reservada ao periódico em questão, conforme a Figura 4.

⁷⁰ Fotografias digitais com smartphone Samsung Galaxy S20 FE 5G, todas compiladas em meu computador pessoal.

LEGENDA	
X	Não houve edição da revista
Nº	Não há exemplar disponível em nenhum dos acervos
Nº	Exemplar analisado no Tatu
*	Exemplar analisado no CEDOC
*	Indicador de conteúdo de cunho tradicionalista presente

Quadro 4 – Exemplares da Revista do Ensino entre 1951 e 1964 analisados no CEDOC ou no Tatu
Fonte: elaborado pelo autor

ANO	NÚMERO			
1964	98*	99	X	X
1965	102	103	104	105
1966	X	107	108	109

LEGENDA	
X	Não há exemplar disponível no acervo
Nº	Exemplar analisado no CEDOC
*	Indicador de conteúdo de cunho tradicionalista presente

Quadro 5 – Exemplares da Revista do Ensino entre 1964 e 1966 analisados no CEDOC
Fonte: elaborado pelo autor

ANO	NÚMERO			
1967	X	112	113	114
1968	X	116	117	X
1969	X	121	122	X
1970	X	126*	127	128

LEGENDA	
X	Não há exemplar disponível no acervo
Nº	Exemplar analisado no Tatu
*	Indicador de conteúdo de cunho tradicionalista presente

Quadro 6 – Exemplares da Revista do Ensino entre 1964 e 1966 analisados no Tatu
Fonte: elaborado pelo autor

Os quadros 4, 5 e 6 mostram quais números da Revista de Ensino do Rio Grande do Sul foram analisados entre os anos de 1951 e 1970. Nas duas bases de dados visitadas, somadas, foram analisadas 112 revistas, de um total de 129 que foram publicadas no período em questão.

Optei por fazer três quadros para que seus entendimentos ficassem mais fáceis. É que, a partir de 1964, a Revista do Ensino mudou seu padrão de edição. De uma média de 8 edições anuais entre 1952 e 1963, esse número caiu para 4 ou 5 publicações anuais entre 1964 e 1970. Também preferi fazer quadros diferentes porque foram visitados dois acervos. Entre as produções de 1951 e 1966, priorizei os materiais do CEDOC. Só recorri ao Tatu quando a Base 1 não tinha algum

exemplar. E isso foi extremamente necessário, especialmente após 1966, pois as publicações desse ano em diante só foram encontradas por mim na Base 2.

Infelizmente não foi possível acessar 17 volumes do periódico em nenhum dos acervos. Esses são faltantes nas coleções das bases consultadas. E dos 112 exemplares analisados, 23 apresentaram indicadores relacionados ao tradicionalismo gaúcho.

Uma análise superficial dos conteúdos de cunho tradicionalista que foram encontrados, revela que são muito variáveis, podendo ser uma simples poesia com esse viés, ou, até mesmo, um conjunto grande de páginas versando sobre algum tema ou questão com esse mote. Mas talvez o mais interessante disso tudo é que essas ocorrências se concentram entre os anos de 1957 e 1963, compreendendo 21 contagens.

Explico por que considerei esse último dado interessante: antes de 1957 não há nenhuma menção a temas tradicionalistas na Revista do Ensino. Há, anteriormente, algumas⁷¹ ocorrências do tema do folclore, mas não do tradicionalismo. No entanto, uma breve análise cronológica de alguns fatos pode oferecer possibilidade de explicação a esse fenômeno.

- 1948 – Época em que a RE estava desativada, foram fundados o 35 CTG – inaugurando o tradicionalismo gaúcho – e a Comissão Estadual de Folclore (CEF), dois grupos que, segundo Nedel (2005), disputaram entre si o terreno do regionalismo gaúcho, principalmente, a partir do início da década de 1950. Havia, à época, um “movimento folclórico” (NEDEL, 2005, p. 16) se estabelecendo no Brasil por conta da criação da Comissão Nacional de Folclore (CNFL). E os dois grupos citados, por caminhos diferentes, se inseriram nele. Retomando, portanto, a problemática inicial que aqui aportou, importa perceber que o debate sobre o campo do folclore era potencial na virada da década de 1940 para a de 1950.

- 1951 – A Revista do Ensino foi retomada em setembro. Nessa época, de acordo com Fraga Cirne (2017, p. 49-51), apenas cinco CTGs haviam sido fundados e outras duas entidades já existentes (União Gaúcha J. Simões Lopes Neto, de Pelotas e o Clube Farroupilha, de Ijuí) reorientaram suas ações aos moldes do 35, totalizando, portanto, 7 “CTGs”, apenas. Infere-se, então, que o grupo tradicionalista ainda era latente, ao passo que a CEF, integrada a uma entidade

⁷¹ Identifiquei, pelo menos, 2 em 1953 (outubro e novembro) e uma em 1955 (agosto). Contudo, não há nelas referência ao folclore gaúcho, muito menos ao tradicionalismo.

governamental nacional, a CNFL, e reunindo outras características, era mais proeminente. Talvez por isso o tema do folclore, por uma perspectiva mais “genérica” (não tradicionalista), possa ter aparecido nas páginas da RE que se reabria.

- 1954 – O tradicionalismo gaúcho já estava um pouco mais robusto. Fraga Cirne (2017, p. 49-51) afirma que eram 41 CTGs já fundados. Além disso, naquele ano ocorreu o 1º Congresso Tradicionalista, no qual começou a se efetivar a ideia de criação de uma federação, bem como foram aprovadas as primeiras teses que pensavam a educação como estratégia tradicionalista de atuação. Dentre estas, estava “A experiência tradicionalista sul-rio-grandense e suas múltiplas vinculações com a educação” (Tese 2), a qual foi, posteriormente, publicada na RE em sua edição 62, no ano de 1959. Ainda em 1954, no âmbito do poder público do Rio Grande do Sul, foi criada, dentro da Secretaria da Educação e da Cultura, a Divisão Estadual de Cultura, que por sua vez deu origem ao Instituto de Tradição e Folclore, instituição que aproximou ainda mais os tradicionalistas e o poder público estadual.

- 1956 – A RE, que até então era uma empresa privada que recebia, apenas, apoio institucional da Secretaria de Educação e Cultura/RS, assume o caráter de publicação oficial desta instituição, sendo supervisionada pelo CPOE/RS, órgão subordinado à SEC/RS.

- 1957 – Não há dados específicos sobre quantos CTGs já existiam nesse ano. Arrisco dizer que, talvez, já passasse dos cem, mas é uma ilação infundada. O que poderia ser factual? Provável aumento do número de CTGs; fortalecimento do incipiente MTG por conta de já terem, os tradicionalistas, realizado à época, três Congressos e estarem preparando um quarto; o ITF em pleno funcionamento sob a direção de Carlos Galvão Krebs, destacado militante da corrente tradicionalista – lembrando que o órgão tinha caráter oficial por ser ligado ao poder público do estado. Enfim, em março daquele ano, é quando aparece, pela primeira vez na RE, um conteúdo que pode ser considerado enviesado pela perspectiva do tradicionalismo: um pequeno poema intitulado “Minuano”. Se ainda parece pouco, a edição do mês seguinte, abril, não deixa dúvidas. Nela há a sugestão de uma Unidade Didática voltada a alunos de 3º Ano com o título “Tradições Gaúchas” e a análise de seu conteúdo – que envolve atividades para as áreas de Linguagem, Matemática, Estudos Sociais e Naturais, Desenho, Canto, Artes Plásticas e Religião – deixa evidente o viés tradicionalista.

De 1957 em diante, até 1963, há uma significativa recorrência de temas tradicionalistas na Revista do Ensino. A análise que faço é que, partindo da hipótese de que a educação foi uma estratégia de atuação do MTG no início de suas atividades, a RE foi um dos meios pelos quais esta estratégia se operacionalizou.

Mesmo que este capítulo e, muito menos esta seção do texto, ainda não sejam, especificamente, sobre as análises de maneira mais direta, não significa que o discorrer de minha narrativa precise ser interrompido, sob pena de me fazer perder o seguinte *insight*: olhar para a Revista do Ensino a partir da operação historiográfica que proponho é, de certa forma, ver a tese “O sentido e o valor do tradicionalismo” se efetivando em alguns pontos. Vou elencar dois: primeiro, evoco a definição de tradicionalismo contida no documento; e posteriormente, retomo como a educação aparece nela.

Na Tese 1, Barbosa Lessa (1954, s.p.) define o tradicionalismo como sendo

[...] o movimento popular que visa auxiliar o Estado na consecução do bem coletivo, através de ações que o povo pratica (mesmo que não se aperceba de tal finalidade) com o fim de reforçar o núcleo de sua cultura: graças ao que a sociedade adquire maior tranquilidade na vida comum.

Não haveria melhor maneira de “auxiliar o Estado” que fazendo parte dele oficialmente. Digo isso porque, mesmo que o MTG não seja um órgão oficial do poder público estadual, muitos de seus dirigentes e associados penetraram no Estado através de outras instituições, como por exemplo, o ITF. Da mesma forma, em via de mão dupla, indivíduos atrelados ao Estado também acabam participando de associações da sociedade civil, como é o caso do MTG.

Essas relações políticas favorecem certos grupos organizados, que acabam por conseguir ter mais facilidade de atingir seus objetivos. Por isso que afirmo que enxergo a tese de Barbosa Lessa se efetivando quando olho para a RE. O tradicionalismo conseguiu, pelo menos em alguma medida, introduzir-se na Revista do Ensino. E por que o fez? Uma resposta possível é que, dessa forma, está “auxiliando o Estado na consecução do bem coletivo”. De acordo com Bastos (1994, p. 460-461), a Revista do Ensino, entre 1951 e 1978, tinha o objetivo de elevar o “nível qualitativo dos profissionais da educação”. E qual é o motivo de se desejar melhorar a qualidade da prática docente se não a busca por uma educação melhor?

Esse é um exemplo de “consecução do bem coletivo” a que Barbosa Lessa se refere.

Aprofundando um pouco mais essa discussão e retomando o segundo ponto do *insight*, prossigo com a definição de tradicionalismo recém citada como ponto de inflexão que aponta para a questão da educação tradicionalista na tese de Barbosa Lessa. A relação entre o movimento tradicionalista e o Estado deve ser no sentido de buscar o “bem coletivo”. Mas como atingir esse fim? De acordo com o autor (1954, s.p.), “através de ações que o povo pratica [...] com o fim de reforçar o núcleo de sua cultura [...].”

Em “O Sentido e o Valor do Tradicionalismo”, a grande preocupação do autor reside no que ele chama de “enfraquecimento das culturas locais” e “desaparecimento dos ‘Grupos Locais’”. Como combater esses males? A resposta de Barbosa Lessa a esses questionamentos é a educação, que ele esmiuçou referindo-se a: a) atenção especial às novas gerações; e b) assistência ao homem do campo. Começo pelo ponto b, sobre o qual minha análise aponta que o tradicionalista não conseguiu ser muito convincente.

A assistência que Barbosa Lessa propõe é de “amparo social e moral”, para que não se perca a “figura do campeiro de nossas estâncias”. Ou seja, o desejo é que se mantenham as práticas e representações de tradicionalismo que inventam o gaúcho. E assim, emerge o ponto a, pois na concepção de Barbosa Lessa, se as novas gerações não se apropriarem de tais práticas e representações, a cultura e os grupos locais se enfraquecerão e poderão desaparecer.

E para que essa apropriação ocorra, a sugestão de Barbosa Lessa é a educação. De acordo com ele (1954, s.p.) “Deve, o Tradicionalismo, operar com intensidade no setor infantil ou educacional, para que o movimento tradicionalista não desapareça com a nossa geração”. O autor da proposta vai além e afirma que “o dia mais glorioso para o movimento tradicionalista será aquele em que a classe de Professores Primários do Rio Grande do Sul [...] oferecer seu decisivo apoio a esta campanha cultural”. E para completar minha argumentação de que a Revista do Ensino, em certa medida, operacionaliza a tese de Barbosa Lessa, trago as seguintes palavras dele: “não se concebe que as Escolas Primárias continuem por mais tempo apartadas do movimento tradicionalista” (BARBOSA LESSA, 1954, s.p.).

Encaminhando para o desfecho dessa seção, afirmo: a RE, apesar de ter um conteúdo bastante variado e oferecer subsídios pedagógicos destinados a

professores de diferentes níveis e modalidades, tinha como foco a educação primária, justamente aquela que Barbosa Lessa mais evidenciou. Diante do apresentado e retomando a tese de que a educação foi uma estratégia de atuação do MTG, penso que a Revista do Ensino foi um caminho por meio do qual essa estratégia se operacionalizou. Por isso, insiro esse periódico na pesquisa, entendendo-o como uma potencial fonte de onde já extraí e extrairei ainda mais problematizações.

5. ANÁLISES - O TRADICIONALISMO INSTITUCIONALIZADO: BUROCRATIZAÇÃO E PODER SIMBÓLICO PARA A PRODUÇÃO DE CULTURA

Por que será que os tradicionalistas investiram na ideia de criar uma instituição organizada? Isso precisa ser contextualizado. A compreensão desse fenômeno permite, mais uma vez, desmontar o essencialismo tradicionalista que, eventualmente, ainda me atravessa.

O contato como o meio dos CTGs e a literatura que nele circula tendem a criar a noção de pioneirismo ou empreendedorismo cultural que o grupo do colégio Julinho alcançou no fim da década de 1940. Os relatos sobre os primórdios dessa movimentação são emocionados e carregados de significados, reproduzindo, entre os seguidores do Movimento, representações de heroísmo sobre os pioneiros do tradicionalismo. No entanto, quando se olha para tal fenômeno sob as lentes da ciência, percebe-se a orientação por um padrão que visava disputar poderes e narrativas.

Para dar conta da discussão que venho propondo, inicialmente retomo algumas reflexões a respeito do contexto de modernização do Rio Grande do Sul, dando destaque ao conceito de burocratização (WEBER, 1999). A ideia é relacionar esse contexto ao movimento folclorista que estava se desenvolvendo no Brasil ainda nos anos 1940, o que resultou na agitação tradicionalista de fins desta década e que culminou com a institucionalização do tradicionalismo gaúcho através da fundação do MTG em 1966.

No momento seguinte, defendo a ideia de que, ao se institucionalizar através de um complexo aparato burocrático, o MTG passa a ter mais força dentro desse contexto de disputas de poderes e narrativas. A instituição garante para si o poder simbólico (BOURDIEU, 1989) que legitima suas representações de tradicionalismo como “verdadeiras”, “autênticas”, “genuínas” ou qualquer outro sinônimo. Importante também nesta reflexão é analisar a atuação da referida entidade como produtora de cultura (CERTEAU, 1998), a qual angariou vasto número de adeptos ao longo de sua história e que buscou utilizar a educação como estratégia (CERTEAU, 1998) de atuação.

Posteriormente, como fundamentação a tais afirmações, traçarei diálogos com algumas referências bibliográficas do campo acadêmico, bem como fontes documentais e bibliográficas do campo tradicionalista. É no manejo destas fontes e

referências, cotejando seus conteúdos, que apresento as análises que sustentam a tese da educação como e estratégia de atuação do Movimento Tradicionalista Gaúcho. Mas por enquanto, procedo ao aprofundamento das categorias elencadas, fazendo algumas relações com outras subcategorias para, posteriormente, proceder com as análises.

Mesmo entendendo que a fundação do MTG se dá dentro de um complexo contexto, se pode afirmar que sua gênese remete a 1947, quando foi fundado o Departamento de Tradições Gaúchas do Grêmio Estudantil do Colégio Estadual Júlio de Castilhos, na cidade de Porto Alegre. Em setembro daquele ano, o Departamento promoveu uma série de atividades voltadas à temática do gauchismo. Para tentar expandir suas incipientes ideias sobre essa questão, os alunos secundaristas desse grupo – reforçados pela companhia de outros simpatizantes da causa – criaram em 1948 o 35 CTG, primeiro Centro de Tradições Gaúchas (CTG). A partir daí, várias outras entidades com o mesmo fim foram surgindo, tendo o 35 CTG como modelo, mas ainda sem maiores definições de como poderiam ou deveriam atuar.

Do contato constante entre os CTGs que surgiram, nasceu a ideia de que fosse criada uma instituição que congregasse tais entidades e orientasse suas ações. Assim, a partir de 1954, começaram a acontecer, anualmente, os Congressos Tradicionalistas. Nestas reuniões, a partir da apresentação e aprovação de teses, proposições, moções e outros encaminhamentos, passaram a ser definidas as representações e práticas do tradicionalismo gaúcho. Depreende-se, dessa forma, que ocorreu um processo de burocratização, o qual, inclusive, em 1966, culminou com a institucionalização do MTG no 12º Congresso.

Nesse sentido, é interessante respaldar a ideia de burocracia a partir de Weber (1999). Para esse autor, ela se constitui em um elemento importante da estruturação do Estado Moderno, em especial em ações sociais de dominação racional (WEBER, 1999, p. 198). Segundo ele, com base na racionalidade e nas teorias do Direito, a administração pública seria mais eficiente se pautada em regras (leis, normas, regulamentos e outras definições). Dessa forma, dentro dessa lógica surge a “autoridade burocrática” (WEBER, 1999, p. 199), mais relacionada à administração pública, e a “empresa burocrática” (WEBER, 1999, p. 199), que seria mais adequada ao âmbito da economia privada.

O objeto de análise deste estudo pode ser considerado uma empresa (no sentido weberiano) altamente burocratizada. O MTG, ao longo de seus mais de cinquenta anos de atuação formalizada, vem se fundamentando em um complexo aparato burocrático. São incontáveis os regulamentos, decretos, notas de instrução e tantos outros elementos normativos que regem o tradicionalismo gaúcho, seja para o funcionamento das entidades filiadas ou conduta de seus associados. E, obviamente, o não cumprimento deste regramento pode acarretar punições. Para ilustrar estas afirmações, se pode evidenciar a existência de um Estatuto e um Regulamento Geral do MTG, bem como um Código de Ética e uma Carta de Princípios da entidade. Estes são apenas alguns dos documentos oficiais da instituição que normatizam suas ações e toda a estrutura hierárquica dela decorrente (diretorias, regiões tradicionalistas, CTGs e outras siglas semelhantes, associados, etc.).

Congregando, ao longo de sua história, um grande número de adeptos, o MTG foi se constituindo em uma espécie de “guardião oficial” das representações e práticas tradicionalistas. Seu aparato burocrático lhe garante essa condição, consolidando um poder simbólico (BOURDIEU, 1989, p. 7-8) que legitima o discurso do tradicionalismo, o qual é sustentado pelos seguidores. E nesse sentido, foi fundamental a utilização da educação como uma estratégia de disseminação da cultura produzida pelo Movimento.

A compreensão destas afirmativas passa por algumas postulações de Michel de Certeau. Na obra “A invenção do cotidiano: artes de fazer” (CERTEAU, 1998), o autor diferencia o par estratégia e tática em sua relação com a cultura. A segunda, própria dos receptores de cultura, parte da ação inventiva como reação aos mecanismos de controle impostos, cujas consequências não se pode prever. Já os produtores de cultura, por serem detentores de alguma espécie de poder, apostam em estratégias que são “[...] um tipo específico de saber, aquele que sustenta e determina o poder de conquistar para si um lugar próprio” (CERTEAU, 1998, p. 100).

Se forem considerados os discursos dos precursores do tradicionalismo – em especial João Carlos Paixão Côrtes e Luiz Carlos Barbosa Lessa – presentes em algumas de suas obras literárias, se percebe que eles identificam um elemento principal para seu desejo de valorização de manifestações culturais regionais. Era ele: o avanço da influência estadunidense (pós Segunda Guerra Mundial) no Brasil. Significa, portanto, que em meados da década de 1940, aqueles jovens

secundaristas que estudavam no colégio Júlio de Castilhos eram receptores dessa cultura que consideravam “alienígena”. Visando combatê-la, adotaram uma tática: criaram um espaço de sociabilidade onde o regionalismo gaúcho seria preponderante, o Departamento de Tradições Gaúchas do Grêmio Estudantil da escola citada.

Aumentando essa rede de sociabilidade (SIRINELLI, 2003) que se formava no fim da década de 1940, os CTGs foram sendo criados com cada vez mais associados. Surgem os Congressos Tradicionalistas em meados dos anos 1950 e, em 1966, o MTG foi instituído formalmente. Nesse contexto, inclusive seguindo diretrizes aprovadas nos eventos recém citados, o Movimento foi ganhando força política, dando origem a instituições oficiais e fornecendo quadros pessoais dentro da administração pública do estado. Dessa forma, é possível avaliar que o MTG passou de receptor a produtor de cultura, não precisando mais de táticas de resistência, mas sim, de estratégias de disseminação de suas representações e práticas de gauchismo para manter o poder simbólico que vinha conquistando.

Cabe ainda ressaltar que esta estratégia de utilização da educação que o MTG promove se dá em âmbito escolar e não escolar. O exame das fontes realça a intenção da instituição de penetrar na rede de ensino, cooptando professores com o objetivo de atingir os alunos, transformando todos em tradicionalistas. A mesma documentação também evidencia os esforços da entidade para qualificar os CTGs na missão de educar para o tradicionalismo.

5.1 A intelectualidade palanqueando⁷² a tradição: engajamento e sociabilidade

Para iniciar esta seção do texto, retomo aqui a questão que considero o motor inicial desta pesquisa: a educação foi uma estratégia de atuação do Movimento Tradicionalista Gaúcho em sua fase de institucionalização e primeiros anos de atividade?

Um elemento que já discuti na seção 2.3 e que julgo interessante retomar é a ideia de que a fundação do MTG e suas estratégias de atuação podem ter sido influenciadas pelo contexto político-educacional brasileiro e gaúcho das décadas de 1950 e 1960. A comprovação dessa premissa se dá a partir da análise dos dados

⁷² Uma das definições da palavra “palanque” tem a ver com um tronco de madeira bem fixado ao chão que serve para amarrar cavalos em processo de “doma” (domesticação e preparação para a equitação).

quantitativos apresentados, bem como da bibliografia consultada, colocando-os paralelamente ao contexto em que surgia e começava a atuar o Movimento Tradicionalista Gaúcho.

Os dados produzidos, em especial pelo IBGE, a respeito da escolaridade no Brasil, apontam para um constante crescimento ao longo do século XX, inclusive, superando as taxas de crescimento populacional. Isso significa que, nesse período, se observa um aumento da população acompanhado de uma elevação dos índices relacionados à educação. Não quer dizer, apenas, que mais pessoas estavam tendo acesso à escola; sinaliza, provavelmente, que mais estudantes estavam atingindo maiores níveis de escolaridade, que mais alunos estavam sendo educados em escolas, o que implicava na criação de mais educandários e de um maior número de professores formados e atuantes na docência.

Sem recorrer a uma reflexão mais profunda a respeito da função que a educação cumpre em uma sociedade, importa aqui o dado: a crescente escolarização no Brasil, em todas as suas unidades federativas, ao longo do século XX. O estado do Rio Grande do Sul não fugiu a essa regra, tendo sua população também atingido níveis cada vez mais elevados nos quesitos educacionais. Uma maneira possível de se fazer tal constatação é a interpretação das Tabelas 1, 2, 3 e 4 apresentados na seção 2.3 deste trabalho. Portanto, se pode inferir que a educação, este direito fundamental, foi chegando a mais gaúchos e brasileiros, sendo importante elemento do desenvolvimento dos referidos estado e país.

Aprofundando a análise dos dados das Tabelas 1, 2, 3 e 4 no âmbito das problematizações de minha tese, se depreende a visão de que a educação foi ganhando importância como meio de propagação de ideias, algo que não passou despercebido pelos incipientes tradicionalistas do fim dos anos 1940 e início dos 1950. E não foram só os números que evidenciaram a educação. Havia, no início dos anos 1950, muitas campanhas e mobilizações em torno da educação, das quais se pode citar a Conferência Mundial de Educadores (Berlim, 1953). De acordo com Freitas e Biccás (2009, p. 135), estava em discussão nesse evento: a massificação da educação escolar, bem como a intenção de projetar o professorado como “um novo sujeito coletivo”. O exame das fontes levantadas nesta pesquisa revela que houve um verdadeiro esforço pela propagação pedagógica das práticas e representações de tradicionalismo. Sendo assim, é provável que aqueles que

estavam instituindo o Movimento estivessem sofrendo a influência do contexto educacional da época.

As análises aqui apresentadas por vezes levarão em consideração a literalidade dos escritos e por outras vão considerar aspectos diversos que também produzem compreensões adicionais. Cotejando as fontes se percebe que a questão educacional é ponto comum, mesmo que não seja apresentada de forma explícita, mas sim compreendida como um caminho, uma fundamentação para a constituição das ideias do MTG. Ao examiná-las se pode perceber a atenção que os tradicionalistas deram à educação como estratégia de propagação de seus valores, culminando com a interpretação de que houve um projeto educacional tradicionalista desde os primórdios da institucionalização do MTG.

Esse projeto se inicia a partir das primeiras discussões sobre os rumos que o 35 CTG – que foi o primeiro Centro de Tradições Gaúchas – deveria seguir. Como já referi anteriormente, duas vertentes de pensamento sobre como essa nova instituição deveria seguir se puseram frente a frente. É necessário que se compreenda que o tradicionalismo gaúcho não é um bloco monolítico, muito menos se considerarmos outras manifestações que não se inserem dentro do MTG, mas que igualmente se interessam pela questão regional do Rio Grande do Sul em diferentes nuances. Não é estranho, portanto, pensar que dentro do tradicionalismo também existam ideias divergentes, principalmente se formos analisá-lo em tempos mais atuais.

Dito isso, preciso ressaltar que há uma definição clássica do que é o tradicionalismo gaúcho na tese “O Sentido e o Valor do Tradicionalismo”, na qual Barbosa Lessa (1954, s.p.) afirma que

Não se deve confundir o tradicionalismo, que é um *movimento*, com o Folclore, a História, a Sociologia, etc., que são *ciências*. Não se deve confundir o folclorista, por exemplo, com o tradicionalista: aquele é o estudioso de uma ciência, este é o soldado de um movimento.

O fato de Lessa levantar nesta tese a expressão “movimento”, há que se entendê-la em seu contexto. O autor não estava falando do Movimento Tradicionalista Gaúcho, pois este ainda não existia. Tratava-se, portanto, de uma ideia em gestação. E faz todo o sentido, já que, por exemplo, existem muitas entidades tradicionalistas que não são filiadas ao MTG e que, inclusive, se intitulam

como CTGs e possuem associados. Algumas até participaram de Congressos Tradicionalistas, inclusive dos primeiros, mas acabaram, posteriormente, não se filiando à federação. Nesse sentido, a documentação arquivada do 12º Congresso Tradicionalista (Tramandaí-RS, 1966), evento que fundou oficialmente o MTG, apresenta uma lista⁷³ de entidades que dele participaram, outra que aponta os CTGs filiados ao Movimento e mais uma relação de não filiados.

A discussão aqui, então procura elucidar que existem disputas dentro do tradicionalismo e do próprio MTG. Retomando a problematização levantada dois parágrafos atrás, até mesmo na época da fundação do 35 CTG havia divergências. Paixão Cortes e Barbosa Lessa evidenciam isso, por exemplo, quando relatam a primeira reunião que levaria à fundação da referida entidade. De acordo com eles,

Defrontaram-se então duas correntes: a do Colégio Júlio de Castilhos, que pretendia um movimento aberto, de proselitismo e de expansão popular, e a de Hélio José Moro e Glaucus Saraiva, que vindos de um grupo de escoteiros (Patrulha do Quero-Quero) e que propugnavam por uma associação relativamente esotérica, fechada, de alto valor cívico-místico, limitada aos trinta e cinco sócios iniciais e seus futuros e eventuais substitutos (PAIXÃO CÔRTES e BARBOSA LESSA, 1975, p. 88).

Em outra obra, Barbosa Lessa parece suavizar o imbróglio ao afirmar que, em conversas com Hélio José Moro, concluíram que “valeria a pena reunir esforços” (LESSA, 2023, p. 51). O resultado dessa querela é observável, principalmente, na prática, porém, há respaldo nas fontes que comprovam sua formalização. Obviamente, a vertente de popularização do movimento, mais ligada às pretensões de Paixão Côrtes e Barbosa Lessa, sagrou-se vencedora. A ata da primeira reunião para fundação do 35 CTG deixa isso claro na seguinte passagem: “[...]. Formou-se o entrevero e terminou sendo a ideia de que não se deveria fechar a porteira da

⁷³ Há muita imprecisão nos documentos, porém, algumas informações podem ser extraídas e contribuem para a discussão que vinha sendo proposta. Primeiramente, há uma lista datilografada indicando as “Entidades Tradicionalistas e Centros de Tradições Gaúchas presentes no XXIIº Congresso Tradicionalista – Tramandaí”. Nela constam 54 nominados até o final de uma página, mas não é possível saber se a lista continua ou não. Li as atas das sessões do evento e não consegui confirmar tal informação. Em segundo lugar: há uma lista cujo título é “Relação dos Centros de Tradições filiados pelo M.T.G.” e que apresenta, sem o mesmo padrão de datilografia do início ao fim, 188 entidades. Também não há como precisar se a lista termina no número 188. E por fim, ainda há uma lista intitulada “Relação dos C.T.G.S não filiados ao Movimento Tradicionalista Gaúcho”, que conta com, pelo menos, 349 nomes. Esta é de ainda mais difícil interpretação, pois as entidades têm algum número atribuído, porém estão agrupadas por Região Tradicionalista, daí os números atribuídos não estão em ordem. Há também nomes que estão riscados, alguns indicadores manuscritos com a expressão “fechou”, ou “parou”, ou “extinto”, etc. Além disso, as listas com filiados e não filiados não informam data, contudo, estão arquivadas junto com toda a documentação referente ao 12º Congresso.

estância para os companheiros que aparecessem depois, não ficando ela aberta somente aos trinta e cinco primeiros gaúchos aceitos".⁷⁴ Percebe-se que esta corrente pensava além do pequeno grupo e vislumbrava uma expansão, semelhante ao que ocorria em termos educacionais nos contextos federal e estadual. Eram alunos ou recentes ex-alunos respaldados por uma instituição de ensino secundário (o colégio Júlio de Castilhos), oriundos de classes sociais mais favorecidas. Essa elite, inspirada pela educação positivista que recebera, desejava um ensino laico, público e universal, interesse que também se transferiu para a esfera tradicionalista.

Ao assumirem a estratégia de popularização do 35 CTG, estava lançada a semente que germinaria em todo o Rio Grande do Sul e até fora dele, o que foi fundamental para a fundação do MTG e sua condição de instância superior de orientação sobre o gauchismo. Nesse sentido, chamo a atenção para a questão da sociabilidade, característica marcante da organização do tradicionalismo gaúcho e que tem profunda ligação com o tópico da educação.

A categoria sociabilidade é bem fundamentada pelo historiador francês Maurice Agulhon, em especial em sua tese *Pénitents et francs-maçons de l'ancienne Provence* (1966). De acordo com Morel (2001, p. 4), outros autores como Augustin Cochin e François Furet já haviam destacado o papel das associações na Revolução Francesa, contudo, foi Agulhon o responsável pela consolidação do tema na historiografia acadêmica. Já no campo da História da Educação, a noção de sociabilidade vem sendo mais explorada a partir das postulações do também historiador francês Jean-François Sirinelli.

As “redes de sociabilidade” aparecem nas preocupações de Sirinelli no que se refere aos seus estudos sobre os intelectuais. Elas estão conectadas a outras duas categorias (itinerários intelectuais e geração) que contribuem para uma das dimensões da caracterização intelectual que é o engajamento. A historiadora da educação Cláudia Alves (2019, p. 31) consegue sintetizar algo muito interessante sobre a perspectiva deste autor:

Ao trazer para o centro da caracterização do intelectual o engajamento, sem desligá-lo das formas de produção, circulação e recepção dos produtos culturais, Sirinelli promoveu duas operações conjugadas: vinculou o intelectual à atividade política e conferiu à política uma dimensão intrinsecamente cultural.

⁷⁴ O texto da ata foi retirado da página 89 do livro “Danças e Andanças da Tradição Gaúcha” (1975), de autoria de João Carlos Paixão Côrtes e Luiz Carlos Barbosa Lessa.

A questão da intelectualidade não é central em meu trabalho, mas é importante à medida em que reconheço o destaque que alguns intelectuais tiveram para a invenção do tradicionalismo gaúcho. Há que se pensar na atitude política de estruturação de uma entidade como o MTG, comprometida com as representações de tradicionalismo e suas práticas. Como bem denuncia Alves (2019), a noção de representação é utilizada por Sirinelli fazendo com que o autor se conecte às discussões teóricas das décadas de 1970 e 1980 “quando a cultura ganhava nova expressão como elemento de compreensão dos processos sócio-históricos” (ALVES, 2019, p. 31-32). Partindo dessa perspectiva teórica, é possível pensar a estruturação do MTG como fruto da atuação política de intelectuais engajados na causa tradicionalista que estava sendo gestada nas décadas de 1950 e 1960.

O caso da atuação da intelectualidade na construção do MTG, como já referido, foi objeto de estudo de Letícia Nedel em sua tese de doutoramento (2005), na qual a pesquisadora expunha as disputas entre dois grupos: um mais ligado à Comissão Estadual de Folclore (CEF) – que a autora chama de “folcloristas polígrafos” ou “folcloristas eruditos” – e outro composto pelos que denomina como “folcloristas tradicionalistas”. Estes últimos importam mais nesta tese porque foram eles os responsáveis pela agitação tradicionalista de fins da década de 1940 e que culminaria com a institucionalização do Movimento Tradicionalista Gaúcho em 1966.

O rol de intelectuais engajados na causa tradicionalista é bastante significativo, o que ao longo de toda a história do MTG gerou muitas divergências internas⁷⁵. Entretanto, a partir da análise das fontes mobilizadas nesta pesquisa, é possível perceber que no período de recorte temporal aqui escolhido, alguns nomes tiveram destaque em suas proposições, seja nas instâncias internas (como nos Congressos Tradicionalistas, por exemplo) ou em suas atividades e obras externas. Tais ideias foram adotadas pelo aparato burocrático do Movimento, compondo as representações que passaram a orientar as práticas dos adeptos.

⁷⁵ Ao longo da história de atuação do MTG, ocorreram dentro dele muitas divergências. A título de exemplo, podem ser citadas: a polêmica da “Tchê Music” nos anos 1990 (ver a tese de Clarissa Ferreira, 2018); a criação de correntes tradicionalistas, especialmente interessadas nas danças tradicionais, mais ligadas às referências folclóricas de Paixão Côrtes (ver o documentário “Danças Tradicionais do Rio Grande do Sul: o filme”, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=d>If_ravKKE); enfim, a lista seria enorme. Importa sobre isso, principalmente, compreender que o MTG não é um bloco monolítico. Houve, dentro dele, disputas das mais diversas ordens, as quais até hoje podem ser observadas.

Minha escolha foi por trazer às discussões que apresento, principalmente, os nomes de João Carlos Paixão Côrtes, Luiz Carlos Barbosa Lessa e Glaucus Saraiva, justamente porque estes foram os intelectuais mais influentes na institucionalização do MTG. Todavia, com uma análise mais profunda desse processo, em especial tomando como fontes os Anais dos Congressos Tradicionalistas das décadas de 1950 e 1960, se percebe que a questão da ação intelectual foi ainda mais significativa, tanto para a invenção do tradicionalismo gaúcho, quanto para a estruturação deste Movimento e, como venho destacando, à escolha pela educação como importante estratégia de disseminação de suas representações e práticas.

Como já afirmei, trabalhar mais especificamente com Paixão Côrtes, Barbosa Lessa e Saraiva foi uma escolha. No meu entendimento, estes foram os principais intelectuais a dirigirem ideologicamente o tradicionalismo em seus primórdios. Mas é necessário ampliar essa análise, o que possibilita a compreensão de que outras mentes também foram importantes para a construção do ideário tradicionalista e suas estratégias de atuação. A principal ágora destes idealizadores foram os Congressos Tradicionalistas, espaços em que os assuntos relacionados à temática eram debatidos e daí se transformavam em orientações às práticas dos adeptos. O exame dos Anais desses eventos mostra que muitos outros estavam, da mesma forma, imbuídos da missão de criar as diretrizes que deveriam organizar o Movimento.

As teses, proposições, moções e outros tipos de manifestações apresentadas nas Congressos Tradicionalistas versam sobre os mais diferentes tópicos. Encontram-se, por exemplo, teses que debatem temas da história do Rio Grande do Sul, de regiões, de cidades ou de instituições, sobre as origens étnicas do povo gaúcho, a respeito de assuntos da esfera política, econômica e social do estado e muito mais. Da mesma forma, as proposições dizem respeito a uma infinidade de questões, como criações de instituições, de projetos de lei, de cursos sobre a temática tradicionalista, de melhorias na comunicação entre as entidades ou no funcionamento dos Congressos, etc. Há ainda as moções, que igualmente apresentam diversas abordagens, tais como apoio ou repúdio a determinadas práticas, louvor a algum expoente e tantas outras possíveis pautas.

O que importa aqui é tensionar a atuação de intelectuais na criação das diretrizes do Movimento. Muitas destas moções e proposições, mas principalmente

as teses, possuem uma construção argumentativa para se respaldar e almejar suas aprovações. Infelizmente, devido à escassez de documentos salvos dos primeiros Congressos, não há como saber exatamente como funcionava o sistema de votação de todos os encontros. Fato é que cada evento possuía um regimento interno que regulamentava seus trabalhos. Tive acesso a alguns destes regimentos e se nota que existem diferenças entre eles. Porém, a maioria dos que encontrei possuem algumas características comuns, tais como: cada entidade indicava delegados, os quais teriam direito a voto; nas sessões iniciais eram eleitas mesas diretoras cujos cargos eram ocupados apenas por delegados eleitos em tais sessões; as teses, proposições, moções, etc. eram debatidas, inclusive com a defesa oral de seus autores, em comissões compostas por pareceristas que, posteriormente, recomendavam ou não suas aprovações; por fim, nas sessões plenárias gerais, os pareceres eram lidos e aprovados ou reprovados pelos delegados.

Havia, portanto, uma estrutura organizacional para a ocorrência dos Congressos Tradicionalistas. E muitos dos trabalhos neles apresentados aos quais tive acesso se mostraram muito bem elaborados, provavelmente porque grande parcela de seus autores gozava de alto grau de instrução, principalmente levando em consideração os padrões da época. Faço tais ilações porque procurei saber quem foram os criadores de propostas apresentadas nos eventos que analisei. Para tal, fiz buscas no Google à procura de informações sobre alguns nomes. Dentre aqueles que foram identificados, constavam pessoas com ensino superior, em especial bacharéis em Direito e professores. Além destes, se encontram também sugestões de artistas, poetas, militares, religiosos, engenheiros, etc. Considerando o baixo índice percentual⁷⁶ de brasileiros que concluíam – na época elencada para a pesquisa – o ensino secundário e, menos ainda, cursos superiores, se infere que membros da elite intelectual do estado do Rio Grande do Sul foi bastante atuante na invenção do tradicionalismo gaúcho. De certa forma, esse fato também contribui para a tese da importância da educação, compreendida aqui como acesso a instrução de nível mais elevado, dos sujeitos na estruturação do gauchismo institucionalizado. Entende-se que ela foi elemento determinante para que os

⁷⁶ Apesar de já terem sido apresentados dados quantitativos que mostram o aumento dos índices relacionados à educação entre 1950 e 1970, se comparados os números de pessoas que concluíam os ensinos secundário e superior ao tamanho da população na época do recorte temporal, verifica-se um percentual baixo.

inventores do tradicionalismo pudessem construir argumentações bem fundamentadas para justificar suas representações e práticas de tradicionalismo.

E a que se poderia atribuir a recorrência da questão educacional nos debates do tradicionalismo gaúcho nas décadas de 1950 e 1960? Uma proposta de resposta possível é a “rede de sociabilidade” (SIRINELLI, 1998; 2003) composta pelos intelectuais tradicionalistas daquela época. Primeiramente, é preciso perceber que o CTG é um espaço de sociabilidade entre os adeptos da causa. E há um esquema de organização que une os Centros de Tradições Gaúchas em Regiões Tradicionalistas (RTs) as quais estão interligadas através do MTG – instituição que congrega as diferentes RTs e seus respectivos CTGs. Dessa forma, constata-se uma estrutura que conecta todos aqueles engajados no Movimento, uma rede de sociabilidade por onde circulam ideias criadas e compartilhadas entre seus seguidores e que, mesmo diante de divergências, acabam convergindo em prol do motivo por que advogam.

Ao longo da história do MTG, a questão da sociabilidade foi se intensificando à medida que a instituição crescia, adquiria mais adeptos e criava eventos que promoviam o contato entre eles. De certa forma, se pode inferir que a própria ideia de criar em 1947 o Departamento de Tradições Gaúchas dentro do Grêmio Estudantil do Colégio Júlio de Castilhos, deve derivar do compartilhamento dos anseios de uns que encontraram sentido em outros. A fundação do 35 CTG em 1948 foi o passo seguinte para estabelecer um espaço social de convivência mais especificamente engajado à causa tradicionalista que surgia. Fazendo aqui uma ilação, que pode soar demasiado superficial por estar baseada na empiria e em alguns relatos pessoais escritos por autores tradicionalistas, penso que o desejo de reunião para a partilha destas representações de gauchismo esteja na essência do tradicionalismo gaúcho. Uma passagem do livro “35 C.T.G.: o pioneiro do Movimento Tradicionalista Gaúcho” de autoria de Cyro Dutra Ferreira, um dos fundadores desta entidade, pode ilustrar minha inferência. Após relatar a atuação do “Grupo dos Oito” no desfile de guarda dos restos mortais do general farroupilha Davi Canabarro, Ferreira (1992, p. 35) afirma que diante do sucesso da cavalgada, alguém sugeriu a ideia de que “o grupo não poderia dissolver-se assim no mais”. E vai além:

Aceita [a ideia] por todos, com arroubos de entusiasmo, próprios dos nossos 20 anos, combinou-se uma reunião na residência do Paixão, num dos próximos sábados, à tarde. Alguém já foi um pouco mais além, lembrando que, quem sabe a gente pediria licença à Prefeitura para construir um

galpãozito no Parque da Redenção, onde se pudesse matear e prosear (FERREIRA, 1992, p. 35).

Desse desejo de manter as reuniões do “Grupo dos Oito”, já ganhando novos adeptos como Luiz Carlos Barbosa Lessa, Glaucus Saraiva e outros, surgiu o CTG. Este foi um modelo inicial deste tipo de entidade, onde ocorriam fandangos, rondas crioulas e uma série de outras atividades que congraçavam seus participantes. Nos anos seguintes houve uma proliferação de CTGs pelo Rio Grande do Sul, o que suscitou o interesse pela congregação de todos, aumentando ainda mais o contato de diferentes pessoas com ideais em comum. Daí surgiram os Congressos e Convenções Tradicionalistas, bem como outros eventos de onde ao tradicionalismo.

O CTG, por si só, já é um espaço de sociabilidade entre tradicionalistas e, como tensiono neste trabalho, se constitui em um espaço de educação não escolarizada de tradicionalismo. Explorarei esta questão mais adiante. Por enquanto ainda quero aprofundar o tema da sociabilidade, inclusive porque acredito que ela seja importante para a compreensão de como a educação acontece nesse meio.

Há, evidentemente, uma formalização e sistematização da educação dentro do Movimento Tradicionalista Gaúcho e que extrapola sua esfera, buscando ser operacionalizada também na rede escolar. Essa estratégia de disseminação de cultura produzida pela instituição foi adotada a partir de muitas propostas aprovadas nos Congressos Tradicionalistas e é colocada em ação com base em pressupostos presentes, especialmente, na produção bibliográfica e nas práticas destes grupos de sociabilidade. Por isso destaco a importância de tais eventos na construção do tradicionalismo gaúcho. Neles se reuniam intelectuais engajados na causa tradicionalista, que unidos em uma rede de sociabilidade, produziram representações de gauchismo que se difundiram através de publicações e por uma rede ainda mais ampla de adeptos à causa que a reproduz em suas práticas. E essa difusão, como venho demonstrando, acontece por meio de processos educacionais.

Para poder fazer essa afirmação, procurei entender como o tradicionalismo gaúcho se estruturou, especialmente, no que tange à elaboração de ideias a serem seguidas por seus praticantes. O fato de essa pesquisa ter sua gênese na empiria, em minha experiência direta como tradicionalista, exigiu que eu buscasse a compreensão sobre os processos que levaram à construção do ideário que compõe o MTG para poder me distanciar de um sentimento essencialista. Quem convive

nesse meio tende a crer no tradicionalismo como algo inerente ao povo gaúcho, provavelmente por conta da rede de sociabilidade em que se insere. Nesses casos, o engajamento na causa pode fazer parecer que o gauchismo é algo “de berço” ou inato. O próprio discurso proferido nesses espaços corrobora para essa interpretação, contudo, como pesquisador, procedi de forma a encontrar evidências mais concretas sobre essa inquietação. Por isso recorri aos Congressos Tradicionalistas, preferindo os primeiros porque neles se estruturaram as bases que determinaram as primeiras representações e práticas do gaúcho tradicionalista.

Ancorado no recorte temporal que proponho, consegui – finalmente após o fim dos *lockdowns* impostos pela pandemia de Covid-19 em meados de 2021 – ter acesso à documentação arquivada pelo MTG dos Congressos Tradicionalistas. Inicialmente elaborei a hipótese de que a educação pudesse ter influenciado tanto na fundação quanto nas estratégias de atuação do Movimento, o que pude comprovar quando efetivamente analisei as fontes. E uma das inquietações que me assolava então era: haveria intelectuais da educação envolvidos nessa fase inicial da história desta instituição? A análise da documentação aponta que não. Intelectuais sim, mas não especificamente da área educacional.

A categoria “intelectual” é bastante celebrada em pesquisas no campo da História da Educação. Há uma vasta produção acadêmica nesse sentido, envolvendo diversas referências teórico-metodológicas. Contudo, conceituar “intelectual” é uma tarefa difícil, conforme sinalizam Magalhães e Barreto (2016, p. 62). Ir além e tentar conceber o “intelectual da educação” pode ser ainda mais complexo. Foi nesse sentido que estes autores se posicionaram e destacaram o papel de pesquisas de abordagem histórica e biográfica para que se possa fazer tais enquadramentos. Inspirados em Bourdieu e em sua “teoria da biografia”, Magalhães e Barreto apontam um caminho interessante para se pensar a questão. De acordo com eles (2016, p. 70), há que se procurar a relação entre biografado e obra, o que revelaria o “campo ideológico” onde este se insere. A identificação deste campo específico, portanto, é que pode expor o setor em que o intelectual se enquadra.

Em livro intitulado “Os Intelectuais da Educação”, sua autora, Helena Bomeny oferece uma pequena pista de como classificou os objetos de sua obra. Logo nas primeiras páginas, Bomeny (2003, p. 11) faz um convite aos leitores: “Vejamos os fundamentos da inquietação de intelectuais que, desde a década de 1920, vêm se manifestando publicamente com ideias e projetos em torno da educação brasileira”.

Não há neste nem em outro trecho qualquer referência à teoria de Bourdieu, mas a maneira como Bomeny se posiciona remonta à pesquisa biográfica e histórica, defendida também por Magalhães e Barreto. Ela apresenta a categoria “intelectuais” condicionada ao estudo dos “fundamentos de suas inquietações” dentro de uma historicidade. Portanto, vou adotar aqui estas referências como guia.

No caso da busca por indicadores relacionados à educação nos Congressos Tradicionalistas, apesar de terem sido identificados neles alguns participantes na condição de autores de trabalhos (teses, proposições, moções, etc.) que versavam sobre o tema, não significa que se possa enquadrá-los na qualidade de intelectuais da educação, mesmo que muitos fossem professores. Buscando conhecer a biografia destes, percebe-se que, praticamente⁷⁷, nenhum deles apresenta um conjunto de ideias, projetos, etc. que se possa chamar de “obra” situada no campo ideológico educacional.

Há também que se ponderar que a posição de docente não necessita, especificamente, de uma formação pedagógica. Em muitas situações, profissionais de diversos campos do conhecimento acabam exercendo a docência em suas respectivas áreas. Da mesma forma, não raramente, se encontram pesquisadores de alta produção científica que também ocupam cargos professorais sem terem a educação como objeto de investigação. Partindo dessas considerações, proponho a seguinte problematização: apesar de não haver, aparentemente, intelectuais da educação envolvidos na trama que venho pesquisando, há nela, com certeza, sujeitos doutos em diversas áreas que colocaram a questão educacional no centro de suas preocupações com os rumos do tradicionalismo gaúcho.

O porquê dessa intenção com a educação tem a ver com a questão contextual, que sintetizo da seguinte forma: além das mídias disponíveis à época do recorte temporal para divulgação ideológica (rádio, jornais e revistas, principalmente), os tradicionalistas perceberam que a educação poderia ser uma potente aliada. Os índices relacionados a ela, em sua dimensão escolarizada, só aumentavam, indicando que havia, portanto, uma instituição, a escola, sendo cada

⁷⁷ A expressão “praticamente” foi utilizada por conta de uma insegurança na aplicação do conceito de intelectual da educação em relação a Luiz Carlos Barbosa Lessa. Talvez esse não tenha sido o principal campo ideológico ao qual o referido se dedicou, mas é fato que ele apresenta uma obra (em sentido amplo, no conjunto de suas produções) em que a questão educacional é bastante presente, seja em reflexões, ideias, projetos, etc. Como meu objetivo aqui não é me aprofundar em nenhum autor especificamente, mas sim, em como a categoria educação aparece nos Congressos Tradicionalistas, uma busca superficial sobre a biografia dos que a sugeriram como estratégia de ação do MTG já é o suficiente para não considerá-los intelectuais desse campo.

vez mais frequentada pelos jovens brasileiros. Sendo assim, em seus primórdios, o incipiente MTG não delegou apenas aos CTGs a tarefa de educar para o tradicionalismo, passando a propor em seus Congressos a utilização da educação escolarizada para esse fim.

Essa questão tem muito a ver com a preocupação manifestada já nas origens do Movimento Tradicionalista Gaúcho com as “novas gerações”. Os pioneiros dessa entidade, em especial Paixão Côrtes e Barbosa Lessa, relatam em várias de suas obras que um dos principais motivos que os levaram a iniciar seu culto ao que viria a ser o tradicionalismo gaúcho era que a juventude perdia suas características locais por conta do avanço da influência estadunidense sobre o Brasil no contexto pós-guerra. Segundo Paixão Côrtes e Barbosa Lessa, (1975, p. 86),

Com extraordinária rapidez a juventude voltava as costas para suas raízes culturais e procurava mergulhar, a fundo, no modelo que os filmes de Hollywood apresentavam. Significativo foi o nome dado, no Brasil, a essa geração jovem: “geração coca-cola”.

Em outra obra, Paixão Côrtes retoma essa preocupação com as novas gerações, porém revela um pouco da mentalidade tradicionalista sobre a ideia de “movimento” que estava sendo gestada no final dos anos 1940. De acordo com ele,

Não estávamos, nós os jovens, nos insurgindo contra as coisas do desenvolvimento, da liberdade, do progresso, e nem éramos insensíveis à evolução. Mas queríamos também o direito de fixar as nossas coisas, de preservá-las, de valorizá-las dignamente nos seus devidos lugares (PAIXÃO CÔRTEZ, 1994, p. 41).

É importante colocar que, muitas das obras destes dois autores (Paixão Côrtes e Barbosa Lessa), principalmente de Paixão Côrtes, são baseadas em relatos de suas memórias sobre os primórdios do tradicionalismo gaúcho. Talvez por estar vendendo suas ideias frutificando, com cada vez mais CTGs sendo fundados e aumentando o número de adeptos, este personagem tenha investido na escrita de suas lembranças pessoais. E é notável em tais recordações a preocupação com a juventude ou novas gerações.

Barbosa Lessa também demonstrou profundo interesse à questão do cuidado com a juventude. Em sua célebre e já tão citada tese “O sentido e o valor do tradicionalismo”, o autor coloca a “atenção especial às novas gerações” como a

primeira (“letra a”) das “duas grandes questões do tradicionalismo”⁷⁸. E neste tópico, especialmente, Barbosa Lessa inclui ponderações a respeito da educação como meio de acesso dos jovens ao conhecimento do “grupo local como unidade social autêntica”. Nesse sentido, o autor afirma que

[...] nós – os tradicionalistas de primeira arrancada – entramos para os Centros de Tradições Gaúchas movidos pela necessidade psicológica de encontrar o “grupo local” que havíamos perdido ou que temíamos perder. Mas as gerações novas não chegaram a conhecer o grupo local como unidade social autêntica, e somente seguirão nossos passos por força de impulsos que a educação lhes ministrar (BARBOSA LESSA, 1954, s.p.).

Nota-se, portanto, que havia, desde os primórdios do MTG, uma inquietude em relação à continuidade dessa ode ao tradicionalismo gaúcho. O intuito de manter esse culto é claro e manifesto, sendo a juventude ou as novas gerações um ponto de especial atenção. Daí a educação como estratégia, a qual aparece nesse trecho retirado da tese de Barbosa Lessa, bem como em outras passagens do mesmo texto, o qual inspirou, certamente, outras manifestações.

Contudo, conforme se avança no estudo das fontes, é possível constatar que não havia apenas a preocupação com a juventude. Existia um entendimento de que o CTG não deveria ser, apenas, um espaço de recreação, mas na visão de alguns, era o que estava acontecendo, como Glaucus Saraiva, por exemplo. Criticando os rumos que o novo Movimento estava tomando em meados da década de 1960, conforme já sinalizei anteriormente, Saraiva lança o seu “Manual do Tradicionalista”, livro de apenas uma edição, mas muito respeitado no mundo dos CTGs. Neste escrito, de forma muito didática, o autor faz uma série de recomendações para quem deseja seguir o tradicionalismo, inclusive, orientando sobre questões burocráticas para o funcionamento de entidades com esse fim. A publicação deste texto se deu em 1968, sete anos após a aprovação em congresso da “Carta de Princípios”, obra do mesmo escritor adotada oficialmente em 1961. A importância deste documento é enorme dentro do MTG, colocando Saraiva como destacado intelectual da instituição.

Corroborando para esta análise, é interessante notar que meu entrevistado, o senhor Mário Mattos, em alguns trechos das entrevistas, faz referências a Glaucus

⁷⁸ A outra “grande questão do tradicionalismo” (“letra b”) colocada por Barbosa Lessa é a “Assistência ao homem do campo”.

Saraiva, inclusive o elogiando. Quando perguntei⁷⁹ a ele se conhecia esse personagem, me respondeu:

[...] o Glaucus Saraiva eu só conheço material de escrito. Ele era muito sincero e muito talentoso, e ele estava desanimado, o tradicionalismo tinha degenerado, talvez a salvação contra essa degeneração tenha sido a entrada da Brigada.

O trecho ilustra, a partir do olhar de uma terceira pessoa, a preocupação que Saraiva apresentava com os rumos que os CTGs estavam tomando. Este acreditava que as entidades estavam em “decadência” (SARAIVA, 1968, p. 07) por conta de comportamentos que julgava não condizentes com o que ele considerava correto e, de certa forma, propunha na Carta de Princípios. Adotada oficialmente no VIII Congresso, esta carta é um documento doutrinador, disciplinador, ou seja, tem a intenção de educar a prática tradicionalista a partir das representações de gauchismo nela contidas. O Manual do Tradicionalista, portanto, considera que há desvios nestas práticas e propõe, pedagogicamente, ações para que os CTGs e seus associados se mantenham mais engajados nos pressupostos determinados.

Dentre os três fundadores do MTG que destaco neste trabalho, Saraiva parece ter sido o mais atuante dentro dos Congressos Tradicionalistas. Enquanto Paixão Côrtes e Barbosa Lessa se dedicavam a suas pesquisas folclóricas – com destaque para as que foram por eles consideradas como “danças gaúchas” – e a viagens com grupos folclóricos, divulgando os resultados de suas investigações, aquele foi mais incisivo no processo de burocratização do gauchismo. Sua “Carta de Princípios” e seu “Manual do Tradicionalista” são importantes referências dentro do Movimento, porém, sua presença nos espaços de deliberação também merece destaque. De voto vencido nas primeiras reuniões que determinaram a popularização do gauchismo institucional, Saraiva participou ativamente das principais decisões que estruturaram o tradicionalismo gaúcho. Essa destacada atuação chegou a lhe render o cargo de diretor técnico do Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore (IGTF) em 1974.

Os três tradicionalistas fundadores selecionados e sobre os quais fiz alguns destaque nos últimos parágrafos foram importantes intelectuais da construção do tradicionalismo gaúcho. Suas ideias ecoaram dentro dos Congressos e do

⁷⁹ Entrevista do dia 27/12/2022. Tempo: 1h07'07"

Movimento e permanecem educando as novas gerações de seguidores. E o objetivo de tais ideais era justamente este: guiar, orientar, doutrinar, ou seja, educar para o tradicionalismo, especialmente os mais jovens.

5.2 Tradicionalismo e novas gerações: educando a gauchada

“Avante, cavaleiro mirim!

Em frente, veterano peão!

Lado a lado, prenda e prendinha,
todos juntos dando a mão.

Avante, seguindo os avós!

Em frente, trazendo os piás!

Coisa linda é se ver gerações
convivendo em santa paz”.

(Hino Tradicionalista – Letra de Luiz Carlos Barbosa Lessa)

Na seção anterior apresentei especial destaque à atuação das maiores referências intelectuais do Movimento Tradicionalista Gaúcho, ao seu engajamento à causa tradicionalista e em como suas ideias se difundiram através da rede de sociabilidade que se estabelece dentro desta instituição. Identifiquei que um elemento específico, a preocupação com as novas gerações, em especial através da educação, foi um ponto de concentração da atuação intelectual do Movimento. Contudo, penso que esta questão ainda precisa de mais aprofundamento, já que as fontes analisadas apontam para este caminho.

Se o MTG já está ativo há, praticamente, sete décadas, cabe a seguinte reflexão: a que se deve esse “sucesso” ou essa “longevidade”? Talvez existam vários fatores que respondam essa indagação, mas como venho argumentando nessa tese, acredito que houve um esforço focado na juventude através de um projeto educacional. Tal conclusão é possível, especialmente, porque as fontes utilizadas na pesquisa revelam essa estratégia. Saliento que, para uma melhor organização do texto, quando me referir aos trabalhos extraídos dos Congressos Tradicionalistas, usarei as numerações que constam no Quadro 2.

Os intelectuais fundadores do MTG investiram muito na ideia da educação das novas gerações de tradicionalistas. Em suas obras e também em teses defendidas nos Congressos – como já demonstrado na tese “O Sentido e o Valor do

Tradicionalismo” (Tese 1), de Barbosa Lessa – chamaram a atenção para tal questão, sendo acompanhados por outros intelectuais do Movimento. Isso pode ser comprovado pelo corpus documental da pesquisa. Conforme levantamento que realizei, há nos anais dos Congressos Tradicionalistas que ocorreram durante o período analisado uma quantidade grande de manifestações a respeito da educação, em especial, da categoria “novas gerações”.

Um indicador bastante robusto para esta questão é a tese “O tradicionalismo e as novas gerações” (Tese 4), apresentada por Tereza de Almeida no 2º Congresso Tradicionalista (CTG Mate Amargo, cidade de Rio Grande-RS), único evento ocorrido dentro do recorte temporal que teve seus anais publicados em forma de livro. Infelizmente, não consegui encontrar informações sobre quem foi essa senhora. Apenas sugiro que tenha sido professora e que representasse o CTG Lalau Miranda da cidade de Passo Fundo-RS porque Paixão (2004, p. 66-67) faz tais afirmações ao listar teses da autoria dela nos Congressos Tradicionalistas.

Há bons indícios de que Miranda tenha se inspirado em “O sentido e o valor do tradicionalismo” para escrever sua tese. Ela inicia seu texto com uma epígrafe citando um trecho do referido trabalho de Barbosa Lessa, no qual o autor manifesta preocupação com a continuidade do incipiente movimento. E ainda na primeira seção de sua proposta, a professora faz uma série de indagações, dentre as quais: “A geração de hoje comprehende o valor profundo dêste movimento tradicionalista, mas, poderá comprehendê-lo a geração vindoura?”, “A infância, que deveria ser a base forte do movimento tradicionalista para assegurar-lhe duração, está sendo preparada para tal?”, “Estaremos nós completando, realmente nossas atividades tradicionalistas se não atendermos a geração que virá depois?”⁸⁰. Fica clara, portanto, a inquietude da autora com o futuro do tradicionalismo e sua crença de que sua continuidade dependeria das novas gerações. E como alternativa para resolver essa problemática, Almeida sugere a educação.

A segunda seção da tese de Almeida é intitulada “Os centros de tradição e o magistério gaúcho”. Nela, a autora propõe uma aliança entre os CTGs e as escolas, sendo estes uma espécie de orientadores destas em atividades que versem sobre o tradicionalismo gaúcho. Acreditando que o professorado “aceitaria de bom grado” (ALMEIDA, 1955, p. 134) as propostas dos tradicionalistas, Almeida faz uma série

⁸⁰ Os trechos citados encontram-se na página 132 e 133 do livro dos Anais do 2º Congresso Tradicionalista.

de sugestões de temas e atividades que poderiam ser realizadas nas escolas, inclusive observando seriação, faixa etária e outros elementos formais de escolarização. Há também na tese um exemplo de plano de aula, contendo elementos como tema (lenda Negrinho do Pastoreio), objetivos do professor e da criança, recomendações de atividades e até “exercícios de fixação”.

A leitura do trabalho de Tereza Almeida revelou outra questão interessante: a autora também apresentou uma tese no 1º Congresso Tradicionalista. Ela mesma faz referência a isso, inclusive relatando seu teor que versava sobre a ideia de que os CTGs “[...] fôssem aos Grupos Escolares e Colégios locais oferecerem seus préstimos” (ALMEIDA, 1955, p. 134). Não consegui, de nenhuma forma⁸¹, acessar o texto deste outro trabalho. Nem mesmo tenho certeza sobre seu título⁸². Todavia, é possível inferir que versava sobre educação a partir do que a própria autora informa na Tese 4, bem como em “pistas” indicadas por Paixão (2004) e Fraga Cirne (2017). Além disso, na mesma tese há indícios de outro tópico relevante que Almeida teria tratado em sua proposta no 1º Congresso: a criação de CTGs mirins. Sobre este quesito, pertinente porque envolve tanto a preocupação com as novas gerações quanto a educação, tecerei mais comentários posteriormente no cotejo com outras fontes.

Mesmo que a Tese 1 seja a mais conhecida do 1º Congresso Tradicionalista e que a educação das novas gerações apareça nela como uma preocupação, o aprofundamento do estudo sobre o evento revela que esse também foi um ponto bastante discutido em outros trabalhos. Pelo menos duas ou talvez até cinco propostas diretamente relacionadas ao tópico foram apresentadas na mesma ocasião. O impasse sobre o verdadeiro número se deve a divergências nas fontes consultadas. Nenhuma destas teses foi encontrada nos arquivos que consultei do MTG, já que lá praticamente nada foi guardado daquela convenção. “O Sentido e o Valor do Tradicionalismo”, devido à importância que tem para o Movimento, foi

⁸¹ Como não há nos arquivos do MTG, praticamente, nenhuma documentação salva sobre o 1º Congresso Tradicionalista, tentei contato com várias pessoas e entidades que pudesse, de repente, ter algum documento daquele evento. Não obtive sucesso nessa busca. Sendo assim, sigo tentando, nas fontes disponíveis, juntar informações que possam produzir algum sentido para minha pesquisa.

⁸² Darcy Paixão (2004, p. 66) dá a entender que o título da tese seria “Objetivos dos CTGs na área educacional”, pois apenas manifesta estas palavras e dá informações sobre a autora. Já Paulo Roberto de Fraga Cirne (2017, p. 55) cita o trabalho de Almeida como o de número 13 e com o título “Os Centros de Tradições Gaúchas, suas importâncias e seus objetivos”. Além disso, este autor faz alguns comentários muito breves a respeito de algumas das teses do 1º Congresso Tradicionalista. E sobre o texto da professora Tereza Almeida, apenas indica: “Objetivos dos CTGs na área educacional”, exatamente as mesmas palavras utilizadas por Paixão.

publicada em diversas ocasiões e se encontra disponível facilmente na internet. Há consenso entre as fontes de que “As danças folclóricas e a educação” (de autoria de Eloah Loyre Fritsch Brum) também foi apresentada como tese no 1º Congresso, mas infelizmente não consegui acessar seu texto. Já o trabalho “A experiência tradicionalista sul-rio-grandense e suas múltiplas vinculações com a educação” (Tese 2, de autoria de Hugo Ramirez), foi o próprio andamento da pesquisa que o revelou para mim.

As divergências que sinalizo entre as fontes examinadas podem ser explicadas da seguinte maneira: consultando o livro “Tradicionalismo Gaúcho Organizado: 70 anos de História (1947-2017)”, de Paulo Roberto de Fraga Cirne, encontrei uma lista com o título de 16 teses⁸³ apresentadas no 1º Congresso Tradicionalista, porém, o autor não cita a fonte de onde extraiu a informação. Procurei todas na internet, mas infelizmente, além da Tese 1, que eu já conhecia, encontrei apenas uma: a Tese 2, de autoria do professor Hugo Ramirez, fundador do CTG Galpão Campeiro (Erechim-RS). Surpreendentemente, esta foi publicada no número 62 da Revista do Ensino, em agosto de 1959, cinco anos depois de sua apresentação no 1º Congresso. Foi aí que cresceu meu interesse por este periódico e ele acabou se transformando em uma das fontes desta pesquisa.

Seguindo a explicação sobre as divergências entre as fontes: procurei na internet todas as teses citadas por Fraga Cirne. E quando digitei no buscador

⁸³ Todos os títulos a seguir se referem a teses apresentadas no 1º Congresso Tradicionalista, de acordo com Fraga Cirne (2017, p. 55-56). São eles: Nº 1 – “Preservação dos monumentos históricos do Rio Grande do Sul” (Caio José Lustosa, 35 CTG, Porto Alegre-RS); Nº 2 – “O Rio Grande do Sul e a influência na raça do sentido da nacionalidade” (Antero Corrêa de Barros, CTG Poche Verde, Santa Maria-RS); Nº 3 – “Amparo ao homem do campo” (Waldomiro Souza, 35 CTG, Porto Alegre-RS); Nº 4 – “A experiência tradicionalista sul-rio-grandense e suas múltiplas vinculações com a educação” (dr. Hugo Ramirez, CTG Galpão Campeiro, Erechim-RS); Nº 5 – “Primigénie sul-rio-grandense – tentativa de solução racional de alguns problemas que surgem no estudo de nossos indígenas primitivos” (dr. Fernando Augusto Brockstedt, União Gaúcha J. Simões Lopes Neto, Pelotas-RS); Nº 6 – “As danças folclóricas e a educação” (Eloah Loyre Fritsch Brum, Colégio Estadual Júlio de Castilhos, Porto Alegre-RS); Nº 7 – “A recreação do trabalhador rural do Rio Grande do Sul” (prof. Hugo Muxfeldt, Porto Alegre-RS); Nº 8 – “Fundação de um centro de pesquisas histórico-sociológicas” (Guilherme Gaspar de Freitas Xavier, Sociedade Tradicionalista Estância da Amizade, Porto Alegre-RS); Nº 9 – “O Governo Rural em face da Reforma Agrária” (Deputado Ruy Ramos, Centro Farroupilha de Tradições Gaúchas, Alegrete-RS); Nº 10 – “Federação das Entidades Tradicionalistas do Rio Grande do Sul (FENTRA)” (dr. Fernando Augusto Brockstedt, União Gaúcha J. Simões Lopes Neto, Pelotas-RS); Nº 11 – “O culto da tradição e sua exequibilidade no Brasil” (dr. Hugo Ramirez, CTG Galpão Campeiro, Erechim-RS); Nº 12 – “O sentido e o valor do tradicionalismo” (Luiz Carlos Barbosa Lessa, CTG 20 de Setembro, Piratini-RS); Nº 13 – “Os Centros de Tradições Gaúchas, suas importâncias e seus objetivos” (Tereza de Almeida, CTG Lalau Miranda, Passo Fundo-RS); Nº 14 – “Formação social e moral do gaúcho e como deve ser encarado o tradicionalismo” (Oswaldo Lessa da Rosa, União Gaúcha J. Simões Lopes Neto, Pelotas-RS); Nº 15 – “Cuidemos do que é nosso” (Remi Gorgan, Sociedade Tradicionalista Estância da Amizade, Porto Alegre-RS); Nº 16 – “Trabalhos Regionais – Prosa e Verso” (Nero Meneghelli, CTG Caibaté, São Gabriel-RS).

Google “As danças folclóricas e a educação”, apesar de não encontrá-la, tive contato com uma monografia de conclusão de curso de graduação em Geografia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, defendida por Natália Martins dos Santos Johann em 2019, que fazia menção a seu título. Preocupada com a influência do tradicionalismo na educação, em seu trabalho Johann (2019, p. 23) cita o título de três teses relacionadas ao tema no 1º Congresso: “O sentido e o valor do tradicionalismo”, “As danças folclóricas e a educação” e “O tradicionalismo como força educativa”. Da mesma forma que Fraga Cirne, esta autora não revela a fonte de onde extraiu a informação.

Comparando Fraga Cirne e Johann, se percebe uma convergência e uma divergência: duas teses relacionadas à educação com o mesmo título (“O sentido e o valor do tradicionalismo” e “As danças folclóricas e a educação”) e outras duas do mesmo autor, Hugo Ramirez, porém com títulos diferentes (“A Experiência Tradicionalista Sul-Rio-Grandense e suas múltiplas vinculações com a educação” e “O tradicionalismo como força educativa”). Diante dessa divergência, apesar de haver encontrado a tese com o título anunciado por Fraga Cirne e sem encontrar o título sugerido por Johann, ainda procurei em meus livros mais algumas referências sobre as teses apresentadas no 1º Congresso Tradicionalista.

Consegui mais uma pista em “O que é MTG: questões e perspectivas”, de Darcy Paixão. Nesta, o autor cita oito trabalhos que, subentende-se⁸⁴, sejam teses apresentadas no 1º Congresso. Também sem citar a fonte de onde extraiu as informações, Paixão (2004, p. 66) lista, pelo menos, seis títulos que poderiam estar diretamente ligados à educação: “O sentido e o valor do tradicionalismo” (Luiz Carlos Barbosa Lessa), “O tradicionalismo como força educativa” (professor Hugo Ramirez), “Objetivos dos CTGs na área educacional” (professora Thereza Almeida), “As danças folclóricas e a educação” (professora Eloah Loyre Fritsch Brum), “O tradicionalismo didatizado através de agências educativas” (professor Hugo Ramirez), “O tradicionalismo instrumentalizado como fator educativo” (professor Hugo Ramirez). Além da tese de Barbosa Lessa, não encontrei mais nenhuma com base nos títulos citados por Paixão em minhas buscas.

Há um consenso entre Fraga Cirne, Johann e Paixão: “O sentido e o valor do tradicionalismo” e “As danças folclóricas e a educação” foram teses apresentadas no

⁸⁴ O autor não especifica que tipo de trabalho são. Porém, como lista títulos de teses já conhecidas, como “O sentido e o valor do tradicionalismo”, se pode depreender que sejam teses.

1º Congresso tradicionalista. Para além disso, há muitas divergências. Talvez a que julgo mais relevante é que, apesar de Johann e Paixão citarem o título de Hugo Ramirez “O tradicionalismo como força educativa”, não foi possível encontrar este texto. Cheguei a pensar que, talvez, a fonte de Johann fosse o livro de Paixão, mas ele não consta nas referências da monografia da autora. Quiçá, se ela tivesse lido Paixão, citaria outros títulos, já que seu tema é a influência do tradicionalismo na educação e este autor lista vários trabalhos com esse mote. Fato é que, mesmo sem indicar sua fonte, Fraga Cirne (2017, p. 54-55) enuncia, inclusive numerando, as teses que estiveram no 1º Congresso. Dentre elas está “A experiência tradicionalista sul-rio-grandense e suas múltiplas vinculações com a educação”, de autoria de Hugo Ramirez, a qual pode ser encontrada na edição de número 62 da Revista do Ensino (agosto de 1959). Por que confio que esta tese esteve, realmente, no evento em questão? Porque sua publicação na referida revista traz a informação “Tese aprovada no I Congresso Tradicionalista do Rio Grande do Sul”.

A seguir apresento uma colagem (Figura 5) com três imagens, contendo a capa da edição citada, bem como seu índice e a página 48, onde inicia o texto da referida tese.

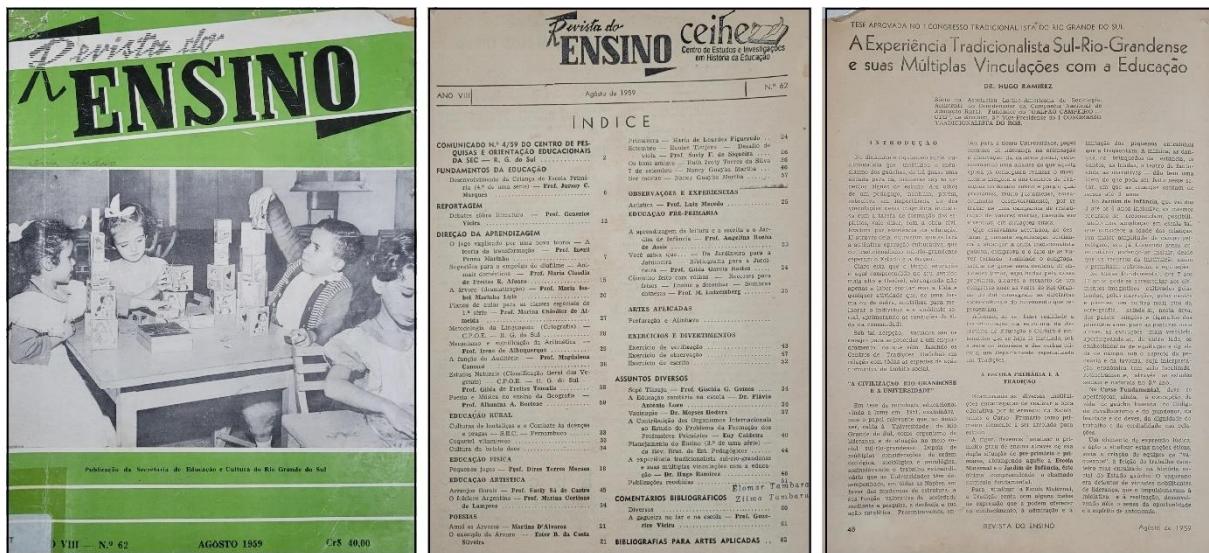


Figura 5 – Colagem: Revista do Ensino Nº 62

Fonte: Centro de Documentação (CEDOC) do Centro de Estudos e Investigações em História da Educação (CEIHE) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Digitalizações e colagem produzidas pelo próprio autor. O mesmo documento também se encontra digitalizado no repositório Tatu e está disponível em: <http://sistemas.bage.unipampa.edu.br/tatu/index.php/2019/07/26/mes-junho-3/#>.

Antes da apresentação da análise desta tese, cabe evidenciar algumas considerações a respeito da biografia de seu autor, Hugo Ramirez. Homenageado,

inclusive, tendo seu nome atribuído a uma rua da cidade de Porto Alegre-RS⁸⁵, Ramirez é muito respeitado dentro do MTG. Foi presidente da instituição em dois mandatos (1969/70 e 1970/71) e depois tornou-se membro do Conselho de Vaqueanos. Atuou destacadamente⁸⁶ nos Congressos Tradicionalistas, tendo teses e moções aprovadas, além de outras manifestações que lhe concedem prestígio. Com larga formação acadêmica (licenciado em História e Geografia, graduado em Ciências Jurídicas e Sociais, pós-graduado em História e em Direito Público), atuou como professor nos três níveis de ensino (Fundamental, Médio e Superior) e é autor de diversas obras, especialmente, no campo da literatura, o que lhe rendeu uma cadeira na Academia Rio-Grandense de Letras, entidade que chegou a presidir. Nos Congressos Tradicionalistas, seus trabalhos chamam a atenção porque a educação, de uma forma ou de outra, sempre aparece como estratégia de atuação para o MTG.

O texto da Tese 2 tem muitos pontos que interessam às discussões que venho propondo. Um exemplo é que, logo no início, o autor enaltece o papel da educação na “tarefa de formação dos espíritos” e no futuro do tradicionalismo, pois “É através dela, outrossim, que se fará a autêntica operação culturativa, que do tradicionalismo sul-rio-grandense esperam o Estado e a Nação”. Percebe-se aqui uma projeção dos préstimos que o tradicionalismo poderia oferecer, por meio da educação, a algum tipo de expectativa em matéria de cultura que Ramirez solicita em nome do Estado⁸⁷ e da Nação.

Ainda na mesma tese, Ramirez esboça a concepção de educação a que se refere. De acordo com ele,

[...] o termo educação é aqui compreendido no seu sentido mais alto e flexível, abrangendo não apenas o labor escolar mas toda e qualquer atividade que, de uma forma ou de outra, contribua para melhorar o

⁸⁵ Maiores informações estão disponíveis no documento disponível no seguinte endereço eletrônico: https://www.camarapoa.rs.gov.br/draco/processos/95549/030652008PLL_PROJETO_53303060_423.pdf.

⁸⁶ Entre os materiais que selecionei desde o 1º ao 15º Congresso Tradicionalista, o nome de Hugo Ramirez apareceu cinco vezes como autor de trabalhos considerados indicadores de relação com a educação.

⁸⁷ Aqui não é possível precisar se é uma referência apenas ao estado do Rio Grande do Sul ou ao Estado brasileiro como um todo. Ao longo da pesquisa, no exame das fontes, muitas vezes identifiquei referências claras ao Rio Grande do Sul, mas que usavam erroneamente a expressão “Estado”. No caso em questão, acredito que Ramirez se refira ao Estado brasileiro e à Nação brasileira, inclusive corroborando para o esforço de “brasileiramento” feito pelo MTG do estado gaúcho, seu povo e seu folclore.

indivíduo e o ambiente social, aprimorando as condições de vida da comunidade.

Ao posicionar-se sobre a concepção de educação, Ramirez demonstra uma percepção mais abrangente, que extrapola o ambiente escolar. Isso se deve ao fato de entender que os CTGs também são espaços educacionais “sob tal acepção”, o que ele afirma imediatamente na sequência do trecho citado. Essa mentalidade vai ao encontro do que defendo: o CTG é um espaço educacional. E foi por essa linha de pensamento que muitos tradicionalistas se filiaram, vide, por exemplo, Glaucus Saraiva. Em seu “Manual do Tradicionalista” este escreveu um capítulo intitulado “CTGs como aulas de tradicionalismo”, de onde se pode extrair o seguinte trecho: “Os CTGs não podem continuar se constituindo, como é comum, em núcleos cuja preocupação maior é o recreio. Eles têm que objetivar suas atividades num sentido educativo” (SARAIVA, 1968, p. 33).

Orientar as ações com sentido educativo. Era assim que Glaucus Saraiva imaginava que deveriam agir os CTGs, apesar de afirmar que

[...] o termo ‘aula’ não deve ser tomado ao pé da letra, evocando a solenidade didática de uma classe primária; as aulas em CTG terão mais um caráter de palestras ilustradas com números artísticos e demonstrações práticas, contendo a profundidade pedagógica das suas mensagens crioulas, na certeza de que estas serão altamente aproveitáveis. E, se falamos com essa convicção, é porque temos experiência própria dêste método (SARAIVA, 1968, p. 33-34)

Na sequência dessa passagem, o autor relata uma experiência em que foi convidado⁸⁸, em 1956, pelo Rotary Clube de uma cidade do interior para falar sobre o Rio Grande do Sul, a qual seria a justificativa para o sucesso do método que relata no trecho recém citado. O relato é vago e não apresenta nenhum tipo de metodologia pedagógica fundamentada. E na sequência, quando volta a falar das aulas nos CTGs, Saraiva (1968, p. 34) ainda afirma que “[...] aquêles que as [aulas] forem ministrar, não devem assumir a pose de um professor diante de alunos; procurarão conduzir-se com simplicidade, sem presunções didáticas [...]”.

Nos dois trechos extraídos, é perceptível que Glaucus Saraiva deseja que os CTGs eduquem em uma perspectiva diferente de como ele concebe a educação

⁸⁸ Em suas palavras, Saraiva escreve “fomos convidados” e segue usando a 1ª pessoa do plural. No entanto, acredito que se trate do estilo de escrita do autor, já que no texto analisado, ele sempre usa esse recurso. Portanto, essa análise me leva a crer que, ao usar o pronome pessoal “nós” e as flexões dele decorrentes, o autor está falando de si próprio unicamente.

efetivada nas escolas. Da maneira como se coloca, dá a entender que generaliza a atividade docente como “solene”, o que exigiria algum tipo de postura (“põe”) específica dos mestres. No seu entendimento, a partir do que sugere, os CTGs deveriam agir de maneira diferente, quiçá mais descontraída, mais informal, recomendando o uso de música, poesia e outros elementos como suporte às práticas desenvolvidas – nada que já não seja proposto por diversas correntes didáticas e reconhecidamente utilizado por professores. Entretanto, há que se ponderar aqui o contexto histórico, a subjetividade de Saraiva e talvez outros elementos que possam ser responsáveis pela concepção que este tinha sobre a educação e as práticas pedagógicas à época em que escreveu sua obra.

Não sou biógrafo de Glaucus Saraiva e o pouco que conheço desse tradicionalista é graças a meus estudos. Por isso, fui muito cuidadoso ao comentar a passagem de seu texto em que sugere como deveriam ser as aulas nos CTGs, mas não me furtei de expor que os métodos que propunha não são tão diferentes dos que já eram praticados na época em que escreveu. Posso comprovar isso através do que observei nas Revistas do Ensino em que pesquisei, inclusive com indicadores relacionados ao tradicionalismo gaúcho. Alguns exemplos estão nos números 42 e 48 do periódico, que, respectivamente, apresentam um poema intitulado “Minuano” – com bons indícios de inspiração literária tradicionalista – e orientações para a dança da Chimarrita – a qual integra o rol de danças pesquisadas por Paixão Côrtes e Barbosa Lessa contidas no “Manual de Danças Gaúchas”, de 1955. Outras edições da RE também apresentam conteúdos semelhantes: as músicas “Prenda Minha” e “Negrinho do Patoreio estão nos nº 66 e 94; as danças do “Caranguejo” e do “Maçanico” (apenas subsídio musical) aparecem nos nº 71 e 96, respectivamente. Enfim, com estes exemplos, respeitosamente continuo a questionar a concepção que Glaucus Saraiva apresenta sobre as práticas pedagógicas em seu Manual.

Na sequência dos últimos excertos que extraí do livro de Glaucus Saraiva, ele continua sua escrita ratificando a intencionalidade contida no título de seu livro, o “Manual do Tradicionalismo”. Manuais são escritos muito rigorosos dedicados a “ensinar como fazer”. Costumeiramente são chamados de “Manual de Instruções”, justamente por seu objetivo de instruir, ensinar. Essa era a intenção de do autor para seu livro: que ele servisse de subsídio didático aos CTGs. E talvez o capítulo mais

específico nesse sentido seja o que venho discutindo, até porque, da página 34 até a 42, o autor se dedica, exclusivamente, a sugerir temas⁸⁹ para as aulas nos CTGs.

Caberia ainda salientar como é interessante perceber a consideração de relevância obtida pelo Manual do Tradicionalista no meio em que circulou. Até hoje ele é um livro bastante recomendado pelo MTG, mas provavelmente à época em que foi lançado seu sucesso tenha sido ainda maior. Não à toa, no ano seguinte ao seu lançamento, foi aprovada no 14º Congresso a Proposição 15, que sugeria a adoção dessa obra pelos CTGs de todo o estado. De acordo com o autor da solicitação, por meio do manual, “[...] o gaúcho se orientará e tomará o caminho das idéias de Paixão Côrtes e Barbosa Lessa”, além de considerar que “[...] Glaucus Saraiva foi um dos primeiros a dar o grito de organização do Tradicionalismo”. Sem citar o livro de Saraiva, mas talvez inspirado por ele, também no 14º Congresso foi aprovada a Proposição 16. Essa inferência é possível porque o autor⁹⁰ da proposta sugere que os CTGs ofereçam aulas práticas em suas sedes para as escolas primárias, justamente uma das orientações de Glaucus Saraiva no capítulo que versa sobre as aulas de tradicionalismo em seu manual.

Retomando o foco desta seção e abrindo espaço para outros indicadores da educação como estratégia de atuação do MTG, proponho outra reflexão. A análise da documentação dos Congressos Tradicionalistas teve a intenção de mapear as manifestações ocorridas nestes eventos que, de forma ou outra, exaltassem o tema educacional. Sendo assim, foi possível observar que boa parte das ocorrências tem a ver com a participação de professores e alunos da rede escolar nestes conclave. Isso mostra que, desde o princípio, o Movimento Tradicionalista Gaúcho esteve intimamente ligado à educação.

⁸⁹ Os temas sugeridos por Saraiva para as aulas nos CTGs são: chimarrão, vestimenta, o cavalo, os arreios, o laço, o boi, a tropa e o tropeiro, a carreta, a trança, vocabulário, doma, marcação, castração, banho de gado, rodeio, tribos primitivas, as Missões Jesuíticas, as Entradas Paulistas, Primeiras Povoações, a vinda dos casais açorianos, colonização alemã, colonização italiana, campanhas guerreiras no Rio Grande (especifica algumas), vultos da nossa história, vultos das nossas letras e artes, origens étnicas do Gaúcho, Geografia Rio-Grandense, literatura regional. Algumas destas se repetem quando menciona as “aulas em campo”.

⁹⁰ Henrique Dias de Freitas Lima, procurador de justiça falecido em 2005, reputado tradicionalista, que dentre várias contribuições ao tradicionalismo, destaca-se como um dos idealizadores da Califórnia da Canção Nativa, festival musical da cidade de Uruguaiana iniciado em 1971 e reconhecido como berço do movimento nativista. Este movimento é, geralmente, considerado uma ramificação do tradicionalismo, mais voltado à música, porém, com peculiaridades que lhe rendem, por vezes, a qualificação de “dissidente”. Para maiores problematizações a respeito desse festival, recomendo os trabalhos de Jacks (2003), Cougo (2012), e Ferreira (2018), cujas referências se encontram na seção homônima mais ao final deste trabalho.

Como já referi aqui anteriormente, o tradicionalismo gaúcho surgiu em uma escola no final dos anos 1940. Pode-se afirmar também que foi idealizado dentro do movimento estudantil, já que sua gênese está na fundação do DTG do Grêmio Estudantil do Colégio Júlio de Castilhos em 1947. Portanto, desde o começo, o MTG contou com participação da comunidade escolar.

Nos Congressos Tradicionalistas analisados, não foi diferente. Uma manifestação muito interessante encontrada nesse sentido é a Proposição I. Aprovada no 6º Congresso (1959), faz um voto de louvor ao “Instituto União”, escola da cidade de Uruguaiana em atividade desde 1870 e que em 2002 passou a integrar a Rede Metodista de Educação do Sul. A homenagem foi feita porque, de acordo com os signatários da proposta, a instituição seria, para muitos tradicionalistas, “[...] uma verdadeira fonte e um manancial perene, onde beberam os primeiros ‘tragos’ da cristalina e pura tradição pampeana”. E ainda, desejam os autores, que “a gloriosa instituição gaúcha” continue “[...] a plasmar valores e arregimentar mais soldados para a causa tradicionalista [...].” A proposição também apresenta uma nominata de ex-estudantes do educandário, da qual se destacam Darcy Fagundes – membro de uma família reconhecida por seus préstimos ao tradicionalismo gaúcho, especialmente Antônio Augusto Fagundes (Nico Fagundes), seu irmão – e Hugo Ramirez – já destacado neste trabalho e que nele ainda renderá mais aparições.

Há outras manifestações nos Congressos analisados que também merecem destaque por demonstrarem o envolvimento da comunidade escolar com o tradicionalismo no período recortado. As Proposições 9 e 14, respectivamente apresentadas no 11º (1965) e 12º (1966) Congresso Tradicionalista, são, exatamente sobre o mesmo assunto: solicitam que os Congressos sejam realizados durante as férias escolares. O objetivo era que professores e alunos ligados ao Movimento pudessem participar dos eventos. Nessa mesma esfera, a Moção 3 revela que já existia, realmente, a participação da comunidade escolar nos Congressos desde seus primórdios. Esse requerimento solicitava para a União Tradicionalista Estudantil a isenção de taxas para participação nos Congressos e foi aprovado.

Infelizmente não consegui encontrar nenhuma informação precisa sobre os autores das proposições 9 e 14, à exceção de Amadeu Gomes Canellas, signatário da última, o qual também é um dos autores da Moção 3. O referido é um padre ainda atuante em suas atividades religiosas, estando lotado, atualmente, na

paróquia Santa Rosa de Lima, em Porto Alegre-RS. Foi patrono dos Festejos Farroupilhas de 2015 e, por conta dessa homenagem, visitou a sede do MTG naquele ano, fato que gerou uma publicação⁹¹ interessante no site da instituição. Nela, o padre Amadeu, considerado um incentivador da juventude dentro do Movimento, relatou a dificuldade que teve para aprovar o que chamou de “Comissão Provisória de Jovens”, nos Congressos de 1987 e 1988. Esse fato possibilita uma discussão deveras interessante: muitos documentos aqui analisados e outras fontes, como obras dos fundadores do tradicionalismo, demonstram a preocupação de seus autores com as “novas gerações”; esse ponto também já foi tensionado aqui nesta tese. Contudo, a manifestação do religioso sugere que havia algum tipo de resistência por parte do MTG à participação da juventude no Movimento.

Aqui há um tópico ao qual quero dar atenção. Desejo, pelo menos, pontuar uma possibilidade de justificativa para essa aparente contradição. Minha análise se fundamenta naquilo que, essencialmente, justifica o tradicionalismo gaúcho: a ideia de tradição. Se tomados os relatos dos fundadores do movimento, nota-se que estes destacam seus ímpetos juvenis de outrora canalizados no sentido de resistir àquilo que julgavam como elementos alheios a sua cultura tradicional. Por esse viés, pretendiam se integrar à modernização da sociedade mantendo suas representações de um passado virtuoso por eles idealizado. Daí a sempre presente preocupação com as novas gerações. Estas, sendo cada vez mais expostas a elementos culturais estrangeiros através dos meios de comunicação, precisariam, de acordo com os tradicionalistas, dispor de espaços de sociabilidade em que convivessem com as antigas gerações, preservando assim suas práticas e representações.

Nesse sentido, clubes associativos como os CTGs serviriam de núcleos de preservação de práticas e representações daquilo que é, por seus associados, considerado como tradicional. E caberia, portanto, às antigas gerações orientar as novas, servindo como guias. O MTG se insere nesse processo como entidade que garante o funcionamento desse sistema, pois atraiu para si, através de um complexo aparato burocrático, o poder simbólico de guardião legítimo destas práticas e representações. Sendo assim, depreende-se que o tradicionalismo gaúcho se baseia na ideia de que o sucesso de seu Movimento depende dessa relação entre

⁹¹ <https://www.mtg.org.br/noticias/padre-amadeu-canellas-visita-o-mtg/>.

gerações, sendo os mais velhos os detentores do conhecimento a ser transmitido para os jovens (responsáveis pela continuidade).

O ponto ao qual quero chegar, portanto, é o seguinte: à medida que o tradicionalismo foi se burocratizando, se institucionalizando e garantindo seu poder simbólico, os tradicionalistas responsáveis por esse processo passaram também a temer sua desestruturação. Daí, talvez, o “medo do novo”. E essa “novidade”, que pode ser nociva às práticas e representações construídas pelo MTG, poderia estar penetrando no Movimento através de uma juventude mais propensa à adoção do que é novo.

Por isso é que a educação foi uma estratégia do MTG. Penetrar na rede escolar e aparelhar os CTGs como escolas de tradicionalismo seria uma maneira eficaz de atingir um grande número de jovens. Na juventude se concentraram os esforços porque dela dependia a sequência do Movimento, o que pode também ser entendido de outra forma: se as novas gerações não se adequarem, elas mesmas poderiam ser as responsáveis pela desestruturação do tradicionalismo gaúcho. Sendo assim, é possível inferir que, talvez, o MTG tenha, eventualmente, resistido à participação de jovens. Aí a burocratização e o poder simbólico fazem bastante sentido.

A burocratização contribui para a padronização e o regramento. Para poder desempenhar suas práticas, o tradicionalista precisa seguir as regulamentações impostas pelo MTG. Numa perspectiva foucaultiana, é possível compreender essa instituição dentro do contexto da Modernidade, em que há a utilização da disciplina como uma tecnologia de poder. Em “Vigiar e Punir”, mais especificamente na “Terceira Parte” do texto, Foucault trata da questão disciplinar. Nela, o autor revela o papel que as instituições têm na “docilização dos corpos”, impondo sobre eles a gestão dos espaços, do tempo, dos gestos, etc. Sem usar um aprofundamento dessa teoria, apenas faço um tangenciamento a partir dela: o MTG é uma instituição disciplinar. Busca – usando a educação como estratégia – a produção de corpos dóceis para mantê-los sob seu domínio, especialmente dos jovens.

É por isso que a declaração do padre Amadeu Canellas me produziu estranhamento. Cotejando tantas fontes, percebo que ao longo de todos os anos de atuação do MTG há esse duplo tratamento com a juventude: incluí-la como indispensável ao Movimento, mas mantendo-a sob domínio. Regramento (burocratização), disciplina e educação como estratégia para dominar,

estabelecendo um poder simbólico em um processo que produza a aceitação dessa instituição como legítima guardiã das representações e práticas de tradicionalismo.

Mas como bem pontua Michel de Certeau (1998), receptores de cultura não são puramente passivos. Ao usar a leitura como exemplo de ação do cotidiano, o autor (1998, p. 49) chega a expressar que “A leitura (da imagem ou do texto) parece, aliás, constituir o ponto máximo da passividade que caracterizaria o consumidor, constituído em *voyeur* (troglodita ou nômade) em uma ‘sociedade de espetáculo’”. Contudo, logo apresenta uma série de elementos que constituem uma “produção silenciosa” por parte do leitor e, mais adiante afirma que “A esta arte de leitores conviria comparar outras” (CERTEAU, 1998, p. 50). É o que estou ousando fazer aqui.

Ainda não esgotei a apresentação de elementos indicadores de que a educação foi uma estratégia de atuação do MTG nos seus primórdios. Antes de continuar a fazê-lo, quero já lançar uma reflexão que retomarei nas considerações finais, mas que aqui se conecta ao contexto que vinha discorrendo no parágrafo anterior. A análise de documentos foi essencial para que eu pudesse comprovar a tese que elaborei. Todavia, uma pequena “incursão em campo” foi reveladora no sentido de me fornecer uma visão privilegiada do objeto.

O ponto ao qual quero chegar é o seguinte: o MTG alcança êxitos significativos em sua tarefa de educar, especialmente quando se trata de jovens engajados no Movimento. Recentemente participei⁹² como congressista da última edição (71º) do Congresso Tradicionalista, realizado dia 29 de junho de 2023 na cidade de Alegrete-RS. Lá pude perceber uma ampla e atuante participação da chamada “juventude tradicionalista”⁹³ no evento. A seguir apresento uma fotografia da credencial que carreguei como participante dele.

⁹² Compareci ao evento por sugestão do professor José Edimar de Souza, avaliador desta tese que apresento, a quem agradeço imensamente por esta e outras sugestões oferecidas ao meu trabalho de pesquisa.

⁹³ Não há, especificamente, uma formalização desta “juventude tradicionalista” no MTG. Há nele o “Departamento Jovem”, ligado à vice-presidência de cultura. O termo “juventude tradicionalista” é como, informalmente, costuma ser denominada a generalização da participação de jovens no Movimento. Este departamento – criado após aprovação no 34º Congresso Tradicionalista, em 1989 – consta no Regulamento Geral do MTG com as atribuições de seu diretor listadas no § 5º do Art. 159.



Figura 6 – Credencial do 71º Congresso Tradicionalista
Fonte: digitalização feita pelo próprio autor

O encontro foi marcado pela emoção de boa parte dos congressistas, especialmente daqueles mais próximos ou membros da diretoria da entidade. A comoção se deu por conta das homenagens oferecidas a Manoelito Carlos Savaris, presidente do MTG, que estava, atualmente, na sua 9^a gestão da instituição, mas que faleceu dia 17 de junho de 2023. Aparte a essa particularidade, percebi discursos muito enfáticos a respeito da participação de jovens no Movimento e, mais do que isso, era visível o empenho dos tradicionalistas com menos idade lá no Centro Farroupilha de Tradições Gaúchas, anfitrião do evento.

Destaco o *lobby* que a juventude tradicionalista exerceu sobre congressistas, mas principalmente sobre delegados (que possuem poder de voto), pela escolha da proposta que alguns de seus representantes elaboraram para tema norteador das atividades do MTG no ano de 2024. Ao longo de todo o evento se observava a movimentação de rapazes e moças distribuindo um panfleto com informações sobre sua proposição e fazendo exposições orais dela. Por efeito disso, talvez, esta tenha sido, derrotando outras duas, a proposta de tema anual escolhida para 2024.

Outro episódio curioso foi a aprovação de uma proposição para que seja criado um evento oficial anual do MTG com o intuito de reunir prendas e peões mirins titulados pela entidade. Considerei esse fato como “curioso” por alguns

motivos. Primeiro: foi a única proposta que foi aprovada contrariando o parecer desfavorável da relatoria. Isso já leva ao segundo motivo: como que uma entidade que reiteradamente afirma sua preocupação com as novas gerações vai rejeitar uma solicitação advinda dos pequenos associados? Esse foi o principal argumento utilizado para contraditar a relatora, que alegou contrariedade ao requerimento por conta do mau momento financeiro da instituição. Por fim, uma terceira razão sobre a curiosidade dessa votação: a eloquência, propriedade sobre o tema e desenvoltura das autoras/defensoras da proposição, três meninas que deviam ter entre 10 e 13 anos de idade.

Analizando a performance das três prendas, se percebe uma série de habilidades muito bem desenvolvidas. Levando em consideração a complexidade disso – qual seja, crianças, diante de uma plateia de centenas⁹⁴ de pessoas, com parte da diretoria do MTG presente (inclusive sua atual presidente), apresentando verbalmente uma proposição no evento mais importante da entidade – foi, sinceramente, admirável presenciar aquela situação. Mesmo tendo parecer contrário da relatoria – o que significa muito, pois os relatores são escolhidos pela presidência e, em tese, representam os interesses do Movimento – as meninas comoveram (inclusive com apelos chorosos) boa parte dos delegados. Com decisão dividida, o parecer foi derrubado e a proposta foi aceita. Por isso, retomo aqui uma afirmação que fiz recentemente: o MTG tem alcançado resultados muito interessantes com sua estratégia de educação. Da mesma forma, seus associados, submetidos a esse poder simbólico da instituição, estabelecem táticas em suas artes de fazer que podem ser no sentido de resistência.

E para já ir encaminhando para o encerramento desta seção do texto, não poderia faltar às discussões aqui apresentadas a Tese 1. A escolha por colocá-la sob essa numeração foi subjetiva. Devido à sua importância dentro do MTG, resolvi numerá-la dessa forma, pois no Congresso Tradicionalista de 1954 ela foi apresentada sob o número 12 (FRAGA CIRNE, 2017, p. 55) e a Tese 2 (já analisada anteriormente), também aprovada nesse evento, aparece em Fraga Cirne (2017, p. 54) como o 4º trabalho dessa natureza.

⁹⁴ Alguns comentários durante o protocolo do evento evidenciaram o recorde de inscritos para este Congresso. Informalmente, afirmaram ter recebido inscrições de, praticamente, 1200 congressistas. Dados oficiais não foram divulgados até o momento em que faço esse relato (04/08/2023).

A Tese 1 é de autoria de Barbosa Lessa, mentor intelectual do MTG. É considerada o principal documento filosófico do Movimento, sendo a mais exaltada na defesa da proposição que venceu a disputa para escolha do tema anual da entidade para 2024 no seu último Congresso, como recentemente relatei. “O sentido e o valor do tradicionalismo” concentra questões muito relevantes a respeito do que é considerado pelos tradicionalistas sobre o que é o Movimento, a necessidade de sua existência e seu *modus operandi*.

Barbosa Lessa inicia a Tese 1 denunciando a “Desintegração de nossa sociedade” e se pode notar uma consonância com relatos de outros tradicionalistas, em especial Paixão Côrtes. Essa desintegração a que se referem precisa ser entendida pelo contexto da Guerra Fria. De acordo com eles, o avanço de elementos culturais estrangeiros, principalmente dos Estados Unidos da América, sobre o Brasil e o Rio Grande do Sul, era nocivo à manutenção de elementos culturais regionais. Como fatores dessa desintegração, o autor da referida tese aponta: a) o enfraquecimento do núcleo cultural; b) o desaparecimento de grupos locais. Seria em resistência a isso que deveria agir o tradicionalismo gaúcho ou “rio-grandense”, como ele chamou. Em suas palavras, “O movimento tradicionalista rio-grandense – que vem se desenvolvendo desde 1947, com características especialíssimas – visa precisamente combater os dois reconhecidos fatores de desintegração social” (BARBOSA LESSA, 1954, s.p.).

Nas postulações seguintes, a tese de Barbosa Lessa indica o que devem ser os CTGs: agremiações “com as mesmas características do ‘grupo local’” (BARBOSA LESSA, 1954, s.p.) e sugere que, quantas mais fossem se formando, dariam força ao tradicionalismo, o qual poderia “constituir-se na maior força a auxiliar o Estado na resolução dos problemas cruciais da coletividade” (BARBOSA LESSA, 1954, s.p.). Enxergo como muito significativa essa definição de tradicionalismo gaúcho, a qual o autor explora ainda mais em outras passagens. Fica evidente o desejo de colocarem-se junto às instâncias de governo, o que contribuiu para a aquisição de poder simbólico junto à sociedade.

Ainda considero importante também comentar outro elemento da Tese 1 que gostaria de tensionar: a visão de Barbosa Lessa sobre o caráter popular do Movimento. É perceptível que o autor deseja a disseminação do tradicionalismo e para isso sugere a educação como estratégia. Contudo, antes de passar a fazer

considerações a esse respeito, proponho uma reflexão: talvez a concepção de “popular” neste personagem mereça ser problematizada.

De acordo com Barbosa Lessa (1954, s.p.),

O Tradicionalismo deve ser um movimento nitidamente popular, não simplesmente intelectual. É verdade que o tradicionalismo continuará sendo compreendido, em sua finalidade última, apenas por uma minoria intelectual. Mas, para vencer, é fundamental que seja sentido e desenvolvido no seio das camadas populares [...].

Zalla (2010) propôs uma análise muito precisa sobre a visão de Barbosa Lessa de que o tradicionalismo deve ter caráter popular. De acordo com o pesquisador, “O tradicionalismo que Barbosa Lessa defendia estaria imbuído, portanto, de um caráter ‘popular’, no sentido de preocupação com as camadas desfavorecidas e, corolariamente, se afastaria da ‘alta cultura’ cosmopolita e ‘moderna’” (ZALLA, 2010, p. 114). Apesar de concordar com Zalla, a essa análise eu acrescentaria um ingrediente: é inquietante a ideia de que, apenas, uma “minoria intelectual” é que poderia compreender o tradicionalismo “em sua finalidade última”. Essa questão chama a atenção, pois uma das teses fundamentais do tradicionalismo gaúcho parte da premissa de que, inevitavelmente, haverá dentro do Movimento uma relação entre os que idealizam e os que praticam, entre os produtores e os receptores de cultura.

Retomo, portanto, o embate à época da fundação do 35 CTG, em que duas visões disputaram entre si o caráter que a entidade deveria ter: restrito ou aberto. Como já se sabe, a corrente que preconizava a popularidade, ligada a Paixão Côrtes e Barbosa Lessa, despontou. Mas essa popularidade pode ser questionada do ponto de vista do que vou chamar aqui de direcionamento. Ao reclamar a uma “minoria intelectual” a compreensão essencial do tradicionalismo, Barbosa Lessa talvez tenha inspirado uma separação entre direcionadores do Movimento (minoría intelectual responsável pela produção) e seus seguidores (maioria popular receptora).

Ao que parece, essa visão de Barbosa Lessa se arregimentou dentro do MTG, principalmente à medida em que a entidade foi se burocratizando e se instituindo formalmente. Meu entrevistado, o senhor Mário Mattos, fez importantes críticas a esse respeito nas entrevistas cedidas. De maneira muito respeitosa, provavelmente pelo carinho que tem por Luiz Carlos Barbosa Lessa, Mattos

questionou o posicionamento de seu primo. Por volta de 1h35' da entrevista do dia 27 de dezembro de 2022, o inquirido afirmou o seguinte:

[...] eu propus outra definição porque ele dizia que a pessoa faz o tradicionalismo sem consciência do que está fazendo. Eu penso que não, eu penso que uma consciência histórica é muito importante, histórica. O Lessa omite isso aí. Mas acontece que ele se baseou em fontes americanas, aqueles antropologistas e criou a teoria do núcleo da cultura. O núcleo é a cultura com várias camadas dos jovens, dos adultos e dos velhos, e que isso aí tem determinadas consequências, mas pra mim muito parado tudo, uma classificação. Acontece que a bibliografia dele era outra.

Mário Mattos demonstra conhecimento da definição de Barbosa Lessa sobre o tradicionalismo. E à sua interpretação, afirma que a este não importava que o tradicionalista tivesse consciência sobre suas práticas, ponto sobre o qual discordava. Ao apresentar Mário Mattos como um entrevistado desta pesquisa, enfatizei sua militância comunista de referência marxista. Essa memória é relevante para que possa ser feita a seguinte ilação: Mattos acredita que a consciência é importante para a formação cultural dos indivíduos, justamente por conta da influência marxista que sofrera. Inclusive, indica que a discordância com a visão de Barbosa Lessa se dá por que “a bibliografia dele era outra”.

Foi especialmente em “A formação da classe operária inglesa” que Edward Thompson deixou mais evidente algo que a teoria marxista preconiza: a importância da consciência para que uma classe social se constitua como tal. Mário Mattos transfere essa interpretação para o tradicionalismo. Provavelmente, na sua concepção, assim como as associações de trabalhadores, os sindicatos e os partidos devem ser instituições responsáveis pela criação da consciência de classe aos trabalhadores, os CTGs e o MTG deveriam, da mesma forma, promover a formação da consciência tradicionalista a seus adeptos.

Não me sinto capacitado para definir se o MTG oferece ou não subsídios para a criação de uma consciência de tradicionalista a seus associados. Não foi esse o foco das minhas análises, considerando também que faço um recorte temporal que remonta aos primórdios da instituição e esta segue atuante há, pelo menos, mais cinco décadas além do final do período que dei maior atenção. Apesar de ter me envolvido com o tradicionalismo no passado e hoje me constituir como um pesquisador deste fenômeno, minhas atenções estão voltadas, no momento, a

outras problematizações. Entretanto, é impossível não traçar um paralelo entre meu objeto de estudo e a discussão que vinha desenvolvendo nos últimos parágrafos.

O MTG educa! A educação foi uma estratégia que ele adotou como mantenedora e disseminadora de suas representações e práticas de tradicionalismo nas décadas de 1950 e 1960. Se serviu à construção de uma consciência tradicionalista, é uma questão que eu julgo em aberto. Mas evocando, novamente, Michel de Certeau, cabe pontuar que a recepção de cultura não significa passividade. Mesmo sendo envolvidos em processos educacionais com vistas à manutenção e disseminação de práticas e representações de tradicionalismo, os tradicionalistas fazem suas apropriações e estabelecem táticas que impulsionam suas ações dentro do Movimento.

5.3 – Modos de ser gaúcho: o que e como ensinar

Como já foi pontuado, as décadas de 1950 e 1960 fizeram parte da continuidade do projeto nacional desenvolvimentista que havia sido iniciado anos antes. Prosseguia o processo de modernização do Brasil, o qual gerava significativas mudanças econômico-sociais no país. No bojo das ações modernizadoras, figurava a educação como necessária, pois de acordo com Xavier (2012, p. 206)

As conexões entre educação, mudanças sociais e desenvolvimento já foram delineadas por alguns analistas que traçaram as linhas mestras do pensamento social e educacional brasileiro entre os anos de 1950 e 1960. Esses estudos permitem uma demarcação do repertório de ideias e práticas partilhadas e postas a circular por uma geração de intelectuais e políticos que se dispuseram a refletir sobre as razões do nosso atraso e a formular alternativas para fundamentar e guiar a ação do Estado na remoção dos obstáculos ao desenvolvimento.

Parece haver consonância entre o que Xavier define como “pensamento social e educacional brasileiro entre os anos 1950 e 1960” e alguns discursos tradicionalistas proferidos em seus Congressos. Alguns são mais fatalistas, talvez influenciados pelos relatos dos precursores do Movimento em relação às mudanças sociais que observavam. Outros parecem mais preocupados com a compreensão do cenário e a proposição de alternativas de adequação para superar as dificuldades impostas. Um exemplo do primeiro grupo é a Tese 5 (“O tradicionalismo e as

escolas”), em que sua autora, a professora Maria Magdalena Burtet⁹⁵, critica o “modernismo exagerado” do momento (1960). Sua sugestão para enfrentar o problema seria a implementação de CTGs nas escolas, o que segundo ela levaria os jovens a aderir aos “bons traços de caráter” de seus antepassados. Como exemplos de modelos a serem seguidos, em sua argumentação ela glorifica figuras exaltadas pela historiografia da Região Missionária, como Sepé Tiarayu e o padre Antonio Sepp. Em seu texto fica muito evidente a tendência tradicionalista herdada do positivismo de enaltecimento de sujeitos do passado, colocando-os na condição de heróis, mártires, etc.

O posicionamento de Hugo Ramirez sobre a crescente modernização que observava, difere do demonstrado pela professora Burtet na Tese 5. Este, que também era professor, parece alinhar-se mais à ideia de progresso, sobre o qual o tradicionalismo deveria também se debruçar. Essa postura fica evidente no discurso (Outros 2 no Quadro 2) que proferiu em nome do MTG na abertura do 14º Congresso, em 1969. Em sua saudação, também enaltecendo algumas personalidades e um suposto passado heroico do povo gaúcho, Ramirez expõe opiniões que parecem consonantes com aquilo que Xavier (2012, p. 206) apontou no trecho recém citado sobre a educação e o projeto desenvolvimentista. Um exemplo disso é a seguinte afirmação contida no referido discurso (Outros 2) de Ramirez:

A educação de base, as reformas estruturais de que a fundamental é a agrária, a propagação da obra de educação, pela alfabetização das mais amplas camadas do povo e a valorização do ensino técnico e profissional, são metas a que os tradicionalistas não podem ficar alheios, sob pena de se mostrarem maus gaúchos e maus patriotas, avestruzes [ilegível] que não querem ver que o Brasil está mudando em busca de destinos maiores e nada querem fazer em favor dessas mudanças sociais porque o que querem mesmo é apenas jogar truco e dançar o pezinho.

A proposta de Ramirez era mais ampla e complexa. Visava integrar o tradicionalismo ao projeto de modernização do Brasil através da educação, especialmente das populações do campo, conforme se pode observar no seguinte trecho:

⁹⁵ Não encontrei muitas informações sobre a personagem. Há uma publicação na internet que, provavelmente, versa sobre ela, afirmindo que foi a primeira diretora da Escola de Ensino Fundamental “Esther Schröder”, em Santo Ângelo-RS, cidade em que também atuou em outras escolas. Após o casamento, adotou também o sobrenome Marotto. De acordo com a publicação, Maria Magdalena Burtet Marotto faleceu em 2021. Disponível em: <<https://radiosantoangelojm.com.br/index.php?m=noticias&a=detail&id=1864>>.

Ao movimento tradicionalista, cabe, no mínimo, o dever de realizar, através de seus ceteões, obra igual a da operação Rondon, dinamizando as comunidades do interior gaúcho e acenando para os peões e trabalhadores rurais com as palavras de ordem da ALFABETIZAÇÃO, de EDUCAÇÃO DE BASE, de DIFUSÃO DOS RUDIMENTOS DE HIGIENE E SAÚDE, de EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA.

Percebe-se, a partir desse trecho, um provável alinhamento de Hugo Ramirez aos governos militares⁹⁶ que assumiram o poder no Brasil em 1964. O Projeto Rondon a que se refere, foi lançado pelo Governo Médici, em 1967 e unia, sob coordenação da pasta da Defesa, vários ministérios: Educação, Cidadania, Saúde, Meio Ambiente, Desenvolvimento Regional e Secretaria de Governo da Presidência da República. Sem perder o foco, importa evidenciar que o discurso de Ramirez exalta a educação, porém, não exatamente a tradicionalista. Sua proposta era que os CTGs se integrassem aos programas educacionais vigentes, situando o MTG como potencializador do desenvolvimento do Rio Grande do Sul e do Brasil. Um caso semelhante a esse é a Proposição 12 (1966), a qual pedia à mesa diretora do 12º Congresso que fosse solicitado à Secretaria da Educação e Cultura/RS a criação de cursos de alfabetização de adultos oferecidos em todas as sedes dos CTGs. No mesmo evento, a Proposição 11 fazia um voto de louvor ao CTG Vaqueanos da Fronteira (Alegrete), por manter a “Invernada Escolar Volante”, que visitava as escolas da cidade oferecendo material escolar e consertos ao mobiliário.

Outro tópico relevante do discurso (Outros 2) de Ramirez está relacionado às questões do campo. Como já referido, em uma interpretação mais compreensiva do contexto de modernização do Brasil, o professor oferece reflexões e sugestões acerca da questão rural, uma preocupação consonante com as de Barbosa Lessa

⁹⁶ Infelizmente, não pude me dedicar mais a estudar a relação entre tradicionalistas e militares, especialmente nos anos de ditadura. Esse não era meu foco, mas acredito que seja um excelente campo a ser explorado. Nas minhas pesquisas, esbarrei no tema várias vezes. A mais significativa delas e que procurei aprofundar, surgiu a partir de uma memória pessoal. Lembrei que alguns colegas mais antigos de meus tempos de CTG falavam de um festival de danças tradicionais anterior ao ENART e ao FEGART (Festival Gaúcho de Arte e Tradição): o FEMOBRAL. Fui investigar e descobri que “O Festival de Arte Popular e Folclore é uma promoção anual da Coordenação Estadual do MOBRAL do Rio Grande do Sul e do Movimento Tradicionalista Gaúcho, tendo por finalidade a valorização, preservação e divulgação da cultura popular do Rio Grande do Sul, promovendo intercâmbio cultural e valorizando as manifestações culturais nativas a nível local, regional e estadual” (IGTF, 1983, p. 44). Para além desta definição, importa saber que o Movimento Brasileiro pela Alfabetização (MOBRAL) – que foi um programa lançado durante os governos militares, em 1967, com vistas a combater o analfabetismo no Brasil – esteve envolvido com festivais tradicionalistas em parceria com o MTG e, posteriormente, com o IGTF e a Secretaria Estadual de Cultura. Maiores informações sobre esse festival podem ser vislumbradas no documentário “Danças Tradicionais do Rio Grande do Sul: o filme”, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=d-lf_ravKKE>.

em “O Sentido e o Valor do Tradicionalismo” e com os discursos memorialistas dos fundadores do MTG, em geral. Como alternativa a estas problemáticas, Ramirez sugere, justamente, a educação, como se observa no último trecho citado, algo que ele retomou, em nova tese defendida no 15º Congresso (Santiago-RS, 1970). Nesta (Tese 8) – cuja leitura fica prejudicada porque os documentos guardados são datilografados e estão muito apagados – dentre os vários tópicos desenvolvidos, o item IV aponta três categorias do que o autor chamou de “raízes da tradição gaúcha no Brasil”: históricas, estruturais e funcionais. Dentro desta última, o autor elenca dez elementos que ele chamou de “tentos” ou “galhos”; o primeiro deles seria a educação, com o objetivo de “

[...] melhor aparelhar os associados e a população da comunidade no conhecimento de noções fundamentais à compreensão e ao amor das coisas, fatos e vultos gaúchos, bem como no reajusteamento e reprepardo dos habitantes da área rural desejos [creio que seria “desejosos”] ou necessitados de se readaptarem na vida profissional, devido à emigração definitiva do campo ou conveniência de aprenderem novas técnicas de trabalho.

O trecho reafirma a lealdade de Hugo Ramirez a um dos fundamentos do tradicionalismo gaúcho, que é a assistência às populações rurais. Nesta tese (8), a educação aparece, outra vez, como redentora dos problemas no campo e mantenedora do culto aos símbolos tradicionalistas, uma preocupação muito recorrente nos Congressos do MTG.

As proposições 3, 4, 5, 6 e 8, além das moções 3, 4 e 5 e da Tese 7, podem ser todas avaliadas sob um mesmo ponto de vista. Solicitam que o poder público estadual seja contatado (através de ofício ou outro documento) para que crie nos educandários de Educação Básica, bem como no Ensino Superior em alguns casos, cursos ou cadeiras referentes a tópicos como: “folclore”, “nosso folclore regionalista”, “tradicionalismo”, “estudos riograndenses”, “aspectos da vida e literatura gauchescas”. Há também sugestões para que se criem leis obrigando o ensino dos hinos Nacional e Rio-Grandense nas escolas do estado, além de uma proposta (Moção 4) de “culto sistemático de vida e obras exponenciais da cultura regional”, sugerindo intervenções nos colégios.

A partir desses elementos, proponho duas problematizações. Primeiramente, que eles ajudam a comprovar a tese de que o MTG usou a educação como uma estratégia de disseminação de suas práticas e representações. São muitas

manifestações nesse sentido, em diferentes Congressos, proferidas por distintas pessoas. Mesmo não sendo o objetivo da pesquisa, busquei verificar se tais medidas foram executadas pelo Governo Estadual. Não encontrei indicadores que confirmassem a ideia. Contudo, em âmbito municipal, há inúmeros exemplos de leis que incorporaram o tema do tradicionalismo aos currículos escolares, como é o caso de Porto Alegre⁹⁷ e tantas outras. Sobre a criação de cadeiras e cursos relacionados ao tema do tradicionalismo e afins, o caso mais emblemático é o da fundação da Escola Superior de Folclore (ESF), a qual foi objeto de comunicação durante o 11º Congresso Tradicionalista (1965). A ESF⁹⁸ foi um “[...] curso de graduação dirigido à formação de professores e submetido ao então recém-criado (em 1964) e efêmero ‘Instituto de Linguística e Aculturação’ da Divisão de Cultura da SEC” (NEDEL, 2005, p. 155). Contudo, após dois anos de funcionamento, a Escola foi incorporada ao Curso de Pós-Graduação em Folclore, ligado à Faculdade de Música Palestrina (NEDEL, 2005, p. 155). A questão do tradicionalismo no Ensino Superior voltou aos Congressos Tradicionalistas, pelo menos mais uma vez, em 1991. Como já relatei, o senhor Mário Mattos apresentou no 36º evento uma Tese que, dentre vários elementos, propunha a criação de uma “Universidade Crioula”, ideia que não prosperou, segundo ele.

A segunda problematização possível a partir do que foi exposto sobre as proposições 3, 4, 5, 6 e 8, moções 3 e 5 e Tese 7, é a seguinte: todas buscavam uma aproximação com o poder público para incorporar o tradicionalismo ao seu aparato burocrático. Isso faria aumentar o poder simbólico do MTG, uma vez que tornaria o discurso tradicionalista ainda mais oficial. E há outros elementos que contribuem para esse entendimento.

As moções 1 e 2, bem como as proposições 10, 13 e 16, dentro de suas especificidades, têm um mesmo objetivo: formar o que o autor da proposição 13 chamou de “intelectuais do tradicionalismo”. Na verdade, os referidos trabalhos desejavam que o MTG se dedicasse a oferecer formação sobre tópicos específicos relacionados ao tradicionalismo para seus associados. Com isso, além de educar seus adeptos, haveria pessoal gabaritado para tratar de tais assuntos, especialmente fora dos CTGs ou dentro deles, mas atendendo a comunidade

⁹⁷ Lei 12.814, de 3 de março de 2021.

⁹⁸ Para maiores informações, sugiro a leitura da nota de rodapé 161 da tese de Nedel (2005), cuja referência completa se encontra ao final deste escrito.

exterior. Com isso, se fortalece a ideia do poder simbólico, já que credita aos tradicionalistas o conhecimento especializado, por vezes dado como verdadeiro, contribuindo para a legitimação de um discurso oficial.

Diante do exposto, percebe-se que nas décadas de 1950 e 1960, quando o MTG estava estruturando suas bases, havia um elemento pulsante dentro dos Congressos: a educação. E como foi discutido na seção anterior (5.2), o foco principal da educação tradicionalista era as novas gerações. Sendo assim, explícito mais uma potente ação que o MTG emitiu nessa direção: a cooptação das crianças.

Iniciando pelos Congressos, se percebe que houve muitas manifestações que, de uma forma ou de outra, diziam respeito às novas gerações. Entretanto, algumas delas são muito enfáticas no sentido de inserir as crianças no Movimento. Alguns exemplos bem explícitos são as Proposições 2, 17 e 18.

A proposição 2 (1960) tem um texto curto e objetivo, sugerindo a “criação de CTGs Mirins”, os quais deveriam funcionar como “Departamentos de CTG”, com o objetivo de “renovação humana, social e cultural das agremiações tradicionalistas”. Já a Proposição 18 (1970) é um pouco mais elaborada e sugere que se crie, em cada CTG, um “Departamento de Piazitos”, com o objetivo principal de “despertar o guri gaúcho para as coisas autênticas do Rio Grande do Sul”. Há muitos tópicos interessantes nesta proposição, das quais destaco: 1) já apresenta um regulamento para os departamentos, replicando neles a característica da burocratização tão presente no MTG; 2) o regulamento prevê a participação das meninas (“prendinhas”), indicando que a educação delas também era prioridade; 3) o regulamento possui características militares, tais como o uso de indumentária uniforme, respeito à hierarquia, culto a símbolos, hino do departamento e, o mais intrigante está no item 16 do documento, que corresponde ao primeiro item da seção V, que expressa o Programa do departamento. Esse item diz: “os PIÁZITOS aprenderão a amar a Deus, honrar a Pátria, Defender a Família e cultuar a Tradição”, muito semelhante ao lema da Ação Integralista Brasileira. 4) a questão da educação aparece nos últimos itens da seção V, afirmando que os piazitos devem difundir seu lema e a missão do tradicionalismo nos colégios e que o MTG deverá sugerir ao poder público que se criem programas nos jardins de infância para divulgação do tradicionalismo e do folclore gaúcho.

A Proposição 17 (1970) é de autoria de Lilian Argentina Braga Marques, uma reconhecida pesquisadora no campo do folclore, tendo publicado livros e exercido a

docência sobre o tema. Teve atuação destacada no IGTF e no MTG, este que, em 2023, passou a tê-la na Galeria dos Imortais Tradicionalistas. A referida proposição é um “Planejamento para as invernadas mirins”, e inicia suas considerações levantando algumas problemáticas a respeito da infância, sugerindo que é nela “que se lançam as bases educacionais” e, posteriormente, apresenta objetivos gerais e específicos. Dentro destes últimos, o item B sugere que se utilizem “todos os ângulos positivos do folclore gaúcho adaptáveis e aproveitáveis à educação”. Em seguida, oferece sugestões de uma série de atividades que podem ser desenvolvidas por tais invernadas. O parecer (favorável) é bastante interessante, pois julgou a proposição como de “alto objetivo pedagógico”, inclusive enaltecendo a função de educadora da autora, e dá ênfase à questão da importância das crianças para a “continuidade das nossas tradições”. Outros trabalhos apresentados nos Congressos Tradicionalistas também propunham a criação de CTGs mirins, inclusive dentro de escolas, como é o caso da Tese 5 e da Proposição 8, a qual sugere que tal criação seja obrigatória.

Fora do âmbito dos Congressos, há também outras manifestações a respeito dos “Centros Mirins”. Destacarei duas: a primeira no livro “Manual do Tradicionalista”, de Glaucus Saraiva; e a segunda, na Revista do Ensino nº 71 (setembro de 1960).

No referido livro, seu autor apresenta a ideia de que todos os CTGs incentivem a criação de Centros Mirins na comunidade, “A começar pelas escolas, onde, obrigatoriamente, estão reunidas as crianças” (SARAIVA, 1968, p. 67). Dentre várias orientações sobre o tema, o autor afirma o caráter pedagógico da ideia, sugerindo o capítulo “CTGs Como Aulas de Tradicionalismo” como base para as aulas, as quais devem reduzir “[...] a matéria ao nível de entendimento infantil” (SARAIVA, 1968, p. 67). Na sequência, Saraiva discorre em mais três páginas sobre uma série de argumentos para sustentar sua ideia, os quais passam, principalmente, pela possibilidade de uma espécie de “infância tradicional” ser perdida caso o tradicionalismo não prospere em seus objetivos.

Até aqui tenho pontuado sobre indicadores de que a educação foi uma estratégia de atuação do MTG. Para isso, recorri, principalmente aos Anais dos Congressos Tradicionalistas, pois estes eventos têm caráter normativo, ou seja, deliberam sobre as ações da entidade. Obviamente que nem tudo que é aprovado nos Congressos se efetiva na prática. Porém, penso que minha tese contribuiria

ainda mais à História da Educação do Rio Grande do Sul se demonstrasse algum tipo de operacionalização desta estratégia. Assim, trago para a argumentação, a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul.

Como já sinalizei, a edição nº 71 da Revista do Ensino (RE), curiosamente de setembro (mês das comemorações farroupilhas) de 1960, traz um conteúdo intitulado “Como organizar um Centro Mirim de Tradições Gaúchas (CMTG)”. Trata-se, efetivamente, de um plano pedagógico que tem, por base, a realização de uma série de atividades relacionadas ao tradicionalismo gaúcho. Há a sugestão de um plano de trabalho, cuja unidade didática é “O Gaúcho”, seguida de elementos como: objetivos para professores e alunos, atividades de informação e de aplicação, sistematização do ensino, fixação e verificação. O plano ainda sugere que se crie entre as crianças, notadamente do 3º Ano⁹⁹, uma estrutura organizacional idêntica à de um CTG. Dentre as publicações relacionadas ao tradicionalismo gaúcho nas RE analisadas, a recém relatada é uma das mais significativas no sentido didático.

A primeira aparição de um tema que julgo relacionado ao tradicionalismo gaúcho na Revista do Ensino é bastante tímida. Trata-se de um poema intitulado “Minuano”, publicado na edição 42 (março/1957). Talvez o mesmo até possa ser enquadrado como regionalista ou alguma outra classificação, mas é, provavelmente, a primeira aparição desse tipo no periódico. Já a segunda publicação com tema tradicionalista na RE (nº 43, abril/1957) é bastante explícita: apresenta um plano de aula que fora aplicado em turmas de 3º Ano em uma escola de Porto Alegre. O plano tem por título “Tradições Gaúchas” e é bastante detalhado, apresentando além dos objetivos para professores e alunos, situações de aprendizagem para as mais diversas áreas (Linguagens, Matemática, Estudos Sociais e Naturais, etc.). Ainda no mesmo ano, o nº 48 traz orientações para o ensino da dança tradicionalista da “Chimarrita”, bem como subsídio musical (partitura).

Como já referi na seção 4.5, as publicações relacionadas ao tradicionalismo na RE concentram-se entre os anos de 1957 e 1963, tendo apenas mais uma aparição em 1964 (edição 98). A edição de janeiro de 1958 é especial em comemoração ao 3º Congresso Nacional de Professores Primários. Sem aparentemente explicar por que, essa publicação foi toda voltada a temas relacionados ao Rio Grande do Sul, dentre eles, elementos tradicionalistas, como

⁹⁹ De acordo com o documento, era no 3º Ano que estavam previstos conteúdos relacionados ao Rio Grande do Sul.

orientações para ensino de danças (Balaio e Pézinho). Esse volume fugiu um pouco ao padrão da Revista, marcada por orientações didáticas oferecidas como subsídio a professoras da rede escolar. A publicação é recheada de textos sobre história e folclore do Rio Grande do Sul, além de contar com muitas poesias e músicas do cancionero gauchesco. Curiosamente, foi a única edição da RE do ano de 1958 que publicou temas tradicionalistas.

Em 1959, são significativas as publicações de junho (nº 61) e agosto (nº 62) da Revista do Ensino. Esta última já foi mencionada na seção anterior (5.2), por ter publicado a tese “A Experiência Tradicionalista Sul-Rio-Grandense e suas Múltiplas Relações com a Educação”, de autoria de Hugo Ramirez. Também de autoria deste é o texto que aparece no nº 61 da RE, intitulado “O Educador de Base e as Tradições Locais”. Assim como a publicação do nº 62 e a maioria das publicações da edição especial de janeiro de 1958, o texto do nº 61 tem um caráter mais informativo e menos pedagógico, provavelmente voltado a instrumentalizar o professorado com conhecimentos sobre o RS, seu folclore e o tradicionalismo.

A maior parte das publicações de caráter mais subsidiário às práticas pedagógicas estão concentradas nos anos de 1960 a 1963. Muitas músicas, danças, poemas e alguns planos didáticos aparecem ao longo de 14 publicações em que o tema do tradicionalismo é protagonista. É importante salientar que, muitas vezes, a publicação se refere a algum elemento que pode ser classificado tanto como tradicionalista, quanto do folclore gaúcho, ou até regionalista. É o caso da edição de nº 98 (1964), a qual traz apenas um poema intitulado “Rio Grande do Sul”.

Após 1964, somem as publicações com temas tradicionalistas. Uma análise superficial pode sugerir que houve preferência pela temática cívica nacional, talvez por conta da ascensão dos militares ao poder após o Golpe de 1964. Todavia, isso são apenas ilações e não pretendo fazer maiores comentários a respeito.

Há, ainda, uma edição em 1970 (nº 126), que apresenta um texto de Carlos Galvão Krebs, o qual, de maneira muito sutil, cita alguns elementos do tradicionalismo gaúcho, porém, como constituintes do currículo da Escola Superior de Folclore, a qual Krebs ajudou a fundar. Carlos Krebs foi uma figura importante no meio tradicionalista, inclusive foi o primeiro diretor do ITF. No 2º Congresso Tradicionalista, esse professor apresentou uma tese muito intrigante, intitulada “A função aculturadora dos CTG” (Tese 3), na qual propõe a substituição da cultura

imigrante¹⁰⁰, chamada por ele de “cultura original”, pelo que ele denominou como “nossa cultura gaúcha”. Essa tese foi aprovada e, mais do que isso, inspirou o art. 8º da Carta de Princípios do MTG, um dos principais documentos normativos da entidade, escrita por Glaucus Saraiva e aprovada no 8º Congresso Tradicionalista (Taquara-RS, 1961). O referido artigo prevê “Estimular e incentivar o processo aculturativo do elemento imigrante e seus descendentes”, exatamente aquilo que Krebs sugerira anos antes. A Carta de Princípios foi incorporada ao “Manual do Tradicionalista” (SARAIVA, 1968, p. 17-19) e segue vigente até a atualidade. E a questão da relação entre a imigração e o MTG, presente na Carta e em outros elementos do tradicionalismo gaúcho, é um vasto campo fértil para outras pesquisas.

Encerrando esse capítulo em que as análises foram apresentadas, busquei o cotejo entre fontes para não só evidenciar os indicadores de que a educação foi estratégia de atuação do MTG nas décadas de 1950 e 1960, como também fazer algumas discussões. Estas levaram em consideração o contexto histórico, mas, principalmente, desvelaram-se a partir das categorias anunciadas anteriormente.

Após essa exposição, sem de forma alguma julgar que as discussões possam ter se esgotado, passo a apresentar as considerações finais de minha tese.

¹⁰⁰ O texto fala mais especificamente sobre as imigrações alemã e italiana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 1985, Barbosa Lessa escreveu “Nativismo: um fenômeno social gaúcho, obra reeditada pela terceira vez recentemente (2023). Esse foi o último livro dele a que tive acesso, e quando o li, estabeleci várias conexões com o que venho pensando a partir de minha pesquisa. Zalla (2010), fez uma análise desse texto, indicando o mesmo como parte de um dos estilos de escrita do autor: o memorialista.

A categoria memória não foi empregada nas análises oferecidas nesta tese, mas o texto memorialista de Lessa, que chegou a mim ao final do percurso desta pesquisa, se ofereceu generosíssimo ao debate que propus. Não porque no capítulo introdutório eu também tenha recorrido a uma espécie de rememoração de meu passado tradicionalista. Usei esse recurso apenas para demonstrar como minha aproximação ao objeto se deu, inicialmente, por vias não acadêmicas. E ao assumir tal postura, sabia dos riscos que correria, uma vez que poderia soar menos como historiador e mais como tradicionalista.

Talvez Barbosa Lessa não precisasse ter essa mesma preocupação. Portanto, mesmo que na obra citada o autor também lance mão de suas referências epistemológicas, cite fontes e recorra a outros procedimentos celebrados como científicos, seu caráter memorial me cativou para o debate. Por isso escolhi “iniciar o fim” através dele.

“Silêncio da Escola e da Universidade”. Essa foi a análise empreendida por Lessa a respeito da resposta que a Educação e a Academia ofereceram ao apelo do Movimento que ele ajudou a inventar. Para fazer essa afirmação ele recorre, inicialmente, às lembranças sobre o 1º Congresso Tradicionalista, no qual teve destacada participação ao apresentar uma das teses fundamentais do Tradicionalismo Gaúcho. E vai além, destacando que, no mesmo evento, outros congressistas, tal como ele, apresentaram propostas semelhantes que visavam um mesmo objetivo: disseminar o tradicionalismo gaúcho através da rede escolar. O resultado desses encaminhamentos, segundo Barbosa Lessa (2023, p. 77) foi que “A cultura ‘superior’ nos deixou falando sozinhos. E vimos as instituições de ensino reafirmarem a decisão de cada vez mais afastarem o indivíduo de suas raízes, desde a entrada no Pré-Primário até a saída da Universidade”.

Apesar de ter refletido muito sobre essa questão levantada por Barbosa Lessa, não foi meu objetivo oferecer concordância ou discordância a ela. Contudo, lendo as entrelinhas de suas memórias, percebo o quanto a tese da educação como estratégia de ação tradicionalista faz sentido, principalmente se pensada historicamente.

Acatando sugestões com vistas a enriquecer minha pesquisa, participei como congressista do último (71º) Congresso Tradicionalista (Alegrete-RS, 2023). Apenas observei o evento e conversei, informalmente com algumas pessoas. A ideia era conhecer a dinâmica desse tipo de encontro, o qual é de grande importância dentro do MTG. E na oportunidade, para minha grata surpresa, percebi o quanto o tema da educação ainda é foco do Movimento. Inclusive, na programação oficial desse evento, houve a exposição de um relato do projeto “Vivenciar o Tradicionalismo Gaúcho o ano todo”¹⁰¹, executado pela prefeitura municipal de Caibaté-RS, através da sua Secretaria Municipal de Educação, sob elaboração e coordenação de uma empresa privada de consultoria educacional. No preâmbulo dessa comunicação, a vice-presidente de cultura do MTG relatou que, atualmente, há esforços da entidade para incluir o tradicionalismo no currículo escolar da rede estadual pública. No seu entendimento, faltava uma base legal para que isso pudesse acontecer, mas que agora se viabiliza através da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no âmbito das regionalidades. Na sequência da exibição do projeto citado, algumas prendas tituladas¹⁰² depuseram sobre suas atividades no programa “MTG e a Comunidade Escolar”, que é uma das exigências dos concursos que as premiam.

Haveria ainda vários outros elementos que poderiam ser citados revelando intenções do MTG para com as escolas. Porém, ainda quero destacar a outra vertente que também tensiona como educacional dentro do Movimento: a educação promovida no âmbito dos CTGs. Estes, desde sempre, funcionaram como espaços

¹⁰¹ Algumas informações sobre o projeto estão disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Caibaté-RS. Três manifestações sobre ele se encontram nos seguintes links:

<<https://www.caibate.rs.gov.br/site/noticias/educacao/78672-secretaria-da-educacao-lanca-projeto-de-incentivo-ao-tradicionalismo-gaúcho-nas-escolas>> ,
<<https://www.caibate.rs.gov.br/site/noticias/cultura/81393-projeto-vivenciar-o-tradicionalismo-gaúcho-o-ano-todo-e-apresentado-ao-presidente-do-mtg>> e
<<https://www.caibate.rs.gov.br/site/noticias/cultura/83516-no-dia-de-vivenciar-o-tradicionalismo-gaúcho-o-ano-todo-parceria-e-evidenciada-por-meio-da-administracao-municipal-ledima-assessoria-educacional-e-sicredi>>.

¹⁰² Prendas tituladas são jovens do sexo feminino que se posicionam nas primeiras colocações na “Ciranda Cultural de Prendas”, certame conhecido popularmente como “Concurso de 1ª Prenda”, o qual, dentre várias especificidades, é dividido em categorias por faixa etária e abrange diferentes âmbitos (CTG, Região Tradicionalista e estado do Rio Grande do Sul).

de sociabilidade tradicionalistas, por onde as representações e práticas desse grupo são construídas e disseminadas por meio de processos educacionais. O MTG tem se dedicado, desde sempre, a oferecer subsídio à formação de seus adeptos, inclusive, desde 2003, criou o Curso de Formação Tradicionalista (CFOR), direcionado ao aprofundamento dos conhecimentos sobre o tradicionalismo, e que segue vigente.

Outros argumentos ainda poderiam ser expostos para apontar que a educação continua a ser uma estratégia de atuação do MTG. Enquanto tradicionalista que fui, percebi essa inclinação. A sensação pessoal é de que aprendi a sê-lo. E não só por ter sido um “guri de CTG”, pois estudei em escolas que tinham centros como esses, ou mantinham invernadas artísticas, celebravam a Semana Farroupilha (inclusive participando de desfiles cívicos em sua comemoração), etc. Todavia, foi a condição de pesquisador que me fez olhar para essa questão com mais critério. Será que foi sempre assim? Educar sempre foi intenção do MTG? A educação foi uma estratégia de atuação do MTG desde o início? Esta última questão, reelaborada, foi a principal motivadora de minha tese.

Partindo à pesquisa, com o objetivo de identificar se a educação foi uma estratégia de atuação do MTG em suas primeiras décadas de atividade (1950 e 1960), inicialmente recorri à literatura acadêmica. Percebi que alguns textos já tratavam do tema, porém, não com a especificidade que eu procurava. Portanto, o diálogo com alguns autores, mais especificamente Nedel, Zalla, Brum e Freitas, contribuíram para que eu percebesse que os recortes que fiz apresentavam pontos a serem explorados.

Daí a busca pelas fontes! A principal delas, os Anais dos primeiros quinze Congressos Tradicionalistas (1954-1970). Estes foram os principais construtores das representações e práticas de tradicionalismo. Neles foram lançadas as primeiras diretrizes filosóficas, regimentais, ritualísticas, etc. daquilo que, em 1966, foi instituído formalmente como Movimento Tradicionalista Gaúcho. A questão a que me dediquei foi buscar, em tais diretrizes, se havia indicadores de que a educação foi uma estratégia de ação do MTG naqueles tempos.

Há, na documentação consultada, muitos indicadores a esse respeito. Foi necessário, portanto, fazer uma análise deles, porque o simples fato de que palavras como “educação”, “escola”, “ensino”, “professores”, “alunos”, etc. apareçam nos documentos, não significa que havia a intenção de utilizar a educação como

estratégia de ação. Mas a hipótese se comprovou, não só porque o MTG, em seus primórdios, buscou usar a rede escolar para manter e difundir suas práticas e representações, como também utilizou os espaços de sociabilidade que comanda, os CTGs, como escolas de tradicionalismo.

Essa comprovação se deu também no cotejo com outras fontes, as quais serviram, da mesma forma, para a compreensão do contexto em que o MTG foi fundado. Para isso, a consulta da historiografia tradicionalista foi muito importante. Mesmo entendendo as questões de engajamento que envolvem as redes de sociabilidade, percebi que os historiadores ligados ao Movimento oferecem muitas informações a respeito de sua história. A opção por Savaris, Bastos e, principalmente, Fraga Cirne, não se deu, apenas, por terem formação acadêmica em História, mas principalmente por terem obras bastante atuais que versam sobre a história da instituição que defendem.

Defensor do tradicionalismo – em um sentido mais amplo – e crítico do MTG na atualidade, Mário Mattos, considerado um dos fundadores do 35 CTG, é uma figura que mereceria mais atenção e renderia boas pesquisas. Sua oitiva como fonte desta investigação provou-se muito significativa. O entrevistado revelou bastidores aos quais não tive acesso através da documentação escrita, criando interesses de pesquisa paralelos, os quais, quiçá, possam ser explorados no futuro. Contudo, ouvir pessoalmente alguém que testemunhou o surgimento do MTG, ofereceu uma grande contribuição para a compreensão desse contexto.

De igual maneira, a bibliografia dos fundadores do Movimento, notadamente de João Carlos Paixão Côrtes e Luiz Carlos Barbosa Lessa, também contribuiu para a compreensão do contexto em que o MTG surgiu e começou suas atividades. Parte das obras deles pode ser classificada como memorialista e versa, justamente, sobre os primórdios do Movimento. E nestes escritos é também possível perceber que a educação aparece como uma estratégia de ação dele, mais precisamente, esta era uma intenção dos tradicionalistas recém citados.

As obras de Côrtes e Lessa não revelam, somente, a intenção de que o tradicionalismo fosse disseminado através da educação. Algumas delas indicam também um *modus operandi*. Parte da bibliografia desses autores refere-se a suas pesquisas folclóricas, as quais foram publicadas em livros. Alguns destes, inclusive, são manuais, escritos com o objetivo de servirem de subsídio didático à atividade docente. A mesma estratégia foi adotada por outro importante fundador do MTG,

Glaucus Saraiva, em seu livro “Manual do Tradicionalista”. Sendo assim, a análise das obras dos recém nominados é outro elemento que permitiu inferir que houve um projeto de difusão do tradicionalismo através de processos educacionais, tanto nas escolas quanto nos CTGs.

Os Centros de Tradições Gaúchas são os principais espaços de sociabilidade do MTG. Em suas representações, eles são locais democráticos, onde convivem, harmonicamente, diferentes gerações, como expressa o hino tradicionalista. Essa convivência é exaltada nesse meio porque o Movimento professa a ideia de que o tradicionalismo se mantém através da relação entre os mais velhos e os mais novos. Há, então, uma evidente preocupação com as crianças e jovens, confirmada pela análise documental que foi empreendida neste estudo.

A principal fonte empregada nesta pesquisa, como já foi relatado, foram os Anais dos quinze primeiros Congressos Tradicionalistas. Através deles, se ratifica a questão da preocupação com as novas gerações. Desde o primeiro até o último evento da lista se pode observar propostas com vistas ao direcionamento de crianças e jovens, seja pelo interior do Movimento – nos CTGs – ou seja por fora dele, nestes casos, especialmente na escola.

Mas o MTG chegou às escolas? Não tive a pretensão de responder essa pergunta com este trabalho. Contudo, posso afirmar que ele tentou. E saindo um pouco das delimitações da pesquisa, posso dizer que conseguiu. Há, por exemplo, CTGs que funcionam dentro de escolas, muitos sob a sigla CCN (Centro Cultural Nativista). Outro caso, é que as festividades da Semana Farroupilha¹⁰³ no estado são organizadas, junto com outras instituições, pela Secretaria Estadual de Educação e prevê a participação das escolas. Há também o fato de que muitas cidades do Rio Grande do Sul possuem legislações próprias que incluem o tradicionalismo no currículo das escolas municipais, como é o caso de Porto Alegre e tantas outras.

Tendo observado isso e alguns outros elementos na mesma direção, mesmo que não fosse o foco de minha pesquisa, procurei verificar se a estratégia do MTG de usar a educação foi operacionalizada de alguma forma para fora dos domínios dos CTGs. Tentei avançar um pouco e procurar algum indício de como isso poderia ter ocorrido. Assim, nos limites que impus à minha investigação, encontrei um

¹⁰³ Lei 4.850/64, que ganhou nova redação na Lei nº 8.715/88, a qual foi complementada pelo Decreto 33.224/89.

componente muito interessante a esse respeito: a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul, periódico oficial da Secretaria de Educação e Cultura, foi veículo de propagação de conteúdos ligados ao tradicionalismo. O mais interessante foi perceber que estes começam a aparecer na Revista, justamente, na época em que as relações políticas entre o poder público e membros do incipiente Movimento se estreitavam, inclusive com a integração destes àquele através de instituições, como o Instituto de Tradição e Folclore.

E aqui eu retorno a Barbosa Lessa e sua reclamação acerca do “silêncio da Escola e da Universidade”. Quando escreveu isso (1985), talvez não existissem elementos que contrariasse sua ideia. Ou, quem sabe, a própria ideia de integração do tradicionalismo à Educação Básica e Superior desejada por ele tinha um sentido que não fora alcançado. Mesmo que minha tese entenda a educação em um sentido mais amplo – incluindo os CTGs como espaços educacionais – preciso discordar de Barbosa Lessa e afirmar que seu projeto prosperou.

Quando, em 1954, Barbosa Lessa apresentou “O sentido e o valor do tradicionalismo”, ele lançou as bases e inspirou a continuidade do tradicionalismo, transformando-o em um Movimento e oferecendo caminhos para sua manutenção e crescimento. Com base nisso e em outras contribuições, o MTG se institucionalizou através de um complexo aparato burocrático, conquistando para si o poder simbólico de guardião do que seus adeptos consideram como a “verdadeira tradição gaúcha”. Esta que, no imaginário tradicionalista, está ligada a um passado idealizado em que figuram o militar e o fazendeiro fundidos, construindo as representações acerca do gaúcho, herança da educação positivista e do contexto em que os inventores do tradicionalismo viveram na sua juventude.

Daí a importância dada às novas gerações. O tradicionalismo parte da ideia de que os mais jovens precisam dos mais velhos para se apropriarem das representações e práticas tradicionalistas, as quais estão ligadas ao passado – idealizado, como já foi mencionado. E em um cenário em que os números relacionados à educação só cresciam, os tradicionalistas viram nela um meio de se difundirem. Usaram os CTGs como escolas de tradicionalismo e tentaram usar a rede escolar como estratégia para professá-lo.

Esta tese que apresento mostra que não há silêncio da Universidade nem que houve (dado o recorte temporal) silêncio da Escola em relação ao tradicionalismo. E mais, espero que abra espaço para outras pesquisas, seja no campo da História da

Educação, do Tradicionalismo ou, até mesmo, do Rio Grande do Sul e outros. Ao final desta investigação – a qual ainda considero “em aberto”, dadas as limitações impostas pelo tempo e pelas dificuldades enfrentadas no percurso – percebo que minha contribuição deixa o solo fértil e mantém o tradicionalismo gaúcho nas discussões acadêmicas.

E para além do âmbito acadêmico, espero que meu trabalho encontre eco na sociedade, especialmente no meio tradicionalista. Na condição de pesquisador desse fenômeno, o tradicionalismo gaúcho, tenho observado o quanto as divergências e resistências dentro dele têm promovido diferentes olhares, despertado outros interesses, proposto novas ideias que desafiam o caráter conservador do MTG e vão lhe impor flexibilidade. Há quem diga que isso o “moderniza demais”, ou “fere sua essência”, o que eu discordo, pois justamente, são as novas representações e práticas ou suas ressignificações que rechaçam o imobilismo e fazem jus à ideia de “Movimento”.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A invenção do nordeste.** Recife: FJN, Editora Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

ALMEIDA, Claitiane Aparecida Lopes Almeida. “**O Mundo dos Rodeios**”: **processos educativos constituídos nos Rodeios Crioulos do Litoral Norte do Rio Grande do Sul.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação. Osório: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019, 134p.

ALVES, Claudia. Contribuições de Jean-François Sirinelli à história dos intelectuais da educação. In: **Educação e Filosofia**. Uberlândia, v. 33, n. 67, p. 27-55, jan./abr. 2019. ISSN0102-6801. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/47879/25775>>.

ALVES, Francisco das Neves. “Brasilidade X platinidade”: a construção historiográfica acerca das revoluções sul-rio-grandenses. In: **Anais das Primeiras Jornadas Internacionais de História Regional Comparada**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2000. doc. s16a3.

ALVES, Francisco das Neves. O enaltecimento da farroupilha versus o esquecimento da federalista: um estudo de caso historiográfico. In: **Biblos**. Rio Grande, v. 17, p. 103-120, 2005.

AMARAL, Giana Lange do. **Gatos Pelados x Galinhas Gordas: desdobramentos da educação laica e da educação católica na cidade de Pelotas (décadas de 1930 a 1960).** Tese de doutorado. Porto Alegre: Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003. 338 p.

AMARAL, Giana Lange do. Os maçons e a modernização educativa no Brasil no período de implantação e consolidação da república. In: **Revista História da Educação (online)**. Porto Alegre, v. 21, n. 53, set./dez. 2017, p. 56-71. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2236-3459/71642>>.

ARENHARDT, Ramon Luiz. **O Movimento Tradicionalista Gaúcho na perspectiva de crianças e adultos: o que ensinam e aprendem em Centros de Tradições Gaúchas de Mato Grosso.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação. Rondonópolis: Universidade Federal do Mato Grosso, 2014, 126p.

BAPTISTA, Íria Catarina Queiroz. **Um Lugar Chamado Gaúcho: Invenções Da Identidade Sul-Rio-Grandense por Meio da Música.** Tese de doutorado. Palhoça: Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem. Universidade do Sul de Santa Catarina, 2017, 102p.

BARCELOS, Ramiro Frota. Gaúcho rio-grandense e gaúcho platino. In: **FLORES, Moacyr (org.). Cultura sul-riograndense.** Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/CIPEL/Instituto Cultural Português, 1981.

BARROS, José D'Assunção. A Nova História Cultural - considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. In: **Cadernos de História**. Belo Horizonte, v.12, n. 16, 1º sem. 2011.

BARROS, José D'Assunção. A revisão bibliográfica – uma dimensão fundamental para o planejamento da pesquisa. In: **Instrumento: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação**. Juiz de Fora, v. 11, n. 2, jul./dez. 2009.

BASTOS, Maria Helena Câmara. **O Novo e o Nacional em Revista: a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1939-1942)**. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, Curso de Pós-Graduação em Educação, 1994.479p.

BASTOS, Rogério Pereira. **MTG: 50 anos de preservação e valorização da cultura gaúcha**. Porto Alegre: Fundação Cultural Gaúcha, 2016.

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva: política tradição e estética na ordem social moderna**. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **O pensamento econômico brasileiro, o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. IN: **RS: cultura e ideologia**. Dacanal, José Hildebrando; Gonzaga, Sergius (Orgs). p. 34-59. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

BOMENY, Helena Maria Bousquet. **Os intelectuais da educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução: Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino**. 2. ed. Petrópolis: Ed. Vozes 2009. 266 p.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRUM, Ceres Karam. "Educar para ser gaúcho" breves apontamentos sobre as relações entre o movimento tradicionalista gaúcho e a escola. In: **IX Congreso Argentino de Antropología Social**. Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales - Universidad Nacional de Misiones, Posadas, 2008.

_____. **"ESTA TERRA TEM DONO": uma análise antropológica de representações produzidas sobre o passado missionário no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, UFRGS, 2005. Tese (Doutorado em Antropologia Social), PPGAS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005. 360 p.

_____. Em busca de um novo horizonte: o encontro de artes e tradição gaúcha e a universalização do tradicionalismo. In: **Horizontes Antropológico**. Porto Alegre, ano 19, n. 40, p. 311-342, jul./dez. 2013b.

_____. Indumentária gaúcha: uma análise etnográfica da pedagogia tradicionalista das pilchas. IN: **Anais do 32º Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu, 2008.

- _____. O Gauchismo e as Escolas: a diversidade cultural em questão. In: **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 38, n. 2, p. 649-667, abr./jun. 2013a.
- _____. Tradicionalismo e educação no rio grande do sul. In: **Cadernos de Pesquisa**. 2009a, vol.39, n.138, pp.775-794.
- _____. “Vestida de prenda”: sobre as significações da pedagogia tradicionalista das pilchas. In: **Educação. Revista do Centro de Educação**. Universidade Federal de Santa Maria. vol. 34, núm. 1, janeiro-abril, 2009b, pp. 147-163.
- BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia**. São Paulo: UNESP, 1997.
- _____. **A escrita da história: novas perspectivas**. Peter Burke (org.); tradução de Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 2001.
- CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2014.
- CARDOSO, Ariele Silverio. **“Gauchismo” on/offline: interatividades nos [e a partir dos] meios digitais**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2016, 193p.
- CANAL, Jordi. Maurice Agulhon e a categoria sociabilidade. In: **Ler História**. n. 68, p. 1-10, dez. 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.4000/lerhistoria.1780>>.
- CASTRO, Maria H. Magalhães. O Rio Grande do Sul no pós-30: de protagonista a coadjuvante. In: **GOMES, Angela de Castro (Org.). Regionalismo e centralização política**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- CELLARD, A. A Análise Documental. In: POUPART, J. et al. (Orgs.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 295-316.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da História** [Tradução de Maria de Lourdes Menezes]. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.
- _____. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 3 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. 2 ed. Lisboa: Difel, 2002.
- _____. **A história ou a leitura do tempo**. Belo horizonte: Autêntica, 2009.
- _____. **Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro. V.8, n°16, p. 179-192, 1995.

CORSETTI, Berenice. A análise documental no contexto da metodologia qualitativa: uma abordagem a partir da experiência de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unisinos. **Unirevista**, v 1, nº 1, p 32:46, jan/2006.

CORSI, Francisco Luiz. **Estado Novo: política externa e projeto nacional**. São Paulo: EDUNESP, 2000.

CORTÉS, Carlos E. **Política Gaúcha (1930-1964)**. Tradução Amy Caldwell de Farias. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

COUGO JUNIOR, Francisco A. A Historiografia da “Música Gauchesca”: apontamentos para uma história. IN: **Revista Contemporâneos: Revista de Artes e Humanidades**. Porto Alegre, n. 5, maio-outubro, p. 1-23, 2012.

DACANAL, José; GONZAGA, S. (Orgs.). **RS: Economia e Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

DE BORBA, Daniela Farias Garcia. **Aprender e ensinar a ser gaúcho dentro do grupo de danças biriva Tropeiros de Dois Mundos**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2013, 90p.

DE CAMPOS, Emerson César. **O catarinense de bombacha: o Movimento Tradicionalista Gaúcho em Santa Catarina (1959-1997)**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal de Santa Catarina, 1999, 121p.

DELLA MEA, Alex Sandro. **A música dos festivais nativistas do Rio Grande do Sul como elemento fomentador à afirmação da(s) identidade(s) do povo gaúcho**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação da Universidade de Cruz Alta. Cruz Alta: Universidade de Cruz Alta, 2016, 117p.

DEL RÉ, Mateus Cavalheiro. **Jornalismo de bombacha: a introdução e a consolidação do tradicionalismo em Passo Fundo pelas páginas do jornal O Nacional na década de 1950**. Dissertação de Mestrado. Passo Fundo: Programa de Pós-graduação em História. Universidade de Passo Fundo, 2010, 105p.

DE MELO, EDUARDO SILVEIRA CABRAL. **A figura histórica e ficcional do gaúcho: o gaúcho, de José de Alencar, e perseguição e cerco a Juvêncio Gutierrez, de Tabajara Ruas**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Programa de Pós-graduação em Letras. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2008, 190p.

DOSSE, François. **A História em migalhas: dos Annales à Nova História**. Campinas: Editora Unicamp, 1992.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.

FERREIRA, Clarissa Figueiró. **Campeirismo musical e os festivais de música nativista do sul do Brasil: a (pós)modernidade (re)construindo o “gaúcho de**

verdade”. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Música. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014, 156p.

_____. **Gauchismo Líquido: reflexões contemporâneas sobre a cultura do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Editora Coragem, 2001.

_____. **“Toca um jazz no galpão”: a construção de identidades profissionais e musicais na música independente contemporânea do rio grande do sul.** Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Programa de Pós- Graduação em Música do Centro de Letras e Artes. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2018, 240p.

FERREIRA, Cyro Dutra. 35 C.T.G.: o pioneiro do Movimento Tradicionalista Gaúcho. 2 ed. Porto Alegre: Edições Renascença, 1992.

FERREIRA, Priscila. A conquista do oeste/RBS TV: memória e identidade gaúcha na fronteira oeste brasileira. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós- graduação em História. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2012, 147p.

FIGUEIREDO, Joana Bosak. A tradução da tradição: gaúchos, guaxos e sombras. O regionalismo revisitado de Luiz Carlos Barbosa Lessa e de Ricardo Güiraldes. Tese de doutorado. Porto Alegre: Programa de Pós-graduação em Letras. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006, 200p.

FIORIN, José Augusto. Do gaúcho ao tradicionalista: imagem, identidade e representação. Ijuí: Sapiens Virtual, 2009.

FLORES, Moacyr. História do Rio Grande do Sul. 7. Ed. Porto Alegre: Ediplat, 2003.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987.

FRAGA CIRNE, Paulo Roberto de. Tradicionalismo gaúcho organizado: 70 anos de história (1947-2017). Porto Alegre: Exclamação / EVANGRAF, 2017.

FREITAS, Letícia Fonseca Richthofen; SILVEIRA, Rosa Maria Hessel. A Figura do Gaúcho e a Identidade Cultural Latino-Americana. In: **Educação**. Porto Alegre – RS, ano XXVII, n. 2 (53), p. 263 – 281, Mai./Ago. 2004.

_____. A pedagogia do gauchismo e seu currículo. In: **Curriculum sem Fronteiras**. v.11, n.1, pp.187-197, Jan/Jun 2011.

_____. **A pedagogia do gauchismo: uma análise a partir da diáspora gaúcha.** Porto Alegre, 2006. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006, 159p.

_____. A Sala de Aula como um Espaço que Constitui a Identidade Gaúcha. In: **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 32, n. 2, 2007a, p. 49-52.

_____; SILVEIRA, Rosa Maria Hessel. Lições de gauchismo presentes em livros didáticos. In: **Cadernos de Educação**. | FaE/PPGE/UFPel | Pelotas [34]: 167 - 182, setembro/dezembro 2009.

_____. O currículo e sua dimensão cultural: o caso do gauchismo em comunidades de migrantes em mato grosso. In: **30ª Reunião Anual da ANPED**. GT12 – Currículo. 2007b.

FREITAS, Marcos Cezar de; BICCAS, Maurilane de Souza. **História social da educação no Brasil (1926-1996)**. v. 3. São Paulo: Cortez, 2009.

GERTZ, René. **O Estado Novo no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005.

_____. **O perigo alemão**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1991.

GERVASIO, Simôni Costa Monteiro. **A normatização do Ensino Primário no Rio Grande do Sul nos impressos pedagógicos do CPOE/RS e na Revista do Ensino (1947-1971)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pampa. Programa de Pós-Graduação em Ensino. Bagé, 2019. 139p.

GÖERGEN, Edipo Djavan dos Reis. **Homossexualidades na territorialidade tradicionalista gaúcha**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Geografia. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2017, 243p.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. In: **Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação**. Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

GOLIN, Tau. **A ideologia do gauchismo**. Porto Alegre: Tchê, 1983.

_____. **A tradicionalidade na cultura e na história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Tchê, 1989.

_____. **Identidades: questões sobre as representações socioculturais no gauchismo**. Passo Fundo: Clio, Méritos, 2004.

_____. **Por baixo do poncho: contribuição à crítica da cultura gauchesca**. Porto Alegre: Tchê, 1987.

GOMES, Ana Carolina rios. **Patrimônio cultural imaterial: o tradicionalismo sul-rio-grandense e a multiterritorialização da identidade gaúcha**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Rio Claro: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2010, 133p.

GUTFREIND, Ieda. **A historiografia Rio-Grandense**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2013.

HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. **Revista do Patrimônio Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, n. 24, p. 68-76, 1996.

_____. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Identidade e diferença**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 103-133.

HERRLEIN JR., Ronaldo. **Rio Grande do Sul, 1889-1930: um outro capitalismo no Brasil meridional**. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. Campinas: 2000. 168p.

HOBSBAWM, Eric J.; RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições**. 11ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

IGTF, Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore. **Folk festo e tradições gaúchas**. Cadernos Gaúchos. Porto Alegre: Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore, 1983

JACKS, Nilda. **Mídia nativa: indústria cultural e cultura regional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

JOHANN, Natália Martins dos Santos. **A representação do gaúcho nos livros didáticos: a influência do tradicionalismo na educação**. Monografia de Conclusão de Curso de Graduação. Curso de Graduação em Licenciatura em Geografia. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019, 52p.

KONFLANZ, Celso. **A moderna tradição gaúcha: um estudo sociológico sobre o tradicionalismo gaúcho**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2013, 180p.

LAMBERTY, Salvador Fernando. **ABC do tradicionalismo gaúcho**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989.

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. IN: **Revista Brasileira de Educação** [online]. 2002, n.19, pp.20-28. ISSN 1413-2478.

LEAL, Ondina Fachel. **Os gaúchos: cultura e identidade masculinas no pampa**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2021.

LE GOFF, Jaques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão [et al.]. Campinas: Editora UNICAMP, 1990.

LESSA, Luiz Carlos Barbosa. **Antologia pessoal**. Porto Alegre: Alcance, 2005.

_____. **Problemas brasileiros: uma perspectiva histórica**. v. 1-2. Rio de Janeiro: Globo, 1980.

- _____. **Nativismo um fenômeno social gaúcho.** 3 ed. Porto Alegre: Rogério Pereira Bastos (Bastos Produções), 2023.
- _____. **Nova história do Brasil.** Porto Alegre: Globo, 1967.
- _____. **Rio Grande do Sul, prazer em conhecê-lo.** Rio de Janeiro: Globo, 1984.
- LESSA, Luiz Carlos Barbosa; PAIXÃO CÔRTES, José Carlos. **Danças e andanças da tradição gaúcha.** Porto Alegre: Editora Garatuja, 1975.
- LESSA, Luiz Carlos Barbosa; PAIXÃO CÔRTES, José Carlos. **Manual de danças gaúchas.** 7. ed. São Paulo: Irmãos Vitale, 1997.
- LIMA, Jarbas. **Tradicionalismo... responsabilidade social – reflexões.** Porto Alegre: Movimento Tradicionalista Gaúcho, 2004.
- LIMA, Otávio Rojas; LEDUR, Paulo Flavio. Et alii. **Julinho: 100 anos de história.** Porto Alegre: Editora Age, 2000.
- LIMBERGER, Emiliano J.K. **Raízes do tradicionalismo gaúcho.** Porto Alegre: Movimento Tradicionalista Gaúcho, 2004.
- LOURO, Guacira Lopes. **Prendas e antiprendas: uma história da educação feminina no Rio Grande do Sul.** Tese de doutorado. Campinas: Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Estadual de Campinas, 1986, 285p.
- LOVE, Joseph. **O Regionalismo Gaúcho.** São Paulo: Perspectiva, 1975.
- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.
- LUVIZOTTO, Caroline Kraus. **As tradições gaúchas e sua racionalização na modernidade tardia.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.
- MACIEL, Maria Eunice. Patrimônio, Tradição e Tradicionalismo: o caso do gauchismo, no Rio Grande do Sul. **IN: Revista de Humanidades.** Publicação do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó. V. 07. N. 18, out./nov. de 2005 – Semestral ISSN ----1518----3394 Disponível em <<https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/331>>.
- MAESTRI, Mario. **Breve História do Rio Grande do Sul: da pré-história aos dias atuais.** Passo Fundo: E. Universidade de Passo Fundo, 2010.
- MAGALHÃES, Justino Pereira de; BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. Os intelectuais e a educação – abordagem histórica e biográfica. **In: Revista Educação em Questão.** Natal, v. 54, n. 41, p. 61-85, maio/ago. 2016

MARIANTE, Helio Moro. História do Movimento Tradicionalista Sul-Rio-Grandense. In: **Coleção Cadernos Gaúchos**. Porto Alegre: Edição da Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore, 1976.

MARRERO, Andrea Rita. **História genética dos gaúchos: dinâmica populacional do sul do Brasil**. Tese de doutorado. Porto Alegre: Programa de Pós-graduação em Genética e Biologia Molecular. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006, 223p.

NEDEL, Letícia Borges. **Um passado novo para uma história em crise: regionalismo e folcloristas no Rio Grande do Sul**. Brasília, 2005. Tese Doutorado. Brasília: Programa de Pós-Graduação em História. Universidade de Brasília, 2005, 560p.

NORA, Pierre. **Ensaios de Ego-história**. Lisboa: Edições 70, 1989.

OLIVEN, Ruben George. A atualidade da questão regional. **Revista Ciência e Sociedade**. Porto Alegre: UFRGS, p. 85-92, 1988.

_____. A dupla desterritorialização da cultura gaúcha. In: **FONSECA, Claudia (org).** **Fronteiras da Cultura**. Porto Alegre: UFRGS, 1993a. p 24-40.

_____. A fabricação do gaúcho. In: **Hoje**. São Paulo: Cortes, p. 57-67, 1984.

_____. **A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação**. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

_____. Brasil: Qual cultura? Qual Identidade. In: **Ciências e Letras**. Porto Alegre: UFRGS, n. 28, p. 113-126, jul./dez. 2000.

_____. Em busca do tempo perdido: o movimento tradicionalista gaúcho. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Ano 6, n. 15, fevereiro de 1991. p. 40-52. Disponível em: <http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/15/rbcs15_03.pdf>.

_____. Gaúcho é brasileiro por opção. In: **IHU On Line**. São Leopoldo: UNISINOS, Ano 3, n. 75, p. 35-52, 15 set. 2003.

_____. O maior movimento de cultura popular do mundo: o Tradicionalismo Gaúcho. In: **Cadernos de Antropologia**. Porto Alegre: IFCS/ UFRGS, n.1, 1990.

_____. **O Rio Grande do Sul e o Brasil: uma relação controvertida**. PPG Antropologia Social. Porto Alegre: IFCHL/UFRGS, 1990.

_____. Recriando a tradição na cidade: Porto Alegre e o tradicionalismo gaúcho. In: **Estudos Urbanos**. Porto Alegre: UFRGS, p. 147-152, 1993b.

PAIXÃO CÔRTES, José Carlos. **Danças e dançares ausentes no atual tradicionalismo**. Caxias do Sul: Lorigraf, 2001a.

_____. **Falando em tradição e folclore gaúcho.** Porto Alegre: Grafosul, 1981.

_____. O Julinho e os primórdios do atual Movimento Tradicionalista Gaúcho. In: LIMA, Otavio Rojas (Org.). **Memórias do “Julinho”: Colégio Estadual Júlio de Castilhos, 1900-1990.** Porto Alegre: Sagra, 1990. P. 45-54.

_____. **Origem da Semana Farroupilha e primórdios do Movimento Tradicionalista.** Porto Alegre: EVANGRAF, 1994.

_____. **Tradicionalismo Gauchesco: nascer, causas e momentos.** Caxias do Sul: Lorigraf, 2001b.

PEREIRA, Heloisa Prates. **Tradição e cibercultura: a cultura gaúcha no ciberespaço.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Comunicação e Semiótica. São Paulo: Pontifícia Universidade de São Paulo, 2008, 114p.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. A Invenção da Sociedade Gaúcha. In: **Ensaios FEE.** Porto Alegre, (14) 2, 1993, p. 383-396.

_____. História do Rio Grande do Sul. 9. Ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2014.

_____. **História & História Cultural.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história** [tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira]. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

RAGAZZINI, Dario. Para quem e o que testemunham as fontes da História da Educação? Tradução de Carlos Eduardo Vieira. In: **Revista Educar.** Curitiba, n.18, p.13-28. 2001. Editora da UFPR.

REIS, Elisa. O Estado Nacional como Ideologia: o caso brasileiro. In: **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, vol. 1, n.2, 1998. p. 193.

RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA. INSTITUTO ESTADUAL DO LIVRO. **Autores Gaúchos.** V. 5. Barbosa Lessa. Porto Alegre: IEL: CORAG, 2000.

ROUSSO, Henry. O Arquivo ou o Indício de uma Falta. In: **Revista Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 85-91, 1996.

SALAINI, Cristian Jobi. **“Nossos heróis não morreram”: um estudo antropológico sobre formas de “ser negro” e de “ser gaúcho” no estado do Rio Grande do Sul.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006, 144p.

SALOMÃO, Ivan Colangelo. As origens do desenvolvimentismo brasileiro e suas controvérsias: notas sobre o debate historiográfico. In: **Nova Economia**. V.27, n.3, p. 421-442, 2017. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/neco/a/gPKz3M9FmnvKwtqBtXks8Rd/?lang=pt&format=pdf>>

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia Spínola Silveira Truzzi. **História & Documento e metodologia de pesquisa**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

SAVARIS, Manoelito Carlos. **Manual de Tradicionalismo Gaúcho**. 2. ed. Porto Alegre: Movimento Tradicionalista Gaúcho, 2017.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. Campinas: Autores Associados, 1997.

_____. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11 ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2011.

SARAIVA, Glaucus. **Manual do Tradicionalista**. Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, 1968.

SIRINELLI, Jean-François. As elites culturais. In: **RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François [Direção]. Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

_____. Os intelectuais. In: **RÉMOND, René [Direção]. Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SZEKUT, Andressa. **Centros de Tradições Gaúchas no oeste do Paraná: a (re)construção da memória coletiva e a fixação de representações**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em SOCIEDADE, CULTURA E FRONTEIRAS. Foz do Iguaçu: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2014, 176p.

TAMBARA, Elomar. **Positivismo e Educação**. Pelotas: Editora Universitária / UFPel, 1995.

_____. Org. **Viajantes e cronistas na região dos Gaúchos – Séc. XIX**. Série História, educação e cultura do Pampa, n.1. Pelotas: Seiva Publicações, 2000.

TARGA, Luiz Roberto Pecoits. Os Fundamentos do Estado Desenvolvimentista Brasileiro: a experiência do Partido Republicano Riograndense (PRR) durante a Primeira República. IN: **Anais do XXXII Encontro Nacional de Economia**. 2004. Disponível em: <<https://ideas.repec.org/p/anp/en2004/012.html>>.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 1.

TRINDADE, Hélgio. A república positivista: Teoria e prática. In: TRINDADE, Hélgio. (org.). **O Positivismo: Teoria e prática**. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 1999, p. 85-129.

VARGAS, Letícia Marques. **Da tentativa de monopólio à espetacularização da cultura: uma análise do processo de empresarização dos Centros de Tradições Gaúchas**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E SISTEMAS AGROINDUSTRIAS. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2018, 194p.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. v. 2. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. IN: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Identidade e diferença**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 7-72.

XAVIER, Maria do Carmo. A Educação no Debate do Desenvolvimento: as décadas de 1950 e 1960. IN: Nathália Gil; Matheus da Cruz e Zica; Luciano Mendes Faria Filho (Orgs.). **Moderno, modernidade e modernização: a educação nos projetos de Brasil – séculos XIX e XX**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. V. 1.

ZALLA, Jocelito. **A invenção de Simões Lopes Neto: literatura e memória histórica no sul do Brasil**. Rio de Janeiro, 2018. Tese (Doutorado). Instituto de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018, 521p.

_____. **O centauro e a pena: Luiz Carlos Barbosa Lessa (1929-2002) e a invenção das tradições gaúchas**. Porto Alegre, 2010. Dissertação (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010, 320p.

_____.; ROSSATO, Maíra Suertegaray. Para repensar a região: uma proposta de ensino integrado de Geografia e História. In: **Cadernos do Aplicação**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, jul./dez. 2012.

_____. Da Memória ao Ensino de História: uma abordagem crítica do regionalismo gaúcho na sala de aula. In: **Curriculum sem Fronteiras**, v. 15, n. 3, p. 903-919, set./dez. 2015.